



20
17/09/13

Câmara Municipal de Curitiba

ATAS DAS REUNIÕES

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO
ORDINÁRIA DA COMISSÃO
PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO
TRANSPORTE COLETIVO DE CURITIBA

Ata da 10ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo, realizada no dia dezenove de setembro de dois mil e treze, às nove horas, sob a presidência do Vereador Jorge Bernardi, Presidente.- Foi declarada aberta a reunião, com a presença dos Vereadores componentes da Comissão: Jorge Bernardi, Serginho do Posto, Bruno Pessuti, Geovane Fernandes, Chicarelli, Chico do Uberaba, Tiago Gevert, Professora Josete, Mauro Ignacio, Paulo Rink, Valdemir Soares, Pedro Paulo, Noemia Rocha e Cristiano Santos, e dos Vereadores: Rogerio Campos, Carla Pimentel e Zé Maria.- O Senhor Presidente cumprimentou os presentes, registrando a presença dos Senhores Airton Adelar Hack, da Associação Comercial do Paraná e Wilson Lucci, da Secretaria de Governo Municipal e convidou o Senhor Marcos Isfer, ex-Presidente da Urbs e seu Advogado a fazerem parte da Mesa.- Dando início ao depoimento, o Senhor Presidente tomou o juramento dos convidados, conforme o Artigo 203 do Código Penal Brasileiro.- Com a palavra, o Senhor Marcos Isfer cumprimentou os presentes e disse que tem acompanhado os trabalhos desta CPI; procedeu a leitura de esclarecimentos em resposta à veiculação de nota, pela mídia, sobre auditoria realizada junto à Urbs, por parte de uma Comissão designada pelo atual Prefeito; finalizou colocando-se à disposição para quaisquer dúvidas.- Foi arguido pelos Vereadores: Jorge Bernardi, Bruno Pessuti, Serginho do Posto, Chico do Uberaba, Geovane Fernandes, Valdemir Soares.- Foi suspensa a Sessão com previsão de retorno às 14 horas e trinta minutos.- Reaberta a Sessão, Prosseguindo ainda arguíram os Vereadores: Mauro Ignacio, Noemia Rocha, Chicarelli, Professora Josete, Paulo Rink, Rogerio Campos e Bruno Pessuti.- Assumiu a presidência o Vereador Serginho do Posto, Vice-Presidente.- O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, convocando outra, Ordinária, para quinta-feira, dia 26 de setembro, às 9 horas.- Do que para constar, nós, Carlos Barbosa, Maria Inês Wrubel, Patrícia de Andrade e Rosely Sauberlich Kuchanovicz, Redatores, lavramos a presente Ata, que depois de lida e votada será assinada pelos Vereadores integrantes da Comissão.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS:

(M) ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO
PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO TRANSPORTE
COLETIVO DE CURITIBA, CONVOCADA PARA
APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO
TRANSPORTE COLETIVO DE CURITIBA, REALIZADA
NO DIA 19 DE SETEMBRO DE 2013, SOB A

PRESIDÊNCIA DO VEREADOR JORGE BERNARDI,
PRESIDENTE.

Às 09h15min, inicia-se a reunião, com a presença dos Vereadores Jorge Bernardi, Bruno Pessuti, Serginho do Posto, Paulo Rink, Geovane Fernandes, Professora Jôsete, Noemia Rocha, Chicarelli, Mauro Ignacio, Tiago Gevert, Valdemir Soares, Chico do Uberaba e Cristiano Santos, contando ainda com a presença do Vereador Rogerio Campos.

O SR. PRESIDENTE:- Invocamos as bênçãos e a proteção de Deus para declararmos aberta a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o transporte coletivo de Curitiba. Consulto o Sr. Relator se temos algum comunicado ou alguma deliberação. (Pausa). Queremos agradecer e registrar a presença do Sr. Airton Hack, que representa, e acompanha esta CPI, a Associação Comercial do Paraná. Muito obrigado. Também queremos agradecer a presença do Sr. Wilson Lucci, ele que atua junto à Secretaria de Governo Municipal. Como temos quorum, queremos convidar o Dr. Marcos Isfer e seu advogado para fazerem parte da Mesa.

(Os convidados dirigem-se à Mesa)

O SR. PRESIDENTE:- Sr. Marcos Isfer, por determinação desta CPI, o senhor será ouvido na condição de testemunha. E, para isso, de acordo com o Artigo 203 do Código de Processo Penal, que diz que a testemunha fará, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado, devendo declarar seu nome, sua idade, seu estado e sua residência, sua profissão, lugar onde exerce sua atividade, se é parente, e em que grau, de alguma das partes ou quais suas relações com qualquer delas, e relatar o que souber, explicando sempre as razões de sua ciência ou as circunstâncias pelas quais possa avaliar a sua credibilidade, pergunto: Sr. Marcos Isfer, o senhor jura dizer a verdade, somente a verdade e nada mais que a verdade?

O SR. MARCOS ISFER:- Naturalmente, Vereador.

O SR. PRESIDENTE:- Desculpe, é sim?

O SR. MARCOS ISFER:- Sim. Naturalmente.

O SR. PRESIDENTE:- Também quero adverti-lo de que Vossa Senhoria, a partir desse momento, está sob juramento e, portanto, se faltar com a verdade, poderá ser processado por falso testemunho. Eu concedo a palavra a Vossa Senhoria, para que possa fazer algumas exposições iniciais a respeito do objeto desta CPI e da sua convocação para prestar esclarecimentos à mesma.

O SR. MARCOS ISFER:- Bom, antes de mais nada, quero cumprimentar todos os

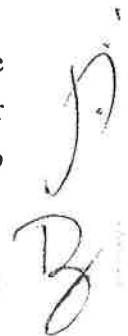
membros da Comissão, todos os presentes, e dizer que aguardávamos essa oportunidade até com certa ansiedade, presidente. Naturalmente que desde o início da constituição desta CPI nós temos acompanhado de longe, mas temos visto uma série de fatos sendo relatados e sobre os quais em momento algum até esse momento nos havia sido dada qualquer oportunidade de contraditório. Dizer que fomos procurados insistentemente pela imprensa para discutirmos o assunto e, por uma questão de respeito a esta Casa, onde fui Vereador, por uma questão de respeito a esta Comissão, jamais entendemos que o estabelecimento de polêmica fora deste ambiente seria salutar (L) ao esclarecimento dos fatos. Portanto, em todos os momentos, eu até peço perdão a algumas pessoas da imprensa que insistentemente nos procuraram, mas eu pedi, em todos os momentos, que fosse respeitado o encaminhamento dessa comissão. Infelizmente, houve uma pessoa que não respeitou isso, uma vez que eu pedi inúmeras vezes que não me pronunciaria, mas, utilizando-se de uma gravação, infelizmente isso ocorreu. Eu pediria, Presidente, se V.Exa. me permitir, ler uma nota de esclarecimento em relação à nota que saiu a respeito da auditoria realizada junto à Urbs por parte de uma comissão designada pelo atual Prefeito.

O SR. PRESIDENTE:- Fique à vontade.

O SR. MARCOS ÍSFER:- (Lê nota) Digo isso, senhores, para que nós possamos efetivamente partir dos fatos a serem esclarecidos. Quando nós contestamos essa comissão de auditoria, o fazemos no princípio de que, efetivamente, pessoas que já haviam litigado, que foram condenados por litigância de má-fé, vieram a fazer parte dessa auditoria e, acredito, contaminando o seu resultado. Portanto, essa foi a resposta à época da nota da Prefeitura a respeito do relatório. Com relação ao relatório do Tribunal de Contas do Estado do Paraná quero dizer também que não tivemos, até o momento, nenhuma oportunidade de contraditar, que eu saiba, nem a empresa Urbs, que por diversas vezes é citada e por diversas é colocada como polo, nem a antiga diretoria formada. Até mesmo, e há que se ressaltar isso de forma muito clara, que esse relatório não passou pelo pleno da Casa, nem para ser formada a comissão, tampouco o resultado apurado pela auditoria, o que, portanto, não permitiu sequer o conhecimento dos senhores conselheiros, até que fosse apresentado nessa semana e, tampouco, por parte dos citados. Naturalmente, eu tenho certeza que a Urbs há de contraditar aquilo que lhe diz respeito, bem como a ex-diretoria também há de contraditar (T) tudo aquilo que lhe diga respeito. É importante que esses fatos sejam relatados, que se estabeleçam estes princípios para que possamos, dentro da forma democrática, transparente e de direito que sempre pautamos as nossas ações possamos começar esta CPI. Estou à disposição para toda e qualquer pergunta.

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos as explicações. Concedo a palavra ao nosso vice-presidente Serginho do Posto.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Bom dia! Quero agradecer a presença do Sr. Henrique Credidio, representando a Setransp; Sr. Sandro Silva - Supervisor Técnico do Dieese; Sr. Jair Teixeira - Diretor da Casa BR Sócio Ambiental; Sr. Flavio Wilmar da Silva - Presidente do



Movimento MRLB; Sr. Luciano Coentro; Sr. Amarildo Nico - Gerente da Empresa de Ônibus Campo Largo; Wilson Luci - Gestor de Projetos da Administração da Prefeitura Municipal de Curitiba; do Advogado Sr. Marlo Z. de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE:- Consulto o Sr. Relator se deseja iniciar as perguntas? Queremos registrar a presença do Vereador Pedro Paulo, dizer que todos os Vereadores desta Casa podem fazer perguntas aos membros da CPI. Sr. Marcos Isfer, coube a esta presidência iniciar as perguntas. Gostaria que o senhor esclarecesse, qual foi o período em que o senhor trabalhou como Presidente da Urbs?

O SR. MARCOS ISFER:- Participei da gestão de 2009 a 2012.

O SR. PRESIDENTE:- Quais eram as atribuições do cargo que o senhor exerceu como Presidente da Urbs?

O SR. MARCOS ISFER:- Como Presidente tínhamos todas as diretorias que trabalhavam conosco, tínhamos todas as finalidades do contrato de gestão assinado para cumprirmos como Presidente da Urbs junto à Prefeitura, junto a população, cumprindo desta forma as determinações havidas já fruto do pleito eleitoral anterior.

O SR. PRESIDENTE:- O senhor era autoridade máxima da Urbs ou estava submisso a algum órgão ou mesmo ao próprio prefeito?

O SR. MARCOS ISFER:- Tínhamos o conselho de administração, que naturalmente era formado e indicado pela Prefeitura, temos o conselho de acionistas, que na verdade é pouco representativo, uma vez que os poucos acionistas que a Urbs tem, tentamos durante esse tempo, inclusive, fazer com que abrissem mão ou repassasse à empresa a Urbs as suas quotas, que todas elas são bastante insignificantes, uma vez que a Prefeitura detém 99,7% das ações da empresa, e temos também, somos subordinados ao conselho fiscal que fiscaliza todas as atividades.

O SR. PRESIDENTE:- Qual era o papel do conselho de administração da Urbs?

O SR. MARCOS ISFER:- É deliberar sobre as principais atividades da empresa e também sobre as finalidades que a empresa tem. m).

O SR. PRESIDENTE:- Quais eram as pessoas que compunham o Conselho de Administração na época em que o senhor era presidente?

O SR. MARCOS ISFER:- Sr. Presidente, tenho que pegar algumas atas aqui porque eu confesso ao senhor que não me recordo de todos os nomes. Sei que normalmente o presidente era o Secretário de Finanças. Participou de uma das atas aqui o presidente da Urbs; Jorge Sebastião de Bem, representando o secretário de finanças; Edmundo Rodrigues da Veiga Neto, então diretor administrativo; Valmor Weiss, representante; José Álvaro Tardosi, representando o Ippuc; Luiz Mitsuaki Sato, representando o Instituto de Engenharia do Paraná; Vereador Paulo Frote e a **Secretária Heloísa Carvalho de Barros. Em outra ata participou o Secretário das Finanças, Luis**

Eduardo da Veiga Sebastiani, e os outros que já foram nominados, e à época era representante da Câmara Municipal de Curitiba o Sr. Joacir Roberto Hinça.

O SR. PRESIDENTE:- Na época da licitação do transporte coletivo, mais especificamente no período de 2009 a 2010, quem eram os membros do Conselho de Administração? O senhor se recorda?

O SR. MARCOS ISFER:- Eu creio que eram esses mesmos que eu lhe disse, porque aqui eu tenho a ata de dezembro de 2009 e de novembro de 2009. Foram os nomes que lhe citei.

O SR. PRESIDENTE:- Gostaria de perguntar também, o edital do processo de licitação do transporte coletivo foi aprovado pelo Conselho de Administração?

O SR. MARCOS ISFER:- Os principais itens foram aprovados pelo Conselho de Administração e foram referendados.

O SR. PRESIDENTE:- Também gostaria de perguntar, o cargo que o senhor exercia na Urbs era uma indicação do seu partido, o PPS?

O SR. MARCOS ISFER:- Era uma indicação do Sr. Prefeito. Que eu saiba não há indicações de partido. Sei, por exemplo, que o senhor foi Secretário do Trabalho, e tenho certeza que não foi uma indicação do PDT, e sim do Sr. Prefeito.

O SR. PRESIDENTE:- Eu quero só informar ao senhor que quem está sendo ouvido é o senhor, e não o cargo que essa presidência exerceu à época.

O SR. MARCOS ISFER:- Desculpe, vereador, só quis fazer uma referência para mostrar que a indicação é do Prefeito, e não dos partidos.

O SR. PRESIDENTE:- Tudo bem, vamos em frente. Então, o seu cargo era uma indicação do prefeito.

O SR. MARCOS ISFER:- Exatamente, como creio que todos os secretários sejam de livre escolha de todos os prefeitos. Acredito que na presidência da república ocorra o mesmo, como acredito que nos governos estaduais seja sempre dessa forma.

O SR. PRESIDENTE:- Filiado ao seu partido, PPS, nesse período tinha mais alguém exercendo cargo na administração da Urbs?

O SR. MARCOS ISFER:- Tive como diretor na área de investimentos, à época, hoje tem outro nome, o Sr. Rubens Camargo Penteado.

O SR. PRESIDENTE:- Ainda relacionado com a questão política, é correto afirmar que no caso do seu partido, PPS, usando um termo de gíria, não tinha porteira fechada na Urbs?

O SR. MARCOS ISFER:- É perfeitamente correto V.Exa. afirmar isso, uma vez que não



tivemos nenhum cargo em comissão na Urbs, uma vez que não tivemos em momento algum diretor nomeado que não o fosse pelo prefeito. Como disse a V.Exa., o único diretor vinculado ao PPS foi o Sr. Rubens Penteado Camargo, indicado também pelo prefeito. Para o senhor ter noção, quando eu assumi a Urbs (1), lá já estava como Diretor Jurídico o Dr. Ivo que infelizmente depois teve um problema de saúde muito grave e veio a falecer logo a seguir de um câncer que infelizmente vitimou uma pessoa fantástica no convívio. Tive, por indicação, o Sr. Edmundo Veiga como Secretário, como Diretor Administrativo Financeiro, registre-se de passagem, que ambos já exerciam essa função anteriormente na gestão anterior. Tive por Diretor de Transporte o Sr. Fernando Ghinhone que também já fazia parte da gestão anterior, mais tarde substituído pelo Dr. Lubomir Fichinski e mais tarde substituído pelo Dr. Antônio Carlos de Araújo.

O SR. PRESIDENTE:- O Sr. Fernando Ghinhone, o senhor citou há pouco, era Diretor de Transporte e filiado ao PSDB. É correto afirmar isso?

O SR. MARCOS ÍSFER:- Preferiria que o senhor perguntasse a ele, porque eu não sei da filiação dele.

O SR. PRESIDENTE:- Muito bem, vamos perguntar amanhã. Podemos afirmar que o Sr. Fernando Ghinhone era o homem de confiança do Prefeito na Urbs?

O SR. MARCOS ÍSFER:- Aí o senhor está me desmerecendo, mas preferia que o senhor perguntasse ao Prefeito ou a ele se isso era verídico.

O SR. PRESIDENTE:- Aliás gostaria de perguntar, já que o senhor está tão esquecido, qual era o nome do Prefeito na época?

O SR. MARCOS ÍSFER:- Ora, não estou esquecido, muito pelo contrário, o Prefeito era o atual governador Carlos Alberto Richa e quero deixar muito claro, Vereador, que quando o senhor me pergunta se o outro era o homem de confiança é mais ou menos como se o senhor dissesse que eu era o nome da desconfiança.

O SR. PRESIDENTE:- Pois bem. Então, é correto afirmar que se o senhor era o homem de confiança do Prefeito na Urbs, então o Prefeito, como chefe do Executivo, tinha o comando de todos os atos que o senhor praticava na Urbs?

O SR. MARCOS ÍSFER:- Novamente, Vereador, S.Exa. há de concordar comigo de que todos éramos de confiança, todos os Secretários nomeados eram de confiança e, portanto, todos os Secretários tinham as suas atividades vinculadas ao senhor dirigente máximo. E é impossível se dissociar a figura de um Secretário Municipal, de um Secretário de Estado e de um Ministro da figura do governante maior, a não ser que estejamos em um Estado anárquico onde cada um faz e age de forma independente.

O SR. PRESIDENTE:- É correto, então, afirmar que o Prefeito estava no topo da hierarquia da Urbs por ser o chefe do Executivo Municipal, e o município, como todos sabemos, é

o acionista majoritário da Urbs. Então, ele estava no topo da cadeia de comando? É correto afirmar?

O SR. MARCOS ÍSFER:- É correto afirmar, como bem disse o senhor, o município é o maior detentor das ações, era o Presidente do Conselho de Administração nomeado, definido e designado pelo Prefeito, um Secretário, que era o Secretário de Finanças, como a Câmara designava um representante, como, enfim, vários institutos designavam representantes para fazerem parte deste Conselho de Administração.

O SR. PRESIDENTE:- Gostaria de perguntar se o edital de licitação do transporte coletivo de Curitiba que foi publicado em 29 de dezembro de 2009, portanto, os últimos dias daquele ano, entre o natal e ano novo, foi uma iniciativa da Urbs ou saiu do Poder Executivo?

O SR. MARCOS ÍSFER:- Vamos antes colocarmos um cronograma dos fatos, Presidente. Havia uma determinação judicial de que essa licitação ocorresse antes de 2010. isso não era uma prerrogativa (n), não era um desejo, não era uma vontade, era uma determinação judicial. Esse processo foi um processo debatido, discutido durante cinco anos, como já disse anteriormente. Durante cinco anos foram votadas as leis, foram votados os vetos apostos a essa lei, votados todos os termos, realizada audiência pública, realizados todos os atos jurídicos e técnicos para que pudesse desaguar nesse edital. A razão da data, Sr. Presidente, é que até o último momento sempre se procurou a melhor solução para esse edital. Em todos os momentos com a ouvida de todas as pessoas participantes e de todos aqueles que assim o desejarem. Então, deixar claro que não é uma questão de data fatalista e não uma questão de data casuística. Na verdade havia, como eu disse, uma determinação judicial para que essa licitação ocorresse antes do ano de 2010.

O SR. PRESIDENTE:- Mas eu perguntei a V. Exa. se o edital foi uma iniciativa do Poder Executivo, através da sua Procuradoria ou de outro órgão ou foi uma determinação ou saiu de dentro da própria Urbs, o edital de licitação.

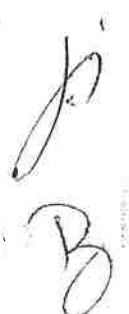
O SR. MARCOS ISFER:- Como eu disse ao senhor, havia uma determinação judicial. Como eu disse ao senhor, fazia parte do contrato de gestão assinado, que a realização deveria ocorrer. Naturalmente que a execução desse edital foi feita pela equipe técnica jurídica da Urbs e também submetida à Procuradoria Geral do Município.

O SR. PRESIDENTE:- Gostaria de saber se houve a participação do Prefeito na época na elaboração das diretrizes do edital de licitação, ou seja, no conteúdo desse edital?

O SR. MARCOS ISFER:- Não senhor. O edital foi todo ele formatado tecnicamente.

O SR. PRESIDENTE:- O Prefeito dava as ordens ou não? O senhor despachou com o Prefeito, tratou desse assunto com o Prefeito ou foi tudo internamente, dentro da Urbs?

O SR. MARCOS ISFER:- Havia a determinação, como eu lhe disse, da licitação que fazia parte do contrato de gestão e esse naturalmente era de conhecimento do Sr. Prefeito que seria



feito. Tenho certeza de que também foi apreciado pela Procuradoria Geral do Município e tenho certeza que isso naturalmente deve ter ido ao conhecimento do Sr. Prefeito, embora também tenho a certeza de que o mesmo não teve nenhuma participação na área técnica ou na área jurídica, uma vez que era um assunto muito técnico e específico.

O SR. PRESIDENTE:- O senhor afirma então que a responsabilidade total na elaboração do edital de licitação do transporte coletivo foi da Urbs, portanto do senhor?

O SR. MARCOS ISFER:- Da minha parte, da parte de todas as diretorias, da parte de todo corpo técnico, aliás quero aqui ressaltar a qualidade do corpo técnico da Urbs em todos os momentos. Muitas vezes o papel da Urbs tem sido incompreendido, muitas vezes esse corpo técnico tem sido atacado de uma forma, que me permita, não me parece justa, uma vez que perante todo o Brasil e organismos internacionais esse corpo técnico é reconhecido pela sua qualidade.

O SR. PRESIDENTE:- O senhor confirma que o senhor se considera responsável junto com a Comissão Especial de Licitação, pelo edital e pelo processo de licitação?

O SR. MARCOS ISFER:- Naturalmente.

O SR. PRESIDENTE:- Qual foi o seu papel nas alterações dos vinte e cinco itens da minuta do edital de licitação que foi publicado em 29 de dezembro. O senhor teve alguma participação (A) naquelas alterações que foram feitas e que não foram analisadas pelo departamento jurídico da Urbs?

O SR. MARCOS ISFER:- Deixar claro, Sr. Presidente, que todas e quaisquer alterações ou todas e quaisquer das versões que houveram, posso dizer a V.Exa., uma quantidade enorme de versões e discussões, em que o corpo técnico, em que o corpo jurídico fazia recomendações, analisava, tomava decisões e que ultimou na publicação do edital. Quando se fala em alterações quero deixar claro a V.Exa. que nenhuma das alterações feitas foi de forma arbitrária ou de qualquer outra forma, todas foram amplamente discutidas em todos os momentos. E algumas que, inclusive, as pessoas tem colocado, deixar muito claro que todas elas foram muito mais no sentido de abrir o edital, de possibilitar a máxima ocorrência entre aqueles que desejassem participar e nunca e de forma alguma no sentido restritivo que pudesse beneficiar a quem quer que seja.

O SR. PRESIDENTE:- Gostaria que o senhor citasse uma dessas alterações que permitiram que fosse aberta a licitação para a participação de mais empresas.

O SR. MARCOS ISFER:- Por exemplo, os índices econômicos ficaram muito menores e possibilitaram a participação de mais empresas. O que iria participar, fazer com que houvesse mais participação. O item 61.4 a-3 "aumenta a competitividade, uma vez que permitia que até empresas pudessem fazer parte do consórcio, desde que alguma das empresas tivessem atestado de

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

experiência. O índice máximo de endividamento flexibilizou exigência, pois quanto maior o índice, mais fácil de atender, trata-se de ampliação do universo de competidores e não de restrição".

O SR. PRESIDENTE:- E por que nenhuma empresa participou, a não ser apenas aquelas que já operavam o Sistema de Transporte Coletivo de Curitiba?

O SR. MARCOS ISFER:- Sr. Presidente, essas questões de livre iniciativa eu não tenho como lhe responder. Nós esperávamos e contávamos em todos os momentos de que houvessem mais empresas participando, tanto que sempre houve o interesse de se deixar amplo, de se deixar de forma muito acessível, inclusive, com a diminuição do número de veículos que as empresas tivessem que participar, com a diminuição do número de anos de experiência que as empresas tivessem que demonstrar para que mais e mais empresas viessem participar. Por que não participaram, desculpa, não tenho como esclarecer.

O SR. PRESIDENTE:- Agradeço a contribuição de vossa senhoria Passo a palavra ao Relator.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Bom dia, Marcos Ísfer.



O SR. MARCOS ISFER:- Bom dia, Vereador Bruno Pessuti.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Primeiramente, a pergunta referente aqueles ofícios que o senhor citou na primeira fala. Sobre o que seriam esses ofícios que o senhor tem?

O SR. MARCOS ISFER:- Aqui estão, Ofício do dia 04 de janeiro de 2010 ao Presidente do Tribunal de Contas "cumprimentando e objetivando dar a máxima transparência aos procedimentos, solicitamos a indicação de um representante para acompanhar a concorrência nº005.2009 concessão de serviço de transporte coletivo urbano de passageiros no Município de Curitiba, cujos envelopes de habilitação, serão abertos no dia 25 de fevereiro de 2010 às 09h. conforme cópia do edital de licitação anexada". Colocamos a disposição. Quero dizer que juntamente com esse ofício encaminhado ao Presidente do Tribunal de Contas, ao Procurador Geral do Ministério Público do Estado do Paraná, conforme protocolo ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, conforme protocolo e ao Presidente da Câmara, conforme protocolo, foram juntados todos os itens, chegou ao final em quinze mil, sei lá, não me lembro quantas mil páginas eram, mas foram todos juntados na forma de disquete (c), e foram todos fornecidos às entidades.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Na época do processo licitatório, a pergunta que eu faço é por que a Urbs realizou o processo licitatório, por que houve a licitação do transporte coletivo?

O SR. MARCOS ISFER:- A licitação do transporte coletivo é uma previsão de lei federal que cobra que isso ocorra em todos os municípios e Estados, que todas as concessões sejam



licitadas. Havia também por parte do Ministério Público em uma ação ajuizada, não tenho o número da ação aqui mas posso mais tarde fornecer a V.Exa., que exigia que fosse licitado o transporte coletivo de Curitiba e dava o prazo até o início de 2010.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Nessas outras licitações que ocorreram no Brasil, o senhor tem conhecimento de alguma empresa pública de economia mista que possa ser a concessionária do serviço de transporte, que possa ter licitado apenas a operação e não toda a concessão do transporte? Ou seja, a Urbs poderia ser a concessionária do sistema de transporte coletivo de Curitiba?

O SR. MARCOS ISFER:- Acho que sim. Me parece que a BHTrans tem o mesmo procedimento, que a CIT tem o mesmo procedimento. Não posso lhe afirmar com toda a certeza com relação a natureza jurídica, mas são muito similares as suas atividades e a forma como atuam.

O SR. BRUNO PESSUTI:- O senhor tem conhecimento do capital, do mobilizado das empresas atualmente, o valor da frota na cidade de Curitiba? Qual seria o valor da frota de dois mil e duzentos ônibus? Ou na época da licitação qual seria esse valor?

O SR. MARCOS ISFER:- Não teria de toda a frota. Posso lhe dar o valor correto da frota reversível. Esse eu tenho aqui. É só pesquisar e já lhe direi. Aproximadamente, começou num primeiro estudo cento e dez milhões e terminou em noventa e sete milhões, que foi o valor real apurado quando da data da assinatura dos contratos, uma vez que esses valores naturalmente eram variáveis à medida que iam sendo depreciados. Deixar claro a questão dessa frota reversível, se V.Exa. me permite. Curitiba tem características de um transporte diferenciado de todo o Brasil. Inclusive ficamos surpresos, mas o próprio Tribunal de Contas na sua auditoria indica que essas inovações, que esses melhoramentos acabaram por ser encarecedores do processo. Mas é importante que se diga que o Brasil e o mundo copiou e copia Curitiba. Então, esses veículos reversíveis são veículos que não estariam à disposição de qualquer empresa que viesse participar. Vamos considerar que viesse participar um representante de outro município, de outra cidade, Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Recife. Nenhum concorrente teria condições de participar porque esses veículos não estavam, vamos dizer assim, na prateleira das empresas que fornecem, que vendem veículos, à disposição. Eram veículos, como eu disse, muito característicos e muito específicos de Curitiba. Por isso, esses veículos entram na composição da outorga porque considerávamos que a empresa que ganhasse teria que receber esses veículos das empresas então prestadoras de serviços para poderem bem executar o serviço a partir da data de contratação.

O SR. BRUNO PESSUTI:- A pergunta que eu faço é no sentido se houve alguma vez um estudo dentro da Urbs antes do processo licitatório para que a Urbs fosse realmente a concessionária do transporte coletivo de Curitiba?

O SR. MARCOS ISFER:- Houve inúmeras discussões e a conclusão naturalmente é que levou ao edital.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Sabe por que a pergunta que faço? Porque hoje a tarifa paga

às empresas uma remuneração que chega a cem milhões de reais ao ano e o capital das empresas, o mobilizado, é quatrocentos milhões de reais. Isso possibilitaria à Urbs, se ela fosse a concessionária, trocar a frota da cidade inteira de Curitiba a cada quatro anos.


O SR. MARCOS ISFER:- Eu gostaria de frisar, se V.Exa. me permitir, que aí não está somente a questão dos veículos. Está uma série de questões que vão pela gestão de serviços (v) e tudo o mais e, na verdade, é um retorno de investimento. Há que se frisar que os veículos todos têm uma idade máxima de dez anos, uma idade média que não pode ultrapassar, da frota como um todo, cinco anos, e naturalmente esses investimentos são constantes. Não é uma vez que se investe e não se investirá mais. Esses investimentos são feitos dentro dessa forma, como V.Exa bem coloca, ou seja, dentro de todos os anos há novos investimentos que se agregam, alguns saem e outros entram. E há necessidade permanente disso para que se tenha qualidade do serviço. Naturalmente isso faz parte de qualquer contrato de concessão

O SR. BRUNO PESSUTTI:- Houve, de alguma forma, alguma pressão ou fora essa questão do Ministério Público, da lei, para que essa questão do certame fosse feita realmente pelas empresas e não pela própria Urbs ou foi somente essa questão técnica que o senhor colocou? O senhor disse que foi feito um estudo na própria Urbs para que ela fosse a concessionária. Porém foi direcionado, realizado um certame voltado para as empresas que operavam no sistema do Brasil inteiro e até em outros países. Houve alguma forma de pressão ou foi somente uma questão técnica?

O SR. MARCOS ISFER:- Houve uma questão técnica que era a visão que a empresa tinha de, desta forma, ter o melhor controle de qualidade do sistema, de estar permanentemente cobrando aquilo que ocorre. Quero aí, se V.Exa me permitir, dizer que o papel de, vamos colocar entre aspas, fiscalização desenvolvido pela Urbs sempre é contraditado, porque ele fiscaliza tanto os funcionários do sistema, como os operadores, como todo o sistema de funcionamento. Então, sempre a figura do fiscal é vista de forma negativa. Então, talvez esse seja um dos motivos pelo qual a Urbs acaba sempre sendo criticada. Mas a Urbs exerce seu papel de uma forma bastante severa e bastante clara ao longo de todo esse processo, e por isso o processo foi definido dessa forma.

O SR. BRUNO PESSUTTI:- Recentemente o Tribunal de Contas apresentou um relatório referente a todo processo licitatório e ele faz acusações gravíssimas de direcionamento às empresas que já operavam e que eram permissionárias. Quem fez essas alterações no edital e que implicaram nesse direcionamento, segundo o Tribunal de Contas do Estado.

O SR. MARCOS ISFER:- Como disse ao senhor, primeiro não tivemos a oportunidade - ninguém - de contraditar esse relatório. O relatório foi apresentado esta semana e não tivemos a oportunidade de contraditá-lo juridicamente. Até mesmo porque o relatório não tem uma forma legal para ser contraditado. Como disse, ele não passou pelo pleno do Tribunal que, portanto, não permite qualquer tipo de contradição a não ser que seja informal. E não creio que seja essa a melhor forma. A melhor forma, entendemos, é sempre fazê-lo de forma juridicamente perfeita



para que não haja qualquer tipo de distorção. Então, como lhe disse, essas afirmações não podemos contraditar. Quero deixar claro que me parece, em diversos momentos, de uma rápida leitura que pude fazer, que há uma série de observações que tem que se amplamente discutida. Começa com a natureza jurídica da empresa, o relatório. Então, essa é uma questão que tem que ser debatida, discutida e se, eventualmente, decidida a mudar, desculpe os senhores, mas passa obrigatoriamente por esta Casa. Vejo também, rapidamente no processo, a questão das gratuidades. Questão essa que, aliás, discutimos e discutimos durante muitos e muitos anos, muito tempo, que essas gratuidades são, além de onerosas, tornam o sistema bastante caro, muitas vezes sem nenhuma indicação de quem faz o custo ou o pagamento dessas gratuidades. Gostaríamos sim, e tenho certeza que não só nós, mas a atual gestão ou qualquer gestão que por lá tenha passado na Urbs ou que, porventura, venha a passar, que essas gratuidades tivessem sempre a indicação de quem paga a conta. Porque é mais ou menos como oferecer um almoço, e ninguém dizer quem vai pagar a conta. Essa questão sempre acaba... Com relação a isso e a observações de que o custo das estações tubo acabam encarecendo o sistema. Parece-me uma constatação também, nós não podemos em momento nenhum dizer que isso já não foi amplamente discutido. Agora, é uma questão de se acabar com um dos símbolos da Cidade. Também não sei até onde há interesse público em se acabar com isso. É uma questão a ser debatida, discutida. Por isso, disse-lhe que numa rápida leitura, e quero dizer que foi muito rápida, entendemos que inúmeros ou quase todos os itens tem possibilidade de serem rebatidos e de serem contraditados juridicamente, tecnicamente. Existe justificativas técnicas, existem jurídicas para item a item que lá foi colocado. Aguardamos o momento oportuno para contraditar. Ainda ontem ouvi através das rádios uma observação do Sr. Prefeito dizendo que ele também vai aguardar que esse processo tenha qualquer tipo de tramitação, para poder decidir sobre o que fazer com todo processo. Parece-me uma atitude bastante coerente, parece-me uma atitude bastante clara de que da mesma forma que nós fomos tomados de surpresa, por algumas observações, pelas colocações lá feitas, o Sr. Prefeito também o foi. Então, há necessidade, isso que eu quero frisar, que haja essa oportunidade de ser contraditado o relatório. Como eu disse é uma relatório que não possui pelo pleno do Tribunal de Contas, não foi analisado por nenhum dos conselheiros, e chegou ao conhecimento público e a partir daí uma série de ilações passaram a serem feitas. Tenho sempre dito e espero, por isso estava muito ansioso para vir a esta Casa, para que esse tipo de ilações que muitas vezes são feitas, tomem um pouco de cuidado. Afinal de contas, estamos trabalhando com a honra e o nome de técnicos, de pessoas que tem um passado tanto técnico quanto jurídico, quanto político sempre pautados na legitimidade, na transparência, e quando isso ocorre naturalmente traz um prejuízo às pessoas. Os senhores como legisladores sabem disso, muitas vezes foram vítimas disso. Acredito que não seja a melhor prática. Motivo pelo qual já no início da minha exposição disse que evitei, e continuarei a evitar, qualquer discussão polêmica via outra que não seja essa da comissão, ou a jurídica.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Porque a Urbs contratou o ICI para bilhetagem eletrônica para a Cidade de Curitiba?

O SR. MARCOS ISFER:- Esse processo data do início do ano 2000, meados de 2005


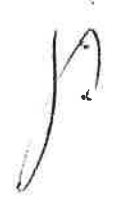
talvez, quando a Urbs fez um contrato, naquela oportunidade, emergencial com a empresa Dataprom para prestarem o serviço de bilhetagem. Confesso aos senhores que busquei esse contrato e não o encontrei. Até porque gostaria de trazê-lo. Era um contrato pelo prazo de seis meses, depois passou para dentro do contrato de gestão do ICI. Dentro desse contrato de gestão do ICI haviam inúmeros aditivos, firmados com várias finalidades. Aditivos esses com valores, e que houve o entendimento por parte da área técnica da Urbs, que hora não se cumpria um aditivo porque referendava outro, hora não se cumpria outro porque referendava um, e havia necessidade de que esse serviço para ser bem prestado estivesse dentro de um único escopo. (M). Aliás, quando se fala que assinei contrato, que fique muito claro que não assinei contrato, assinei um aditivo, que reúne todos esses aditivos anteriores dentro de um único escopo, com a definição de quantitativos, com a definição daquilo a ser feito. Quero, nesta oportunidade, inclusive, passar a V.Exa. a questão do código-fonte. Essa questão do código-fonte discutida, quero passar a V.Exa. o ofício que fizemos ao Sr. Jackson Carvalho Leite, presidente do Instituto Curitiba de Informática, ICI. (Lê) Ofício. Na resposta que recebemos em seguida, essa questão é retirada, portanto, daquele aditivo, e não há, certo?, a questão do código-fonte; ela não fica explicitamente referendada, mas há um entendimento, e já havia esse entendimento por parte da área de informática da Urbs e da direção da Urbs, que esse código-fonte pertence à Urbs. Esse contrato deve se encerrar nos próximos meses, não sei se hoje, não tenho a data, desculpe, não sei a data exata, mas no que se encerre nós temos o entendimento claro de que esse código-fonte faz parte do aditivo e deve fazer parte do patrimônio da Urbs.

O SR. BRUNO PESSUTI:- As perguntas são nesse sentido justamente porque a Urbs contratou o ICI por trinta e dois milhões de reais.

O SR. MARCOS ISFER:- Na verdade, como lhe disse, haviam contratos, não eram contratos, haviam aditivos ao contrato de gestão que, somados, dariam mais ou menos esse valor, não tenho aqui todos os números apropriados. Mas posso lhe garantir que esses valores, inclusive nesse aditivo, foram descontados todos os valores pagos já anteriormente ao ICI por conta dos aditivos anteriores.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Ontem a Dataprom informou aqui que o ICI contratou a Dataprom por vinte e nove milhões de reais, não trinta e dois. Então, houve uma diferença de valores.

O SR. MARCOS ISFER:- Quero deixar claro ao senhor que não posso lhe responder isso. Para nós, inclusive, em todos os momentos, o contrato, o aditivo é feito com o ICI. Nós não temos, não podemos ter, e não podemos ter efetivamente, qualquer vínculo diferente que não seja o ICI, tanto que, em todas as reuniões realizadas para a cobrança do andamento do processo, da gestão do processo, das definições necessárias de equipamentos, das definições necessárias do que deveria ocorrer, sempre, e existem atas inclusive, sempre com a presença do ICI, que para nós, dentro desse contrato de gestão, é efetivamente o gestor desse processo. Então, deixar claro que isso não surge na nossa gestão, deixar claro que o contrato, em todos os momentos, sempre foi com o ICI, deixar claro que em todos os momentos houve uma cobrança de que o processo (L)



tivesse a entrega, tivesse a consistência, desse os resultados esperados pela equipe técnica e que, em todos os momentos, nós temos o entendimento de que esse código fonte é de propriedade da Urbs.

O SR. BRUNO PESSUTI:- O senhor poderia dizer se a Urbs é refém do ICI?

O SR. MARCOS ISFER:- Posso lhe dizer com certeza que a Urbs não é refém do ICI mas tem estabelecido com o ICI uma parceria de muito tempo, assim como a Prefeitura como um todo. Sabe V.Exa. Que, por exemplo, toda a questão de pessoal, financeira, tributária foi desenvolvida pelo ICI, então, quero deixar claro que essa organização social tem prestado um serviço à Prefeitura de Curitiba desde o início de sua existência e me parece que ninguém é refém, me parece que são serviços desenvolvidos já especificamente customizados para a Prefeitura de Curitiba. E acredito que continue em operação até.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Eram essas minhas perguntas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE:- Passamos a palavra ao Vereador Serginho do Posto.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Bom dia, Sr. Marcos. Eu gostaria de fazer minhas perguntas baseado em alguns levantamentos que foram elencados pelo Tribunal de Contas em seu relatório. Então, eu vou, na verdade, querer alguns esclarecimentos do senhor no sentido de esclarecer o que o Tribunal de Contas aponta em seu relatório. Então, eu elenquei algumas perguntas e gostaria de saber se, em algum momento no período da elaboração do edital de licitação, houve alguma orientação do corpo jurídico da Urbs naquele momento apontando alguma deficiência no edital que foi colocado na praça? Se naquele momento houve, por parte do jurídico, algum alerta que apontava alguma deficiência em relação ao edital que estava sendo colocado pela Urbs?

O SR. MARCOS ISFER:- Vereador, com relação a essa questão que já foi apontada inúmeras vezes, nós queremos deixar claro o seguinte: o relatório feito pelo jurídico pedia que houvesse complementação de estudos técnicos e essa complementação foi feita. A forma como aparece e como está, consta ali, é a forma que consta em todos os pareceres, ou seja, satisfeitas as questões técnicas necessárias, o processo pode dar prosseguimento. Solicito, inclusive, que os senhores peçam cópias de mais pareceres da Urbs para que possam ver que isso é verdadeiro.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Em relação aos ônibus Híbridos, no momento em que foi apresentado pela empresa que comercializou esse produto, gerou um aditivo, as empresas representantes, advogados da Setransp que representam os empresários afirmaram a esta Comissão que não era interessante para os empresários aquisição desse ônibus, que isso geraria um impacto no custo da tarifa técnica e houve, por uma questão em que Curitiba, que tem um Know How no transporte coletivo em desenvolver novas tecnologias, tem um reconhecimento, nós sabemos, mundial no transporte coletivo, naquele momento houve um estudo pedindo para que eles fizessem essas aquisições. Isso gerou um contrato aditivo, que não estava elencado no edital. A pergunta que eu faço é se naquele momento foi uma decisão técnica ou se foi uma



Handwritten signature and initials in the right margin.

decisão, que eu diria aqui no direito administrativo, o fato do príncipe, em que teve a interferência, talvez, do Ex-Prefeito Luciano Ducci (n) interferiu nestas compras dos ônibus híbridos?

O SR. MARCOS ISFER:- Vereador, gostaria de responder a V.Exa., dizendo que toda e qualquer inovação proposta ao sistema nunca é de interesse dos empresários. Vamos deixar isso muito claro, há uma eterna resistência a qualquer novidade e se o Município de Curitiba, através de suas gestões não tivesse feito a opção, aí digo que é uma opção política, porque talvez já nesse sentido que os Srs. Vereadores colocam, se não tivesse feito uma opção por termos o biarticulado, não o teríamos até hoje, por termos o ligeirinho, não teríamos até hoje. Lembro-me de algumas argumentações, que o biarticulado iria rachar ao meio, eu já era Vereador na época do lançamento, que aquele trem andando na canaleta iria matar as pessoas, que as canaletas eram assassinas, depois tivemos a questão do ligeirinho, como eu disse, com a porta de lado diferente e gerando resistências, porque tudo isso sempre gera uma resistência. No relatório do Tribunal de Contas frisa, que essas inovações tiveram um custo para o Município de Curitiba e confesso aos senhores e acredito que isso tenha ocorrido, mas acredito que a qualidade do sistema melhorou e muito. Então, há uma questão de qualidade, de modernidade, de satisfação ao usuário aliada a essa questão. Com relação ao híbrido, que é um veículo que passa a ser utilizado em todo mundo, é a tendência mundial, é uma tendência de todos os países desenvolvidos, é uma necessidade diante da questão do meio ambiente, dentro do efeito estufa e de uma série de questões que se avançam. Já há um avanço por parte da ANP - Agencia Nacional de Petróleo, e por conta também do Ministério de Meio Ambiente, que vem cobrando, sistematicamente, o aumento da aplicação do biodiesel e o aperfeiçoamento dos motores. Nós a partir de 2014, o Brasil passa a ter obrigatoriedade de utilização de motores B5, motores menos poluentes, com melhor qualidade e vem nessa linha da evolução. Quero dizer que o ônibus híbrido é considerado pela população, não por técnicos, não por nós, de forma extremamente positiva. A questão de os senhores operadores tinham ou não desejo de fazê-lo, me parece que fica subjugada ante o interesse do município na questão ambiental, no avanço do sistema de transporte. Então, é esta qualidade, é este avanço que tem que ser compreendido e entendido neste momento.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- O Senhor coloca e aponta como uma questão também técnica, não só política (n).

O SR. MARCOS ISFER:- Perfeitamente, é uma cobrança da sociedade o avanço na questão dos combustíveis. Vemos hoje as nossas cidades com alto grau de poluição. Curitiba, até recentemente quando se fazia medida de poluição, tinha um índice, hoje já tem outro. Fruto também da excessiva motorização das cidades. Fruto, cada vez maior de uma frota, e Curitiba tem aí os números bem claros de ser uma das capitais com a maior frota. Cada bebê que nasce na cidade já nasce com um pedaço de carro relativamente grande. O Vereador Bruno Pessuti diz que nasce mais carro do que gente. E é uma realidade. Então, esse desenvolvimento, nesse sentido, é importante. Gerou um aditivo? Gerou, naturalmente, uma vez que por ser um produto novo, por ser um produto que estava em lançamento no Brasil, embora já testado e lançado no mundo todo, haveria e poderia haver qualquer tipo de problema. Essa taxa de risco foi colocada por um período. **A partir do momento em que não haja nenhum tipo de problema naturalmente isso aí**



desaparece. Mas é uma necessidade para o bom andamento do sistema. Por isso que eu digo que essas questões, vereador, vamos ter que ter tempo de responder técnica e juridicamente, porque fica muito no ar o tipo da ilação. Então, o híbrido é ruim para a cidade de Curitiba? Eu gostaria de dizer que não é.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Perfeito. A avaliação que a gente faz é da seguinte forma, é que a gente entende que aquele momento Curitiba também teria que trazer inovação. Mas também a informação que eu gostaria de saber do senhor, se a Urbs comunicou ao prefeito que geraria esse aditivo. Quanto seria o custo que impactaria na tarifa técnica. Se aquele momento era o momento apropriado para estabelecer, e não desvirtuaria a tarifa no futuro. A minha pergunta: se naquele momento houve, no sentido técnico, a necessidade de se colocar essa tecnologia desse produto, mas também se houve uma necessidade em que o prefeito na época, Luciano Ducci, optou por essa compra do veículo. Se foi, de fato, um pedido do prefeito à Urbs para que adotasse essa medida. Ou se foi uma decisão da Urbs. Porque o técnico da Urbs que esteve aqui colocou bem claro que foi uma decisão política. Só que ele não indicou qual político que fez essa preferência. Só nesse sentido que eu gostaria de esclarecimento. E a gente sabe que, no direito administrativo, o fato do príncipe é o político maior, que na época era o prefeito, ele tem essa condição de impor às empresas, aí entra uma questão administrativa, uma alteração contratual desvirtuando todo o sentido, e com impacto na tarifa. Nesse sentido, eu gostaria de saber do senhor se o prefeito foi quem decidiu a compra desses veículos na época.

O SR. MARCOS ISFER:- Na verdade, como eu disse ao senhor, quando se fala nessa questão política, se fala na questão política da cidade. Não se fala em qualquer outro tipo de política que não seja o bem do município. Como eu tenho certeza, seja quem for o prefeito que esteja ocupando, sempre vai querer a melhora do sistema, sempre vai querer a melhora em relação ao meio ambiente, e tudo mais. Naturalmente que o prefeito tinha conhecimento disso, naturalmente que o prefeito sabia o que estava ocorrendo. Como eu disse, em momento algum a Urbs tem o poder de decidir sozinha. Essas decisões são sempre tomadas em conjunto. Se se sabia que ia fazer uma diferença tarifária, que aliás, diga-se de passagem, mínima, sabia-se, lógico. Agora, quero deixar muito claro, não houve nenhum tipo de outra política que não fosse o bem da cidade de Curitiba.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Perfeito. Durante o período em que o senhor exerceu a presidência da Urbs, junto ao Tribunal de Contas, houve alguma glosa na prestação de contas da Urbs junto ao Tribunal de Contas no período em que o senhor exerceu?

O SR. MARCOS ISFER:- A informação que eu tenho é que o FUC está aprovado até ano passado, não tenho o número dos processos, os dados. Quero lhe dizer que com relação a Urbs existem processos pendentes lá dos anos 1999/2000, lá para trás, mas que as contas da Urbs não tem restrições maiores.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- No período em que o senhor exerceu?

O SR. MARCOS ISFER:- Eu não posso afirmar isso com certeza, que não sei quais

contas foram julgadas.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Perfeito.

O SR. MARCOS ISFER:- Eu recentemente, por exemplo, não recebi a intimação, recebi eletronicamente tomei conhecimento que a Urbs teria recebido para responder uma questão específica patrimonial do fundo e que imediatamente, formação que tenho da atual Diretoria, dos atuais técnicos que lá estão, foi respondida. Então, me parecia que era a única observação que havia e que foi imediatamente respondida. Quero dizer a V.Exa. que não paira dúvida sobre qualquer fato.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Perfeito. E só para finalizar gostaria que o senhor fizesse um comentário, até pela sua experiência, foi Vereador, deputado, esteve à frente do DETRAN, Secretaria de Governo, tem uma vasta experiência, que o senhor comentasse o modelo que hoje a Urbs, o modelo que foi adotado e a Urbs é uma grande empresa, diga-se de passagem, pelo fato dela ter diversas atribuições, e até entendendo que algumas atribuições não deveria nem ser da Urbs, é o caso da compra de placas de denominações de rua. Existe um cadastro técnico ligado à Secretaria de Urbanismo, mas quem adquire, quem tem o contrato com essas empresas que prestam serviços de placas de denominações de rua é a Urbs. A Urbs gerencia espaços comerciais, rua 24h, rodoferroviária, uma parte do Mercado Municipal, vários equipamentos, bancas de revista, táxis, o transporte em geral. O fato de a Urbs ter muitas atribuições, de repente este foco em relação ao trabalho que ela desenvolve e a gente sabe que são valorosos técnicos que estão lá de carreira, é importante ressaltar isso, isso também não tira as vezes o foco de termos talvez um pouco mais de eficiência no transporte, sendo que os Diretores, as atribuições são voltados a tudo o que elenquei aqui de contratos, porém são muitos e diversos serviços, também agora não trânsito, mas no passado era trânsito,. O senhor entende que isso não tira as vezes o foco, porque é muito sobrecarregado. Acredito que ser um Presidente de uma Urbs é uma grande responsabilidade e são muitas atribuições. Então, gostaria que o senhor fizesse um comentário se esse modelo é um modelo ideal de companhia ou se ela poderia transferir algumas atribuições e remodelar, isso passaria por uma nova lei, mas remodelar o sistema de operação da Urbs. Então, só um comentário. Seria essa e finalizo aqui as minhas perguntas.

O SR. MARCOS ISFER:- Dizer a V.Exa. que V.Exa. tem razão, as atividades previstas na Urbs são inúmeras. Agora dizer que o setor de transporte em momento nenhum, em condição nenhuma jamais foi negligenciada, porque talvez seja, dentro de todos os elencados, e acredito que seja o mais importante. O que dá uma resposta a mais à população. Não podemos nos esquecer que todos os dias, quando falamos em transportes, estamos falando em trabalhar entre táxi, ônibus, enfim, terminais, sites, escolares, vã, podemos falar que a Urbs trabalha praticamente com 80% da população de uma forma direta. E indireta, talvez, quando se coloca banca de revista, quando se coloca de exposições do Parque Barigui eu diria trabalha em alguns momentos com quase toda a população curitibana. Agora, há Diretorias específicas, e como eu disse, tem um corpo técnico formado e que trabalha numa atividade sempre forte. Então, não há muitos momentos livres e nem funcionários sobrando, porque em todos os momentos todos os

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

funcionários são exigidos ao máximo. Quero dizer a V.Exa. que quando me perguntam o que eu ganhei na Urbs, eu sempre respondo, um processo convulsivo e um remédio de uso contínuo. Eu, quando Presidente da Urbs, fui acometido de um processo convulsivo que carrego até hoje, sabe Deus oriundo de onde. Segundo os médicos daqui e de São Paulo, oriundo do estresse e uso até hoje um remédio chamado Lamictal, Trileptal, é muito próximo, e dizem que até muito próximo de um usado pelo ex-governador, que se chama Gardenal.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Perfeito. Eu só queria finalizar com uma última pergunta em relação ao contrato ICI e Dataprom, se havia uma necessidade ou existia um procedimento em que esse contrato unilateral entre essas empresas, se em algum momento eles entregaram a cópia do contrato ICI Dataprom à Urbs, se a Urbs tinha esses documentos.



O SR. MARCOS ISFER:- Que eu tenha conhecimento, não.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Eram estas perguntas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos ao Vereador Serginho do Posto e passamos a palavra ao Vice-Relator, Vereador Valdemir Soares.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Muito obrigado, Sr. Presidente. Bom dia a todos os convidados, os convocados, visitantes. Queria só fazer uma comentário antes de começar as perguntas, como sempre gosto de fazer. Foi citado ainda há pouco aqui questão de possibilidade de indicações políticas, tanto do nobre Ex-Presidente da Urbs quanto do nobre Presidente da CPI na gestão passada, no governo passado e foi citado também outras questões de indicações políticas para cargos de confiança da estrutura pública. E só deixar bem claro, Presidente, que já é de personalidade de todos os Vereadores aqui e de consenso de todos os Vereadores aqui que nenhuma opinião político-partidária vai influenciar no relatório dessa CPI. Ainda que aqui se sente hoje, amanhã pessoas ligadas a partidos de parlamentares componentes dessa CPI. A CPI trabalha de forma neutra, ela não vai ter ações político-partidárias na definição do seu relatório. E se alguém descumprir isso, coisa que acredito que não aconteça, porque o grupo colegiado está bem coeso nesse pensamento, seria contestado pelos demais colegas. Seria contestado, seria publicizado para toda a sociedade. Então, que fique bem claro que a questão político-partidário não vai ter nenhuma influência no relatório final dessa CPI, isto em consenso de todos os nossos colegas que fazem parte desse colegiado, dessa CPI. Eu queria perguntar três assuntos, sobre a questão do edital, licitação, sobre a questão do contrato do ICI com a Dataprom... toda vez que começo a falar o Presidente sai. É uma coincidência, não é, Presidente? Tive que destacar, Sr. Presidente Jorge Bernardi. Sr. Presidente Serginho do Posto, peço o adiamento da Sessão por dez minutos até que o Presidente Jorge Bernardi volte, gostaria da presença dele aqui na minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Serginho do Posto):- Se os colegas entenderem que sim, tudo bem. Em votação (Pausa) (P) a solicitação do Vereador que pede o adiamento da Sessão. (Pausa). REJEITADO. Vamos passar a palavra a outro colega e depois o senhor volta a fazer as suas perguntas. Concedemos a palavra ao Vereador Chico do Uberaba.



O SR. CHICO DO UBERABA:- Sr. Marcos Ísfer, a Urbs é uma empresa de economia mista e que tem sócios. Quem são os sócios da Urbs hoje?

O SR. MARCOS ISFER:- Sr. Vereador, constam como sócios da Urbs o antigo Banestado, a antiga Associação de Funcionários do Bamerindus, o Instituto de Engenharia do Paraná e não tenho toda a composição aqui mas posso pedir que lhe seja remetida.

O SR. CHICO DO UBERABA:- O HSBC também tem parte ou não?

O SR. MARCOS ISFER:- Era o antigo Bamerindus que tinha zero alguma coisa e o HSBC tem zero alguma coisa também. Qual a vantagem de a Prefeitura dividir as ações, embora seja majoritária com pessoas físicas.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Qual a vantagem de a Prefeitura dividir as ações, embora seja majoritária com pessoas físicas?

O SR. MARCOS ISFER:- Isso vem do tempo de criação da empresa, Sr. Vereador. Isso vem da época em que, como empresa de economia mista, a Urbs podia naquela oportunidade oportunizar tanto a questão de saneamento quanto a questão de pavimentação e cobrar isso diretamente dos proprietários dos imóveis. Era feito, por exemplo, uma determinada rua e aqueles que são mais antigos lembram dos planos comunitários onde se fazia pavimentação em determinada via e isso depois era feito um parcelamento que era pago diretamente a Urbs. Aliás tendências que existem até hoje e difíceis muitas vezes de serem cobradas.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Mas qual é a vantagem da Urbs nisso tudo?

O SR. MARCOS ISFER:- A vantagem é que como uma empresa de economia mista poderia prestar os serviços.

O SR. CHICO DO UBERABA:- O senhor falou que na gestão anterior e inclusive alguns Vereadores fizeram parte de uma Comissão. Os Vereadores Paulo Frote e Roberto Hinça faziam parte de qual Comissão?

O SR. MARCOS ISFER:- Um foi do Conselho de Administração e o outro o substituiu também, indicados pela Câmara.

O SR. CHICO DO UBERABA:- E eles tinham o poder de confecção de editais de licitação da Urbs?

O SR. MARCOS ISFER:- Naturalmente que não, Sr. Vereador. A confecção foi feita, como eu disse sempre, pela equipe técnica jurídica. E os principais itens da licitação foram aprovados pelo Conselho de Administração.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Então a participação dos acionistas seriam pelo interesse de quem?

O SR. MARCOS ISFER:- Na verdade as nossas reuniões do Conselho de Acionistas, normalmente quem comparecia? Era o Instituto de Engenharia, era a Prefeitura de forma muito intensa e dessas entidades privadas raramente comparecia alguém nas reuniões do Conselho de Acionistas. O Conselho de Acionistas é uma coisa e o Conselho de Administração é outra coisa.

O SR. CHICO DO UBERABA:- O senhor acompanhou o relatório do Tribunal de Contas?

O SR. MARCOS ISFER:- Depois que foi disponibilizado eu tive acesso a algumas informações.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Esse edital é o mesmo que foi levado ao Departamento Jurídico da Urbs, quando este demonstrou que estava com diversas irregularidades, conforme (a) relatório das comissões, que apontaram essa irregularidade? É o mesmo que se encontra no Tribunal de Contas?

O SR. MARCOS ISFER:- É o mesmo que foi entregue ao Tribunal de Contas, ao Tribunal de Justiça, é o mesmo que foi entregue em todos os momentos. Deixar claro que a comissão, o parecer jurídico apontava a necessidade de serem sanadas determinadas irregularidades que poderiam estar constantes, como alguns estudos técnicos, como algumas formulações. Em momento algum o parecer aponta qualquer ilegalidade no processo. Portanto, tanto antes, na confecção do edital, como depois de sua publicação, como durante todo o trâmite de análise de propostas, etc, que ocorreu, não houve em momento nenhum ilegalidades. Pode eventualmente ter tido, como foi dito e apontado, irregularidades sanáveis, e que foram sanadas com os estudos apresentados.



O SR. CHICO DO UBERABA:- Então se era o mesmo relatório, por que só agora o Tribunal de Contas aponta diversas irregularidades, inclusive acerca do edital?

O SR. MARCOS ISFER:- Desculpe, não posso lhe responder, Vereador. Essa pergunta eu gostaria que o senhor formulasse ao Tribunal.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Houve estudos técnicos para embasar a licitação?

O SR. MARCOS ISFER:- Houve e não foram poucos. Posso lhe dizer que esses estudos técnicos ocorreram em profusão. Eram estudos técnicos de várias sistemáticas, de vários estudos, de várias formulações. Como se iria fazer, como não se iria fazer, de que forma juridicamente atenderia a lei de concessões, de que forma atenderia enfim todos os pré-requisitos legais e técnicos para que houvesse todos os predicados necessários à transparência, todos os predicados necessários ao bom andamento e todos os predicados necessários à ampla e diversa possibilidade de concorrência.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Quem fez esses estudos então?



O SR. MARCOS ISFER:- A equipe técnica da Urbs, a comissão de licitação que assessorou. E todos os estudos foram procedidos e realizados com ampla participação dos servidores da casa, diria quase que todos aqueles que são da área de transporte acabaram tendo um tipo de participação. Além da participação na audiência pública, além da participação em diversos momentos quando da discussão, por exemplo, do sindicato de motoristas e cobradores, quando da discussão, por exemplo, com todos os operadores, com todos aqueles que pudessem ter qualquer tipo de interesse. Então, sempre houve, em todos os momentos, amplas discussões que resultaram nesses estudos técnicos.

O SR. CHICO DO UBERABA:- O senhor tem algum parente próximo seu que trabalha no Tribunal de Contas?

O SR. MARCOS ISFER:- Parente eu não tenho. Tenho, por afinidade, a minha esposa. Ela não é minha parente, vou deixar muito claro. Parente é filho, consanguíneo.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Então a sua esposa trabalha lá?

O SR. MARCOS ISFER:- Trabalha, sim senhor.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Com que frequência as empresas, diga-se, o sindicato, o Setransp... O senhor já ouviu falar no Setransp?

O SR. MARCOS ISFER:- Naturalmente. Fui o presidente da Urbs, se não tivesse ouvido nunca falar no Setransp acho que estaria fora •. (risos da plateia).

O SR. CHICO DO UBERABA:- Certo. Então, com que frequência as empresas, diga-se, o Setransp, se reunia com o senhor para propor alterações no edital de licitação do transporte coletivo?

O SR. MARCOS ISFER:- Olha, quero dizer ao senhor que além de participarem da audiência pública, levaram, em uma reunião na qual participava toda a comissão, algumas considerações. Aliás, diga-se de passagem, considerações que, na sua maioria, não foram aceitas.

O SR. CHICO DO UBERABA:- O Setransp tratava das alterações do edital de licitação mais com o senhor ou com o presidente da licitação, o Sr. Fernando Ghignone?

O SR. MARCOS ISFER:- Nem com um, nem com outro.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Com que frequência as reuniões ocorriam e que modificações surgiram dessas reuniões para alterar o edital de licitação?

O SR. MARCOS ISFER:- Já disse a V.Exa. que não eram frequentes. Houve reunião naturalmente (v), pessoas interessadas, e quero dizer que, como disse há pouco, a grande maioria das observações não foi levada em conta. Aliás, permite-me mais um adendo, vereador? A participação muito mais foi depois de publicado o edital, que haviam os questionamentos à

Comissão, porque foram inúmeros e inúmeros questionamentos formulados. Aí sim, tiveram uma participação mais ativa. Talvez seja isso que V.Exa esteja se referindo, ou seja, aos questionamentos legais, havidos por qualquer um que tivesse interesse. Tivemos questionamentos realizados por sindicatos, por pessoas físicas, por pessoas jurídicas e aí também houve esse questionamento.

O SR. CHICO DO UBERABA:- A CPI tomou conhecimento de que foi cobrado das empresas associadas da Setransp dezoito bilhões de reais para alterar o edital de licitação para beneficiá-las. O senhor confirma?

O SR. MARCOS ISFER:- Por favor, Vereador, o senhor há de convir comigo que isso é um absurdo e isso jamais deve ter acontecido. Se V.Exa tem provas disso, V.Exa deve apresentar isso à Justiça

O SR. CHICO DO UBERABA:- O senhor não entendeu. Estou lhe perguntando, pergunta da CPI. A respeito da prova cabe à outra circunstância. Eu disse que foi colocado aqui na CPI.



O SR. MARCOS ISFER:- Quem colocou isso é, no mínimo, leviano e irresponsável.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Explique, então, como foi a confissão da dívida da Urbs com as empresas. Qual a origem da mesma?

O SR. MARCOS ISFER:- Então, vamos lá. Nos idos de 2000, quando ainda era feito pagamento com dez dias de délei, ou seja, um serviço que era prestado na data de hoje era pago dez dias após, gerou um débito com as empresas, reconhecido pelo então Presidente à época, no valor corrigido e que faz parte, naturalmente, dessas indenizações de quarenta e cinco milhões. Segundo, os bens reversíveis, já bem colocado aqui pelo Vereador Bruno Pessutti, no valor à época de cento e onze milhões, sendo que noventa e sete correspondentes a veículos. Constatou ainda a possibilidade de que os novos operadores contratasse aqueles que trabalhavam no sistema, ou seja, aqueles que operavam no sistema teriam, naturalmente, que dispensar os servidores, uma vez que o serviço acabaria, e haveria possibilidade -isso até uma reivindicação à época, do Sindicato dos Motoristas e Cobradores, de que esses mesmos trabalhadores, até pela sua experiência, pela sua expertise no sistema, pudessem vir a ser contratados. Então, esse é outro valor, e por fim, como eu disse, o valor de investimento de bilhetagem que foi cobrado dentro da outorga. Todos esses valores foram auditados, todos esses valores foram atualizados através de auditoria quando da assinatura do contrato.

O SR. CHICO DO UBERABA:- É correto afirmar que a contratação do ICI para fornecer o sistema de bilhetagem eletrônica foi de uma forma de contratar a Dataprom sem licitação?

O SR. MARCOS ISFER:- Não. Até porque a Urbs não tinha o menor, acredito eu porque não era eu que estava lá à época, mas acredito que a Urbs não tinha o menor conhecimento de quem é que o ICI iria contratar.



O SR. CHICO DO UBERABA:- O senhor sabe informar qual o valo pago ao ICI na contratação do sistema de bilhetagem da Dataprom?

O SR. MARCOS ISFER:- O valor pago era aquele valor que consta do aditivo de trinta e dois milhões, aonde consta todos os equipamentos a serem fornecidos, aonde consta todos os softwares a serem fornecidos, aonde consta a central de dados, enfim, aonde constam todos os serviços para a boa prestação do serviço.

O SR. CHICO DO UBERABA:- O senhor sabe informar quanto foi à Comissão do ICI ao intermediar a contratação da Dataprom nesse contrato de dois milhões de reais?

O SR. MARCOS ISFER:- De trinta e dois, senhor, e eu não tenho informação sobre isso.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Antes do sistema de bilhetagem da Dataprom, que sistema era utilizado pela Urbs?

O SR. MARCOS ISFER:- Isso, no início da Década de 2000, me parece que era um serviço prestado (e) por uma empresa chamada Smartene. Não sei lhe precisar.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Existe um seguro feito pelos empresários, acredito também que com a participação da Urbs. Corrija-me se eu estiver errado. O seguro feito pela Urbs que dá em torno de quatrocentos e cinquenta mil reais por mês, quase cinco milhões por ano, o senhor tem conhecimento desse seguro?

O SR. MARCOS ISFER:- Tenho. É uma precisão legal, de lei votada nesta Câmara Municipal.

O SR. CHICO DO UBERABA:- A empresa que trabalha com esse seguro é o HSBC?

O SR. MARCOS ISFER:- Parece-me ser, uma vez que esse é um contrato direto entre os operadores e a seguradora.

O SR. CHICO DO UBERABA:- O senhor sabe dizer se houve uma licitação, uma concorrência para ser contratado esse trabalho?

O SR. MARCOS ISFER:- Como eu disse ao senhor, esse serviço é de inteira responsabilidade das operadoras. Portanto, a definição que eu saiba é dessas empresas.

O SR. CHICO DO UBERABA:- O senhor não acha estranho um valor tão alto desse sem uma licitação, ou concorrência? Não houve, já estou lhe informando que não houve. O senhor não acha muito estranho uma contratação desse montante, de quase cinco milhões por ano, sem uma licitação ou uma concorrência? E pegar o HSBC que é um dos acionistas, sócios da Urbs.

O SR. MARCOS ISFER:- Vereador, a ilação de sociedade desculpe, mas é totalmente descaracterizado, uma vez que esse zero, zero alguma coisa que o HSBC possa ter dentro da Urbs.

não representa absolutamente nada. Segundo porque a Urbs nunca distribuiu qualquer tipo de dividendo ou de lucro. Terceiro, com relação a licitação eu creio que os operadores devem ter optado pelo menor preço. Porque o valor máximo a ser pago pela Urbs era definido. O valor a partir daí não teria como passar. Então, acredito que eles devem ter buscado o melhor preço, ou não seriam bons empresários, seriam maus empresários se não tivessem buscado o melhor preço.

O SR. CHICO DO UBERABA:- A participação da prefeitura é de mais 99%, é isso?

O SR. MARCOS ISFER:- Sim.

O SR. CHICO DO UBERABA:- E ela não assina junto com a Urbs nesses contratos?

O SR. MARCOS ISFER:- Não senhor. Existe uma delegação para que a Urbs assine.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Esses contratos sem licitação, o ICI contratando a Dataprom sem licitação, esse do seguro, não é muito esquisito nesses montantes milionários, Sr. Marcos Isfer?

O SR. MARCOS ISFER:- Vereador Chico do Uberaba, na verdade o senhor há de convir comigo, como já lhe disse, a questão do ICI. A questão do ICI é um contrato de gestão, firmado entre a Prefeitura e o ICI, no qual consta a Urbs como participante.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Se dependesse do senhor, como Presidente da Urbs, hoje, contrataria o serviço do ICI hoje. Se fosse escolher e tivesse lá o ICI, o senhor contrataria?

O SR. MARCOS ISFER:- Se eu tivesse tempo para analisar não sei Vereador, não vou lhe garantir isso. Até porque esse era um processo que já estava em andamento. Quando o gestor público pega um processo em andamento, ele tem a obrigação de fazer, cobrar e realizar esse serviço. Isso eu tenho confiança e certeza de afirmar a V. Exa. que eu fiz. Toda equipe técnica da Urbs o fez. Com relação, como diz V. Exa., se seria melhor opção ou não, não posso lhe responder. Acho que a pior obra pública é aquela que não termina, é aquela que é paga pela metade, ou aquela que é feita e não chega ao seu final. Posso lhe garantir que esse processo chegou ao final com apresentação de todos os produtos contratados.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Ok. Sr. Presidente, devolvo a palavra.

O SR. PRESIDENTE:- Na sequência, como havíamos acordado, Vereador Valdemir Soares.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Abro mão, para que outro Vereador possa falar, enquanto o Vereador, Presidente, não volta do banheiro.

O SR. PRESIDENTE:- Ok. Na sequência Vereador Geovane Fernandes.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- Bom dia Sr. Marcos. Dando sequência às perguntas: o

Prefeito da época, ou alguém do Prefeito, interferiu ou sugeriu modificações no edital publicado, em relação a minuta examinada?

O SR. MARCOS ISFER:- Não, inclusive quero referendar aqui que a própria Procuradoria do Município há época ajudou na análise jurídica do edital.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- Houve alguma ou outra pessoa, ou entidade que sugeriu modificações (m)no edital de licitação do transporte coletivo?

O SR. MARCOS ISFER:- Não. Teve uma participação talvez mais ativa o Sindimoc, que reivindicava, e foi colocada, não havia como colocar a garantia de reemprego, mas foi colocada a condição de reemprego desses trabalhadores.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- O senhor teve reuniões com o Prefeito para tratar da licitação?

O SR. MARCOS ISFER:- Naturalmente que lhe eram relatados os processos depois da audiência pública, como estavam, o momento das discussões técnicas, como estavam ocorrendo.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- O que o senhor poderia retratar dessas reuniões para a Comissão? Poderia citar alguns itens que foram tratados nessa reunião da licitação?

O SR. MARCOS ISFER:- Todos os itens tratados foram os itens componentes, e sempre com a recomendação de que fosse a mais ampla possível, como o foi.


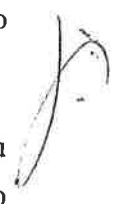
O SR. GEOVANE FERNANDES:- O senhor recebeu solicitações do Sindicato do Transporte Coletivo, o Setransp, para alterar itens do edital que pudessem beneficiar as empresas associadas àquela entidade?

O SR. MARCOS ISFER:- Naturalmente que não, absolutamente não, e, como lhe disse, as participações foram posteriores, através de pedidos de esclarecimentos.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- O senhor admite que as alterações no edital foram irregulares, pois não passaram pela análise e aprovação jurídica do departamento jurídico da Urbs? E que feriram as alterações da Lei 8666, Artigo 38, Parágrafo Único?

O SR. MARCOS ISFER:- Não, não houve nenhum ato que pudesse ferir a 8666, uma vez que, como eu disse, foi passado pelo jurídico, o jurídico fez recomendação com relação aos estudos técnicos, e as adaptações todas foram no sentido de ampliação, nenhuma no sentido restritivo.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- Acho que talvez até já foi perguntado, como ocorreu a contratação do ICI, uma terceirizada do serviço, e da Dataprom, uma quarteirizada, para o sistema de bilhetagem eletrônica?



O SR. MARCOS ISFER:- A contratação do ICI foi realizada através de um contrato de gestão, como eu já disse, lá pelo ano de 2005, 2004, não saberia precisar a V.Exa., não estava à frente da Urbs nessa época. E a questão de quarteirização é que é uma questão que para a Urbs não existe; sempre existiu e sempre existirá a contratação do ICI.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- Por que o senhor, ao adquirir um sistema de bilhetagem, não adquiriu os códigos-fonte também?

O SR. MARCOS ISFER:- Como eu já disse a V.Exa., já apresentei ofício aqui, no qual nós dizemos não como aquisição, porque jamais pagaríamos por algo que achamos que é de direito da empresa, uma vez que, prestado o serviço pelo ICI, esse código-fonte deve pertencer à Urbs. É o que diz o nosso ofício enviado em data de 24 de agosto de 2009, que já passei às mãos do relator.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- O senhor possui algum grau de parentesco com o Sr. Alberto Abujamra, diretor da Dataprom, ou com o outro sócio?



O SR. MARCOS ISFER:- Nenhum.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- Hoje, pode-se dizer que é necessário fazer um estudo de reengenharia no sistema coletivo de transporte, fazendo um estudo de origem e destino para poder atender melhor a população, na sua opinião?

O SR. MARCOS ISFER:- Eu acho que é mais do que necessária essa questão da pesquisa de origem e destino. Tentamos por inúmeras vezes inclusive recursos em nível federal, ou outros recursos, para realizarmos essa pesquisa. Essa é uma pesquisa, Sr. Vereador, que não é, como qualquer pessoa possa pensar, uma pesquisa que custe aí algum trocado, é pesquisa que passa da casa dos dois dígitos de milhão, é uma pesquisa bastante cara, que para ter validade deve ser feita a domicílio, domiciliar. Não basta só fazer através dos terminais, digamos, lá uma pesquisa, você teria que fazer domiciliar, para saber de onde a pessoa está saindo, qual é a intenção dela ir, para onde ela pretende ir, qual é a frequência com que ela realiza esse tipo de deslocamento, quais são as suas necessidades, e a partir daí realmente há necessidade, e isso é algo reconhecido por todo o corpo técnico, (u), há necessidade sim de ser feita uma pesquisa de origem/destino. Isso sempre foi, deixar claro também, uma atribuição do Instituto de Planejamento Urbano de Curitiba, não era uma atribuição da Companhia de Urbanização responsável pelo transporte.

O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra o Vereador Valdemir Soares.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Eu acho deselegante citar, principalmente o Presidente da Comissão estando ausente ou outro Vereador estando ausente. Apesar que o comentário que vou ter que refazer vai constar numa totalidade dos Vereadores e alguns também não estão presentes. Mas, enfim, o que eu estava falando, o comentário inicial, Sr. Presidente, é que logo que começou aqui o interrogatório do Sr. Marcos Isfer foi tocado na questão de partidos políticos. Foi tocado numa possível indicação do Presidente Marcos Isfer pelo PPS, foi tocado numa possível indicação



do Fernando Ghignone, como Diretor de Transporte, pelo PSDB, como homem de confiança do PSDB, depois o Isfer falou também da sua indicação pelo PDT, enfim, deixar mais uma vez bem claro para toda sociedade que há consenso entre todos os Vereadores que o relatório final da CPI, as ações da CPI não têm nenhuma influência político-partidário. Tanto é que vários partidos aqui que foram citados têm parlamentares fazendo parte desta comissão. E se em algum momento houver qualquer tipo de ação político-partidário, acredito que não vai acontecer, porque há consenso de todos os Vereadores, haveria por parte de outros colegas uma correção, porque não é esse o propósito da comissão parlamentar de inquérito, independente de estarmos numa casa política e termos posições políticas, Presidente, o relatório final não terá influência político-partidária. Seja do grupo que administrou a cidade na gestão anterior ou do atual grupo que administra a cidade hoje. O corpo de Vereadores tem essa consciência, esse discernimento e assim o faremos até o fim. Bom, voltando como havia iniciado a fala, Marcos, nós vamos abordar aqui três assuntos: a questão do edital de licitação, a questão da contratação do ICI, do contrato da Dataprom e do relatório dessa auditoria do Tribunal de Contas. Uma das coisas que nos chamou a atenção e chamou a atenção da sociedade foi que a conclusão do Tribunal de Contas é de que realmente houve irregularidades no processo licitatório do sistema de transporte coletivo e isso dá mais força à possibilidade da anulação dessa concorrência e de abertura de uma nova licitação em doze meses. Você, que deu prosseguimento a toda licitação antiga, fez parte, acompanhou, o que você acha dessa posição do Tribunal de Contas?

O SR. MARCOS ÍSFER:- Vereador, já disse e volto a frisar: o entendimento que houve por parte dessa comissão de auditoria não é soberano, não é uma decisão final do Tribunal de Contas, é uma decisão da comissão de auditoria. Naturalmente que isso deve passar por todo um processo e isso sequer passou por qualquer departamento daquele tribunal e, muito menos, pelo pleno formado pelos senhores conselheiros que são os que decidem efetivamente. Segundo, não houve qualquer contradita por parte sequer da Urbs atual ou gestão anterior a respeito dessa auditoria. Não quero fazer juízo de valor nem hipótese alguma, porque, como eu disse, vamos apresentar todas as razões jurídicas, rebatendo item a item, que lá consta e, naturalmente, temos consciência de que isto só pode ser feito quando existir um processo definitivamente legal, antes disso não temos a mínima condição de responder qualquer coisa a respeito ..

O SR. VALDEMIR SOARES:- Nós sabemos dos procedimentos jurídicos e dos legais. Estamos numa CPI e o senhor presidiu a Urbs durante todo o processo e a pergunta foi, o senhor, como antigo administrador, está sendo responsabilizado por ações, itens desse relatório do Tribunal de Contas. Como o senhor vê isso e o que o senhor pensa da possibilidade de, tendo o pleno futuramente o pleno o Tribunal de Contas pedindo essa nova licitação. O que você acha dessa nova licitação, desse processo e da responsabilização que a auditoria está fazendo não só com V.Exa., mas todos os integrantes da administração da Urbs nesse processo, principalmente os da comissão de licitação.

O SR. MARCOS ISFER:- Vereador, quero lhe responder, que da minha parte entendo que há resposta a todas as colocações feitas e isto falo juridicamente. Com relação à nova licitação, ouvi ainda ontem o prefeito atual dizendo que ele vai aguardar também o que virá do Tribunal de

Contas, depois já como uma solução, digamos assim, tramitada, depois que haja tramitação e depois que tiver uma conclusão, que determine a Prefeitura que tome alguma atitude, pelo menos foi isso que escutei nas rádios. Quero dizer a V.Exa., que me parece que esta nova licitação é muito mais desejo de alguns operadores do que necessidade fática.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Como que o senhor teve essa informação?

O SR. MARCOS ISFER:- Porque durante o ano passado, enquanto Presidente da Urbs, eu ouvi e vi, através da imprensa, reclamações diárias, todos os dias haviam reclamações.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Dos empresários do transporte coletivo?

O SR. MARCOS ISFER:- Os senhores mesmos têm conhecimento de que soltaram matérias, dizendo que haviam prejuízos incriveis, que estavam passando situações horrorosas. Confesso a V.Exa., que não tenho conhecimento disso, mas acho que alguns têm interesse.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Como o senhor recebeu essa informação, que o senhor poderia ser responsabilizado por essas irregularidades citadas pelo Tribunal de Contas?

O SR. MARCOS ISFER:- Como disse a V.Exa., tenho certeza que todos os pontos apontados terão esclarecimentos jurídicos, tenho também e quero deixar claro, de que não há em momento algum qualquer tipo de indicação que não seja por atos formais, ou seja, faltou isso, aquilo formalmente, mas que mesmo assim terão respostas todos os itens. Tenho segurança do que lhe digo, estou aqui acompanhado de um dos advogados que estão nos ajudando neste sentido e temos a consciência muito tranquila de responder a todos os itens com exceção de algum, como por exemplo, natureza jurídica da Urbs, desculpe, não nos cabe responder, cabe ao Legislativo e Executivo. Gratuidade, desculpe, não nos cabe responder, cabe a resposta por parte do Legislativo e do Executivo, de que gratuidades serão suspensas, por exemplo: Correios, nós recomendamos, enquanto Presidente da Urbs, inúmeras vezes a esta Casa, de que fossem retiradas as gratuidades do Correio, infelizmente, não ocorreram. Com relação à estações tubo, com relação à retirada do kit inverno, são coisas que já dizem mais respeito ao momento atual e ao qual não podemos, mas aqueles todos em que se referendam e que se referem à antiga gestão, podem Vs.Exas., estarem muito tranquilos na comissão parlamentar de inquérito de que terão resposta jurídica.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Numa nota da coluna Caixa Zero, do jornal Gazeta do Povo, o jornalista Rogério Galindo fala dessas mudanças finais, e que uma dessas mudanças não teve a autorização do departamento jurídico da Urbs. Essa mudança favorecia integrantes da mesma família para poderem participar da mesma licitação. E a informação que se tem é que o Departamento Jurídico não havia dado essa autorização, foi uma ação extremamente política. De quem foi essa ação? O senhor tem conhecimento dessa ação? E por que houve essa mudança que favoreceu pessoas da mesma família a participar de diversos lotes da licitação?

O SR. MARCOS ISFER:- Primeiro, deixar claro a V.Exa. que nenhuma das alterações que possam ter havido foram em desacordo com o jurídico que acompanhou todo o processo

licitatório.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Então, esse jornalista aqui mente.

O SR. MARCOS ISFER:- Eu não vou dizer que ele minta, que deixa de mentir, porque é a opinião dele que ele está emitindo aí enquanto jornalista. Parece-me ser essa forma, ele está emitindo uma opinião. Mas quero lhe dizer que se ele se refere, e eu não sei porque não li...

O SR. VALDEMIR SOARES:- Está no relatório do Tribunal de Contas.

O SR. MARCOS ISFER:- Mas se ele se refere à questão de participar, ainda que para lotes distintos, se é a isso que ele se refere, é uma ampliação do direito de participação, uma vez que poderiam participar empresas de todo o Brasil, e que poderiam assim fazer. Quando se fala nessa ideia de carterização, e tudo mais, eu acho muito importante que seja mandado efetivamente para o CADE. Acho que essa é uma questão que quem tem que avaliar realmente é o CADE. Desculpe, eu não sei avaliar isso.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Foi enviado para o CADE e para o Ministério Público esse indício de carterização.

O SR. MARCOS ISFER:- Eu acho ótimo que seja enviado.

O SR. VALDEMIR SOARES:- O que o senhor acha, houve carterização?



O SR. MARCOS ISFER:- A partir do momento em que o senhor tem empresas com CNPJs distintos, o senhor não pode indicar carterização. A partir do momento em que é o senhor prefeito quem determina o valor da tarifa, o senhor não pode indicar carterização.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Então o Tribunal de Contas estaria errado?

O SR. MARCOS ISFER:- Não sei. Confesso a V.Exa. que esse é um assunto que eu não sei. Quando a gente não sabe alguma coisa é melhor aguardar para ver do que emitir juízo. Eu não vou emitir juízo. Não vou cometer o erro que muita gente está tendo de emitir juízo ou fazer ilações sobre determinadas coisas.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Quem está emitindo juízo? Que muita gente é essa a que o senhor se refere?

O SR. MARCOS ISFER:- Eu tenho ouvido, lido, e volte e meia saem coisas, e escuto coisas que são ilações. Por exemplo, tudo está errado, o sistema de transporte coletivo de Curitiba está errado desde a sua origem, desde 1953, quando o então prefeito Ney Braga começou o sistema. Então, tenho ouvido barbaridades. Agora, quero deixar claro a V.Exa. que com relação a essa situação eu desconheço o assunto, não tenho formação suficiente para emitir qualquer tipo de juízo.



O SR. VALDEMIR SOARES:- O Tribunal apontou também irregularidade na licitação de um dos lotes da questão metropolitana. Houve essa irregularidade?

O SR. MARCOS ISFER:- Não senhor. Eu me permito ler aqui umas contra razões apresentadas ao juiz de direito da 3ª Vara da Fazenda Pública, Falência e Recuperação de Empresas, onde corria um processo de ação popular. Permito-me ler um trecho.

O SR. VALDEMIR SOARES:- É sobre o lote 4?

O SR. MARCOS ISFER:- Sobre o lote 4, é específico. Só um minutinho, vereador.

O SR. CHICARELLI:- Sr. Presidente, para um informe?

O SR. PRESIDENTE:- Pois não, Vereador Chicarelli.

O SR. CHICARELLI:- Peço permissão a esta Mesa e a V.Sa, que hoje é abertura, até convido os colegas, de um congresso de odontologia paranaense e estou convidado para a abertura 12h. Então vou me retirar e voltarei à tarde, se assim continuar.

O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Vereador Chicarelli, fique à vontade.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Falaram que esse lote não foi licitado, será que é por isso que você não acha aí?

O SR. MARCOS ISFER:- Naturalmente que ele não está aqui, só quero lhe mostrar a resposta que foi dada em ação judicial. Só um minutinho, por favor.

O SR. VALDEMIR SOARES:- A informação que tenho é que esse lote não foi licitado e é o lote que mais ganha.

O SR. MARCOS ISFER:- Não foi porque ele é um lote metropolitano. Na verdade o direito de concessão dessas linhas é do Governo do Estado. Em momento algum isso poderia ser licitado pelo município de Curitiba.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Então, deve ser efetivada uma nova licitação urgente, como recomenda o Tribunal.

O SR. MARCOS ISFER:- Mas isso, desde o primeiro momento, a Urbs tem este entendimento e repassou isso a COMEC e estudos estão sendo feitos pela Urbs e pela COMEC desde o tempo em que eu lá estava.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Mas essa é uma irregularidade que está sendo atribuída e não a COMEC.

O SR. MARCOS ISFER:- Não é uma atribuição da Urbs, é uma atribuição do Governo do Estado e quem faz essa licitação é a COMEC. É isso que quero achar para o senhor.

O SR. VALDEMIR SOARES:- E o Tribunal de Contas não conseguiu achar essa informação também para levantar isso e trazer tão explicitamente? Não tem advogados, não tem pessoas capacitadas para ...

O SR. MARCOS ISFER:- Vereador, volto a repetir, eu não vou me manifestar sobre esse assunto, não posso me manifestar.

O SR. VALDEMIR SOARES:- O senhor estava dentro do processo licitatório e não quer se manifestar em relação a um lote...

O SR. MARCOS ISFER:- Mas eu vou ler para o senhor aqui, se V.Exa....

O SR. VALDEMIR SOARES:- Então, se manifeste. O senhor está dizendo que não vai se manifestar. Estou aguardando, estou esperando.

O SR. MARCOS ISFER:- Não vou me manifestar sobre o relatório do Tribunal de Contas uma vez que, como já lhe disse, este relatório ainda não pode ser contraditado. Agora, aqui: (Lê: Relatório do Tribunal de Contas). O que me parece, o que é dito agora por V.Exa. é que o relatório do Tribunal exigia que fosse licitado o lote quatro. Ora, o lote quatro é um lote metropolitano, portanto, não estando sujeito a concessão da Urbs e sim sujeito a concessão d COMEC e do Governo do Estado. Por este motivo que esse não foi licitado. E da mesma forma, Nobre Vereador, como lhe disse, que alguns itens desses a gente tem que responder ao pé da letra, ao pé do jurídico é que não quero entrar no mérito deste relatório do Tribunal. Aqui está amplamente demonstrado como foi feito, por que foi feito e de que forma foi feita. Diga-se de passagem, assinado pelo jurídico da Urbs, tanto quem ajudou e quem fez o edital quem fez o edital, como quem também defendeu o edital em ação popular. E dizer também que isso já foi objeto do Judiciário, tanto em primeira quanto em segunda instância, como frisei logo no início das minhas explanações. Essa questão do lote quatro, como eu lhe disse, tecnicamente tem uma resposta e uma resposta que é verdadeira, que é adequada e que é legal. Agora, tem que ser respondido tecnicamente. Não seria eu aqui em alguns segundos que ousaria definir isso.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Agora, depois de toda essa explanação vejo que realmente o Tribunal acerta em pedir a efetivação desse licitação do lote quatro urgentemente. E também pelo entendimento vejo aí no seu relatório mais uma maquiagem jurídica da Urbs para poder favorecer as empresas do transporte coletivo. Essa é a minha visão política e merital do assunto, talvez não seja a sua. Em relação a isso, mediante todo esse relatório que você agora leu e a definição do Tribunal de Contas, quero aqui fazer um requerimento para que a CPI envie uma sugestão a Urbs de uma licitação urgente desse lote quatro. É claro que ela vai responder e se não for atribuição da Urbs ela vai fazer essa resposta por escrito, agora em uma forma direta a CPI e pediremos a Comec ou a outra instituição do Governo do Estado, se é que a atribuição é da Comec ou do Governo do Estado, que também faça esse processo de licitação. O que a gente como CPI não pode aceitar é que a maior parte do dinheiro que está sendo investido nesse processo licitatório esteja para um lote que está "maquiado" juridicamente para participar ou ilegal,

conforme já sugeriu o Tribunal de Contas. Então Sr. Presidente, vamos fazer esse requerimento a Urbs e a Comec urgentemente a licitação desse lote quatro que para mim, para este Vereador e acredito que para a maioria dos Vereadores, para o Tribunal de Contas, para essa auditoria que foi feita está extremamente irregular e precisa sim da efetivação de uma licitação urgente desse lote quatro. Isso está muito claro. Não estamos aqui pedindo a paralisação dos serviços ou a anulação dos serviços atuais, porque não queremos que os munícipes sejam prejudicados por essas irregularidades que estamos identificando aqui através da orientação desse relatório do Tribunal de Contas. Mas a CPI vai fazer a sua parte. Vamos fazer esse requerimento porque queremos urgente a licitação desse lote quatro.

O SR. MARCOS ISFER:- Vereador, o senhor vai me desculpar mas não há irregularidade nenhuma da Urbs em não licitar o lote...

O SR. VALDEMIR SOARES:- Então o Tribunal de Contas está mentindo, então o Tribunal de Contas é incapacitado. Há irregularidades sim, há uma maquiagem...(conversas paralelas).

O SR. MARCOS ISFER:- Não vou entrar nessa questão, tanto que peço licença para passar a palavra ao meu Advogado que está aqui ao lado.

O SR. MARLUS ARNS:- Quero cumprimentar V. Exa., Vereador Jorge Bernardi, que preside esses trabalhos.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Gostaria da identificação do advogado e que ele jurasse falar a verdade.

O SR. PRESIDENTE:- Dr. Marlus Arns, de acordo com os princípios adotados aqui nesta CPI, vossa senhoria vai falar como advogado ou depor, trazer informações à CPI?

O SR. MARLUS ARNS:- Sr. Presidente, a minha manifestação limita-se a explicar ao nobre Vereador sobre a minuta que foi lida pelo meu cliente...

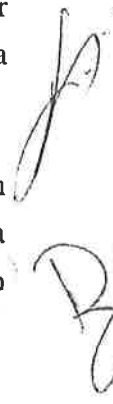
O SR. VALDEMIR SOARES:- Sem juramento fica invalidado.

O SR. PRESIDENTE:- É estritamente jurídica?

O SR. MARLUS ARNS:- É estritamente jurídica.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Sem juramento fica invalidado para a CPI, podemos ouvir por uma questão de respeito. Sem juramento, sem a oficialização tudo o que vai ser falado perde a validade para a CPI.

O SR. MARLUS ARNS:- Agradeço a possibilidade de falar, Sr. Presidente. Com juramento ou sem juramento, estou adstrito a Lei 8.930, ao Estatuto da Advocacia. Dentro da minha profissão estou obrigado a falar a verdade (A)em todas as vezes que me manifestar no



processo. Perante a Comissão Parlamentar de Inquérito juro dizer a verdade. Não estou sendo ouvido na condição de testemunha, é como advogado, e assim não prejudico os trabalhos e acho que damos bom andamento.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Sr. Presidente, questão de ordem. Quero saber qual é a questão de privilégio do advogado falar se ele não foi convocado e ele vem falar aqui na CPI. Ou ele fala sob juramento, estamos sob juramento com o réu, ou não fala, ou colocamos em votação aqui para ver se fala ou não fala.

O SR. MARLUS ARNS:- Para evitar essa discussão é que fiz o juramento, nobre Vereador.

O SR. PRESIDENTE:- Só por uma questão formal, eu entendi bem a posição do Dr. Arns. Então, vou fazer o pedido. Vossa senhoria jura dizer a verdade, somente a verdade, nada mais que a verdade?



O SR. MARLUS ARNS:- Não é só aqui como em todos os lugares em que exercer a minha profissão.

O SR. PRESIDENTE:- Obrigado. Só quero adverti-lo de que V.Exa. está agora sob juramento e se faltar com a verdade poderá responder por falso testemunho. Obrigado.

O SR. MARLUS ARNS:- Então, Sr. Presidente, fazendo a saudação a V.Exa. que bem conhece a lei e sabe que aqui fiz o juramento para facilitar os trabalhos, esclarecer ao nobre Vereador que a minuta que foi lida pelo Dr. Marcos Isfer não é de forma nenhuma maquiagem jurídica da Urbs, pois ela consta do Processo 00110546382010 08160004 que tramitou na 3ª Vara da Fazenda Pública, é uma petição que foi assinada por dois advogados da Urbs, Cláudia Prado Marcon e Rodrigo Binotto Grevetti e que foi aceita na sua íntegra pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que lavrou acórdão condenando politicância de má-fé aos autores da ação e dando total procedência a esses argumentos da Urbs. Então, é preciso tomar, faço esse alerta, um pouco de cuidado por causa da responsabilidade que temos perante a sociedade. Isso aqui está tramitado, transitado em julgado favorável a Urbs. Então, aqui não se trata de nenhuma, em absoluta, nenhuma maquiagem jurídica. Este é um ponto importante a ficar ressaltado. O segundo ponto, esclarecer também aos Vereadores, a boa-fé e a conduta do Dr. Marcos Isfer que está respondendo perguntas sobre um relatório que não está publicado, que não foi nos dado vistas e que não tivemos acesso de maneira formal. Com o intuito de facilitar os trabalhos da Comissão, ele tem evidentemente respondido, mas este relatório ainda não está formalmente validado. Era isto que eu tinha, Sr. Presidente, com a maior tranquilidade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Eu continuo achando que é uma maquiagem jurídica. Minha opinião é esta. E o Tribunal de Contas entende que deve ser feita uma nova licitação, que está irregular e está também é a opinião deste Vereador e vamos emitir para a CPI este ofício



pedindo essa licitação urgente à Urbs e à Comec do Lote 4. Marcos Isfer, como que aconteceu esse procedimento do envio desse valor de trinta e dois milhões para o ICI para que ele pudesse contratar o sistema de bilhetagem. Qual é a participação, nós sabemos que é dinheiro do FUC, mas qual é a participação do Presidente nesse processo? Qual foi a participação do senhor nesse processo?

O SR. MARCOS ISFER:- Valdemir, na verdade isso ocorreu dentro do princípio de um aditivo contratado em cima de um contrato que quando se fala que não houve licitação, na verdade nos idos de 2005 foi feita uma contratação em cima da Lei 866 com inexigibilidade. À partir daí desde que o ICI apresentasse à Urbs as notas com a prestação de serviço realizada, fosse atestado pelo departamento que tem a responsabilidade de averiguar se o serviço prestado está de acordo, se o serviço prestado realmente foi feito, ia para a diretoria administrativa (e) financeira que realizava o pagamento. Então, quero deixar claro a V.Exa., deixar claro ao Pastor, que todo esse processo tramita e transita dentro da maior transparência dentro da Urbs em todos os momentos. Ou seja, passa por inúmeros setores antes de chegar. Por isso sabemos que o contratado sempre foi o ICI porque era ele que emitia as faturas, era ele que fazia os relatórios de prestação de serviço e era a certificação dos serviços feita sobre a prestação dos serviços do ICI.

O SR. VALDEMIR SOARES:- E a Urbs não poderia ter feito um processo licitatório, ela mesma contratado direto uma empresa para poder fazer sistema, sendo que é a Urbs que administra o transporte coletivo?

O SR. MARCOS ISFER:- Eu já respondi mas volto a responder.

O SR. VALDEMIR SOARES:- E aqui vai acontecer de vários vereadores fazerem várias perguntas. A busca de contradições é uma estratégia de interrogatório. Isso vai acontecer durante todo o interrogatório, e à tarde também. Virão novamente perguntas repetidas, o senhor pode ter certeza disso. Isso acontece em qualquer casa de leis, em qualquer legislativo quando o assunto é comissão parlamentar de inquérito, e o senhor sabe disso porque já foi vereador e já foi deputado e com certeza já repetiu perguntas.

O SR. MARCOS ISFER:- Excelência, antes de mais nada, eu não disse que não iria responder. Só disse que já havia respondido e não tenho problema nenhum em responder. Segundo, não estou sob interrogatório. Me disse o presidente que estou aqui na condição de testemunha e assim vou seguir.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Mas está sendo feito um interrogatório.

O SR. MARCOS ISFER:- Mas não me importo em responder toda e qualquer pergunta feita.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Então responda meu interrogatório.

O SR. MARCOS ISFER:- Vou responder e vou esclarecer sua solicitação. Na verdade,

quando V.Exa. coloca essa questão quero lhe deixar muito claro que quando assumi a Urbs no ano de 2009 esse era um processo que já vinha em andamento. Era formado por três aditivos que somados davam esse valor. Esses aditivos já tinham valores que haviam sido pagos. Portanto, não posso dizer ao pastor se seria melhor a Urbs ter feito, a Urbs ter contratado. Posso lhe garantir que não haviam nos quadros da Urbs técnicos nessa área que tivessem condições de formatar esse processo bem como na verdade boa parte desse processo é formado por equipamentos, equipamentos esses que têm que ser adquiridos para serem utilizados. Então o que ficaria dentro da previsão e que foi feito era que o serviço de software e de hardware seria prestado. Tanto é que esse é um serviço em funcionamento, esse é um serviço que no último relatório do qual eu tive conhecimento ainda recentemente atende com grau de precisão de 99,7% a questão de fechamento diário daquilo que é necessário para o controle da Urbs das receitas advindas ao sistema.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Quem pagou esses três aditivos e quais foram?

O SR. MARCOS ISFER:- Esses três aditivos já vinham das gestões anteriores à minha e tem que ser verificado.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Conseguiria verificar para passar essa informação para a CPI?

O SR. MARCOS ISFER:- Vou pedir a alguém que verifique. Confesso a V.Exa. que não tenho toda essa influência, mas vou pedir a alguém da Urbs que lhe mande isso, se possível.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Não teria como ter em mãos ainda hoje?

O SR. MARCOS ISFER:- Não. Mas V.Exa. pode requerer e a Urbs pode lhe mandar.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Sem dúvida posso requerer. Mas o senhor era presidente na época, então pensei que o senhor tivesse essa informação de um procedimento que foi feito na época em que o senhor era presidente.

O SR. MARCOS ISFER:- Volto a reiterar, Vereador, não foi feito à minha época esses procedimentos. Foram anteriores à minha época.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Em 2009 foi feito o contrato do ICI com a Dataprom, o senhor não era presidente em 2009?

O SR. MARCOS ISFER:- Em 2009 foi feito um contrato com o ICI. Não é um contrato, já voltei a frisar, está dentro do contrato de gestão que existe entre o ICI, a Prefeitura e a Urbs. Dentro desse contrato de gestão foi feito um aditivo, que é esse a que V.Exa. se refere, em 2009, esse sim posso lhe garantir e lhe dizer o que contem. Com relação aos aditivos anteriores, e não foram da minha época, não posso lhe relatar com precisão (v) por isso não vou relatá-los de qualquer forma. Não tenho esta informação aqui.

O SR. VALDEMIR SOARES:- A Urbs não teria autonomia administrativa para mudar

esse procedimento e a instituição mesmo fazer a licitação desse trabalho de bilhetagem?

O SR. MARCOS ISFER:- Como eu volto a frisar, deixa eu me relatar aqui, até achei algumas informações. O anexo III: licenciamento de hardware, software e manutenção. É de julho de 2007. O anexo, aquisição de software para venda e recarga de créditos e transmissão de dados via GSM e GPRS é de 02 de julho de 2007.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Qual o valor?

O SR. MARCOS ISFER:- Um de oito milhões, cento e setenta e seis mil, outro de seis milhões, cento e quarenta e seis mil e outro, anexo V, no valor de sete milhões e trezentos, substituição do sistema de transmissão de dados via rádio para via celular. Todos eles distratados, houve o distrato desses anexos, certo, e membros, e todos eles fazem parte do anexo IX.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Esses são os únicos antes da gestão do senhor, que o senhor teria conhecimento?

O SR. MARCOS ISFER:- Só para lhe referenciar, se um é o III, outro é o IV, outro é o V, naturalmente deve ter havido o I, o II e deve ter havido o VI, o VII. Desses não tenho conhecimento e não tenho essa informação. Não sei a que se refere.

O SR. VALDEMIR SOARES:- O senhor participou, vou perguntar, um dos vereadores já havia, o Vereador Jorge Bernardi, entrado neste tema. Vou voltar novamente. Sobre as alterações dos vinte e cinco itens do edital que foi publicado no dia 29 de dezembro que aconteceu entre o Natal e o Ano Novo. Quais foram as pessoas que definiram, nesse período, essas alterações?

O SR. MARCOS ISFER:- Antes de mais nada volto a frisar o porquê das datas Já consegui levantar aqui

O SR. VALDEMIR SOARES:- Ficou todo mundo sem Natal e sem Ano Novo lá na Urbs nesse período Marcos?

O SR. MARCOS ISFER:- Então deixa eu ler para o senhor. São Apelações Cíveis com a seguinte conclusão: (Lê Apelação Cível nº 365.506-1 do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, da Primeira Vara da Fazenda Pública) (R) Então, estou referendando aqui para o senhor entender o por quê dos prazos, das datas. Essa data era, como lhe disse, já transitada em julgado, já determinada pela justiça à Prefeitura de Curitiba, uma vez que, como diz o próprio desembargador, há treze anos isso era cobrado do Município e não ocorria.

O SR. VALDEMIR SOARES:- O senhor entende que essas mudanças favoreceram as atuais empresas que já atendiam o transporte coletivo?

O SR. MARCOS ISFER:- Não, não entendo. Até porque, como exaustivamente disse e continuarei dizendo: essas mudanças todas trouxeram não só maior condição de concorrência para qualquer um que tivesse interesse de participação, como todas essas mudanças foram amplamente

discutidas e inseridas.

O SR. VALDEMIR SOARES:- O Tribunal de Contas entende que essas modificações foram específicas e direcionadas para um direcionamento, para que as empresas que já atuavam no transporte coletivo tivessem a possibilidade de ganhar a licitação. Gostaria que o senhor fizesse um comentário em relação a isso.

O SR. MARCOS ISFER:- Peço licença a V. Exa. para não comentar o relatório do Tribunal de Contas. Como eu lhe disse, dei uma rápida vista, não ouvi sobre o ponto de vista jurídico. Alguns fatos nos chamaram atenção. Mas como lhe disse: não nos foi aberto sequer o direito de defesa. Então, não posso afirmar.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Veja bem, Marcos, V. Exa. uma pessoa que tem o conhecimento da instituição pública, sabe da credibilidade do Tribunal de Contas, da idoneidade do Tribunal de Contas. Para nós, Comissão Parlamentar de Inquérito, esse relatório da comissão que foi realizado pela Urbs é importante, o relatório da Prefeitura é importante. Agora, para nós da Comissão Parlamentar de Inquérito, é relevante esse relatório do Tribunal de Contas, ainda que venha a passar pelo pleno, ser votado, alterado, enviado para o CAD, enviado para o Ministério Público, feito todo o procedimento legal e responsabilizar, enfim, qualquer pessoa que possa ter sido responsável por tais irregularidades. Se é que elas existem e estão bem discernidas nesse relatório. Para a gente é um relatório relevante. Não temos como fazer um interrogatório aqui, nesta manhã, sem dar relevância a esse relatório, pela expressão que é o Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Então, entendemos que uma não manifestação do senhor colabora para que nosso relatório, tenhamos o entendimento... A interrogação às vezes pode gerar para esta CPI uma omissão. Essa omissão pode gerar amanhã um entendimento que esse relatório é propício também para a Comissão Parlamentar de Inquérito, e a comissão por essa omissão pode também responsabilizar a administração passada por tais irregularidades apontadas nesse relatório. O senhor está consciente disso?

O SR. MARCOS ISFER:- Pastor, volto a frisar da mesma forma. Tenho o maior respeito pelo Tribunal de Contas, o maior respeito pelo seu corpo técnico. Aliás, corpo técnico da melhor qualidade, todo ele levado a concurso, todo ele qualificado, tenho o maior respeito, sem dúvida. (M) pelo seu corpo técnico, aliás, corpo técnico da melhor qualidade, todo ele levado a concurso, todo ele levado e qualificado, tenho o maior respeito sem dúvida, mas não vou comentar um relatório que não conheço profundamente, que não analisei; e se esse relatório for aprovado, se esse relatório for votado, se esse relatório trazer recomendações,...

O SR. VALDEMIR SOARES:- Recomendações ele já traz!

O SR. MARCOS ISFER:- Não! Essas recomendações não são do Tribunal, essas recomendações são de uma comissão que apresentou esse trabalho ao Tribunal, essas recomendações, deixar muito claro, não são...

O SR. VALDEMIR SOARES:- O Tribunal publicizou essas recomendações como do

Tribunal.

O SR. MARCOS ISFER:- Não senhor. O senhor me desculpe, mas V.Exa. está equivocado.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Quem publicizou essas recomendações foi o Tribunal.

O SR. MARCOS ISFER:- Quem publicizou essas recomendações foi a comissão de auditoria. O Tribunal...

O SR. VALDEMIR SOARES:- Eu tenho aqui o relatório, Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Portaria nº 704/13.

O SR. MARCOS ISFER:- Foi realizado de acordo com uma portaria designada pelo presidente da Casa, sem problema nenhum. Agora, essas recomendações que aí constam são recomendações de uma comissão, não são recomendações do Tribunal. E nem em momento algum, como já lhe disse, acreditaria que o Tribunal tomaria uma medida sem permitir que houvesse a contradita dos fatos. Ora, Vereador! Seria a mesma coisa que designar que o Tribunal já julgou, já determinou, por uma comissão. Desculpe, isso não é verdadeiro! O que essa comissão escreveu tem que ser contraditado. O que essa comissão escreveu tem amplo direito de defesa por parte das pessoas citadas. Como disse a V.Exa., a Urbs vai ter que se manifestar, a atual gestão vai ter que se manifestar, a ex-gestão vai ter que se manifestar, e esse direito de ampla defesa em momento algum foi fornecido. Por que não foi fornecido? Porque esse relatório não é do Tribunal de Contas. Esse é um relatório de uma comissão de auditoria, designada pelo presidente, e que sequer passou e foi apreciada pelos órgãos competentes daquele colegiado. Não foi apreciado em nenhum dos órgãos. Então, fica difícil, e eu já disse aqui a V.Exa., não vou fazer juízo de valor, nem sou leviano a ponto de fazê-lo, sem ter amplo conhecimento, sem ter ampla discussão, sem fundamentar todos os pontos. Então, quando V.Exa. diz aí que: "Ah, aqui tem uma recomendação, aqui tem uma definição.", não, não é uma definição, essa comissão de auditoria está recomendando ao presidente da Casa que eventualmente leve isso ao Pleno, que eventualmente, depois de votado pelo Pleno, seja aberto o prazo de defesa, que eventualmente passe por uma série de setores antes de chegar a qualquer dessas conclusões que aí estão. Tanto que, como está escrito aí, são recomendações. Entre recomendar, definir e aplicar há uma distância, Vereador, que, desculpe, é a mesma distância de alguém chegar e dizer assim: "Eu recomendo que o senhor não saia na sexta-feira 13 de casa."; entre isso e cumprir é uma decisão de cada um. Agora,...

O SR. VALDEMIR SOARES:- Mas aqui tem recomendações e desconformidades. Foram apontadas recomendações em cima de desconformidades. O que a gente não pode fazer, Marcos, é invalidar isso aqui. Pelo amor de Deus! Nós estamos numa Comissão Parlamentar de Inquérito!

O SR. MARCOS ISFER:- Eu não estou lhe pedindo...

O SR. VALDEMIR SOARES:- Você está invalidando isso aqui!

O SR. MARCOS ISFER:- Não! Não! Não! Não! Vamos...

O SR. VALDEMIR SOARES:- Você mesmo disse no início...

O SR. MARCOS ISFER:- Eu quero voltar...

O SR. VALDEMIR SOARES:- Com licença, com licença. Você mesmo disse no início que estava ansioso para vir aqui, que você não tinha tido a oportunidade de contradizer imprensa, de contradizer opositores e contradizer o relatório do Tribunal de Contas. Está na sua fala sob juramento, está taquigrafado, está gravado, está registrado. Então, o que nós estamos pedindo agora é para você rebater, é para você comentar.

O SR. MARCOS ISFER:- Vereador! E o que eu estou lhe dizendo é que, alguns itens até já comentei, agora, não posso comentar um relatório, volto a dizer ao senhor, do ponto de vista jurídico, como V.Exa. está me pedindo, quando não há qualquer procedimento que transforme esse relatório em algo definitivo. (L). Já disse a V.Exa., tem uma série de considerações que não...

O SR. VALDEMIR SOARES:- Então, me diga sobre recomendações. Nova licitações em doze meses, responsabilidade dos envolvidos e da diretoria da Urbs na época passada, que o senhor fazia parte inclusive, Presidente da instituição. O que o senhor acha dessa...

O SR. MARCOS ISFER:- V.Exa. me visitava lá sempre.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Eu nunca visitei o senhor na Urbs, por incrível que pareça.

O SR. MARCOS ISFER:- Opa, o senhor esteve lá comigo.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Nunca, por incrível que pareça, já falei com o senhor pelo telefone na Urbs. Mas nunca o visitei pessoalmente. O senhor está equivocado.

O SR. MARCOS ISFER:- Então, vamos lá Vereador. Novamente como Presidente da Urbs.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Inclusive o senhor não atendeu meus pedidos em relação às estações tubo que eu havia pedido na época. Para constar.

O SR. MARCOS ISFER:- É que V.Exa. queria que colocasse nomes diferentes em algumas estações. Era isso? Não me lembro mais.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Não vamos entrar em detalhes, senão o senhor vai ficar fragilizado. Mais fragilizado ainda nesse depoimento.

O SR. MARCOS ISFER:- Não estou fragilizado e não me sinto assim Vereador. Eu só quero lhe dizer o seguinte: existe uma recomendação que se faça nova licitação em doze meses. Essa recomendação sequer o atual Prefeito está levando em conta, porque ele mesmo disse em

entrevista que ele vai aguardar uma definição do Tribunal se ele deve fazer essa licitação ou não. Ou não foi isso que o Sr. Prefeito disse ontem?

O SR. VALDEMIR SOARES:- Olha, o que o Prefeito disse na campanha passada é que iria abrir a caixa- preta da Urbs das ações anteriores. É o que estamos trabalhando aqui.

O SR. MARCOS ISFER:- Olha, Vereador, eu acho que tem que abrir a anterior, a atual, de qualquer coisa se houver qualquer caixa-preta ela tem que ser aberta mesmo.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Existe a caixa-preta?

O SR. MARCOS ISFER:- Não. Tanto é que todos os documentos que os senhores estão discutindo, todos os documentos a que o Tribunal se refere, todos eles estão no site da Urbs desde o primeiro dia que eu assumi a Urbs. Qualquer documento que lá foi feito, foi publicado. Então, não existe caixa-preta. Mas, essa é uma questão política e eu não vim aqui discutir política, não quero entrar nesse mérito, acho que temos que tratar a coisa tecnicamente. E tecnicamente estou lhe dizendo...

O SR. VALDEMIR SOARES:- Então, vamos lá: recomendação. Nova licitação em doze meses, responsabilização dos envolvidos e da diretoria da Urbs na época da qual o senhor era Presidente.

O SR. MARCOS ISFER:- Então, volto a lhe dizer, se sequer o atual Prefeito se propõe a fazer a nova licitação, porque não sabe qual vai ser a decisão do tribunal, eu não me defendi do que aí diz que devo ser responsabilizado por qualquer coisa, como é que V.Exa. quer que eu afirme alguma coisa? Nem o Prefeito decidiu se vai fazer nova licitação, e esse não é um problema meu, como eu vou me defender, e esse é um problema meu, porque não me considero, em momento nenhum merecedor do que aí está escrito.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Transformação da Urbs em órgão inteiramente público. Hoje nós temos, inclusive aqui na Câmara, um projeto do Vereador Rogério Campos de acabarmos com a Urbs e criarmos uma Secretaria Municipal de Transporte Coletivo.

O SR. MARCOS ISFER:- Vereador, essa é uma decisão política que esta Casa vai votar.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Eu estou pedindo a sua opinião como antigo gestor.

O SR. MARCOS ISFER:- A minha opinião? Eu acho, veja, eu já cheguei a supor que a Urbs fosse uma agência de regulação, seria até talvez uma das formas com relação ao transporte, boa. Outra proposição, se vai se criar uma secretaria de mobilidade, onde novamente se agrupe trânsito e transporte, enfim, essas são decisões políticas, todas elas são possíveis. Agora, acho que não pode e não se deve acabar nunca é com o papel fiscalizatório que a Urbs tem e que é o sonho de muita gente.

O SR. VALDEMIR SOARES:- E esse papel fiscalizatório da Urbs, que a Urbs tem,

também foi contestado por esse mesmo relatório, inclusive, foi questionada a ausência de controle e fiscalização da Urbs, garagens em terrenos baldios, usos comerciais diversos, sendo depreciado como se esses usos fossem vinculados para fins de controle e fiscalização de garagens. O relatório diz que houve uma falta de fiscalização e uma falta de omissão. Como é que você acompanhava essa fiscalização? Como a Urbs fazia esse trabalho (r) e por que essa auditoria teve esse entendimento que houve a ausência dessa fiscalização?

O SR. MARCOS ISFER:- Vereador, volto a frisar, essa questão de fiscalização é de uma determinada área, de um determinado departamento, de uma determinada diretoria. Volto a frisar, havia, pelo que me recordo dentro da licitação, prazo para que os espaços que fossem utilizados como garagem fossem colocado em atuação. Não sei lhe frisar, exata mete, esses prazos, como ocorreram, como não ocorreram, uma vez que é de uma área específica.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Nesse processo licitatório o senhor como Presidente não assinou aqui a seleção das empresas. O senhor não tinha a assinatura nesse processo?

O SR. MARCOS ISFER:- V.Exa pode me emprestar o documento? Realmente, não assino, porque não faço parte da comissão de licitação.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Então, institucionalmente, o senhor não teria a responsabilidade pela licitação?

O SR. MARCOS ISFER:- Não faço parte da seleção, faço parte da homologação posterior.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Quantos desses membros a que fazem parte dessa homologação anterior?

O SR. MARCOS ISFER:- Quem homologa é o Presidente. Aqui a seleção quem faz o julgamento é a comissão de licitação com esta comissão de julgamento designando os vencedores, isto passa pelo jurídico, depois vai para o Presidente que homologa.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Só o senhor assina a homologação?

O SR. MARCOS ISFER:- Acho que sou só eu, não tenho conhecimento, mas acho que sou só eu.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Você teria como comentar a mudança desses itens nos quarenta e nove do segundo tempo, as mudanças e por que elas aconteceram?

O SR. MARCOS ISFER:- Primeiramente, vamos deixar claro, todos esses itens passaram por intensas discussões dentro da comissão técnica, dentro de todas as áreas, inclusive com o jurídico. Então, todas essas alterações não foram feitos ao arrepio de ninguém.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Foi depois da prorrogação, depois dos penaltes, porque

entre 25 e 31 de dezembro, eu não digo que foi nos quarenta e nove do segundo tempo, digo que foi depois da prorrogação e depois dos penaltos.

O SR. MARCOS ISFER:- Volto a frisar, que todos esses pontos já haviam sido, previamente, discutidos.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Não foi falado sobre os vinte cinco itens e não foi falado por causa da mudança desses vinte e cinco itens, foi perguntado por que foram mudado aos quarenta e nove do segundo tempo.

O SR. MARCOS ISFER:- Vereador, o senhor está fazendo a mesma pergunta.

O SR. VALDEMIR SOARES:- E V.Exa pode dar a mesma resposta?

O SR. MARCOS ISFER:- Não houve nenhum interesse que não o de ampliar o sentido de participação, tanto é que os índices ficaram menores do que eram anteriormente.

O SR. VALDEMIR SOARES:- O senhor não vai falar de nenhum dos vinte e cinco itens que foram mudados?

O SR. MARCOS ISFER:- Vou ler todos para o senhor.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Por favor!

O SR. MARCOS ISFER:- (Lê Minuta) (n)

O SR. VALDEMIR SOARES:- Essa recomendação o senhor apoia?

O SR. MARCOS ISFER:- Apoio.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Outras recomendações o senhor não apoiou. Essa o senhor apoia, que é enviar para o CADE e para o Ministério Público.

O SR. MARCOS ISFER:- Vereador, volto a dizer, disso eu não entendo, eu não posso responder porque eu não sei, eu não sei o que o CADE entende disso. Desculpe, eu não legislo nessa área, não trabalho nessa área, não tenho a menor noção da resposta que o CADE possa dar. Só estou dizendo que não tenho nenhum tipo de impedimento que se consulte o CADE. Nem poderia ser diferente. O senhor acha que eu posso, de alguma forma, dizer que não se deve? Que se consulte. Agora, não sei dizer o que se vai responder. Não tenho nem noção.

O SR. VALDEMIR SOARES:- O senhor pode continuar nos itens.

O SR. MARCOS ISFER:- (Lê) Minuta. A questão de ter o mesmo sobrenome, como eu disse, é uma questão que não é minha, é uma questão de CADE.

O SR. VALDEMIR SOARES:- É uma coincidência?

O SR. MARCOS ISFER:- Vereador, esses cidadãos operam o transporte desde 1950. Talvez fosse melhor perguntar ao prefeito Ivo Arzua, ao prefeito Ney Braga.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Mas não é o Ivo Arzua que está sendo interrogado, é V.Exa.

O SR. MARCOS ISFER:- Porque essas pessoas operam esse sistema há tanto tempo, eu confesso ao senhor, desculpe, isso é uma atividade econômica privada, o poder público não tem nenhum tipo de ingerência sobre quem é sócio ou deixa de ser sócio de alguma empresa. (Lê) Minuta.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Sr. Presidente, vou pedir um intervalo agora nessa questão desses itens. Também vou pedir à assessoria do Sr. Marcos que me passe esse conteúdo por escrito. E aí V.Exa. delibera um horário para o almoço, até em respeito aos funcionários. Voltando, ele continua lendo e continuamos com o nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE:- Suspendemos a reunião por duas horas, retornamos às 14h30min. Está suspensa a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o transporte coletivo. Passamos a palavra ao Vereador Valdemir Soares para as suas conclusões.

O Sr. Tiago Gevert:- Sr. Presidente, gostaria de deixar nos Aíais da Casa que eu tenho um curso e tenho que me retirar.

O SR. PRESIDENTE:- O senhor tem alguma pergunta a fazer? Deixou para o Vereador Chico do Uberaba fazer as perguntas?



O Sr. Tiago Gevert:- Isso.

O SR. PRESIDENTE:- Não tem problema. Então, passamos a palavra ao Vereador Valdemir Soares para que ele conclua as suas indagações ao Sr. Marcos Isfer.


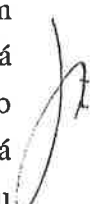
O SR. VALDEMIR SOARES:- Sr. Presidente, estávamos no final da Sessão questionando vinte e cinco itens que foram modificados no processo licitatório do transporte coletivo no final do ano e a nobre testemunha estava narrando esses itens. Eu gostaria de passar para a testemunha para que ela dessa continuidade à narração desses itens.

O SR. PRESIDENTE:- Queremos agradecer a presença da Da. Fernanda que representa a OAB nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Muito obrigado, Da. Fernanda, pela sua presença.

O SR. MARCOS ISFER:- Retornando, então, ao assunto que tratávamos já havíamos analisado a questão na maior porção do seu projeto: a questão do sistema de bilhetagem eletrônica, com relação ao item do edital, a pontuação que dissemos que a partir do sexto colocado, a interpolação de vinte pontos a partir do sexto colocado causava uma distorção, por isso foi transformado para vinte pontos. Também não altera em absolutamente nada, fosse quem fosse o



participante o índice seria o mesmo, remuneração e repactuação no item 14.2. a fundamentação, só entrou a fundamentação legal aplicável e a inclusão da palavra índice que é uma função meramente aritmética, porque se não houve isso ficaria desconexo. A 14.2.2 a mesma coisa. A retirada da alternativa relativa a cotação foi uma decisão de cunho técnico e financeiro. Cotação, Sr. Vereador, não corresponde ao valor final de venda de um produto, sendo variável de acordo com o porte do consumidor. Adoção simples de critério da ANP tornou mais objetivo e transparente a aplicação do índice, pois a pesquisa da ANP é oficial e disponível a qualquer interessado, a qualquer momento na internet. A possibilidade de se ouvir a distribuidora por distribuidora para depois tirar a média e tudo o mais e como cotação muitas vezes poderíamos ter distorções, porque como eu disse cotação não é preço de venda e quando se pergunta pode ser apresentado um valor e depois ser apresentado outro. Item 14.4, 14.5 na forma como acabou ficando. Alteração da margem de 2 para 5%, deixar bem claro, aumenta a penas o risco para as concessionárias sem que a cada pequena variação de 2% fosse necessária uma revisão por parte da Urbs (P). Essa modificação foi prejudicial aos participantes, aqueles que ganharam a licitação, fossem quem fossem, e deu mais margem para a administração pública, por quê? Os senhores vivem num país onde as coisas só sobem e na medida em que pequenas altas significassem 2% imediatamente teria que ser recalculada a planilha. Com os 5% aumentou-se a margem para o recálculo da planilha, ou seja, aumentos significativos que ultrapassem em 5% da planilha como um total tem que ser revisto, abaixo disso não tem que ser revisto. Pequenas variações havidas não interferem para que a cada pequena variação tenha que imediatamente estar fazendo o recálculo. Na verdade isso daqui não pode ser em hipótese alguma considerado outra coisa, senão o zelo pela coisa pública, uma vez que a vantagem é da administração pública. "Garantia do contrato". Adotou-se um valor fixo para evitar possíveis discussões sobre a base de cálculo, já que na doutrina e na jurisprudência existe controvérsia e o valor do contrato para fins de garantia é o montante dos investimentos iniciais, o faturamento bruto da concessão. Foi aferido o critério genérico e foi determinado um valor certo e fixo. Há a correção monetária, mas é um valor predeterminado. "Penalidades". Todas elas foram mais severas e no sentido de preservar a administração pública na questão das penalidades. A questão da operação com noventa dias. Veja, tendo em vista que havíamos feito toda a ressalva dos equipamentos reversíveis era muito importante que qualquer empresa que viesse a ganhar a licitação e fosse começar a operar, começasse a operá-lo o quanto antes, por quê? O temor que tínhamos era de que as empresas perdedoras pudessem "canibalizar" os equipamentos, pudessem não prestar um bom serviço à sociedade, uma vez que já estavam cientes que estariam fora. Essa é a razão dessa antecipação que é plenamente normal, é plenamente discutível. Já havia sido reconsiderado. Todos esse itens foram amplamente debatidos e discutidos, então, não é nenhuma novidade em lugar nenhum. Com relação aos estudos solicitados, todos eles já dissemos acima fazer parte. A taxa de retorno já citei hoje pela manhã, foi em cima do BNDS, em cima do que já havia sido feito em Belo Horizonte. Todos os municípios tem adotado esse índice, inclusive Recife está fazendo agora, está adotando esse índice. Questão de data, que alguém aventou que poderia haver discrepância, eu tenho aqui todos os avisos, todas as datas quando os atos foram praticados, se houve necessidade. Ato a ato temos aqui a discriminação de como eles ocorreram. Era isso, Vereador que eu tinha a acrescentar.



O SR. VALDEMIR SOARES:- Gostaria de pedir ao senhor a possibilidade da minha assessoria jurídica pegar esse documento e tirar uma cópia. Há possibilidade? Anteriormente havia pedido ao Advogado e ele me disse que só quando voltássemos a reunião.

O SR. MARCOS ISFER:- É que eu estava utilizando e naquele momento parece que não tinha mais nenhum funcionário. Só isso!

O SR. VALDEMIR SOARES:- O senhor pode agora ceder? Vou abrir mão agora do meu tempo e vou voltar no final da fala dos Vereadores para poder, se houver alguma questão, podermos trazer novas perguntas.

O SR. PRESIDENTE:- Concedemos a palavra ao Vereador Mauro Ignacio (A).

O SR. MAURO IGNÁCIO:- Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Marcos Isfer, boa tarde. Na verdade essa questão do transporte coletivo já vem sendo debatida há praticamente nove meses, desde que se instalou a nova administração esse tema tem sido recorrente com a auditoria na Urbs, com o relatório da comissão, com essa CPI também. Então, exaustivamente esse tem vem sendo debatido e naturalmente o senhor deve ter acompanhado pela imprensa. E como o Relator na sua explanação inicial, acho que hoje é uma boa oportunidade de esclarecer, de trazer à luz alguns pontos obscuros que possamos encontrar. E assim, Sr. Marcos, peço a sua opinião com relação, primeiro, aquele relatório que a Urbs apresentou da comissão de tarifa, apresentou quase cem sugestões, que estão disponibilizadas no site da Urbs. Elencou algumas sugestões para baixar a tarifa. E a segunda questão também que foi há um mês, o Presidente atual da Urbs, Dr. Gregório, trouxe aqui também um resultado parcial da auditoria. O senhor tomou conhecimento dessas questões? Pode explicar alguma coisa sobre esse assunto?

O SR. MARCOS ISFER:- Com relação a Comissão dos Estudos Tarifários, apenas lembrar que em 2005 também houve uma comissão que já fez uma redução bastante sensível em alguns índices, por exemplo, índice de manutenção que o Geipot recomendava 10%, hoje o que consta da licitação é 8%. Então, são alterações que já vem a longo tempo. Vi o relatório que também sugere que sejam feitos mais alguns estudos, algumas adequações de índices. Confesso ao senhor que isso tem que ser analisado, vai levar algum tempo para ser analisado, porque entendo que a equipe técnica da Urbs que acompanha esse processo todo desde 1986, quando a Urbs passou a ser a gerenciadora do transporte, o senhor há de convir comigo que são praticamente trinta anos acompanhando e tendo item a item e tendo em todos os momentos uma fiscalização. Então, esses índices que são referenciados, são referenciados não só em pareceres técnicos mas também nessa extensa vivência dos técnicos ao longo desse processo. Lógico que qualquer índice que possa ser encontrado e possa ser baixado é importante. Este conceito todos nós temos que ter, tudo que pudermos fazer para reduzir tarifa é importantíssimo que seja feito. Independente de gestão, independente de governo, tudo que for possível deve ser feito dentro da exequibilidade sempre do sistema. Que também foi o que eu disse, não adianta sucatearmos o sistema sem darmos qualidade e sem darmos condições, pode até ficar mais barato mas não funciona. Por exemplo, vemos algumas observações a respeito de veículos. Outro dia eu assistia a uma

reportagem na televisão em que mostravam ônibus operando na Capital Federal deste país que são verdadeiros caminhões encarroçados como ônibus. Aqueles motores dianteiros altos, os senhores hão de lembrar, aqueles mais velhos como eu, que sentávamos em cima do motor quando saíamos da escola. Isso na verdade são chassis de caminhão encarroçados para ônibus. Então, lógico que isso daí talvez possa até ser mais barato, mas acho que não é isso que a população de Curitiba deseja e acho que não é isso o fim. Então, essa Comissão tem que analisar, tem que fazer. Como eu disse ao senhor, em 2005 foi feita, se quiserem ter acesso, dentro da Urbs já tem essa comissão, como é que realizou os seus trabalhos...

O SR. MAURO IGNÁCIO:- Dessa Comissão de 2005 alguma coisa se tornou prática?



O SR. MARCOS ISFER:- Sim, é o que estou dizendo, por exemplo, só a questão de peça e manutenção que o Geipot recomenda 10% e era praticado até então 10% passou a ser 8%. É um item bastante significativo. Vi também algumas recomendações para retirar alguns benefícios sociais que hoje constam, por exemplo, participação no sindicato. É uma decisão, senhores, que não cabe em hipótese alguma nem ao atual (o) presidente da Urbs, quero deixar bem claro, nem a mim caberia. Cabe a esta câmara municipal, cabe a uma decisão política do Sr. Prefeito fazer. Então bem claramente, era isso que eu poderia contribuir. Sempre o estudo deve ser feito, sempre perseguimos o mesmo objetivo. Acho que essa é a prioridade e foi essa pauta que nos orientou tanto no nosso trabalho da gestão da Urbs quanto da licitação do sistema.

O SR. MAURO IGNÁCIO:- Muito bem, e pela manhã o senhor falou também que algumas das pessoas que participaram dessa comissão moveram uma ação contra a Urbs ou foram já em primeira instância, pelo que eu entendi, condenadas. Quem são essas pessoas, o senhor pode citar?

O SR. MARCOS ISFER:- Já lhe dou os nomes. Eram membros. (Pausa). Quem participou diretamente dessa comissão foram o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Urbanos, do Sindiurbano, Valdir Mestriner, e que é um dos condenados pelo Tribunal de Justiça, e o outro foi o presidente do Senge, Sr. Fanini. São os dois nomes que temos na relação de ação popular e condenados, e que mais tarde, surpreendentemente, acho, quero acreditar que o Sr. Prefeito não tinha conhecimento disso, foram incluídos e me parece que não deveriam uma vez que já haviam sido condenados por litigância de má-fé.

O SR. MAURO IGNÁCIO:- Ok. Sr. Marcos, esse último relatório do TCE que o senhor também explanou pela manhã considera ou pede a nulidade do atual contrato. O senhor é favorável a essa nulidade ou acha que há motivo para isso?

O SR. MARCOS ISFER:- Volto a dizer que não vejo nenhum motivo. Particularmente julgo que todos os atos procedidos, todos os atos feitos pela comissão, pela equipe técnica, pela equipe jurídica da Urbs não contém nem uma nulidade. Agora, essa é uma decisão que pode ou não ser tomada. E a partir dessa decisão, quem toma a decisão é única e exclusivamente o senhor prefeito. Só ele tem esse poder, essa varinha de condão de tomar a decisão de que caminho vai tomar. Agora, volto a frisar, temos plena consciência de que todos os atos praticados foram



legitimamente jurídicos, legitimamente tecnicamente perfeitos e estamos, como eu disse, preparando inclusive, tão logo tenhamos conhecimento, tão logo essa auditoria se transforme num processo, porque não é um processo, não tem número, quer dizer, não dá nem para dizer "olha, eu quero me referir a tal processo, a tal assunto", não tem um relator designado, não tem absolutamente nada. Então, não há ainda a possibilidade...

O SR. MAURO IGNÁCIO:- Eu pergunto a sua opinião porque muito discutimos essa questão da caixa preta, do lucro abusivo. E eu faço a próxima pergunta, o senhor entende que as empresas operadoras do transporte coletivo estão operando no prejuízo, conforme alegaram nessa CPI?

O SR. MARCOS ISFER:- Quero dizer ao senhor o seguinte, eles apelaram durante dois anos em todos os momentos para várias tentativas de revisão. Uma delas, a questão de fundo de utilização de mão de obra. Foi entregue toda a documentação, a equipe técnica da Urbs se dedicou, é uma documentação bastante exaustiva. Imagine o senhor pegar ponto a ponto de todo motorista, todo cobrador, comparar com a escala, o que foi feito, o que não foi feito, e sempre se dizia que o fator de utilização estava defasado daquele que constava da licitação. Todos os estudos feitos não comprovaram isso. Foram estudos, como disse ao senhor, que demandaram não menos que trinta dias, quarenta dias de trabalho de uma equipe com bastante afinco.

O SR. MAURO IGNÁCIO:- Ou seja, então não há essa hipótese (v), pelo menos em tese, de prejuízo? Eles não trabalham com prejuízo?

O SR. MARCOS ISFER:- Veja, eu quero crer que não. Acho que quem diz isso tem que provar. Se eles acham que trabalham no prejuízo, eles que provem. Enquanto fui presidente da Urbs em momento nenhum isso ocorreu e tentaram bastante.

O SR. MAURO IGNÁCIO:- Com relação ao subsídio do Governo do Estado que foi feito na sua administração. Como se deu isso e por qual motivo.

O SR. MARCOS ISFER:- De forma muito clara esse subsídio que o Governador dá ao Município de Curitiba e manteve, ele surge da seguinte forma. Quando o lote quatro não sendo licitado ainda pela Comec, que é quem tem a prerrogativa, juntamente com o Governo do Estado de fazer essa licitação, podendo ser assessorada, auxiliada pela Urbs, que não se nega a isso, e eu sei pelas inúmeras reuniões que houveram, a questão do transporte metropolitano acaba sendo principalmente pela sua demanda, menor que a demanda de urbano, ele acaba sendo mais caro. Havia um entendimento desde o tempo em que o atual governador era prefeito, que não era justo que Curitiba pagasse por esse diferencial. E esse entendimento inclusive dos pleitos da redução do diesel, e tudo o mais, que vinham de longa data, isso aí nada é novidade. Quero deixar muito claro que esses pleitos vieram acontecendo há muito tempo, desde de quando o atual governador era prefeito. Inúmeras vezes se foi a Brasília, inúmeras vezes se pediu isenção fiscal, inúmeras vezes se pediu para ver a questão do diesel, de retirada dos impostos do diesel, enfim, diversos procedimentos. Quando se chegou a esse número foi-se ao governador do Estado, ao prefeito da Cidade de Curitiba, aos técnicos da Urbs, à direção da Urbs e foram, solicitaram ao governador

que houvesse essa possibilidade de subsidiar esse custo a maior do transporte metropolitano, essa diferença que havia entre o custo de um transporte e o custo de outro. O governador, sensível, até por já ter sido prefeito, atendeu e isso passou a ser aplicado, como continua sendo aplicado até hoje inclusive com a diferenciação do diesel. Quero até sugerir, eu não sei quem é mais o Líder aqui, que com relação à retirada agora, já, da tarifação do diesel, do ICMS do diesel e do próprio subsídio, que a atual tarifa ficasse mais clara. Tem gente que está dizendo que não foi retirado tudo o que poderia ser retirado da atual tarifa. Não sei se isso é verdade ou não. Da tarifa técnica. Por isso que estou até dizendo que acho que, de repente, é bom realmente ver e por isso acho que a comissão tarifária tem bastante serviço pela frente.

O SR. MAURO IGNACIO:- Sr. Marcos, com seu conhecimento técnico e político, o senhor tem que, além de ser o objetivo desta CPI, tem alguma contribuição que possa baixar realmente a tarifa, tem alguma sugestão, dentro do seu conhecimento, do seu trabalho como presidente, que possa contribuir para que consigamos, a curto e a médio prazo, baixar a tarifa?

O SR. MARCOS ISFER:- Acho que algumas recomendações são claras. A questão da gratuidade. Essa é uma questão de há muito discutida e só realmente através da votação, através de uma decisão política de cortar determinadas gratuidades, é que será possível a sua adimplência. Segundo, evasão. Talvez esse seja um assunto que ninguém tocou em momento algum, mas eu gostaria de tocar nessa questão da evasão. Em alguns momentos, e aqueles que por ventura tiverem a oportunidade ou passar próximo a uma estação de ônibus de colégio, os senhores verão número de pessoas que pulam catracas, o número de pessoas que entram pela porta errada, o número de pessoas que burlam. Isso também em jogos de futebol, em grandes eventos. Mas isso é importante, estou falando mais no dia a dia, vamos deixar os eventos que seriam eventuais, mas no dia a dia, isso significa uma perda para o sistema bastante razoável. Podemos dizer aí que durante, por não falar de evasão, alguma coisa aí em torno de 5%, 7% era o número que me era apresentado (e) pelos técnicos. Agora, recomendo, não sou um especialista, que se chame um técnico que possa dar os números corretos. Agora, é bastante significativo.

O SR. MAURO IGNÁCIO:- Dentro dessa linha, Marcos, uma das alegações das empresas aqui também é que o sistema da Dataprom não é confiável, no sentido de passar o número de passageiros. Eles acham que o número de passageiros é maior, que não estão recebendo o devido, na verdade. O senhor confirma, existe essa possibilidade? Ontem ao Abujamra dizia que a Urbs tem a senha master, que consegue conferir na sua integralidade essas informações. É possível fraudar, diminuir, baixar? Enfim.

O SR. MARCOS ISFER:- Veja, como as coisas são. Às vezes, a gente fica meio... né, quando escutamos essas coisas. Por isso, que digo, são as ilações, as coisas que são ditas. Quem fecha o automático, quem fecha o número de passageiros que é passado é o ICI junto com o cobrador. Certo? O cobrador vista. O senhor acha que o cobrador iria burlar, ia sacanear a empresa dele?

O SR. MAURO IGNÁCIO:- O sistema do cartão que foi demonstrado ontem, aqui?

O SR. MARCOS ISFER:- Esse não tem como. É a informação que eu tenho do ICI. Não tem.

O SR. MAURO IGNÁCIO:- Esse número, o número real dos passageiros, o número que é apurado pela Dataprom é o número real de passageiros, não existe possibilidade de ser menor no caso? Porque a empresa perderia se fosse a menor.

O SR. MARCOS ISFER:- Sim, a empresa perderia se fosse a menor. A informação que eu tenho, a garantia técnica do ICI é que isso não tem como ocorrer.

O SR. MAURO IGNÁCIO:- Que é confiável?

O SR. MARCOS ISFER:- É confiável até que fecha todos os dias com 99,7% de conferência. Isso quer dizer que todos os veículos quando são recolhidos para a garagem, ou quando são aferidos, essa medição é feita automaticamente. O senhor acha que se isso ocorresse os empresários já não teriam colocado alguém, um contador à mão que fosse, para saber que estavam sendo pagos a menor. Por favor. Confesso que não sei de onde isso surgiu e me assusta esse tipo de observação, Vereador, quando é feita por profissionais da área.

O SR. MAURO IGNÁCIO:- O lamentável é que essas informações vem nessa CPI, dá a entender que existe um cabo de guerra. O empresário vem aqui e diz que está tendo prejuízo, que no contrato de quinze anos, e em oito vai ter prejuízo. Já está imaginando que vai continuar até o final tendo prejuízo. Então, fica difícil ter essa ideia e passar isso para a população que uma empresa está operando num transporte dessa magnitude, e em prejuízo. Mas entre outras coisas essa é uma alegação de que o sistema não é confiável. Estou satisfeito. Agradeço Sr. Presidente. Eram essas minhas perguntas. Obrigado.



O SR. PRESIDENTE:- Nós é quem agradecemos. Passamos a palavra à Vereadora Noemia Rocha.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Boa tarde seu Marcos Isfer. Como quase todos fizeram perguntas, e fui contempladas em algumas, mas teve algumas que provavelmente foram feitas e o senhor respondeu. Então, vou lhe avisar que provavelmente vou ter perguntas parecidas ou iguais.

O SR. MARCOS ISFER:- Por favor, fique à vontade.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Muito obrigada. Entendi um pouco sobre • A primeira licitação da Urbs foi agora, no seu mandato, né?

O SR. MARCOS ISFER:- Exatamente. Cinquenta e tantos anos de existência do sistema, pela primeira vez o sistema de transporte coletivo foi licitado na Cidade de Curitiba. Isso é muito importante que se diga, porque é um marco histórico da Cidade. Pela primeira vez tivemos regras bem definidas, tivemos uma situação toda preparada para funcionar, para um contrato onde



existem penalidades, onde existem imposições, responsabilidades, obrigações, deveres de parte a parte, diga-se de passagem. Todos eles, V. Exa. há de lembrar, oriundos da lei votada aqui nesta Câmara, que fez a previsão do programa de licitação do transporte coletivo.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Foi em 2008 né?

O SR. MARCOS ISFER:- Exatamente.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Como se deram essas discussões a respeito da necessidade de se fazer essa licitação? (M) Foi uma decisão da Urbs, do Prefeito ou foi uma solicitação do Ministério Público?

O SR. MARCOS ISFER:- Isso vem não só como uma solicitação do Ministério Público, mas como uma imposição do Tribunal de Justiça, através do desembargador que julgou essa questão, dando um prazo para que o Município de Curitiba realizasse essa licitação até o final de 2009.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- E como se deu essa relação entre a Urbs e a Prefeitura nesse processo? Como é que foi montada essa comissão de licitação?

O SR. MARCOS ISFER:- Esse processo todo, como eu disse, teve início com a lei. Depois disso, foi criada uma comissão de licitação, formada por técnicos, certo?, do setor. Tivemos audiência pública. Depois da audiência pública, tivemos uma série de reuniões da comissão para ir gradualmente construindo esse edital. Tivemos inúmeras versões, tivemos inúmeros momentos, passou pelo jurídico, em todos os momentos o jurídico participava ativamente desse processo, diga-se de passagem, em momento nenhum nada foi feito só num setor ou num outro, certo?, e que resultou finalmente nesse edital.


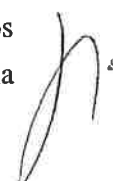
A SRA. NOEMIA ROCHA:- E qual o papel das empresas e seus técnicos na confecção dessa licitação?

O SR. MARCOS ISFER:- Da Urbs?

A SRA. NOEMIA ROCHA:- É.

O SR. MARCOS ISFER:- Eles entraram com todos os princípios legais no sentido dos índices, no sentido do que se deveria cobrar, dos anexos técnicos, dos anexos que diziam que tipo de veículos deveriam ser licitados, o prazo que esses veículos novos deveriam entrar em operação, a forma como entrariam, as linhas onde esses veículos iriam operar, os horários que esses veículos teriam que ter, o número de trabalhadores que seriam necessários para manter esse sistema funcionando, enfim, foi um trabalho técnico completo de cima a baixo.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Ok. E as empresas foram ouvidas nesse processo de licitação? Ou houve contatos informais, não só formais?



O SR. MARCOS ISFER:- Desconheço, para mim havia um acompanhamento do consumo.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Não há um relatório de gerenciamento mensal para Urbs do consumo das empresas?

O SR. MARCOS ISFER:- Não sei lhe informar, não vou dizer o que não sei.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- O senhor não tinha um acompanhamento com esses relatórios?

O SR. MARCOS ISFER:- Não eram relatórios que chegassem até a mim.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Nunca foi contestado também a ausência do gerenciamento desse relatório? Em relação ao relatório do Tribunal de Contas a Urbs conhecia as garagens das empresas?

O SR. MARCOS ISFER:- Quando foi feita a licitação, foram apresentados imóveis que funcionariam como garagens, havia um prazo para instalação desses imóveis.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- E a depreciação?

O SR. MARCOS ISFER:- E não seria feita a depreciação.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- E essa vai para a tarifa do usuário?

O SR. MARCOS ISFER:- Essa vai.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- E como era feita a avaliação dessa depreciação?

O SR. MARCOS ISFER:- Quero dizer que essa depreciação ela entra no plano de contas (I) econômicas, eu acho que ela entra no plano de investimento, não sei se ela vai para a tarifa.


A SRA. NOEMIA ROCHA:- Vai para a tarifa.

O SR. MARCOS ISFER:- Se a senhora está dizendo, eu lhe creio. Desculpe, tem essas coisas muito minuciosas e eu confesso que não detenho uma expertise tão grande assim.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Como era feita essa avaliação da depreciação? É também uma parte técnica, o senhor não saberia responder?

O SR. MARCOS ISFER:- Eu sei que toda a avaliação foi realizada por empresa independente, contratada com o fito e o fim específico de fazer as avaliações.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- O Tribunal disse que tem alguns terrenos baldios, inclusive em locais onde tem concessionárias no lugar dessa garagem. O senhor tem conhecimento disso?



O SR. MARCOS ISFER:- Não. Mas se houver tem que haver penalização.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Mesmo sendo no seu período?

O SR. MARCOS ISFER:- Se for no prazo que tinha para se instalar e não se instalou, sim.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Em relação ao contrato com o ICI. Eu queria que o senhor colocasse para nós como foi feita essa contratação e os valores envolvidos. Como se chegou a esse valor?

O SR. MARCOS ISFER:- Esse contrato de gestão foi firmado no início dos anos 2000. Havia dentro desse contrato, desde 2007, termos aditivos que cuidavam de etapas do processo de bilhetagem. Havia uma discussão muito grande quando eu assumi em 2009 a respeito dos serviços que eram prestados em cima desses aditivos. Nós tomamos o cuidado de reunirmos toda a equipe técnica, fazermos com que esses aditivos se transformassem num único aditivo, os valores já eram pré estabelecidos, e que os equipamentos ficassem claramente definidos, porque em alguns momentos houve troca de modelagem de equipamento, e que fosse serviço prestado e entregue. Posso lhe garantir que o serviço foi prestado e entregue. Houve também um parcelamento na forma de pagamento, porque antes o ICI queria receber tudo praticamente à vista. Não havia a menor condição disso ocorrer, uma vez que os serviços eram prestados a longo prazo. Isso foi colocado, isso foi parcelado, e a medida em que os serviços eram atestados, prestados, iam sendo pagos.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Em relação à subcontratação da Dataprom pelo ICI. Como o senhor avalia essa subcontratação, essa quarteirização?

O SR. MARCOS ISFER:- Essa questão, algumas pessoas tem me colocado, e eu quero dizer o seguinte, nós contratamos o ICI. Eu achava, e continuo achando, que somente alguns equipamentos são de origem da Dataprom. Em todas as reuniões que eu participei a respeito desse tema sempre foi com representante do ICI. A atas, as várias reuniões realizadas, sempre com um gestor do ICI.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Qual o acompanhamento da Urbs em relação ao ICI? De fiscalização?

O SR. MARCOS ISFER:- Nós somos clientes, só cobrávamos.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Não fiscalizavam?

O SR. MARCOS ISFER:- Fiscalizávamos o serviço que nos era entregue. Se o serviço que era entregue não estava de acordo, imediatamente era dado o conhecimento, era suspenso o pagamento.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Mas não envolve a Dataprom? Não há nenhuma fiscalização no serviço da Dataprom.

O SR. MARCOS ISFER:- A Urbs não tem vínculo contratício com a Dataprom nessa questão da bilhetagem.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Só o ICI.

O SR. MARCOS ISFER:- Só o ICI.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- A Dataprom presta um serviço necessário ao ICI, e automaticamente à Urbs. O senhor teria conhecimento de outra empresa que pudesse prestar o mesmo serviço? Porque o serviço a Urbs tem consciência da necessidade e do que era feito.

O SR. MARCOS ISFER:- A Urbs não só tem consciência, como tem necessidade. Aliás, uma das maneiras de baratear o sistema é quanto mais cartões estivermos operando, e quanto menos dinheiro vivo estivermos circulando. Naturalmente que sim, há um incentivo todo para que cada vez mais se adote o cartão transporte. Aliás, fique bem claro, é gratuito. Na verdade, há necessidade assim dessa bilhetagem eletrônica, em alguns lugares é feita por algumas empresas, em boa parte das capitais quem é o dono da bilhetagem é o empresário. Aqui o empresário pagou, mas ele não é dono. E por que não ser dono? Porque todos os créditos que são vendidos e não são utilizados ficam aonde? Na caixa do empresário, enquanto aqui só é pago aquilo que realmente é realizado. Ou seja, se forem vendidos cem mil vales, mas foram utilizados, quarenta mil vales, cinquenta, noventa e cinco, noventa e oito mil, esse diferencial não fica de posse do empresário.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- E fica aonde?


O SR. MARCOS ISFER:- Fica no FUC - Fundo de Urbanização de Curitiba.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- E como são contabilizados esses valores? Ele é reaproveitado, entra em um caixa de receita?

O SR. MARCOS ISFER:- Por exemplo, ele é utilizado muitas vezes, vou dar um exemplo básico. Recentemente, no mês de fevereiro, foi determinada uma tarifa técnica e a tarifa que o passageiro paga só foi notificado quinze dias depois. Esses *gap*, essas diferenças acabam sendo custeadas por esse tipo de recurso.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Não sei se é da época da sua gestão, acho que não, mas o governador Beto Richa, então Prefeito da cidade, fez um congelamento de tarifa que deu um resultado de um processo jurídico das empresas contra a Urbs. O senhor sabe como está essa situação?

O SR. MARCOS ISFER:- Eu não diria que tenha sido só o congelamento. Na verdade eu sei que antes do atual governador assumir a prefeitura houve uma defasagem, não em virtude desse congelamento, acredito que já vinha vindo essa defasagem, tanto que aquela margem de dez dias que se havia entre a prestação de serviço e o pagamento, acabou sendo gasta, vamos dizer assim, e houve um confissão de dívida do então Presidente à época de um valor que acabou sendo



um valor que consta da outorga. Por consta da outorga? Porque isso é algo que está em juízo e se porventura houver um ganho das empresas a Urbs não é obrigada a pagar, se houver um ganho da Urbs as empresas serão obrigadas a recolher esse valor.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- O senhor sabe esse valor?

O SR. MARCOS ISFER:- Em torno de quarenta e cinco milhões.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Quarenta e cinco milhões! Foi conversado hoje, foi falado, mas tive uma informação no caso das alterações que chamam a alteração de final de ano que não voltaram ao parecer jurídico, tive uma informação que uma das juristas ou uma advogada, uma Diretora Jurídica pediu afastamento por não compactuar com essas mudanças.

O SR. MARCOS ISFER:- Olha, a mesma Diretora Jurídica, nós tínhamos um Diretor Jurídico na Urbs, Dr. Ivo, que foi cometido de um mal, até comentei aqui pela manhã, acabou vindo a falecer, a mesma Diretora jurídica começou o processo que era uma Procuradora indicada pela Procuradoria Geral do município foi até a assinatura dos contratos. Então, não houve demissão, porque ela permaneceu trabalhando durante todo o período.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Inclusive nessa mudança?

O SR. MARCOS ISFER:- Em todos os momentos

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Na época da licitação que débitos e ações judiciais havia nas empresas com a prefeitura?

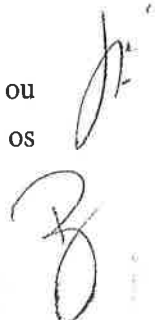
O SR. MARCOS ISFER:- Havia ações de grande vulto que as empresas requeriam, todas essas, todas essas diferenças de parâmetros de 2005 para cá, eram ações que na época havia avaliadora chamada Sérgio Gallardo de Campo Largo, o perito indicado pelo juiz. Eram números astronômicos, chegavam a quinhentos milhões, alguma coisa assim. E simplesmente isso nós desconhecemos, não tomamos conhecimento e não fez parte de nada.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Não teve nenhuma influência no processo de licitação essa situação?

O SR. MARCOS ISFER:- Esta não.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Qual era o valor total que circulava pelo Fundo de Urbanização de Curitiba (F) e como ele era aplicado? Como era a prestação de contas desses recursos financeiros?

O SR. MARCOS ISFER:- Acredito que fosse por mês em torno de sessenta milhões, ou seja, um milhão e meio, dois milhões por dia, ele era aplicado e é aplicado da seguinte forma, os



valores que entram pagam exatamente o valor prestado e o saldo acaba ficando dentro do Fundo. O Fundo presta contas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que depois que julga essas contas remete à Câmara Municipal que aprova ou não essas contas.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Numa das perguntas que ouvimos hoje em relação a propriedade intelectual da bilhetagem, que foi dito aqui que estava no contrato, depois saiu do contrato. Gostaria de entender melhor.

O SR. MARCOS ISFER:- Só para lhe explicar, chama-se o código fonte. Quando houve essa renovação, esse aditivo, essa repactuação para que o serviço fosse prestado, veio do ICI uma cobrança desse código na base de quatro milhões de reais. A Urbs imediatamente respondeu que não pagaria e que exigia esse código fonte. O contrato está se findando, acho mais do que justo que o poder público cobre esse código fonte, até mesmo pela resposta que eu tenho do ICI na época.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Pelo que entendi o senhor mandou um ofício solicitando, mas isso depois da...?

O SR. MARCOS ISFER:- Não, antes da assinatura do novo aditivo foi mandado um ofício onde isso já era bem definido.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Por que não foi colocado no contrato?

O SR. MARCOS ISFER:- Não foi colocado no contrato porque não teria valor. Ficou fora o valor. Queria estar no contrato, foi proposto que estaria no contrato com o valor de quatro milhões e alguma coisa. A Urbs disse imediatamente que não aceitaria isso.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Ontem o Sr. Alberto Abujamra disse que desconhece esse valor, até porque ele teria que dar um valor e não o ICI. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. MARCOS ISFER:- Eu tenho conhecimento do ofício que eu recebi. Tenho o ofício aqui. Posso passar as suas mãos.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Acho que foi perguntado se o atual Governador, na época Prefeito, fazia parte dessa licitação e o senhor disse que não?

O SR. MARCOS ISFER:- Ele era o Prefeito, não participou dentro da Comissão. Ele acompanhou, é lógico, dentro das suas funções.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- São essas as minhas perguntas. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos a Vereadora Noemia Rocha e passamos a palavra ao Vereador Chicarelli.



O SR. CHICARELLI:- Boa tarde a todos. Marcos Isfer, vejo que você conhece bem.

Parabéns! Já sabia de todas as informações e veio munido de documentos e tudo mais. Agradeço o Vereador Mauro Ignacio, que desde o começo eu tenho um discurso aqui para abaixar a passagem e graças a Deus, os Vereadores Chico do Uberaba, Noemia Rocha e Mauro Ignacio estão comigo. Óbvio que todos da CPI estão nessa luta também. Mas o discurso na insistência, realmente... Tenho acompanhado todas as discussões e toda a inquisição que se faz para reduzir o valor da passagem. Dois e vinte e cinco! O Prefeito foge desse discurso. Você mesmo falou no seu depoimento que ficou tudo para fevereiro. Acredito que mesmo que a CPI aponte, o Tribunal de Contas já apontou acho que o Prefeito vai se esquivar novamente. Vamos lá, queria uma contribuição sua, são duas ou três perguntas bem rápidas. Dois centavos (A) o Vereador Valdemir Soares e outros membros da Mesa colocaram muito bem a troca da Dataprom. Outro item que pode abaixar, o Tribunal de Contas foi mais radical pediu para tirar de vez a taxa de administração, você sabe bem que isso é muito difícil porque é um capital muito grande, chega quase a quarenta milhões, é isso?

O SR. MARCOS ISFER:- Acredito que seja em torno disso no atual orçamento.

O SR. CHICARELLI:- O que eu queria saber de vossa senhoria por que essa taxa de 4% é cobrada da tarifa técnica e se a atual gestão pode modificar e vir cobrar, criou essa tarifa do usuário de dois reais sessenta centavos. Por que foi definida na época da administração ou se é definida e se pode agora a prefeitura e a Urbs abrir mão em cobrar, isso daria em torno de trezentos mil mensais, mais praticamente três centavos na passagem. Então, queria saber qual é a sua opinião sobre isso.

O SR. MARCOS ISFER:- Vereador, eu gostaria de dizer o seguinte, existem situações fáticas e situações que tem que ser decisões políticas. Quando a Urbs foi criada como gerenciadora no sistema ela já veio com essa taxa de administração de 4% sobre o sistema, para que ela pudesse efetivamente exercer a sua função de gestora do sistema. Isto ocorre ao longo do tempo e ao longo desse tempo é disto aí justamente que é constituído a contratação de técnicos para a fiscalização, de fiscais de transporte, de todas as necessidades para a empresa exercer bem o seu trabalho de gestão. Aí não estão incluídos só pessoal, estão incluídos uma série de gastos do dia a dia, enfim, de custeio como se chama na gestão. A questão da personalidade jurídica da Urbs é uma questão de decisão política, se ela vai ser 100% pública, se ela vai continuar sendo como ela é, uma empresa de economia mista, se ela vai ser uma autarquia, se ela vai ser uma agência reguladora é uma questão de decisão a ser tomada. Nós durante muito tempo entendemos sempre que a função da Urbs, até pela sua maneira de controlar, seria muito mais de uma agência reguladora hoje do que propriamente uma empresa de economia. Agora, o que não se pode e é isso que tenho sentido, que tenho visto em alguns momentos é gente pregando a extinção da empresa como se isso fosse uma solução. Desculpe, isso é tirar o sofá da sala, não vai resolver o problema. Não é acabar com a fiscalização que vai resolver com qualquer tipo de problema, não é isso que vai baratear, isso só vai derrubar a qualidade e não vai baratear coisa nenhuma, porque o custo acaba ficando mais caro quando não é bem fiscalizado. Então, com relação a personalidade jurídica da empresa eu acho que é uma decisão política que cabe a esta Casa, cabe ao Sr. Prefeito ser tomada. Quando o Tribunal entendeu que a Urbs não tinha poder de manter a fiscalização do



trânsito imediatamente foi adotado uma solução de se criar uma secretaria específica, o poder de polícia passa a ser do secretário municipal e por ser secretário municipal pode exercer o poder de polícia, que é a definição do Código Nacional de Trânsito. Então, eu acho que essa solução, Vereador, os senhores, esta Comissão aqui formada é que vai acabar levando. Agora, quero ressaltar sempre esta premissa, o serviço é muito importante, o corpo técnico que faz esse serviço é de extrema qualidade e não pode ser perdido em hipótese alguma. Então a solução a ser adotada tem que ser solução que vem melhorar, não simplesmente extinguir. Até achei muito gozado, o sindicato dos trabalhadores da empresa é um dos que querem acabar com a empresa (c). Mas então não vai mais ter nem sindicato. Não sei por que vai adiantar, se convidarem todos os servidores públicos não tem mais necessidade de sindicato. Vai tudo para outro sindicato. Não entendi muito também, mas é uma decisão política, é uma decisão que tem que ser adotada.

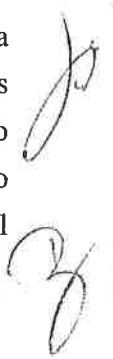
O SR. CHICARELLI:- Só para corrigir então, isso poderia reduzir, nos meus cálculos aqui, lógico, até dois centavos a colocação da taxa de administração.

O SR. MARCOS ISFER:- Você tiraria de um lado e jogaria para o outro porque a medida em que você tirasse essa taxa de administração do custo você passaria ao município que seria obrigado a custear.

O SR. CHICARELLI:- Ou quem sabe das próprias economias no sistema. Por exemplo, o sistema já deixou de pagar o FUC, esse contrato que venceu com o ICI. Esse mês, se não tiver nenhuma parcela atrasada, as parcelas finais eram de quinhentos e trinta e um mil reais, corrigidas, o ICI fez a correção, deu quinhentos e cinquenta e cinco mil. Então, o FUC também já começa a economizar este ano, teria mais três centavos de economia. Estou insistindo nesse discurso e em outras coisas mais que são "gordura". Estou insistindo que só em três itens, ainda se considerarmos quando começou essa CPI, o Jorge Bernardi, nosso presidente, insistia em reduzir lucro dos empresários, que provavelmente vai ser uma das conclusões finais, já apontava para dois e cinquenta a passagem; o Professor Lafayette, dois e trinta e cinco; Tribunal de Contas, dois e vinte e cinco. A população sabe que está pagando caro pelo serviço. E então vai com uma observação e crítica ao atual prefeito, porque ficou bem claro que a decisão é política, ele insiste em falar que é impossível baixar a passagem, pelo menos por ora. Então, temos três itens aqui, Marcos, que poderia reduzir já oito ou dez centavos. Era isso. Agradeço. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos o Vereador Chicarelli. Passamos a palavra a Vereadora Professora Josete.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Boa tarde! Bom, eu vou insistir no questionamento porque acho que não está esclarecido devidamente. O processo licitatório 05/2009 que gerou esse novo contrato entre a Urbs e as empresas de transporte coletivo, os consórcios, óbvio ele seguia um rito, no entanto um dos aspectos que vários setores apontaram, seja o Tribunal de Contas agora, seja a comissão de auditoria anteriormente, seja uma constatação da própria CPI, é que não houve um parecer jurídico em relação ao edital que foi publicado instalando o procedimento licitatório. Tivemos acesso, está na página da Urbs um processo que tem em torno de quinze mil




páginas. Temos o primeiro parecer jurídico que foi assinado pelo assessor jurídico à época, Dr. Rodrigo Grevet, onde são apontadas algumas questões e ele pedia esclarecimentos. E na sequência existe um documento que é direcionado à área de operação do transporte coletivo que é assinado pela Sr. Cássia Ricardo de Aragão para que fosse atendido o contido no parecer exarado pelo Dr. Rodrigo. Após esse encaminhamento não existe nenhum outro parecer jurídico e foram realizadas uma série de alterações. E gostaria que o senhor esclarecesse (v.), o senhor disse que foram cumpridos todos os procedimentos legais, mas esse parecer jurídico não consta do processo licitatório. Então, gostaria de saber se o senhor tem conhecimento e tem uma cópia desse documento que não consta desse processo.

O SR. MARCOS ISFER:- Quero dizer a senhora que desde o encaminhamento, quando é feita essa solicitação, todas as exigências do departamento jurídico são satisfeitas. É uma informação da OAC, o entendimento contido no parecer do TJU 1401/2009 e a informação que temos é que todos os momentos, isso eu posso dizer à senhora com bastante tranquilidade, que em todos os momentos, sim, houve análise jurídica. Tanto houve Vereadora essa análise jurídica que quando é apresentada essa ação popular os mesmos advogados fazem o contra razoado que defende o edital perante o primeiro juiz e perante o Tribunal de Justiça. Não há nenhuma discrepância. Em momento algum há qualquer informação que fosse de importância ou que modificasse qualquer condição do edital, como por exemplo, foi alegado que não havia os estudos técnicos, lá estão os estudos técnicos. Foi alegado que não havia determinação dos valores das outorgas, lá estão todos os determinantes da outorga, inclusive em atas do Conselho Administrativo.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Não. A pergunta que eu fiz foi em relação a esse parecer jurídico. Ele não consta. Mas não existe um parecer jurídico. Ele não consta em relação ao edital publicado. É isso que estou colocando para o senhor. É em relação a isso que eu quero que o senhor responda.

O SR. MARCOS ISFER:- Vou lhe responder claramente. Todos os editais, todos os pareceres vêm assim: "Há necessidade de tal correção de tal irregularidade". Essas irregularidades que constam aí são assim: precisa de um estudo técnico que ainda falta, precisa disso que ainda falta. À medida que isso é suprido, isso contenta ao departamento jurídico, não há, se a senhora ler o parecer, nenhum apontamento que fale em ilegalidade que impeça o andamento do processo. Fala em suprimir as irregularidades e que o processo não deve andar enquanto essas irregularidades - e aqui quero destacar a grande diferença entre a irregularidade e ilegalidade: irregularidade pode ser às vezes a falta de um documento, pode ser a falta de um papel, a falta da conclusão de um estudo. E isso foi tudo suprido. Tanto foi suprido que, durante todo o acompanhamento da equipe jurídica, ocorreu durante todo o processo. Não houve momento algum do processo que tivesse havido qualquer ausência do jurídico. Tanto que quando os ofícios do dia 04 de janeiro são emitidos ao Tribunal de Contas, ao Tribunal de Justiça, ao procurador do Ministério Público e ao presidente desta Câmara, são feitos todos com o conhecimento amplo de todos os diretores.



A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Ok. Mas não existe um parecer específico em relação ao edital que foi publicado. Não existe esse parecer.

O SR. MARCOS ISFER:- Existe vereadora. O parecer que está contido dentro... Vereadora, não havia necessidade de haver um segundo parecer.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Ah, então não existe um segundo parecer.

O SR. MARCOS ISFER:- Veja, não há essa exigência legal,, não há essa exigência por parte do departamento jurídico, uma vez que, como lhe disse, que deveria ser sanada a pauta do estudo técnico, que foi sanada. E à medida que foi sanada, todos os pareceres do jurídico, vereadora, e acho que era bom a senhora pedir para que trouxesse todos os pareceres que constam dizem, dentro da Urbs, o seguinte: o processo está ilegal, não deve ter prosseguimento. O processo está irregular, deve ser sanado e após sanado deve caminhar. Todos dizem a mesma coisa.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Mas no nosso entendimento, não só nosso como de outras pessoas que estudaram, é de que, de acordo com a Lei de Licitações, no Parágrafo Único do Artigo 38, deveria haver parecer específico. Então, esse é o questionamento central e que hoje também faz parte. Sei que o senhor ainda não teve oportunidade de ler, mas que também é a leitura feita pelo Tribunal de Contas. Então, de fato, não existe um segundo parecer jurídico. Obviamente existe o parecer prévio, o primeiro parecer que estava relacionado à primeira minuta do edital, e não houve um segundo parecer a partir das modificações, porque não foram feitas modificações apenas em relação ao que foi apontado pelo parecer jurídico. Foram feitas outras alterações que obviamente não podiam ser contempladas num parecer, uma vez que havia uma segunda minuta e um edital diferenciado daquele que foi diferenciado pelo jurídico da Urbs. Então, o fato é esse, o ponto é esse. O senhor mesmo acabou de afirmar que não existiu um segundo parecer específico.

O SR. MARCOS ISFER:- V. Exa. me permite?

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Acho que essa é uma constatação e o senhor já afirmou isso.

O SR. MARCOS ISFER:- Vereadora, quero deixar muito claro. Não havia necessidade de segundo parecer. Uma vez que o parecer inicial foi amplamente cumprido. Quero lhe dizer que se por ventura houvesse qualquer falha que necessitasse mudança jurídica, necessitasse qualquer outra coisa, teria sido imediatamente apontado. Não teria possibilidade do processo ter continuidade, o processo teve continuidade sem nenhuma mácula. Esse preciosismo que eu tenho visto algumas pessoas colocarem. "Ah, mas faltou uma nova análise!" Não dizia em momento algum que haveria necessidade dessa nova análise, uma vez que não havia nada no edital que demonstrasse ilegalidade, nem sequer qualquer pequena alteração que tenha sido realizado afetou ou mudou o entendimento do edital.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Não, tem coisas que mudaram no entendimento do

edital, que ou limitaram ou ampliaram. Isso é real. Quando você tem •

O SR. MARCOS ISFER:- Só ampliaram Vereadora.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Mas quando você tem essas alterações e não tem parecer jurídico em cima disso, o entendimento é que há uma • Se não é uma ilegalidade, é no mínimo uma irregularidade. Mas não vamos nós ficar fazendo um debate jurídico. O senhor tem a sua posição e eu tenho a minha. Na verdade o que não existe é um segundo parecer jurídico, registrado, escrito não existe.

O SR. MARCOS ISFER:- Por entendimento de que não havia necessidade de forma clara e inequívoca.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Está certo. Essa é a sua posição que eu respeito. Dando continuidade a isso, nós na oportunidade tivemos a aprovação da lei que passou a regular novamente o sistema de transporte coletivo de Curitiba. Tivemos a oportunidade de acompanhar há época porque já era Vereadora. Na verdade tivemos lei sancionada e publicada, enfim, em 2008. Mas houve um processo bastante questionável, podem dizer, na tramitação. Obviamente o senhor não tem que responder por isso aqui, dentro da Câmara, mas que nos causou estranheza. Que foi num primeiro momento um projeto que foi apresentado em agosto de 2006, e depois um substitutivo que alterou drasticamente o primeiro projeto e que há época foi apresentado pelo Vereador Jair César, e partir daí se dá continuidade essa tramitação. Esse substitutivo... Vejam, havia um projeto em 1º de agosto de 2006, e foi apresentado um substitutivo geral em 7 de agosto de 2007. Então, o projeto ficou aqui parado durante muito tempo, e com alterações na sequência consideráveis. Em relação a isso a Urbs (M), à época, acompanhou de alguma forma essas alterações que foram apresentadas? Foi consultada em relação à elaboração desse substitutivo geral?

O SR. MARCOS ISFER:- Olha, Vereadora, eu não estava à época, mas acredito que o primeiro projeto que foi enviado pelo Executivo tenha sim tido, naturalmente, ou passado pela Urbs. O substitutivo, não sei lhe dizer, não sei informar, mas acredito que não tenha passado. Até mesmo me recordo que à época o Executivo vetou uma série de itens e que depois esses vetos foram derrubados nesta Casa...

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Então, no seu entendimento, não houve o acompanhamento da Urbs?

O SR. MARCOS ISFER:- Não, acompanhamento é uma coisa, não houve, digamos assim, a senhora perguntou se a Urbs teria participado do substitutivo, acredito que não. Não estava à frente na época, mas até, como disse à senhora, pelo projeto original apresentado pelo Executivo, pelos vetos apostos pelo Executivo a esse substitutivo, eu acredito que era discordante daquilo que a Urbs pensava. Acredito. Não estava lá à época.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- E, ao assumir a presidência da Urbs, o senhor não...

Chegou a ser comentado isso com a equipe de servidores, de funcionários efetivos, em relação a problemas que teriam havido com essas alterações realizadas no substitutivo, ou isso não...?

O SR. MARCOS ISFER:- Depois que nós assumimos, nós começamos já, com todos os técnicos, a preparar todo o processo, como disse, licitatório, que levou a todo esse tema, com audiências públicas, com tudo o mais.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Tá certo. Bom. Só para retomar aqui um pouquinho para os Vereadores que não o eram à época, então houve apresentação de diversas emendas ao próprio substitutivo, algumas tentando fazer algumas limitações e, enfim, na verdade buscar um controle mais efetivo em relação à questão do sistema de transporte, várias foram derrubadas e, em relação aos vetos apresentados pelo Executivo, grande parte deles foi mantida, só dois vetos parciais, no Artigo 2º e no Artigo 3º, é que foram rejeitados. Então, em grande parte, aquilo que o Município apontou, que o Prefeito apontou à época, enquanto veto, foi mantido pelos então Vereadores que compunham aquela Legislatura. Bem. Então, acho que esses são aspectos importantes para que os Vereadores entendam que todo esse processo teve momentos onde houve questionamentos mesmo, e acho que hoje temos um reflexo disso em todo o processo licitatório também. O senhor afirmou que, quando assumiu, já havia sido firmado o contrato entre o ICI e a Urbs, na prestação de diversos serviços, e que na verdade, então, o senhor teria herdado, digamos, esse contrato; mas o senhor avalia que esse contrato não teria alguns problemas e que teria que ser revisto principalmente no que diz respeito à questão do sistema de bilhetagem? O senhor acha que ele contemplava todas as necessidades da Urbs?

O SR. MARCOS ISFER:- As necessidades técnicas que nos foram repassadas, parece-me que contemplava. Naturalmente que eu acho que esse processo, como todo processo nesse sentido, não termina aí, há uma continuidade, e deverá haver aí, por parte das próximas gestões, permanentemente um cuidado de atualização. Eu acho que isso é normal, o Vereador Bruno Pessuti me corrija, ele conhece melhor esse setor do que eu, é normal que esse *upgrade*, como se chama no setor, seja realizado permanentemente, sob o risco do sistema ficar defasado. Então, acredito que isso deva ter uma continuidade, de que forma será, não sei, mas é uma questão da atual gestão, mas acho que sim, que há necessidade sempre de melhorar.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- O senhor não acha que um processo licitatório seria mais interessante, no sentido de buscar, obvio, sempre garantindo a qualidade, mas buscar um melhor preço para execução desses contratos?

O SR. MARCOS ISFER:- Olha, o que posso lhe garantir, o preço quando comparado com o processo licitatório, que a atual gestão está fazendo em São Paulo, o preço desse fica substancialmente menor, posso lhe garantir isso, só o valor do software lá para o número de equipamentos equivale ao preço daquele equipamento mais software.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Então, no seu entendimento, este valor é um valor que não seria possível, a partir de um processo licitatório se garantir.

O SR. MARCOS ISFER:- Não posso lhe garantir isso, nem tomaria essa atitude de afirmar algo que não conheço, o que posso dizer que teremos que cobrar é que funcione bem e tentar fazer sempre o mais barato, acho que essa é a tentativa.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Um dos aspectos que foi levantado aqui nesse período em relação à planilha foi a questão dos híbridos, o senhor já falou, rapidamente, de manhã, mas o que chegou até nós e nos depoimentos de alguns técnicos da Urbs é que, à época, havia uma posição contrária dos técnicos da Urbs para que esses ônibus fossem adquiridos. O senhor tem conhecimento disso ou essa foi uma decisão que o senhor entende que foi debatida e havia uma preocupação técnica, mas também em relação aos custos para o sistema.

O SR. MARCOS ISFER:- Vereadora, o que eu me recorde, foi, amplamente debatido com todos os setores, em momento algum chegou a ter esse tipo de veto, não houve isso em momento algum, posso lhe garantir, houve discussão uns favoráveis outros menos, mas não houve nenhum óbice na implantação dos híbridos por parte de nenhum técnico, por parte das empresas sim.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Não sei, porque na verdade quando você analisa a própria planilha para as empresas, na verdade não existe problema nenhum, porque elas são remuneradas num percentual bem acima, tem um desdobramento, a partir dessa tecnologia um percentual maior em relação a vários índices dentro da planilha. Então, para as empresas não vejo que teria problema nenhum.

O SR. MARCOS ISFER:- Ele tem índices diferenciados por ser uma tecnologia gerenciada, mas houve resistência homéricas, porque tudo que seja e signifique mudança sempre causa aversão, principalmente àqueles que tem que realizar e serão fiscalizados. Então, posso lhe garantir e a se a senhora chamar qualquer um dos técnicos da Urbs, todos vão lhe afirmar da mesma forma que havia por parte, sim dos operadores, uma resistência muito grande à implantação do híbrido.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Mas isso não significou para eles perda nenhuma, porque tudo isso dentro da planilha..

O SR. MARCOS ISFER:- Significa mais trabalho.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Não existe nenhuma perda.

O SR. MARCOS ISFER:- Com relação à perda ou não, não posso afirmar, mas com relação a mais trabalho, a ter que acompanhar uma tecnologia nova, ter que capacitar melhor o servidor, o operador que vai fazer esta direção, a questão de mecânica, questão de uma serie de coisas, sei que causou muita reação.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Então, o senhor entende, que em relação aos técnicos da Urbs, a maioria entendia que era importante a implantação desse novo veículo.


O SR. MARCOS ISFER:- Desse novo veículo até porque sempre houve, por parte da

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.


equipe técnica da Urbs a cobrança sempre de evoluções dentro do sistema (n). E essa é uma evolução.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Ao longo das discussões na CPI temos alguns aspectos que foram levantados e que julgamos pertinentes em relação à questão da licitação e também do convênio firmado entre o Município e o Estado em relação à operação do sistema da Região Metropolitana. Obviamente, eu sei que o senhor já afirmou, e para nós também não é fácil ler trezentas páginas, o senhor ainda não teve acesso em relação ao que o Tribunal de Contas levantou, ao relatório, mas um dos aspectos que é colocado é que na verdade a Urbs não teria a prerrogativa de fazer uma licitação em relação aos ônibus da Região Metropolitana que estão no sistema de integração, e o senhor já falou que por isso mesmo não caberia e a Urbs não fez esse procedimento. No entanto, o que nós achamos que seria pertinente seria a exigência em relação ao governo do Estado, que ele procedesse essa licitação, e que uma coisa que pode parecer num primeiro momento totalmente descolada, mas quando se faz a licitação do sistema do transporte coletivo de Curitiba, e quando você tem a Região Metropolitana participando da integração, de forma indireta a Urbs está se envolvendo numa licitação para além daquilo que seria a sua competência. Nesse sentido, em nenhum momento isso foi debatido durante a realização, a confecção do edital, a construção do edital, porque sabemos que tem uma consequência indireta, mas tem, a partir do momento em que você tem os veículos da Região Metropolitana integrados e utilizando os próprios corredores e terminais do município de Curitiba.

O SR. MARCOS ISFER:- Vereadora, lógico que houve essa consideração, lógico que isso fez parte de todo o processo em todos os momentos. A delegação, que em alguns momentos é questionada para a licitação da concessão das linhas urbanas, que está na própria lei que V.Exa. falou, e que foi votada nesta Casa, então deixe-se bem claro que é fruto de lei. Como eu já coloquei, não havia condições de licitar o metropolitano por razões óbvias, ele é composto de linhas integradas e linhas não integradas. As linhas não integradas, então, nem imagina-se. E foi cobrado sim da Comec que essa licitação teria que ocorrer num prazo célere, num prazo curto, justamente para que não houvesse esse espaço que está havendo entre o realizado com relação ao transporte urbano e o transporte metropolitano. Houve a cobrança. Quero lhe dizer que se a senhora pedir, tenho certeza que haverá quem lhe mande da Urbs as atas de reuniões que se realizavam todas as quartas-feiras entre a Comec e a Urbs para chegar ao bom entendimento com relação a essa licitação do metropolitano. Então, isso ocorre. Na minha gestão, logo depois da licitação, já começaram a ocorrer. E a informação que eu tenho é que permanecem ocorrendo. Com relação ao entendimento das linhas compartilhadas, eu li aqui, a senhora ouviu naturalmente, o contra-razoado pelo jurídico da Urbs quando questionado na ação popular dizendo exatamente isso (n), que as linhas compartilhadas foram adaptadas para serem trabalhadas em conjunto, mas licitadas um pedaço. E é isso que ocorre. O ideal, concordo plenamente V.Exa. é que tudo isso já tivesse licitado. Agora, a competência para a Urbs licitar o Municipal, que também me parece ser questionado, fica claro que é uma delegação da lei que V.Exa. há pouco citou.



A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Ok. Outra questão agora mais propriamente da execução dos contratos. Um dos aspectos que levantamos aqui seria o não cumprimento por parte



dos consórcios em relação a entrega de balanços, relatórios gerenciais que obviamente são mecanismo de controle, de fiscalização de garantia da qualquer do sistema. As empresas afirmaram que elas não teriam entregues esses relatórios gerenciais porque a Urbs não teria encaminhado um modelo de plano de contas para que elas pudessem ter um padrão para fazer essa prestação de contas. O que o senhor tem a dizer acerca disso?

O SR. MARCOS ISFER:- Se a senhora pegar no anexo do edital da licitação a senhora vai ter esses planos de contas. Dizer a senhora que cobramos sistematicamente que nos apresentassem esses planos de conta. Quero dizer que eventualmente nos mandavam alguns planos de conta que não eram não era satisfatórios e permanentemente eram advertidos.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Existe então documentação que comprova isso?

O SR. MARCOS ISFER:- A senhora pode pegar no edital, nos anexos e vai ver que tem o plano de conta.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Eu sei, mas em relação a cobrança da Urbs de cumprimento disso.

O SR. MARCOS ISFER:- Eu acredito que é possível a senhora encontrar essa documentação, eu não a tenho. Eu peço a senhora, até porque não seria eu que faria essa cobrança, mas acredito sim que esteja lá registrado.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Essa cobrança caberia a quem? A Diretoria Jurídica ou à Diretoria de Transporte?

O SR. MARCOS ISFER:- A Diretoria de Transporte, naturalmente e depois a Diretoria Jurídica, se fosse o caso de formular alguma coisa mais específica.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Então, o senhor afirma que teria um documento na Urbs que comprovam isso.

O SR. MARCOS ISFER:- Eu tenho consciência que sim, que foram cobrados, pelo menos acredito nisso.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Tá certo. Outro elemento que nós temos debatido aqui e acredito ser importante é em relação ao que existe de afirmação e isso dito numa declaração pelo Sr. Filla, que é funcionário de carreira da Urbs, onde ele afirma que as empresas de transporte, por diversas vezes, teriam levados questionamentos e isso também se desdobrou em ações das empresas em relação a aspectos do atual contrato realizado entre a Urbs e as empresas. O senhor tem conhecimento dessas ações e qual o teor dessas ações e qual o seu entendimento em relação ao que as empresas afirmam? Genericamente seria a partir da constatação que as empresas estariam tendo prejuízos na operação do sistema. Um dos elementos seria em relação a forma...

O SR. MARCOS ISFER:- Do cálculo do fundo do fator de utilização.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Isso também, esse é um deles (P). Qual é o conhecimento que o senhor tem acerca disso e qual é o seu entendimento?

O SR. MARCOS ISFER:- Sem problemas. Há pouco já tratamos desse tema e agora vamos mais fundo. Antes de mais nada, gostaria aqui de público fazer uma deferência ao Sr. Luiz Filla. Ele é um engenheiro que começou a trabalhar no Ippuc, depois foi para a Urbs já no início da Urbs. Tenho certeza que é dos técnicos mais reconhecidos nacional e internacionalmente no setor de transportes. E confesso aos senhores e imagino que todos também ficaram muito chocados com a falta de respeito praticada contra esse técnico. Ele não merece em hipótese alguma qualquer tipo de desrespeito por ser um técnico além de profundamente conhecedor, um técnico profundamente coerente e o que é mais importante, um técnico de integridade a toda prova. Acho que teria por obrigação fazer essa locução porque não me sentiria confortável se aqui estivesse e não tivesse feito esse registro. Com relação ao que ele disse, que é uma verdade, desde o início dos primeiros meses da execução desse contrato, as empresas, os consórcios operadores, sistematicamente entram e questionam a questão de reequilíbrio, diferenças. A grande vantagem é que enquanto isso era permissão, essas discussões acabavam prosperando, se aprofundando e ficavam, iam, vinham e acaba até... A partir do momento em que isso é contrato, não cabe mais. Eu falei do fator de utilização, imagine a senhora pegar de todos os consórcios todos os nomes dos trabalhadores, cruzar isso com a escala de serviço, ver efetivamente quanto cada trabalhador trabalhou, quantas vezes foi utilizado no fator folga, porque há uma utilização a trabalhadores que entram no horário de pico, trabalham determinado horário, saem, depois retornam novamente no outro horário de pico, então há efetivamente uma compensação desses horários. Imagine a senhora o trabalho que é isso? Posso lhe garantir que foram alguns meses de trabalho árduo e estafante por parte da equipe técnica da Urbs, cruzando as escalas que a Urbs repassa as empresas para serem cumpridas, que é importante que isso se diga, com aqueles dados que as empresas diziam e forneceram de trabalho dos seus funcionários através de pontos para chegar a esse fator de utilização. E não houve, registre-se, diferenciação substancial, tanto não houve que não houve qualquer readequação tarifária. Vamos dizer assim "o choro é livre", mas com o contrato há uma capacidade de acompanhamento muito mais clara, que impede que esse tipo de assunto prospere. Por outro lado essas linhas compartilhadas que de início trabalhavam entre o intermunicipal e o municipal, eram remunerados de forma distinta. A Urbs da mesma forma, não deu, apesar de inúmeros requerimentos e tratativas, essa possibilidade. Foram a justiça e a justiça determinou. São coisas para a senhora ver que a partir dos contratos as coisas ficam mais claras, diferente de permissão que não tem como cobrar.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- No seu entendimento não existe nenhuma possibilidade das empresas estarem tendo qualquer tipo de prejuízo?

O SR. MARCOS ISFER:- Até onde pudemos fazer e desenvolver estudos com a equipe técnica da Urbs isso não ficou comprovado em momento algum.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Um dos aspectos também (A) que nós viemos

debatendo ao longo o tempo é em relação a fiscalização das instalações de equipamentos das empresas. Como é feita essa fiscalização para que a Urbs de fato... o que chama a atenção nisso é o fato de que as empresas não necessariamente prestam serviço apenas para a Urbs. Então, se é feito e como se dá esse tipo de fiscalização para realmente saber se as instalações de equipamentos que a empresa utiliza são utilizados da forma devida, porque no nosso entendimento há um limite ou há dificuldades nessa fiscalização e que obviamente isso acaba também de alguma forma incidindo na tarifa. É mais difícil medir isso, mas tem uma incidência na tarifa. Então, se é feito esse tipo de fiscalização nos equipamentos, nas instalações e como é realizada essa fiscalização.

O SR. MARCOS ISFER:- Essa fiscalização é realizada *in loco* pelos próprios fiscais da Urbs. Há um prazo no contrato para que essas instalações passem a operar. Foram esses locais destinados a isso. Hoje pela manhã alguém me disse que isso poderia não estar acontecendo, eu acho que se não tiver acontecendo as providências tem que ser adotadas. Mas existe um problema que tem que ser levantado. Existem empresas que ainda operam o metropolitano e o urbano, nestes casos há uma dificuldade muito grande de se aferir até quanto daquela instalação é utilizada no metropolitano e até quanto é utilizado no urbano. Por isso a Urbs sempre cobrou esta licitação no metropolitano para que se possa distinguir de forma clara e inequívoca o que é o que. Então, esta cobrança é uma cobrança que a Urbs sempre fez.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- E essa fiscalização tinha uma periodicidade estabelecida, como era feita?

O SR. MARCOS ISFER:- Eu acredito que deva ter, eu não posso lhe dizer e não vou afirmar datas, épocas, eu não tenho essa informação.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Quem teria também seria a diretoria de transporte?

O SR. MARCOS ISFER:- É mais da área técnica, Vereadora, eu diria que isso é muito específico.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Está certo. Outra questão que é mais específica também, retomando o contrato que acabou passando batido no momento em que me referi a ele, mas uma das alterações do edital foi em relação ao número mínimo de frota, de cento e cinquenta para cento e vinte e cinco ônibus. Obviamente num primeiro olhar podemos dizer que isso possibilita a participação de um maior número de empresas, o senhor teria conhecimento, teria essa informação, enfim, sei que é mais técnica, mas de repente pode ser que o senhor saiba. Das empresas que já operavam o sistema na época, todas teriam condição de cumprir esse requisito?

O SR. MARCOS ISFER:- Creio que sim, não posso afirmar com certeza. Até porque era o consórcio. Quer dizer, então, na verdade o sistema de Curitiba já tinha aproximadamente dois mil ônibus.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Sim, mas havia um mínimo por empresa?

O SR. MARCOS ISFER:- Sim, acredito que todas cumpririam, sim, sem sombra de dúvida. Agora, de qualquer forma é importante que se ressalte, não foram todas as empresas, tiveram empresas que não concorreram e não participaram, é o caso da empresa Água Verde, é o caso da Empresa Carmo. Enfim, só para que isso também conste de forma muito clara. Não são todas, houve exceções (c).

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Em relação a isso, uma das constatações foi que ao diminuir o número de ônibus da frota uma das empresas que já operava o sistema ficaria à princípio fora e quando se diminuiu para cento e vinte e cinco ela pôde fazer parte porque tinha cento e vinte e sete ônibus.



O SR. MARCOS ISFER:- Não tenho conhecimento disso, Vereadora. Nunca ouvi falar nisso nem pelos técnicos, nem por ninguém. Não sei nem a que empresa V.Exa. se refere. Não tenho conhecimento.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- A informação que chegou a nós é que é a empresa Mercês que à época à princípio ficaria fora do edital e com essa adequação ela pôde fazer parte também.

O SR. MARCOS ISFER:- Só quero discordar, Vereadora, porque é uma das empresas mais antigas que presta serviços em Curitiba. Acho pouco provável que fosse só esse número. Não sei dizer. Também não vou afirmar porque não tenho essa informação.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Foi a informação que chegou a nós. Outro aspecto que gostaríamos de destacar é em relação, retomando um pouco essa questão da concessão, e já vou finalizando, uma das coisas que nos chama a atenção, e claro o senhor vai colocar que é uma leitura jurídica, que há vertentes diferenciadas, mas eu gostaria de fazer um comparativo. A Urbs na verdade fez uma licitação para garantir um processo de concessão da alteração de todo o sistema de transporte coletivo do município. Fazendo um comparativo com a Sanepar. A Sanepar também tem essa lógica de ser uma empresa que é responsável por determinado fim, no caso a questão do saneamento, tratamento de água, entre outros, e no entanto até faz que outras empresas prestem um serviço. Mas essas empresas ficam responsáveis só pela prestação do serviço. Se a própria Urbs trouxesse para si a responsabilidade de de fato fazer a operação do sistema e as empresas tivessem um limite nisso ofertando a frota, enfim, e os equipamentos, mas com um controle efetivo maior da Urbs, o senhor acha que seria possível, essa não seria uma fórmula para que nós tivéssemos uma condição maior de controle de todo o sistema e pudéssemos inclusive a partir disso pensar em outros mecanismos para baixar a tarifa?

O SR. MARCOS ISFER:- Vereadora, não vou entrar no comparativo entre Sanepar e Urbs porque não conheço o processo da Sanepar. Confesso a senhora que nunca trabalhei, nunca tive nada, só quando deputado ia sempre a Sanepar solicitar reivindicações das prefeituras. Com relação a maneira como opera, não posso falar. Falava há pouco aqui da intervenção do Vereador Mauro Ignácio, essa questão de onde sai o couro sai a correia, ou seja, o dinheiro sai do orçamento **direto do município ou sai da tarifa ou sai de algum outro lugar é uma decisão política, não é uma**



decisão de gestor. Isso vai baratear? Não sei. Confesso a senhora que não poderia afirmar. Por que não poderia afirmar? Porque muitas vezes quando observamos o serviço prestado diretamente pelo ente público, me parece mais barato (v). Só que quando começamos a colocar custos que não são aparentes, mas são custos contínuos, tipo aposentadoria, que é diferenciada no setor público do setor privado, você começa a achar custos que vão se elevando montantes muito significativos. O transporte público é de configuração iminentemente, tenho visto isso no mundo todo, privado. Operado privadamente, gestado, fiscalizado publicamente. E me parece que é o que ocorre aqui. Então, não saberia lhe dizer se esse custo poderia ser maior ou menor. Confesso que não sei lhe dizer. Sei lhe dizer, como disse, têm mecanismos que podem, sim ajudar a reduzir a tarifa, controle de vazão, controle de gratuidade, indicação de alguns benefícios que estão sendo pagos, trabalhistas, e poderiam ser retirados. Isso eu vi e acho que é uma decisão, mas são decisões políticas. Não são decisões técnicas. Por exemplo: questão do kit inverno. É uma decisão técnica.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- O problema é quem paga né? E o reflexo que isso tem na tarifa. É uma decisão técnica, mas que tem...

O SR. MARCOS ISFER:- É o velho cabo de guerra que sempre haverá. E sempre a Urbs é culpada.

A SRA. PROFESOSRA JOSETE:- Acho que é uma questão..

O SR. MARCOSISFER:- Estou colocando para a senhora. O sindicato de motoristas e cobradores paralisa os serviços. O operador não está muito preocupado com isso. Quem é o culpado sistematicamente?

A SRA. PROFEOSRA JOSETE:- Acho que a Urbs está numa função de gerenciamento, ela tem responsabilidade, mas a empresa também tem.

O SR. MARCOS ISFER:- Eu também acho. Acho que tanto o sindicato tem, como as empresas têm, mas o que estou tentando mostrar a senhora é como as coisas... aí são decisões políticas. Cabem aos senhores. Não cabem ao gestor da Urbs.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Em relação ao Fundo de Urbanização. Também em documento encaminhado ao Tribunal de Contas a Urbs declarou que não havia pessoal destinado a administrar o fundo. O senhor concorda com essa afirmação, de que não há um pessoal responsável, como seria feita essa administração do fundo. Quem assinava os cheques e fazia pagamentos. Esse é um questionamento que temos aqui e gostaria de saber qual a sua opinião sobre isso.

O SR. MARCOS ISFER:- O fundo é gerido pelo diretor administrativo financeiro, tem um contador específico, aliás, chama-se Celso Oltani, dentro da empresa e é ele que gere e faz o controle, todos contábeis, e quem envia as prestações de contas do fundo ao Tribunal de Contas.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- O entendimento é que esse fundo tem uma natureza

meramente contábil. o senhor tem esse entendimento?

O SR. MARCOS ISFER:- Ele é um fundo realmente contábil, se a senhora entender que os valores adentram, certo, o resultado do controle da bilhetagem, e os valores saem em virtude dos serviços prestados, na verdade ele é um fundo muito mais contábil que um fundo, digamos assim, um fundo de captação de recurso. Não é um fundo de captação de recurso, é um fundo realmente contábil entre entradas e saídas que pagam os serviços. Isso é feito diariamente.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Nesse sentido, qual o seu posicionamento? Se ele é um fundo contábil, o senhor entende que ele teria condição de estar firmando um contrato de consultoria com uma empresa, se ele é um fundo contábil (E), o senhor entende que ele teria condição de firmar contrato de consultoria com uma empresa? Se é um fundo contábil.

O SR. MARCOS ISFER:- A bem da verdade é um fundo contábil, mas também desse fundo são feitas determinadas despesas, investimentos, da área de transporte. Isso ocorre.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Então, nesse sentido o senhor concorda que ele teria condição de firmar contratos com empresas?

O SR. MARCOS ISFER:- Concordo, porque o fim da empresa contratada era justamente o serviço a que se destina o fundo. Ou seja, justamente o serviço do transporte coletivo. Não houve nenhum fim diverso. Acho que é importante que se ressalte.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Há época que o senhor esteve à frente da Presidência da Urbs. O fundo tinha alguns contratos firmados com empresas, ou não? O senhor lembra disso?

O SR. MARCOS ISFER:- Disso eu me recordo claramente, fez parte inclusive da licitação, havia necessidade das avaliações, havia necessidade de definição. Foi exatamente por aí que foi feito.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- O senhor lembra da empresa Peritus Economia e Sistema Ltda?

O SR. MARCOS ISFER:- Lembro sim senhora.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Então, ela já prestava, já tinha algum tipo de contrato firmado com o fundo há época.

O SR. MARCOS ISFER:- Não, ela teve um contrato só firmado, em que desenvolveu todo o plano econômico que embasou a licitação, inclusive a questão do plano de contas.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Então, no seu entendimento isso é totalmente regular e legal?

O SR. MARCOS ISFER:- Que eu tenha conhecimento sim.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Eram esses os questionamentos. Só gostaria de resgatar duas coisas: primeiro dizer, é importante essa informação, pelo menos foi o que entendi na fala do Dr. Marlos, em relação a questão da ação popular, e que a partir daí houve alegação de litigância e má-fé dos proponentes da ação. Dizer que ainda não foi julgado. Quer dizer, já foi julgado mas não em última instância. Então, não podemos afirmar que essas pessoas em últimas instâncias foram condenadas. Então, ela não está transitado em julgado. Acho que é importante esclarecer isso. Acho que mais um aspecto que eu gostaria de comentar é que independente de nós termos contas aprovadas a Urbs, enfim pelo Tribunal de Contas. Nós já tivemos situações da própria Casa aqui que também tiveram contas aprovadas e que posteriormente, em outro momento, quando foram feitas algumas denúncias, foram revistas e hoje existe inclusive processos em relação a isso. Acho importante resgatarmos, porque todas as informações tem que ser colocadas para evitar que qualquer pessoa, ou entidade, possa ser lesada a partir de alguma informação.

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos a Vereadora Professora Josete. Agradecemos também a presença da Dona Letícia Iumi de Resende, que representa nesta CPI a Fiep, Sesi, Senai e Iel. Ela que é coordenadora do Departamento de Assuntos Legislativos desses órgãos. Também agradecemos a Dra. Fernanda Chuli Burgis, ela que representa a OAB nesta CPI, e do escritório Blanch Advogadas Associados. Muito obrigado. Também agradecemos a presença da Dona Marina Ferraz, analista técnico do Departamento Legislativo da Fiep. Obrigado pela sua presença. Agradecemos o Conselheiro Nacional das Cidades, Sr. Luiz Ernani, e também o Sr. Mauro Sérgio Langovski, Conselheiro Estadual das Cidades. Em relação ao Sr. Fila, só queremos esclarecer ao Sr. Marcos Isfer, de que esta CPI tomou todas as providências em relação a agressão por ele sofrida aqui neste Plenário. (M), e também fizemos um desagravo aqui na Sessão seguinte. Providências inclusive em relação à ação que foi cometida, de ordem criminal, porque impedir o funcionamento de uma CPI é crime. Eu passo agora a palavra ao nosso colega Vereador, craque na bola e na política, Paulo Rink.

O SR. MARCOS ISFER:- Com licença, só uma questão de ordem, Presidente? (Assentimento). O Dr. Marlos também gostaria, mas eu só queria dizer o seguinte: quando eu fiz a referência ao técnico, naturalmente já sabendo que esta CPI tinha tomado todas as providências, já tinha feito toda essa condição. Com relação, Vereadora, aos recursos, só lhe dizer que os dois últimos embargos foram indeferidos, foram desconhecidos.

O SR. PRESIDENTE:- Bom. Eu tenho informações também a respeito disso, só dizer que foi feito um recurso agora ao Superior Tribunal de Justiça em relação a essa situação, então, esse caso ainda não transitou em julgado. Mas tudo bem.



A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Só para registro também, Sr. Presidente. (Assentimento). Eu acho que um dos aspectos que é importante destacarmos, né, é que vários dos elementos apontados na ação popular à época foram abordados e apontados no relatório apresentado pela comissão do Tribunal de Contas. Então, acho que tem aspectos que é importante reforçarmos, porque acredito que são elementos importantes para que a CPI possa finalizar os

trabalhos ouvindo, né, todos os envolvidos, inclusive aqueles que questionaram o processo à época. Então, acho que é importante destacarmos isso porque são elementos que foram apontados à época naquela ação popular e que hoje estão sendo, está havendo concordância, digamos, em vários aspectos a partir do que o Tribunal de Contas também constatou. Entendendo tudo o que o Sr. Marcos Isfer já colocou, que ainda não há um parecer do Pleno, enfim, mas são elementos importantes e que sabemos que enquanto não tiver um parecer do Pleno, há alguns limites jurídicos talvez, mas que isso não descarta a seriedade desse trabalho do Tribunal de Contas e que, dentro de uma dinâmica e de uma lógica que o Tribunal vem funcionando, normalmente aquilo que um relator, que uma comissão levanta, vai para o Pleno e raramente isso é, digamos, questionado ou não é acatado. Então, acho que é importante fazermos esse apontamento, porque, senão, acabamos de alguma forma desqualificando um trabalho que foi importante e que acho teve toda a seriedade. Obrigada.

O SR. MARCOS ISFER:- Sr. Presidente, só uma questão de ordem do Dr. Marlus, por favor.

O SR. PRESIDENTE:- Pois não.

O SR. MARLUS ARNS DE OLIVEIRA:- Sr. Presidente, quero saudar a nobre Vereadora Professora Josete, e até com o intuito de esclarecer, essa decisão do Tribunal de Justiça foi tomada à unanimidade e textualmente diz o seguinte: "A ação popular não serve de condão para dirimir divergências e opiniões políticas, sobre argumentos fracos, desprovidos de provas e realizados a partir da alteração da verdade dos fatos." Por isso, os autores foram condenados à litigância de má-fé. Prossegue o Tribunal, "e três juízes por unanimidade decidiram que a Urbs é competente para licitar a respeito do transporte coletivo; que há plano de mobilidade; que há previsão expressa de reequilíbrio econômico; que há item 8.5 do edital 005/2009; que não há onerosidade excessiva do valor das passagens, muito menos do valor a ser pago pela outorga do serviço público; e, que não se favoreceu empresas que já haviam operado junto à Urbs e o mais importante que estamos discutindo aqui hoje, por fim disse os três desembargadores do Tribunal de Justiça, conclui pela inexistência de qualquer irregularidade do edital 05/2009, bem como lesão ao patrimônio público e moralidade administrativa aos princípios constitucionais. Então, usando a sua linha de raciocínio de que temos que levar em conta um relatório feito por técnicos do Tribunal de Contas, que sequer é processo, que sequer teve relator, quem dirá uma decisão unânime do Tribunal de Justiça, que diz que não há qualquer irregularidade no edital. Me parece que quando isso vier a juízo este acórdão aqui, do ponto de vista jurídico, sepultará completamente o relatório do Tribunal de Contas, porque a justiça já decidiu, não há irregularidade no edital. Se transitou em julgado ou não e aí o Vereador Jorge Bernardi, meu colega de advocacia, ilustre advogado além de Vereador, disse bem, talvez ainda tenha recursos pendentes ao STJ. Não vai mudar a matéria de fato, porque não cabe discutir fato no terceiro grau. Mas são questões jurídicas, que gostaria só de ressaltar a V.Exa e aos demais Vereadores quanto a esta questão de fundamental importância, da inexistência de irregularidades segundo três desembargadores decisão unânime do Tribunal de Justiça.. Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE:- Concedo a palavra ao Vereador Paulo Rink .

O SR. PAULO RINK:- Obrigado. Primeiramente, queria cumprimentar Marcos Isfer - Presidente do meu partido, hoje aqui como testemunha do caso CPI. Eu, como um dos integrantes desta comissão, estamos fazendo o nosso trabalho. Acho que vou começar com uma história que revela um pouco, vem do futebol, que é uma pergunta, uma questão que levantei nesta CPI, a questão do transporte coletivo, da propaganda, são quase dois mil e oitocentos ônibus que temos circulando por esta Cidade de Curitiba diariamente. Então, vejo cinco mil e seiscentas laterais enormes de ônibus, a Copa do Mundo está por vir e penso que tem empresas e já fiz esse pedido, para ACP, existem empresas interessadas em colocar essa publicidade em prol de melhorar a tarifa, colocar esse valor obtido com a publicidade para diminuição direta da tarifa. Queria saber sua opinião sobre este assunto, seu conhecimento sobre esse assunto, se é possível ou não, mesmo que sabendo que existe a mídia embarcada. Vamos esquecer a mídia embarcada do que está acontecendo, mas gostaria de sua explanação tanto como ex-presidente da Urbs na questão legal se puder me ajudar.

O SR. MARCOS ISFER:- Vereador, é muito importante te dizer o seguinte, a questão da propaganda é utilizada em muitos municípios como uma forma de aportar recursos à tarifa do transporte coletivo. Em Curitiba sempre houve um entendimento, de que este meio de publicidade não seria utilizado, foi definido há muitos anos pelo Ippuc, os Vereadores mais antigos aqui talvez lembrem bem disso, e houve uma época em que se havia a ideia de se explorar os *busdoor* na traseira dos ônibus e que acabou ficando e restando que esta exploração só pudesse ser feita pelo município ou por delegação do município para questão pública. É uma questão a ser debatida, é uma questão a ser aberta. Existe um entendimento técnico, de que isto polui a cidade dentro daquela linha que São Paulo adotou, de tirar uma série de propagandas que atingiam os prédios, São Paulo acabou sendo exemplo neste sentido despoluição visual, em Curitiba isso nunca foi implantado em virtude desse entendimento de que esse tipo de mídia faria uma grande poluição visual. Em algumas cidades, principalmente da América Latina, você vê isso ocorrer, já com uma menor frequência naquelas cidades que começam a conquistar uma melhor qualidade. A questão financeira, vamos dizer assim, acho que é plenamente razoável. A questão urbana, a questão qualidade de vida, a poluição visual, desculpe mas não sou a melhor pessoa a opinar. Acho que tem que trazer o Ippuc para essa discussão e acima dela fazer. Por que a mídia embarcada acabou sendo a solução encontrada? Porque a mídia embarcada fica dentro do veículo, ela não polui visualmente, ela acaba se transformando numa distração, vamos colocar assim, para aquele passageiro que faz uma viagem um pouco mais longa, ele pode ter ali uma informação, ele vai ter ali um conteúdo informativo, vai ter uma série de informações, e quando da realização dessa licitação o resultado foi muito positivo para o município, para a Urbs, para o transporte coletivo. Pena, pela informação que eu tenho, a coisa não esteja andando no ritmo desejado.

O SR. PAULO RINK:- Pergunto ao doutor, nosso companheiro jurídico, sobre essa questão. Eu tenho conhecimento, a Urbs já detém o direito dessa mídia, tanto indoor quanto a outdoor. É uma responsabilidade, é um direito adquirido pela Urbs, que vocês podem ter essa decisão, se não me engano. E essa autorização é legal, porque não existe nenhum impedimento

hoje, eu busquei em todos os lados, a não ser esse problema, a questão de urbanização. Eu falei com o próprio Sérgio Pires, ele é totalmente contra porque vai poluir os ônibus da cidade. E eu estou vendo o lado da população, vai poluir, mas vai baratear. Eu sou totalmente a favor. Até onde estou ciente, ou informado, essa questão está nas mãos da Urbs, ela pode decidir, ela pode licitar esse espaço fora dos ônibus. Queria ver se isso confere.

O SR. MARCOS ISFER:- Veja, essa não é uma questão da Urbs, é uma questão política. Há um entendimento do Ippuc de que não deve haver. Há uma determinação da Prefeitura à Urbs que esses espaços só sejam utilizados com mídia oficial, e até em um número X de veículos, e só na traseira. Essa é uma determinação. Agora essa discussão pode ser feita amplamente. Não há nada que vede legalmente, em hipótese alguma, que isso ocorra. Como eu disse, é uma questão de interesse público, de interesse municipal, de vontade política.



O SR. PAULO RINK:- Então, pergunto ao nosso consultor jurídico, nada impede desta Casa entrar com um projeto de lei e tentar regulamentar essa questão das propagandas fora dos ônibus para que isso seja revertido à passagem. Efetivamente o que a CPI quer é tentar achar as gorduras, as falhas, ou também otimizar mais o sistema para que fique mais barato para o usuário. Acho que caberia a sua opinião, doutor, sobre um projeto de lei aqui da nossa Casa dos Vereadores para a questão da regulamentação dessa possibilidade.

O SR. MARCOS ISFER:- Vereador, eu não tenho essa informação detalhada mas acredito que é perfeitamente possível essa sua intervenção.

O SR. PAULO RINK:- Obrigado pela explanação. É um desejo que eu tenho de colocar essas propagandas para baratear. Porque eu vejo em Londres, vejo em outras cidades, onde a propaganda numa lateral de um ônibus é mais cara do que o próprio ônibus. E aqui são vários ônibus que podem ser utilizados por essa benfeitoria e melhoria na passagem. Ontem o Sr. Abujamra esteve aqui e eu fiz uma pergunta a ele, se o sistema dele tinha sido auditado. E ele falou: não, nós fizemos uma auditoria interna. Quem tem direito, quem poderia pedir uma auditoria seria a Urbs (P). Se foi feito alguma das vezes, em quantas vezes foi? Vocês pediram isso?

O SR. MARCOS ISFER:- Durante a minha gestão agora há um tempo atrás foi feita uma auditoragem no sistema, quando houve a transformação também desse processo. Fizemos um "back up" do dia d, de onde foi transferido tudo. Esse "back up" está lacrado e de posse da Urbs, naquele dia, naquele horário, para que naturalmente haja controle. E houve uma auditoragem realizada por uma empresa que não saberia lhe dizer o nome, mas houve sim uma auditoragem no sistema.

O SR. PAULO RINK:- Uma outra pergunta que eu fiz para o pessoal da bilhetagem e eles falaram que era responsabilidade da Urbs. Se existe no sistema na questão de cadastramento, qual é o procedimento da Urbs para cadastramento daquelas pessoas, do idoso, dos policiais, como que é o procedimento daquelas pessoas que tem direito ao transporte mas não fazem o





pagamento? Veio ao meu conhecimento casos de pessoas aposentadas, que tem direito ao transporte gratuito, mas que acham um emprego e acabam fazendo uso do segundo cartão. É possível nesse sistema que a mesma pessoa tenha dois cartões na Urbs?

O SR. MARCOS ISFER:- A bem da verdade todos temos um cartão. Podemos ir lá, solicitar e será emitido de graça. Esse cartão é recarregável. Quando acontece do cidadão se aposentar ele vai lá e requer o dele de aposentado, mas muitas vezes não entrega o dele, o que exercia, porque perdeu, porque não sabe onde está e acaba sendo recarregado. Isso aí acontece e é muito importante que tenhamos isso em mente, quando falei em evasão, acho que tem que haver um grande controle, aquilo que é chamado de "janelinha". Se algum dos senhores tiver o cuidado de ir aqui no Terminal do Guadalupe, a fiscalização está sempre ali e acaba pegando um ou outro. O cidadão que passa o cartão, por exemplo, a sua empresa lhe deu "x" vale- transportes, o senhor foi agraciado pela isenção do IPI e tudo mais, o transporte coletivo nunca teve, mas o transporte individual tinha. Então, o senhor foi agraciado, tinha o seu veículo e o senhor não usa o vale. Esse vale acaba sendo comercializado e volte e meia há prisões, há demissões quando quem estiver fazendo isso for alguém que trabalhe no próprio sistema. São esses controles que muitas vezes são difíceis de se ter, porque como é que alguém vai saber que aquele cidadão voltou a trabalhar? Não tem esse controle, as empresas não informam.

O SR. PAULO RINK:- Concordo. Mas não existe um re cadastramento da Urbs, mas a cada ano não existe um procedimento que a Urbs poderia adotar. No caso do sistema de bilhetagem tão moderno, tão atual, você ter uma pessoa que faleceu e não foi dado baixa no sistema e ela continua usando o cartão. Isso acontece também?

O SR. MARCOS ISFER:- Vereador, isso acontece e vou lhe falar bem a verdade, não é só com o cartão transporte. O senhor sabe disso. Durante muitos anos neste país morto votava e com a maior tranquilidade. Fazia fila de mortos votando, porque não há o comunicado entre o cartório de registro civil, onde os óbitos são registrado, e os outros poderes, então acaba dando essa discrepância. O que eu queria sugerir, Vereador e até posso tomar essa liberdade se os Vereadores me permitirem, acho que tem coisas a serem feitas, por exemplo, hoje se considera passagem como créditos e não valores. Isso é algo que pode ser transformado, basta lei. Prazo de validade desses valores, é outra coisa que pode ser feita por lei e que é bastante interessante, por exemplo, não utilizou vale-transporte naquele ano ou em doze meses, ele perde a validade (A) ou como cartão telefônico, exatamente, isto é algo que pode ser feito. Vou dar um exemplo aos senhores. O Município de Curitiba, servidores municipais com direito a vale-transporte. Uma vez fui procurado por um servidor, só ele tinha mais de três mil créditos e ele vinha reclamar que a filha não podia usar o cartão dele. Eu disse: não, não pode. Ele disse: Mas é uma barbaridade, eu tenho o crédito e não posso usar. Eu disse a ele que não podia usar para a filha dele, que o crédito é dele, é personalista. O vale-transporte é pessoal, tanto que ele é proibido de qualquer tipo de comercialização. O que acaba acontecendo? A fraude. Então, muito melhor do que isso, transforma em recurso e cancela depois de um tempo de não utilização. Acho que isso contribuiria em muito com o sistema.



O SR. PAULO RINK:- E recadastramento também, periódico?

O SR. MARCOS ISFER:- Aí, sim, neste momento poderia fazer um grande recadastramento e depois implantar na própria lei uma periodicidade para isso ocorrer.

O SR. PAULO RINK:- Vou para uma questão agora, vamos pular um pouco a questão da bilhetagem que foi debatida ontem e que o senhor acabou de confirmar que existem falhas, às vezes por má-fé das pessoas, mas também pelo sistema estar ineficaz em alguns momentos. Vou agora para a questão da manutenção dos ônibus. Há uma reclamação das empresas que a manutenção do ônibus tem que ser feita em determinados locais, que a Urbs pede e determina esses tais locais. Isso confere?

O SR. MARCOS ISFER:- Manutenção dos veículos?

O SR. PAULO RINK:- Exatamente.

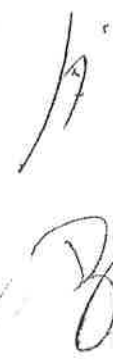
O SR. MARCOS ISFER:- Não. Que eu tenha conhecimento, não. Lógico que boa parte da manutenção é feita nas próprias garagens.

O SR. PAULO RINK:- É a questão de pintura, é a questão de algumas determinadas empresas que tem que fazer a manutenção. A Urbs determina aquilo por questão de qualidade, tecnologia, etc.. Não existe essa determinação da Urbs? Elas são livres para escolher a oficina?

O SR. MARCOS ISFER:- Que eu tenha conhecimento, sim, Vereador, não vou afirmar e assinar embaixo porque realmente desconheço.

O SR. PAULO RINK:- Era uma indagação aqui do assunto e eu gostaria de saber maiores detalhes. A outra questão, Marcos, é sobre o PDA, aqueles PDA's que estão lá parados. Meus colegas Vereadores já devem ter perguntado, o que falta para utilizá-los? Foi na sua gestão. Nós fomos fazer uma visita e vimos que aqueles equipamentos ainda estavam, não digo inúteis, mas subutilizados.

O SR. MARCOS ISFER:- Deixa eu entrar nessa questão. Na verdade isso foi todo ele feito no processo de licitação da Copa, para ser utilizado durante a Copa. Com relação a eles tenho aqui uma apresentação recentemente feita sobre esses instrumentos, tem as atividades previstas, as atividades que já foram executadas, o que ele vai fazer, como ele vai fazer, treinamento de equipe técnica de 18 de fevereiro de 2013 a 1º de março de 2013 e 26 de junho de 2013 a 05 de julho; levantamento das necessidades macro de cada área envolvida no projeto; os controles de acesso; seguranças de rede; como é feita as consultas de tabelas, horários, porque na verdade esses equipamentos foram customizados, acho que este é o termo correto, de acordo com a necessidade dos fiscais do transporte coletivo e dos fiscais de trânsito do Município de Curitiba. Então, está aqui com fotos, os equipamentos. Maiores detalhamentos eu não saberia dizer. A única coisa que há época eu ouvi alguém dizendo que isso aqui teria sido todo pago no governo passado. Não é verdade, isso foi pago no atual governo, porque é um contrato diretamente com a Caixa



Econômica Federal e qualquer pagamento só ocorre após efetiva fiscalização da entrega do equipamento, da funcionalidade e também da adequação. Eu pediria, Vereador Paulo, para deixar com o Vereador Bruno para tomarem conhecimento porque eu também não... até foi uma informação que eu fui buscar. Mas aqui demonstra já os treinamentos (E), as datas de treinamento e dizer que desde de fevereiro esse equipamento tem sido, digamos assim, desenvolvido e aperfeiçoado para que entre em utilização. Naturalmente necessita de capacitação, etc. etc.

O SR. PAULO RINK:- Obrigado pela explicação e vou depois, juntamente com o Vereador Bruno Pessuti, conferir a documentação. E para finalizar, como é a última pergunta, Sr. Marcos, a questão que estou aqui agora, não sei se a pergunta é mais ao senhor, mas pelo conhecimento de tempo de Urbs ou a seu advogado, porque eu tenho aqui agora a questão da lei 1972 e de uma lei de 29 de junho de 1990. Essa lei diz, a lei ordinária 7.481 que diz que a tarifa dos 4% da Urbs que é para a sua administração, etc., é para ser retirada sobre a tarifa urbana e hoje e há muitos anos, mesmo antes da sua gestão, vem sendo retirada da tarifa metropolitana. Nos cálculos rápidos isso representa valores enormes de cobrança, no caso indevida, desta questão percentual que a Urbs teria direito sobre 4% da urbana e não da metropolitana. E há mais de vinte anos vem sendo cobrada sobre a tarifa metropolitana. Você retroagindo nesse tempo não consideraria uma apropriação indébita do patrimônio público?

O SR. MARCOS ISFER:- Vereador, desconheço. Veja, o senhor falou de uma lei de 1972, o senhor falou de uma lei de 1990, integração do transporte aconteceu em 1996. Não sei de há adequação e deve haver, senão não seria feito. Veja, estamos falando de vinte, trinta anos de coisas acontecendo.

O SR. PAULO RINK:- Vinte.

O SR. MARCOS ISFER:- A gente está falando de um bom prazo, deve haver, lógico, algo que estabeleça isso em algum momento, porque isso ocorre, como bem disse o senhor, desde 1996. Então, não há de ser um arrepio da lei, deve ter uma previsão legal para isso. Não sei informar.

O SR. PAULO RINK:- Mas o senhor concorda, conhecendo esse tema, que a diferença do 4% seria gritante.

O SR. MARCOS ISFER:- É bastante significativo, lógico. Hoje o metropolitano significa algo em torno de 30% do urbano.

O SR. PAULO RINK:- 25%.

O SR. MARCOS ISFER:- 25 a 30%, por aí. Agora, seria importante que V.Exa. fizesse essa consulta ao jurídico da Urbs, tenho certeza que eles saberão lhe informar.

O SR. PAULO RINK:- Eu já perguntei para o Whilhen que esteve aqui, a mesma pergunta eu fiz para o atual gestor que está na questão da Diretoria da Urbs e queria a sua opinião

sobre esse assunto para que eu possa ter... Porque eu procurei, depois de 1990, todos os artigos que mudassem ou que colocassem algum adendo, anexo, etc, que possa ser colocado e não encontrei. Então, essas são as duas leis que encontrei e fiz a pergunta para a gestão atual estou fazendo para o senhor Presidente, porque se a gente faz as contas, mesmo não tendo direito talvez a recuperar a leva de vinte anos atrás, a partir de agora, seria ideal ser cobrado da questão que a lei regulamenta. Acho que essa seria, no mínimo, uma coisa a ser considerada.

O SR. MARCOS ISFER:- Vereador, confesso, a que se ir atrás disso. Eu realmente não sei dizer, essa área contábil financeira tem um Diretor Administrativo Financeiro que sempre cuidou disso.

O SR. PAULO RINK:- Ok. Seriam essas, Sr. Presidente, as minhas perguntas. Obrigado, Marcos, pelas respostas. Deixo a palavra agora com a Mesa da Presidência.

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos o Vereador Paulo Rink. Concedemos a palavra ao Vereador Rogerio Campos.

O SR. ROGERIO CAMPOS:-Boa tarde, senhores, boa tarde, Marcos Isfer. O senhor falou que uma nova licitação na verdade chega a ser de interesse dos empresários (r). Eles que têm real interesse nisso, correto?

O SR. MARCOS ISFER:- Vereador, quando se ouve, e aqui ouvi várias vezes e me perguntaram por inúmeras vezes que os empresários sistematicamente dizem que têm prejuízo. Eu nos últimos dois anos que fiquei à frente da Urbs escutava essa lenga lenga diariamente. Só posso dizer ao senhor o seguinte, que pela reclamação devem estar insatisfeitos, não é isso? Não é isso que o senhor entende?

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Sim, se a pessoa está reclamando é porque não está satisfeita. Então o senhor acredita que isso seria na verdade para eles lucrarem ainda mais do que lucraram hoje? Essa é a lógica?

O SR. MARCOS ISFER:- Dentro do que é dito, me parece ser essa a lógica. Não quero fazer ilações, nada disso, estou apenas me reportando ao que vejo na imprensa, V.Exa. também vê, o que escuto cada vez que são citados de que sempre estão numa situação extremamente difícil, que é ruim, que o contrato é ruim, que a forma de execução é ruim, que a Urbs é ruim porque fiscaliza demais. É só o que a gente escuta, não é isso?

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Sim.

O SR. MARCOS ISFER:- Quando eu digo que acho que eles é que têm esse interesse, acho que não estou mentindo. Se não está bom, quer que mude não é?

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Exato. Presidente, logo que iniciamos o ano nesta Casa veio o atual presidente da Urbs e falou sobre o prejuízo, o furo, não sei como se pode citar, de mais de cem milhões. Isso logo na sua saída. O que o senhor fala sobre isso?

O SR. MARCOS ISFER:- Quando procurei o atual presidente, aliás, quero até lembrar aqui um fato, o Vereador Jorge Bernardi vai me ajudar, véspera de Natal, um jantar que houve ao final com o secretário e os vereadores, eu dizia ao Vereador Jorge Bernardi: "pelo amor de Deus, mande logo quem vai me substituir aqui na Urbs porque isso aqui é um pouco complexo. Então, é bom que venha o quanto antes para que vá já tomando conta da casa". E quando o Dr. Gregório foi designado para a Urbs, me lembro que no dia em que fizemos a apresentação a todos os servidores, eu disse a ele o seguinte, "a partir de hoje eu passo a dormir e o senhor a ficar sem dormir". E ele recentemente me confirmou que o sono dele há muito tempo já não é mais o mesmo. Veja, quando isso foi dito eu até procurei a Urbs e perguntei "de que se está falando?". "Ah, não é que os empresários dizem que a Urbs tem um débito, o sistema tem um débito, tem um déficit de cem milhões". Até hoje não vi, não ouvi, não sei onde está e nunca mais ninguém tocou nesse assunto. Concorde comigo, Vereador?

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- O senhor acha que isso pode ser um fato inexistente então?

O SR. MARCOS ISFER:- Pode ter sido uma informação de início de gestão que alguém tenha passado e isso tenha vazado, porque o próprio presidente da empresa me disse que esses números não eram números que ele tivesse divulgado.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Falou aqui nesta Casa. Eu estava presente quando falou.

O SR. MARCOS ISFER:- Recentemente?

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Não, no início do ano, como eu falei.

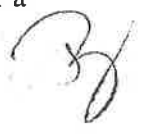

O SR. MARCOS ISFER:- É porque provavelmente alguém tinha lhe dado alguma informação de que havia uma diferença com o sistema, com os operadores do sistema, diferença essa que não existe.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Sr. Marcos Isfer, se o senhor fosse presidente da Urbs hoje o senhor estaria cumprindo a Lei Municipal nº 14.150 que entrou em vigor este ano?

O SR. MARCOS ISFER:- O senhor fala da lei de dupla função que foi votada o ano passado?

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Votada o ano passado por unanimidade desta Casa, o prefeito da situação sancionou, assinou em baixo da lei e ela entraria em vigor este ano. O senhor como presidente da Urbs faria cumprir a lei ou não?

O SR. MARCOS ISFER:- Enquanto fui presidente da Urbs sempre disse que lei é para ser cumprida. Decisão judicial é para ser cumprida. Agora, quero dizer o seguinte, tem uma forma muito fácil de fazer isso. Basta fazer que os ônibus micro e o micrão só sejam utilizados com a possibilidade do cartão transporte, uma vez que todos possuem o validador. Você acaba com a dupla função. Acho que esta é uma solução que esta Câmara deveria ajudar a tomar.



O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Inclusive tem um vereador aí do seu lado que ele debate esse assunto, mas aí acho que esbarra no direito de ir e vir da pessoa que tem o dinheiro na mão e de repente não pode utilizar do transporte.

O SR. MARCOS ISFER:-Deixa eu dizer para o senhor, qualquer cidade do mundo que o senhor vá,. Se o senhor não comprar o pré cartão antecipado, o senhor não embarca.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Curitiba foi destaque por não ser igual qualquer cidade do mundo, por isso ela foi destaque no transporte coletivo.

O SR. MARCOS ISFER:- Vereador, concordo. É um assunto bastante polêmico. Acho que se a lei foi feita é para ser cumprida.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- O senhor concorda com a terceirização do Município para uma empresa de economia mista, de um serviço público? Sim ou não?

O SR. MARCOS ISFER:- Não sei que tipo de terceirização senhor está falando.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Do serviço público ser passado para os cuidados de uma empresa de economia mista. Transporte coletivo.



O SR. MARCOS ISFER:- Isso ocorre normalmente. Não é só em Curitiba não, mas em outras cidades também.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- O senhor concorda com isso?

O SR. MARCOS ISFER:- Há uma possibilidade jurídica. Nada impede vereador.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- O senhor falou que o transporte público, entre tantas atribuições que a Urbs tem, é o que teve mais cuidado, mais responsabilidade pela Urbs, certo? Certo. Então, como podemos explicar, Marcos, alguns descumprimentos, por exemplo, me recordo ainda, não era um vereador, que foi votado, aprovado que fossem instaladas câmeras nos ônibus. Não tem. Fim da dupla função que ainda está num grande debate aí ou até mesmo isso saiu na sua época parecer do Ministério Público falando que as estações tubo de Curitiba são um lugar de um ano para se trabalhar, e nada foi feito para que mudasse isso.

O SR. MARCOS ISFER- Vereador, vamos lá, um por um. A questão da dupla função, como lhe disse, a lei foi votada e é uma outra questão. A questão das câmeras. Elas já estão sendo, pelo que eu saiba, instaladas, e assim foi programado, nas estações tubo. Estão sendo instaladas nos terminais e um próximo passo é instalar nos ônibus. Acho que essa é uma obrigação dos empresários, dos operadores. As estações são públicas, são geridas pelo poder público, nos veículos essa implantação deve ser pelo próprio operador. A questão terceira, das estações tubo com o parecer do Ministério Público do Trabalho. Volto a frisar aqui um assunto que já discutimos na parte da manhã. Volto a frisar..



O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- O senhor acha que o símbolo de Curitiba vale a pena, que os trabalhadores fiquem na situação que estão, hoje até os próprios usuários entram, aquele transporte de qualidade é visto ali com um trabalhador do transporte coletivo naquela situação, às vezes molhado, encolhido de frio. Igual na sua gestão, a questão das multas por eles tentarem se aquecer de outra maneira? Como o senhor encara isso?

O SR. MARCOS ISFER:- Vou ser bem franco com o senhor. Essa questão aí, Curitiba até tem mais conforto que muitas cidades aí fora, aonde sequer há uma cobertura. Aqui pelo menos nós temos um tubo que abriga bem mais que local sem cobertura. Segundo, a questão colocada, se o que é mais importante ou menos importante. Eu acho que o respeito ao ser humano sempre é o mais importante.. Agora, como fica o usuário, como fica o funcionário, o trabalhador, e como fica a decisão de esse símbolo da Cidade deve ser retirado ou não, me desculpe, essa é uma decisão política. Acho que de repente os senhores encomendem uma pesquisa sobre o que a população pensa.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Então, o senhor acha que por ser uma opinião política está faltando boa vontade política para se resolver esse problema?

O SR. MARCOS ISFER:- Eu não tenho como achar, vereador.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Sim, o senhor já foi político.

O SR. MARCOS ISFER:- Não é da minha competência achar.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Pergunto numa visão política, o qual o senhor também já foi. E não deixa de ser hoje.

O SR. MARCOS ISFER:- Vereador, vou ser franco com o senhor. Eu acho que a estação tubo vem cumprindo com a sua finalidade. Em determinado momento entendeu-se, eu me lembro dessa discussão lá atrás ainda, quando da instalação da Linha Verde, da possibilidade da mudança das estações, e me lembro que houve por parte dos órgãos, do Ippuc, dos outros órgãos, uma recomendação de que fosse mantido o mesmo sistema do tubo. Então, isso eu me recordo. São decisões realmente, como é o caso da propaganda, que eu disse ao Vereador Paulo Rink, são questões de decisões que envolvem não um desejo, envolvem toda uma coletividade, envolvem a Cidade, envolvem uma decisão do Legislativo, do Executivo; não é uma questão de acho ou não acho, é uma questão realmente que envolve todo esse princípio, Vereador. É isso que estou tentando lhe dizer.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Tá. No seu ponto de vista, Curitiba também é mais confortável que outros lugares; o senhor acha confortável essa situação?

O SR. MARCOS ISFER:- Eu acho que sempre pode melhorar. Mas já é melhor do que muitos lugares que eu conheço e o senhor conhece.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Qual lugar o senhor falou que, por exemplo, não tem nem cobertura para um cobrador? Gostaria de saber.

O SR. MARCOS ISFER:- O senhor já andou em São Paulo?

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Já.

O SR. MARCOS ISFER:- O senhor já andou no Rio de Janeiro?

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Não.

O SR. MARCOS ISFER:- Que nem transporte tem, só tem van e tudo o mais.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Mas daí não fica um ser humano, como o senhor citou, não fica um ser humano ao relento.

O SR. MARCOS ISFER:- Às vezes,... Eu não posso falar muito porque minha esposa também é, então, não posso falar muito de carioca. Mas na verdade, o Vereador deve lembrar bem do transporte coletivo do Rio de Janeiro, os veículos, além de velhos, não têm condição nenhuma, não é, Vereador? As condições são, vamos colocar, comparando com as nossas, são bem diferentes. E o trabalhador fica lá dentro o dia todo, Vereador. Aqui, pelo menos, ele tem condição de sair, ir no vizinho; lá, ele fica dentro do ônibus o dia todo, suando, sem ar.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Até dentro das suas palavras, o senhor sabe que, se o fiscal passar e o cobrador tiver saído, ido no vizinho, ele, tenho vários fatos, pode ser multado porque saiu, foi no vizinho utilizar um banheiro ou algo assim.

O SR. MARCOS ISFER:- Ele tem isso de forma, de tempo, tudo bem determinado, o senhor sabe disso. Todos têm esse direito. Ninguém é impedido. Para isso, existe o substituto, para isso, existem condições.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Que várias empresas não fornecem.

O SR. MARCOS ISFER:- Aí, tem que se cobrar das empresas, e cobrar rigorosamente.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Dentro do que o senhor falou, que, no seu mandato, lei tem que ser cumprida, concordo com o senhor, é o entendimento de todos os Vereadores aqui desta Casa, o Artigo 108 da lei maior deste Município diz que "O Município retomará os serviços públicos municipais permitidos ou concedidos, se executados em desconformidade com a lei, ato ou contrato." Então, nesse aspecto, o Município deve retomar o transporte público inteiramente para si. Certo?

O SR. MARCOS ISFER:- Baseado em quê? Desculpe, Vereador.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- No aspecto de estar descumprindo uma lei municipal, o Artigo 108.

O SR. MARCOS ISFER:- O que ele está descumprindo? Não entendi, Vereador. O senhor leu o artigo dizendo que, quando houver descumprimento, ele deve ser retomado pelo Executivo?

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Exato.

O SR. MARCOS ISFER:- Qual é o descumprimento que está ocorrendo? Desculpe, é isso que não entendi que V.Exa. falou.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Do que nós debatemos anteriormente, da Lei 14.150, do final da dupla função. É uma lei que está sendo descumprida hoje, certo?

O SR. MARCOS ISFER:- Esse descumprimento ocorre da parte dos operadores, ocorre por parte do Município, ocorre por parte de quem?

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Eu acho que, se foi determinado pelo Município uma gerenciadora para cuidar do transporte coletivo, a gerenciadora tinha que tomar para si e falar: "Espera aí, eles me incumbiram de gerenciar o transporte coletivo", e cobrar de fato de quem não está cumprindo a lei.

O SR. MARCOS ISFER:- Deixa eu fazer uma pergunta: não há uma discussão sobre esse assunto?

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Há uma discussão, na qual houve uma pegadinha jurídica, uma palhaçada que fizeram, do meu ponto de vista e de outros vários Vereadores, que citaram aqui, com esse entendimento que a Urbs fez. Foi isso que aconteceu. Tá. O senhor tem uma listagem, Marcos Isfer, de quantas empresas vieram de fora para participar da licitação dessa galinha dos ovos de ouro que é o transporte público de Curitiba?

O SR. MARCOS ISFER:- Eu tenho, Vereador, aqui a listagem de todas as pessoas que retiraram o edital.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Gostaria que o Presidente da CPI pegasse esta listagem de quantas empresas vieram de fora tentando participar da galinha dos ovos de ouro.

O SR. MARCOS ISFER:- Aqui estão empresas, entidades, pessoas físicas, jurídicas que pediram a retirada do edital, todas elas tiveram acesso à cópia integral do edital.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- O senhor falou que até nessa formulação teve a participação do sindicato dos trabalhadores?

O SR. MARCOS ISFER:- Sim senhor!

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Gostaria que o senhor citasse, já que está sendo tudo taquigrafado, era da atual diretoria desse sindicato dos trabalhadores?

O SR. MARCOS ISFER:- Se o senhor lembrar bem isto ocorreu em 2009,

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Exatamente, era isso que eu gostaria que ficasse registrado nesta CPI. Dentro da licitação o Tribunal de Contas contestou a aplicação de novos itens que foram incluídos no final do processo de licitação, isso seria para favorecer empresas atuais que já estavam no sistema?

O SR. MARCOS ISFER:- Absolutamente! Já mostramos item a item aqui, que todos eles são muito mais, no sentido de ampliar a participação de empresas, de pessoas do que no sentido de restringir. Então, fica muito claro que em todos os momentos só houve expectativa de se ampliar a participação de toda e qualquer empresa que tivesse interesse em participar.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Até mesmo aquele item de cento e cinquenta ônibus para cento e Vereador vinte e cinco

O SR. MARCOS ISFER:- Não deixava ninguém fora, se o senhor tivesse uma empresa no Rio de Janeiro poderia concorrer tranquilamente com cento e vinte e cinco ônibus. É que lá só tem um empresário.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Não com vários CNPJs repartidos. O que mudou no transporte coletivo de Curitiba depois da licitação?

O SR. MARCOS ISFER:- Mudou muito a relação entre as empresas e o Poder Público, deixou de ser uma permissão, passou a ser uma questão de contrato com deveres e obrigações bem mais claros, mudou a grande renovação de frota que foi feito, mudou a relação contratual, inclusive com os empregados que melhorou sensivelmente, haja visto todos os acordos trabalhistas realizados, melhorou o sistema do ponto de vista legal e de qualidade. Acredito nisto de forma muito clara e inequívoca. Quero até lembrar, o senhor está falando de cortes que o Tribunal de Contas está mandando fazer e ali tem um que se refere ao sindicato.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Exatamente! Fica perfeito, nós do sindicato já falamos, que se eles abraçarem o serviço que o sindicato oferece para o trabalhador, fica perfeito, é uma atribuição a menos para nós.

O SR. MARCOS ISFER:- Eu só estou lhe alertando para ver como existem coisas que foram colocadas e que tem que ser mais debatido e discutido.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- A qual o Presidente do sindicato mesmo já citou lá no Mercado Municipal, o senhor não estava lá, mas com certeza, acompanhou pari passo.

O SR. MARCOS ISFER:- Não estava, ultimamente só estou trabalhando.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- o senhor citou que não teve a ausência do setor jurídico da Urbs nas reuniões para montar o edital?

O SR. MARCOS ISFER:- Não!

O SR. ROGERIO CAMPOS:- E nesse tempo o Dr. Rodrigo era do setor Jurídico.

O SR. MARCOS ISFER:- Dr. Rodrigo fazia parte do Jurídico da Urbs.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Então, ele participou de todas essas..

O SR. MARCOS ISFER:- Dr. Rodrigo era designado pela então diretora jurídica Marilena para acompanhar o processo de elaboração do edital.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Presidente Serginho do Posto, devido à informação que foi registrada agora a pouco, quero que seja, se possível, um confronto das informações repassadas no dia em que o Dr. Rodrigo veio aqui. Porque agora o Sr. Marcos Isfer acaba de nos confirmar que o Dr. Rodrigo passou sim em todas as reuniões da montagem do edital de licitação do transporte coletivo.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Vereador, caso o senhor queira, na reunião administrativa o senhor pode encaminhar um requerimento à comissão para que a comissão possa deliberar.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Sr. Marcos Isfer, ocorreu muita resistência sobre os híbridos da parte dos empresários para adquirir, porque era algo diferente, o senhor citou isso. E com os micro-ônibus aconteceu isso também?

O SR. MARCOS ISFER:- Eu não sei lhe responder, porque não fui eu que implantei o micro-ônibus.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Na parte em que o senhor já estava gerenciando a Urbs, foram chegando vários, que aumentou, uma boa parte aumentou na sua gestão. Eu me recordo disso.

O SR. MARCOS ISFER:- Eles já estavam operando.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Alguns.

O SR. MARCOS ISFER:- O que houve foi renovação quando da licitação.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Aí, não teve problema de ter renovado, aí ninguém chiou, ficou às mil maravilhas?

O SR. MARCOS ISFER:- Que eu tenha conhecimento, vereador, não.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Que beleza, quando é no nariz do povo daí pode. O senhor tinha a consciência que a Urbs arrecadava de forma irregular quando cuidava do departamento de

trânsito?

O SR. MARCOS ISFER:- Desculpe, não compreendi a pergunta.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Quando a Urbs estava gerando multas e tal, no departamento de trânsito, Diretran, o senhor sabia que era algo irregular.

O SR. MARCOS ISFER:- Nem eu e nem ninguém. Só se tornou irregular quando foi julgado pelo Tribunal de Justiça. E imediatamente foi desativado. Até então não era ilegal.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Então não era ilegal?

O SR. MARCOS ISFER:- Não.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Certo. A Urbs repassa a escala dos trabalhadores para as empresas, o senhor citou agora há pouco isso.

O SR. MARCOS ISFER:- Repassa a escala de linhas.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Eu não entendi, gostaria que o senhor me falasse. O intervalo que o senhor falou do horário, que o trabalhador vai lá de madrugada, trabalha na empresa, o famoso dois pega, e retorna ao meio dia.

O SR. MARCOS ISFER:- Eu não conheço essa terminologia. Dois pega é quando presta um horário e depois presta outro horário com um intervalo no meio.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Isso. Esse meio termo a Urbs repassa para o trabalhador, esse horário que ele fica ocioso?



O SR. MARCOS ISFER:- Que eu saiba existe uma escala que ele cumpre aquela determinada função de trabalho. Como são seis horas de trabalho, conforme acordo coletivo, dentro dessas seis horas ele cumpre uma parte, outra parte. Agora, tem um intervalo aí que é decidido, a Urbs não remunerará.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Eu fiquei com uma dúvida.

O SR. MARCOS ISFER:- Não teria como remunerar, por favor.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Quando o senhor falou me gerou essa dúvida.

O SR. MARCOS ISFER:- O que eu quis dizer naquele momento foi com relação ao fator de utilização, como é que ele é calculado. Esse trabalhador trabalhou um tempo, depois trabalhou outro, e você acaba tendo compensações que ficam um pouco diferenciadas. Porque não existe trabalhador que trabalhe sete dias, seis horas por dia. Na verdade, essas compensações são realizadas, até em razão das folgas.



O SR. ROGERIO CAMPOS:- Sr. Marcos Isfer, com quem fica a diferença dos valores dos cartões utilizados nos finais de semana, o dinheiro.

O SR. MARCOS ISFER:-Esse dinheiro vai todo para o FUC. Volto a perguntar, essa questão me parece que já foi corrigida. É importante que se frise e se pergunte lá se isso já não foi corrigido.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- O senhor sabe o quanto era arrecadado desse valor mensalmente?

O SR. MARCOS ISFER:- Não sei.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- •(n) O senhor acha correto o usuário em valor, pagar por esse valor e na verdade o FUC - Fundo de Urbanização de Curitiba, ficar com esse valor arrecadado para eles?

O SR. MARCOS ISFER:- Na verdade esse valor, ao que eu saiba, a domingueira é pago não com fundo, não com vale-transporte, é pago... domingo é o dia de folga, não é dia de vale-transporte.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Não, não, hoje muitos e muitos trabalham em finais de semana, é só dar um volta nos shopping's de Curitiba vamos ver muitos trabalhadores. Então, acredito que o valor arrecadado não é pouco não.

O SR. MARCOS ISFER:- Não saberia lhe dizer.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Tá bom. Para finalizar, Marcos Isfer, eu vi o direcionamento, quando o senhor falou que vê por aí alguém falar em acabar com a Urbs e tal, inclusive até li uma matéria que o Presidente da CPI deu uma entrevista esta semana e falou que a Urbs já não tem mais condições de cuidar do transporte coletivo. O senhor falou que tem que tirar, é a mesma coisa que tirar o sofá da sala, e eu falo para o senhor que se o sofá estiver atrapalhando ele tem que ser retirado sim. Se for um sofá que não estiver tendo utilização ele tem que ser retirado da sala sim ou, se necessário, quebrado a sala. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Serginho do Posto):- Deixaria aos membros da Comissão, se alguém quiser fazer alguma consideração ou deixar o Marcos Isfer fazer suas considerações, algum membro tem alguma pergunta a fazer ou alguma consideração? Gostaria de pedir, como estamos com um quórum bem justo, vou abrir a palavra ao Bruno em seguida ao Vereador Valdemir Soares.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Marcos, uma pergunta reticente àquela que fiz no começo, a questão da outorga foi submetida ao Conselho de Administração da Urbs.

O SR. MARCOS ISFER:- Sim, senhor.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Isso, no meu entendimento, significativa que a Urbs já era

então concessionária do serviço.

O SR. MARCOS ISFER:- Pela lei votada aqui, Vereador, havia uma delegação à Urbs de fazer a licitação. Então, na verdade como isso foi colocado para aprovação dos valores, havia necessidade de que isso fosse de conhecimento, não foi algo que ficasse restrito.

O SR. BRUNO PESSUTI:- E dessa forma não foi contestada essa questão jurídica perante aos desembargadores da licitação com a alegação de que eles poderiam ser considerada a concessionária do serviço.

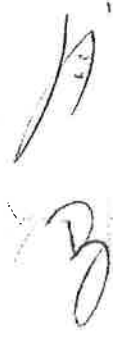
O SR. MARCOS ISFER:- Com a utilização da lei, tem as contrarrazões apresentadas pela Urbs e justamente nesse sentido foi entendimento que ela era competente sim para licitar o transporte urbano coletivo.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Outra pergunta que lhe faço no sentido pessoal mesmo, o senhor falou que a licitação foi a primeira realizada seria uma grande conquista da população de Curitiba.

O SR. MARCOS ISFER:- Eu acredito que sim.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Olhando para o atual momento do transporte coletivo de Curitiba onde são necessários oitenta, cem milhões de reais de subsídios para que se mantenham uma tarifa a um preço justo socialmente falando. O senhor ainda entende que essa licitação deveria ter sido feita realmente da maneira como foi feita, ou o senhor tem orgulho de ter feito essa licitação ou a impressão que o senhor tem a respeito da licitação, já que tanto se fala a respeito do transporte coletivo de Curitiba como não mais naquele modelo do passado e sim um transtorno perante o modelo que já foi no passado ao que poderia ser melhorado.

O SR. MARCOS ISFER:- Vereador, gostaria de dizer o seguinte, existe uma associação mundial de BRT e no ano passado ainda, na avaliação dessa associação, o melhor sistema de transporte coletivo ainda é Curitiba pela sua integração, pelo fato de que a cada quinhentos metros se tem um ponto de acesso, que se tem o sistema pré-pago, que se tem o embarque em nível, que se tem corredores exclusivos que aumentam a velocidade do transporte significativamente, que se tem veículos de grande porte operando esse transporte. Enfim, é a consideração dessa entidade, não é um achadouro, é uma entidade, de que um sistema mais completo no mundo (e), isso comparando com Turquia, Colômbia, México, França, Índia, enfim, todos os locais, até os Estados Unidos hoje já têm BRT e o mais completo indiscutivelmente é o de Curitiba. Então, posso lhe dizer que tenho orgulho sim de ter trabalhado no sistema, com os trabalhadores e com todo o meio que envolve o sistema. Em segundo lugar, o senhor fala de custos. O custo, independente de licitação ou não licitação, seria o mesmo. Poderia talvez até ser superior, não quero afirmar, mas poderia até ser superior. Não há nenhum tipo e acredito que os índices inclusive de remuneração, muitos deles foram bem enxugados. Essa é uma questão que se hoje fosse calculado na metodologia antiga, talvez o valor fosse superior. Não posso afirmar isso, não tenho essa expertise, mas me lembro que essa história de transparência sempre ocorreu na nossa gestão,



porque eu me lembro de um dissídio coletivo que estava ocorrendo lá no Ministério do Trabalho e a hora que o Juiz do Trabalho junto com a Procuradora definiram o índice de 10,5% de reajuste, imediatamente o cidadão do Dieese que estava ao meu lado disse: a tarifa é tanto. Segundo, é sinal de que esse cálculo hoje é muito mais fácil, muito mais transparente, muito mais acessível do que foi em outros tempos. Posso garantir ao senhor o seguinte, eu quando falo que tive orgulho em fazer essa licitação junto com o Corpo da Urbs é porque sabíamos da intensa e imensa dificuldade que teríamos para realizar da forma como realizamos, para chegarmos ao resultado que conseguimos atingir.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Só para concluir, utilizando aquela questão que o Vereador Mauro Ignacio colocou muito bem, da evasão. Como o senhor pode ver aqui na planilha é muito fácil calcular hoje a tarifa. Se fosse realmente 5% a mais de pagantes, que o senhor disse que pode ser o número de pessoas evadidas, teríamos em Curitiba uma tarifa técnica de dois e noventa e nove e com 5% a mais de pagantes seria dois reais e oitenta e cinco centavos e com o subsídio poderia chegar a dois e cinquenta e seis.

O SR. PRESIDENTE:- Vereador Valdemir Soares, o senhor quer fazer alguma consideração?

O SR. VALDEMIR SOARES:- Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu tenho algumas considerações, muitas perguntas, mas em respeito aos funcionários desta Casa que terão que voltar amanhã pela manhã e é uma quantidade meio limitada, até porque não houve ainda por parte dessa nova Mesa uma adequação de pessoal na questão de Plenário, de imprensa e comissões. Eu abro mão e amanhã trarei essas perguntas para a testemunha de amanhã. E outra coisa não temos aqui quorum para deliberar. Nesse momento, temos a presença somente dos Vereadores Serginho do Posto, Bruno Pessuti, Chicarelli, Professora Josete e este Vereador. Teríamos apenas cinco Vereadores integrantes da CPI neste momento. Vou abrir mão até por essa questão. Quero enaltecer aqui o acompanhamento até agora do Eventos Live, uma empresa inclusive patrocinada pelo Setransp, que é a única mídia além da Gazeta do Povo que está nos acompanhando nesse período da tarde. É uma reunião tão importante e não tivemos a presença da imprensa durante esse período. Tivemos a presença da população e a presença de várias pessoas que como nós têm o interesse de diminuir o valor da passagem, melhorar o transporte e trazer uma solução consciente para o transporte coletivo nas próximas temporadas, nos próximos meses, nos próximos momentos administrativos e momentos políticos (A) que como casa política poderemos apresentar para a nossa população.

O SR. BRUNO PESSUTTI:- Presidente, só fazer uma ressalva. Tem o pessoal da nossa imprensa que com certeza fará um bom trabalho em divulgar o que foi realizado hoje à tarde. Infelizmente...

O SR. VALDEMIR SOARES:- Não tenho dúvida, até por isso quero liberar o pessoal da nossa imprensa para finalizar esse conteúdo e para amanhã estar com todo vigor, estar mais uma vez com toda dedicação, com todo empenho, com todo carinho que tem pelo trabalho dessa

instituição se dedicando a essa matéria que é muito importante para a nossa sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Serginho do Posto):- Perfeitamente. Vereador Chicarelli, o senhor quer fazer algumas considerações?

O SR. CHICARELLI:- Também abro mão seguindo o Pastor Valdemir que foi bastante enfático.

O SR. PRESIDENTE (Serginho do Posto):- Ninguém mais desejando fazer uso da palavra, gostaríamos de agradecer a presença do Dr. Marcos Isfer e Dr. Marlus Arns até este momento e a todos os funcionários. Encerramos esta Sessão convocando outra para amanhã, às 9h, neste mesmo local com a presença do convidado Fernando Ghignone. Está encerrada a reunião.

Jorge Bernardi
Presidente

Serginho do Posto
Vice-presidente

Bruno Pessuti
Relator(a)

Valdemir Soares
Vice-relator(a)

Chicarelli
Membro

Chico do Uberaba
Membro

Cristiano Santos
Membro

Geovane Fernandes
Membro

Mauricio Ignacio
Membro

Noemia Rocha
Membro

Paulo Rink
Membro

Profª Josete
Membro

Tiago Gevert
Membro



Câmara Municipal de Curitiba

NOTIFICAÇÃO DE VEREADORES

CPI Transporte 10ª/2013 de 19/09/2013

Data / Hora da Notificação: 03/10/2013 - 17:10

Resultado da Notificação:

Sucesso:

Sucesso: email enviado para 'Jorge Bernardi'.
Sucesso: email enviado para 'Chicarelli'.
Sucesso: email enviado para 'Chico do Uberaba'.
Sucesso: email enviado para 'Cristiano Santos'.
Sucesso: email enviado para 'Geovane Fernandes'.
Sucesso: email enviado para 'Mauro Ignacio'.
Sucesso: email enviado para 'Noemia Rocha'.
Sucesso: email enviado para 'Paulo Rink'.
Sucesso: email enviado para 'Professora Josete'.
Sucesso: email enviado para 'Tiago Gevert'.
Sucesso: email enviado para 'Bruno Pessuti'.
Sucesso: email enviado para 'Serginho do Posto'.
Sucesso: email enviado para 'Valdemir Soares'.



Câmara Municipal de Curitiba

ATAS DAS REUNIÕES

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO
PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO
TRANSPORTE COLETIVO DE CURITIBA

Ata da 10ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo, realizada no dia vinte de setembro de dois mil e treze, às nove horas, sob a presidência do Vereador Jorge Bernardi, Presidente.- Foi declarada aberta a reunião, com a presença dos Vereadores: Jorge Bernardi, Serginho do Posto, Bruno Pessuti, Valdemir Soares, Chico do Uberaba, Geovane Fernandes, Tiago Gevert, Chicarelli, Noemia Rocha e Professora Josete.- A seguir, o Vereador Bruno Pessuti procedeu a leitura dos requerimentos: nº410.00076.2013 nº410.00077.2013, nº410.00078.2013 nº410.00079.2013; nº410.00080.2013; nº410.00081.2013.- Em discussão.- Em votação, foram **aprovados**.- Foi justificada a ausência do Vereador Cristiano Santos nas reuniões dos dias 17 e 20 de setembro.- O Senhor Relator fez a leitura do Artigo 10 do Regimento Interno da Comissão.- Prosseguindo, o Senhor Presidente cumprimentou os presentes e convidou os Senhores Fernando Ghignone, ex-Diretor de Transporte da Urbs e seu Advogado, Senhor Marlos Arns Oliveira, a fazerem parte da Mesa.- Dando início ao depoimento, o Senhor Presidente tomou o juramento do convidado, conforme o Artigo 203 do Código Penal Brasileiro e concedeu a palavra ao Senhor Fernando Ghignone que cumprimentou os presentes; a seguir, fez explanação sobre o Edital de Licitação do Sistema de Transporte Coletivo de Curitiba publicado em 2009, ressaltando que esse processo durou cerca de quatro anos e que a Comissão de Licitação cumpriu com todas as exigências legais, dando ciência do processo, antes da publicação, ao Ministério Público, Tribunal de Contas e Tribunal de Justiça, além de amplo debate com todos os segmentos da sociedade e Câmara Municipal de Curitiba. Foi arguido pelos Vereadores: Jorge Bernardi, Serginho do Posto, Bruno Pessuti, Valdemir Soares, Chico do Uberaba, Geovane Fernandes, Tiago Gevert, Chicarelli, Noemia Rocha e Professora Josete.- O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.- Do que para constar, nós, Carlos Barbosa, Regina Ayres e Soeli Rocha C.Bięszczad, Redatores, lavramos a presente Ata, que depois de lida e votada será assinada pelos Vereadores integrantes da Comissão.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS:

(C) ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO
PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO TRANSPORTE COLETIVO DE
CURITIBA, CONVOCADA PARA APURAR POSSÍVEIS
IRREGULARIDADES NO TRANSPORTE COLETIVO DE CURITIBA,
REALIZADA NO DIA 20 DE SETEMBRO DE 2013, SOB A
PRESIDÊNCIA DO VEREADOR JORGE BERNARDI, PRESIDENTE.

Às 09h15min. inicia-se a reunião com a presença dos Vereadores Jorge Bernardi, Bruno Pessuti, Serginho do Posto, Paulo Rink (justificado), Geovane Fernandes, Professora Josete, Noemia Rocha, Chicarelli, Mauro Ignácio (justificado), Tiago Gevert, Valdemir Soares, Chico do Uberaba e Cristiano Santos (justificado), contando ainda com a presença do Vereador Rogério Campos.

O SR. PRESIDENTE:- Invocamos as bênçãos e a proteção de Deus para declararmos aberta a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o transporte coletivo de Curitiba. Passo a palavra ao vice-Relator para que faça a leitura dos requerimentos que chegaram a esta Casa.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Bom dia a todos. Antes, porém, Sr. Presidente, gostaria de nominar as pessoas que se encontram presentes. Agradecemos a presença do Sr. Airton Hack, da ACP; do Advogado Marlus de Oliveira; Mariana Ferraz e Silva, do Departamento de Assuntos Legislativos da Fiep; Josiane Sardo, Presidente da Associação dos Moradores de Diadema; Divina Aparecida Lara Panício, Presidente da Associação de Moradores da Vila Jacira e; Sr. José Felinto, ex-Deputado e ex-Vereador, Presidente da Fuspar. Farei a leitura dos requerimentos. (Lê) Proposição nº 410.0076.2013. Requer à CPI do Transporte Coletivo seja enviado convite ao Sr. Lubomir Antonio Ficinski Dunin para comparecer a esta comissão para prestar depoimento.

O SR. PRESIDENTE:- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). APROVADO.

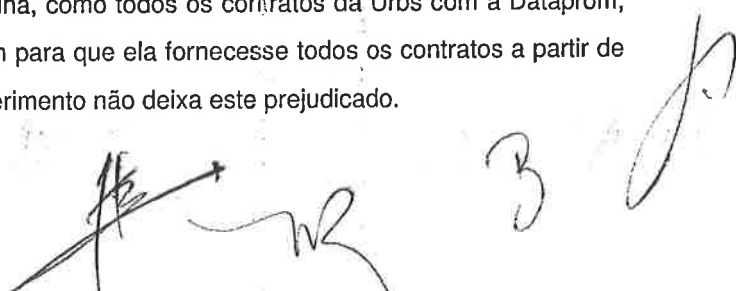
O SR. BRUNO PESSUTI:- (Lê) Proposição nº 410.0077.2013, de diversos vereadores. Requerem à Comissão Parlamentar de Inquérito o encaminhamento de ofício à empresa Dataprom requerendo informações a respeito da quantidade de veículos fantasmas, assim designados pelo seu diretor, Sr. Alberto Mauad Abujamra, nos levantamentos promovidos pela referida empresa.

O SR. PRESIDENTE:- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). APROVADO.

O SR. BRUNO PESSUTI:- (Lê) Proposição nº 410.0081.2013, da Vereadora Professora Josete. Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo de Curitiba sejam encaminhadas à Dataprom os seguintes questionamentos: existem ou já existiram contratos entre a Dataprom e o ICI além do atual contrato de prestação de serviços e de locação de equipamentos que entre si celebram o Instituto de Informática e a Dataprom? Em que situações há um contrato direto entre a Dataprom e a Urbs em relação ao contrato de prestação de serviços e de locação de equipamentos que entre si celebram o Instituto de Informática e a Dataprom? Quais os atuais contratos, o objeto e o valor dos mesmos (V)entre a Urbs e a Dataprom.

O SR. PRESIDENTE:- Esta em discussão. (Pausa). Para discutir com a palavra Vereador Valdemir Soares.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Foi encaminhado na mesma reunião, naquele mesmo dia um requerimento de minha autoria que pedia uma planilha, como todos os contratos da Urbs com a Dataprom, da Prefeitura com a Dataprom, e a própria Dataprom para que ela fornecesse todos os contratos a partir de 2008. Queria saber se a aprovação desse meu requerimento não deixa este prejudicado.

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page. There are three distinct marks: a large, stylized signature on the left, a set of initials 'NR' in the center, and a large, loopy signature on the right.

O SR. PRESIDENTE:- Parece que esse vai ser anexado ao seu requerimento. Continua em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). APROVADO.

O SR. BRUNO PESSUTI:- (Lê) Requerimento nº 410.0080. 2013, Professora Josete requer à CPI do Transporte Coletivo de Curitiba que solicite à Urbs cópia do Plano de Contas padrão e documento que comprova o encaminhamento do Plano de Contas Padrão para as empresas contratadas.

O SR. PRESIDENTE:- Está em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). Aprovado.

O SR. BRUNO PESSUTTI:- Requerimento nº 410.0079.2013, Vereadores Tiago Gevert e Rogério Campos requerem à CPI de Transporte Coletivo de Curitiba que sejam expedidos ofícios à Urbs, questionando quais foram as medidas cabíveis sobre as denúncias elaboradas pela Dataprom em relação à sabotagem ao sistema de bilhetagem eletrônica pela Empresa Enterhelp, bem como sobre a suposta existência de carros fantasma, onde seria lançadas as cobranças de trajetos e itinerários que não existiriam na prática.

O SR. PRESIDENTE:- Em discussão. (Pausa). Para discutir com a palavra Vereador Valdemir Soares.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Esse Pedido de Informações pelo que o nobre Relato leu, está sendo feito à Urbs.

O SR. PRESIDENTE:- Sim, sobre as providências que ela tomou em relação às denúncias da Dataprom.

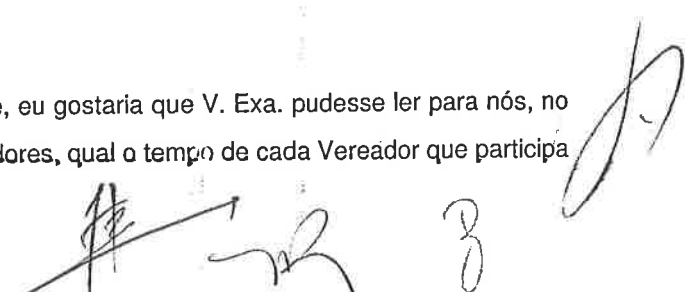
O SR. VALDEMIR SOARES:- Essas denúncias foram feitas pela Dataprom dentro da CPI, certo? Então, vou votar favorável, mas também vou apresentar um requerimento para que a própria Dataprom dê mais detalhes sobre essa suposta sabotagem e o porquê desse entendimento dessa sabotagem, porque não ficou muito bem explicado. Claro, vamos ter a acareação entre a Dataprom e a Enterhelp, vamos poder esgotar esse assunto, mas vamos fazer outro requerimento pedindo essas informações. Mas votarei favorável.

O SR. PRESIDENTE:- Continua em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). APROVADO.

O SR. BRUNO PESSUTTI:- (Lê) Requerimento nº 410.0078.2013, Diversos Vereadores requerem à CPI do Transporte Coletivo de Curitiba seja solicitado às empresas de consórcios informações detalhadas sobre quais as áreas e terrenos destinados aos estacionamentos dos ônibus que servem ao sistema atualmente.

O SR. PRESIDENTE:- Em discussão. (Pausa). Em votação. APROVADO. Esgotados os Requerimentos (E). Agradecemos ao Sr. Relator. Convidamos o Sr. Fernando Ghignone, Dr. Arns para virem sentar à Mesa, para começarmos os depoimentos.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- Sr. Presidente, eu gostaria que V. Exa. pudesse ler para nós, no Regimento que foi aprovado por esta comissão de Vereadores, qual o tempo de cada Vereador que participa



da CPI e de Vereador que não participa da CPI. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE:- O Vereador Bruno Pessuti, Relator, fará a leitura Vereador.

O SR. BRUNO PESSUTI:- (Lê) Regimento da CPI, referente ao artigo do tempo dos Srs. Vereadores.

O SR. PRESIDENTE:- Esclarecido Vereador Geovane Fernandes?

O SR. GEOVANE FERNANDES:- Esclarecido está, Sr. Presidente, só que não está sendo cumprido. Gostaria que V. Exa. a partir de hoje cumprisse os horários, de quinze mais dez.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Sr. Presidente, não são quinze mais dez, são dez mais cinco.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Para encaminhar, Sr. Presidente. (Assentimento). Haja visto que temos um regimento interno da CPI, que se cumpra. Aqueles colegas que se sentirem prejudicados, depois que todos os Vereadores falaram, que possa voltar para uma nova rodada. Esse é o meu encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE:- Esta Presidência vai dar o exemplo aos membros desta CPI, cumprindo rigorosamente os vinte e cinco minutos. Resolvido, Vereador Geovane Fernandes?

O SR. GEOVANE FERNANDES:- De acordo, Sr. Presidente. (Pausa).

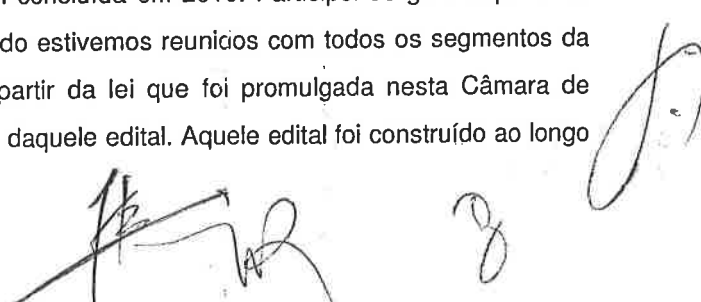
O SR. BRUNO PESSUTI:- Sr. Presidente, temos uma testemunha e temos que dar sequência aos trabalhos o quanto antes.

O SR. PRESIDENTE:- Fernando Eugênio Ghignone, o senhor foi convocado por esta CPI para prestar esclarecimentos, e na condição de testemunha nós adotamos o Art. 203 do Código de Processo Penal, que diz o seguinte: (Lê). Pergunto a V. Sra.: o senhor jura dizer a verdade, somente a verdade e nada mais do que a verdade?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Sim.

O SR. PRESIDENTE:- Quero adverti-lo de que o senhor está sob juramento, e se faltar com a verdade poderá responder por falso testemunho. Concedo a palavra ao Sr. Fernando Ghignone para que possa fazer a explanação inicial.

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Cumprimento todos os Vereadores presentes, os representantes de instituições e ao público que acompanha esta sessão. Dizer que venho, Sr. Presidente, Sr. Relator, a esta Sessão me colocar à disposição dos Srs. Vereadores para responder os questionamentos da licitação do transporte coletivo. Devo frisar uma licitação que se reverteu de toda publicidade, de todo acompanhamento legal. Uma licitação que se iniciou no ano de 2005, foi concluída em 2010. Participei de grande parte da elaboração de todo esse processo de discussão, quando estivemos reunidos com todos os segmentos da sociedade, culminando o seu embasamento legal a partir da lei que foi promulgada nesta Câmara de Vereadores. Lei essa que embasou o primeiro desenho daquele edital. Aquele edital foi construído ao longo



de quatro anos, e como eu disse foi precedido de amplas consultas em audiências públicas, na relação com alguns dos Srs. Vereadores, representando a população, e com o sindicato dos empregados do setor, o Sindimoc, com os usuários tanto de Curitiba quanto os representados pelo ex Vereador e Deputado Felinto. Enfim, ampla discussão com a sociedade que culminou numa grande audiência pública no Paço Municipal, que norteou os detalhamentos finais do texto que foi levado então à licitação. Venho a esta Casa, Sr. Presidente, Sr. Relator, com muita tranquilidade, daquele que seguiu todo um rito processual legal e que culminou na escolha das companhias que operam o sistema, e que hoje é objeto de discussão. A partir deste momento fico à disposição dos Srs. Vereadores.

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos ao Sr. Fernando Ghignone. Vamos iniciar então as perguntas. Eu gostaria que o senhor nos informasse o período em que trabalhou na Urbs.

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Estive na Urbs do ano de janeiro de 2006 a se não me engano 21 de dezembro de 2010.

O SR. PRESIDENTE:- Qual era o seu cargo e as atribuições do mesmo na Urbs?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Diretor de Transporte, com atribuições de fazer seguir a política de transporte e mobilidade na Cidade de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE:- O senhor era a autoridade máxima da Urbs, na elaboração e preparação do edital do transporte coletivo? (M) da Urbs na elaboração e preparação do edital do transporte coletivo?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Não. Autoridade máxima, não. Eu era diretor, mas participei de todos os momentos junto, porque autoridade máxima nesse processo, Sr. Vereador, foram muitas mãos, enfim, todos aqueles qualificados técnicos da Urbs, a sua diretoria, que basicamente foram aqueles que deram embasamento técnico e legal ao processo licitatório.

O SR. PRESIDENTE:- Queria perguntar ao senhor: qual era a participação na comissão especial de recebimento, análise e julgamento de licitação do Sr. Luiz Filla?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- O Luiz Filla era membro da comissão de licitação e foi quem nos deu o suporte técnico principal.

O SR. PRESIDENTE:- E o Sr. Celso Bernardo, qual a participação dele?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Também membro da comissão de licitação, representando a área financeira.

O SR. PRESIDENTE:- A Sra. Cássia Ricardo de Aragão?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Membro da comissão, representando a área de licitações.

O SR. PRESIDENTE:- O Sr. André Gustavo Reis Fialho?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Membro da comissão e dando embasamento técnico, uma vez



que se trata de profissional conhecedor do setor.

O SR. PRESIDENTE:- O Sr. Saulo de Oliveira Miranda?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Também, assessor da diretoria e componente da comissão.

O SR. PRESIDENTE:- A Sra. Ana Maria Cameirão?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Ana Maria Cameirão era do setor de operações e era secretária dessa comissão.

O SR. PRESIDENTE:- Esses membros todos da comissão especial de recebimento, análise e julgamento da licitação participaram das alterações do edital que ocorreram entre a minuta analisada pelo departamento jurídico da Urbs e depois o edital que foi publicado no dia 29 de dezembro de 2009?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Bom, acho que é importante, Sr. Presidente, nós dizermos que, quando se elabora um edital, o senhor é um homem público e sabe bem disso, muitas são as minutas que vão se procedendo; à medida que se vai ouvindo todas as partes envolvidas no processo, vai se aprimorando as minutas. Nós chegamos a uma penúltima minuta, vamos dizer assim, que foi trabalhada também junto com o departamento jurídico, a direção jurídica da companhia, e ato contínuo foram feitos ajustes naquela minuta; todos os ajustes feitos dentro de preceitos técnicos, preceitos financeiros, contábeis e operacionais, nenhum dos ajustes ferindo nenhum princípio legal.

O SR. PRESIDENTE:- Eu só gostaria de perguntar novamente a Vossa Senhoria se todos esses membros da comissão especial de recebimento, análise e julgamento da licitação contribuíram para a alteração daquela minuta que foi analisada pelo departamento jurídico da Urbs.

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Eu imagino que uma parte significativa da comissão sim, uma vez que eram todos consultores técnicos, e como foram feitas medidas de ajustes, como eu disse, operacionais, financeiros, contábeis, então sempre a gente se vale de profissionais competentes, que tenham a expertise do assunto que se trata.

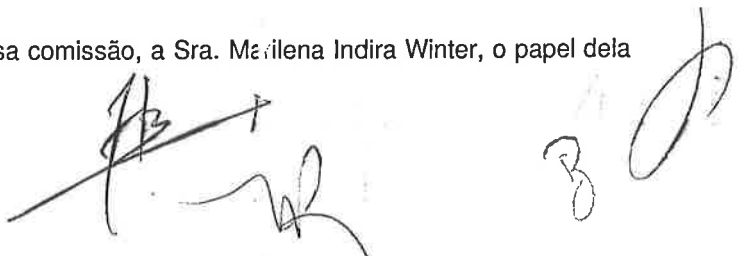
O SR. PRESIDENTE:- Eu gostaria de perguntar a Vossa Senhoria qual era o papel da comissão técnica incumbida da promoção de estudos voltados a subsidiar a atuação da comissão especial de licitação.

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Eu não entendi, o senhor pode repetir?

O SR. PRESIDENTE:- Qual era a finalidade, o papel da comissão técnica incumbida da promoção de estudos voltados a subsidiar a atuação da comissão especial de licitação?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Como o senhor mesmo leu, de subsidiar, ela dava subsídios a essa comissão.

O SR. PRESIDENTE:- E os membros dessa comissão, a Sra. Marilena Indira Winter, o papel dela qual era?

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page. On the left, there is a large, stylized signature that appears to be 'F. Ghignone'. To its right, there are several smaller initials and signatures, including one that looks like 'B' and another that is more cursive.

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- A Dra. Marilena era diretora jurídica da Urbs naquela época.

O SR. PRESIDENTE:- E ela elaborou o parecer que foi feito pelo departamento jurídico junto, analisando a minuta que consta do processo de licitação?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Eu creio que sim, porque eram dois os advogados, era a Dra. Marilena e o seu principal assessor, o Dr. Rodrigo, que é o atual diretor de transportes da empresa.

O SR. PRESIDENTE:- Certo. Aliás, eu ia perguntar sobre o Sr. Rodrigo Binotto Grevetti. Então, foram eles que elaboraram o parecer técnico na minuta?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Esse parecer que o senhor se refere, sim.

O SR. PRESIDENTE:- Certo. E o papel do Sr. Élcio Luiz Karas? (L), qual era a área que ele atuava dentro da comissão de licitação?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- O Élcio é gerente da Urbs, é o profissional cuja equipe elabora a tipificação dos veículos, a fiscalização veicular e etc.

O SR. PRESIDENTE:- E o papel do Sr. Edson Luiz Berleze?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Gerente de fiscalização da Urbs.

O SR. PRESIDENTE:- Ele também contribuiu com subsídios técnicos?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Naturalmente, é uma pessoa de grande expertise.

O SR. PRESIDENTE:- E o Sr. José Adir Zen?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- O José Adir também, todos contribuíram, como lhe disse, o corpo funcional da Urbs todo esteve envolvido na elaboração e nas consultas que foram feitas.

O SR. PRESIDENTE:- Qual área ele dominava, o Sr. Zen?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Não lembro.

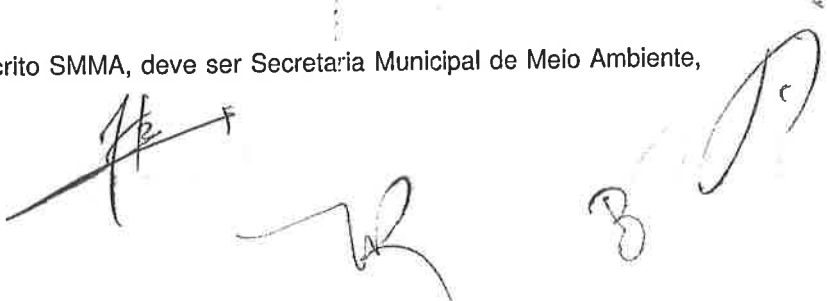
O SR. PRESIDENTE:- O Sr. José Álvaro Twardowski?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Ele era representante do Ippuc no conselho de administração.

O SR. PRESIDENTE:- O Sr. Alfredo Vicente de Castro Trindade?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Não lembro.

O SR. PRESIDENTE:- Aqui está escrito SMMA, deve ser Secretaria Municipal de Meio Ambiente, possivelmente. O Sr. Edgar Lopes Junior?

The bottom of the page features several handwritten signatures and initials in black ink. From left to right, there is a signature that appears to be 'H', followed by a stylized 'R', and then a large, cursive signature that looks like 'B' or 'P'. There are also some smaller, less distinct marks and initials scattered around these main signatures.

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Não sei também.

O SR. PRESIDENTE:- Em relação ao edital. Na Elaboração desse edital, o senhor prestava contas ao Presidente da Urbs. Quem era a autoridade a que o senhor se reportava em relação às alterações e a elaboração do edital?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Evidente que o Presidente é autoridade maior da Urbs, mas nós construímos tudo isso em conjunto.

O SR. PRESIDENTE:- O Prefeito tinha conhecimento de todas as ações da comissão de licitação?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Não, o Prefeito é um político moderno, que tem o hábito de delegar a quem ele confia as gestões do órgão que deve ser operado.

O SR. PRESIDENTE:- Então, a responsabilidade total pela elaboração do edital foi dessa comissão da Urbs, sob a coordenação do Presidente da Urbs?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- E da diretoria de transportes também.

O SR. PRESIDENTE:- Efetivamente, quem foi que elaborou o edital de licitação? Alguém que foi a pessoa que sistematizou e colocou o edital de acordo com todas aqueles critérios estabelecidos?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Olha, Presidente, difícil falar uma pessoa, porque como eu já constatei aqui, muitas mãos contribuíram para elaboração. É evidente que a formatação sempre passa pelo jurídico, que é quem conhece as leis e quem tem o formato de composição de um edital, mas o texto, o encaminhamento, os objetivos, foram feitos por muitas mãos.

O SR. PRESIDENTE:- Eu gostaria de perguntar se foi o senhor quem deu as diretrizes, já que o senhor era o diretor de transportes e presidente da comissão de licitação, se foi o senhor quem deu as diretrizes básicas do edital de licitação?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Também, porque as diretrizes eram muito claras, o edital visava prioritariamente usuário do sistema de transporte. E, ao passarmos às áreas técnicas, as nossas preocupações no que deveria conter o edital, sempre tivemos o foco que fosse um edital que contemplasse segurança, o conforto ao usuário, agilidade no transporte, a mobilidade no que diz respeito à perspectiva das integrações e, acima de tudo, um edital que pudesse apontar para um custo tarifário baixo.

O SR. PRESIDENTE:- Quem foi que fez as alterações entre a minuta examinada e o edital publicado no dia 29 de dezembro de 2009.

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Eu não vou lembrar de todas as pessoas, Sr. Presidente, porque já se passam quatro anos, mas eu me lembro de algumas alterações e eu gosto sempre de frisar que elas foram feitas sempre com o objetivo de proporcionar a mais ampla participação de empresas. Eu me lembro muito bem quando se discutiu índice de liquidez das empresas, que isso foi uma coisa discutida em diretoria, que nós alteramos aquele índice para um índice mais competitivo. Eu me lembro numa redução que houve



do número de veículos, e talvez eu não vá lembrar de tudo aqui, mas eu também participei dando sugestões e acompanhando junto com a nossa diretoria aquele ajuste que se fazia necessário.

O SR. PRESIDENTE:- O edital de licitação, além de ser pré-analisado pela diretoria da Urbs, ele foi também pré-analisado, ou seja, a minuta, pela Procuradoria Geral do Município de Curitiba?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- No início sim, depois no trato final eu não me lembro que tenha sido, mas é importante frisar que, no momento em que esse edital ficou pronto para ser divulgado, nós tomamos o cuidado, eu e o Presidente Marcos Isfer, de levar em mãos esse edital ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Presidente do Tribunal de Contas, ao Ministério Público e também à Presidência desta Casa de Leis, Sr. Presidente, quarenta e nove dias antes, se não me engano. Eu gostaria até de passar às mãos do Sr. Relator os ofícios protocolados, onde nós só não encaminhávamos o texto do edital já definitivo, como também pedíamos a cada um desses órgãos que indicasse um elemento dessas corporações para que acompanhasse o edital para dar maior transparência.

O SR. PRESIDENTE:- É correto, Sr. Fernando, afirmar que a responsabilidade total na elaboração da licitação do transporte coletivo foi da Urbs e daquelas pessoas que nós já nominamos aqui da comissão especial de recebimento, análise e julgamento da licitação e da comissão técnica incumbida na promoção de estudos voltados a subsidiar a atuação da comissão especial de licitação?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- É correto.

O SR. PRESIDENTE:- Eu gostaria de saber por que motivo essa comissão de licitação não obedeceu a determinação do parecer jurídico da Urbs quando analisou a minuta do edital de licitação assinado pelo advogado Rodrigo Minotto Gravetti e com o aval da diretora jurídica da Urbs, Sra. Marilena Indira Winter, que nas conclusões afirmou, isso da minuta, "até que sejam sanadas as inconformidades manifestadas no presente parecer, o presente feito NÃO, com letra maiúscula, poderá lograr prosseguimento". Por que esse edital foi publicado dia 29 de dezembro de 2009 sem o parecer final do departamento jurídico da Urbs?

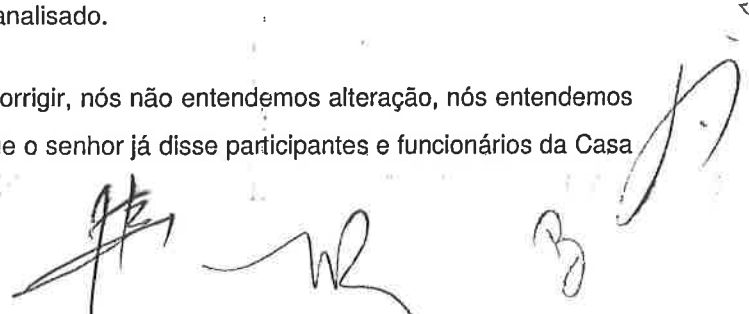
O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Porque nós entendemos que os ajustes sanavam todas as ditas inconformidades e davam um aspecto jurídico perfeito àquela peça do edital.

O SR. PRESIDENTE:- Eu gostaria de perguntar se durante essas alterações do edital da licitação, houve a participação de alguém estranho, como por exemplo, o advogado do Setransp, o Sr. Sacha Heck, com sugestões?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Não.

O SR. PRESIDENTE:- Ou outra pessoa ou entidade que tenha participado também nesse processo e contribuído nesse processo de alteração do edital analisado.

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Eu vou corrigir, nós não entendemos alteração, nós entendemos ajuste, mas ninguém participou, salvo as pessoas que o senhor já disse participantes e funcionários da Casa também.



O SR. PRESIDENTE:- Então, eu agradeço a sua contribuição, em quinze minutos eu encerrei minhas perguntas e passo a palavra ao Vereador Serginho do Posto.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Bom dia a todos. Na verdade, eu tenho quatro perguntas ao Sr. Fernando Ghignone, que são algumas perguntas que nós elaboramos, elas estão também voltadas ao relatório que foi expedido pelo TCE. Eu vou iniciar perguntando da seguinte forma: o edital que foi contestado à época, foi contestado por quem? Houve uma contestação e nós gostaríamos de identificar. Uma outra pergunta: houve favorecimento às empresas que operavam o sistema na época da licitação? A exigência, os participantes comprovarem experiência em operação de linhas, em canaletas, corredores ou faixas exclusivas com bilhetagem, não impediu a concorrência no certame? E a quarta pergunta: como foram calculados o valor da outorga e os direitos indenizatórios que as empresas que operavam o sistema teriam? E o que foram admitidos no pagamento da outorga? Essas são algumas perguntas e, como nós estabelecemos hoje fazer um tempo um pouco mais hábil, nesse momento eu faço só essas perguntas e depois voltamos na outra rodada.

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Primeiro com respeito à contestação, foi uma ação pública assinada por diversas pessoas, entre as quais, duas que participavam da comissão que fez aquela análise aqui para Câmara nomeada pela Urbs e que tiveram uma sentença bastante dura por parte do Tribunal de Justiça do Paraná. Essas pessoas que propuseram ação pública foram condenadas como litigantes de má-fé e os desembargadores fizeram, no seu texto, eu imagino que o Ex-Presidente Marcos Isfer deva ter lido aqui ontem, cujo acórdão publicado encerra dizendo da seguinte forma: "Ademais, a Ação Popular não serve de condão para dirimir divergências e opiniões políticas, sobre argumentos fracos, desprovidos de provas, realizados a partir da alteração da verdade dos fatos. Pelos argumentos exaustivamente demonstrados pelo magistrado singular, este conclui que a URBS é competente para licitar a respeito do transporte coletivo municipal desta Capital; há plano de mobilidade; há previsão expressa de reequilíbrio econômico, item 8.5 do edital 005/2009; não há onerosidade excessiva do valor das passagens, muito menos do valor a ser pago pela outorga do serviço público; não se favoreceu empresas que já haviam operado junto à URBS; e, por fim, concluiu pela inexistência de qualquer irregularidade do Edital n. 005/2009, bem como lesão ao patrimônio público e à moralidade administrativa ou mesmo a princípios constitucionais". Ou seja, e ainda condena os litigantes de má-fé no importe de 1% do valor da causa, que já foi perdida. Digo mais: com respeito à direcionamento, nenhum direcionamento, Vereador, o edital foi um edital que, muito pelo contrário, nas correções que foram feitas e nesse ajuste que o Presidente dessa comissão citou há poucos minutos, todos eles foram feitos de forma que se abrisse a participação de mais empresas e não só as locais. Com respeito à comprovação daquela exigência da operação em canaletas, muito bem, nós tomamos o cuidado, naquele ajuste feito naquele período que o Presidente citou, nós incorporamos ao texto, dizendo que na maior porção do seu trajeto eles tivessem operação naquele sentido. Por quê? Porque se nós disséssemos que a operação deveria ser só em canaleta (T) estaríamos confinando a licitação e direcionando só para as empresas de Curitiba. Ao mudarmos o texto para dizer que na maior porção do seu trajeto nós incluímos, entre outras, as empresas que atuavam em São Paulo, Porto Alegre, Londrina, Uberlândia, Goiânia, Belo Horizonte e em algumas cidades do interior brasileiro. Então, não houve direcionamento nenhum. A questão do cálculo da outorga, nós tomamos o cuidado de nos assessorarmos por duas empresas independentes, **que na época fizeram tanto o cálculo da outorga quanto a questão da taxa interna de retorno dessa licitação.**



O SR. SERGINHO DO POSTO:- Como eu havia dito essas perguntas extraídas do texto do relatório final do TCE e nesse mesmo texto tem uma pergunta que gostaria de incluir ao senhor quanto à compra dos ônibus híbridos. Naquele momento foi uma decisão técnica ou política pelo prefeito da época Luciano Ducci? Por que faço essa pergunta? Na fala de um dos representantes da Urbs ele disse que foi uma decisão política a compra e as empresas também justificaram, que naquele momento não teriam a necessidade da aquisição daqueles veículos. Gostaria de saber se foi uma decisão política adotada pelo Prefeito Luciano Ducci?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Quero dizer que me sinto desconfortável em comentar o relatório do Tribunal de Contas, uma vez que o mesmo ainda não foi apresentado ao corpo pleno daquela casa, é um relatório que nesse momento podemos considerar como preliminar. Mas a questão do ônibus híbrido, que não participei no final, acho que já era na minha saída da Urbs, mas eu queria dar um testemunho, Curitiba sempre foi reconhecida por seus avanços no setor de transporte e o ônibus híbrido é um veículo que vem sendo adotado no mundo inteiro por vários motivos, por causa da questão da emissão de poluentes e de economia. Imagino que se foi discutido, não sei o que foi dito nesta Casa, mas foi discutido a questão do custo, todos sabemos que o custo da experiência, às vezes, pode ser caro. Lembro-me muito bem no passado, os primeiros ônibus biarticulados, o preço absurdo que eles custavam, na medida em que as fabricas começaram a ter uma venda de escala maior e outros países começaram a adotar a compra como foi o caso da Colômbia, na última licitação por exemplo, os articulados tiveram uma redução de custo grande. Agora, não vou julgar a compra de alguma coisa que não participei, mas devo dizer que nosso processo é um processo que evolui permanentemente, que precisa estar atento à novas tecnologias e, portanto, nós aqui em Curitiba temos o orgulho de ter esse sistema de transporte, justamente porque sempre fomos pioneiros e, às vezes, nesse pioneirismo acabamos pagando um custo caro.

O SR. PRESIDENTE:- Concedo a palavra ao relator Bruno Pessuti

O Sr. Geovane Fernandes:- Sr. Presidente, para registro (I) (Assentimento). Sr. Presidente, uma pessoa consegue abrir uma CPI? Gostaria que o senhor me informasse.

O SR. PRESIDENTE:- Não, são treze. Ele foi quem iniciou.

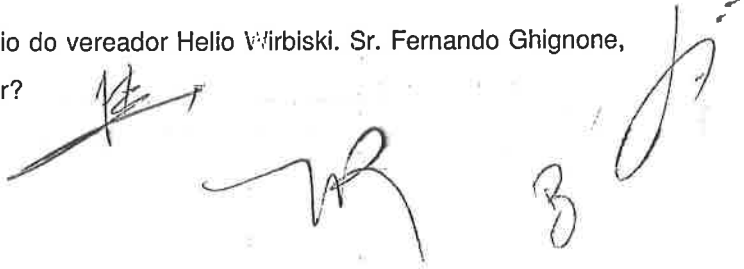
O SR. GEOVANE FERNANDES:- Então, tem treze que participaram na abertura da CPI.

O SR. PRESIDENTE:- Na verdade, foram os trinta e oito vereadores desta Casa, mas a iniciativa foi do vereador Chicarelli

O SR. GEOVANE FERNANDES:- Então, teve treze, e na sequência trinta e oito. Só para deixar registrado.

O SR. PRESIDENTE:- Exatamente, muito obrigado.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Hoje é aniversário do vereador Helio Wirbiski. Sr. Fernando Ghignone, atualmente o senhor é o diretor presidente da Sanepar?



O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Sim.

O SR. BRUNO PESSUTI:- O senhor acabou de comentar como foi feito o valor da outorga. Poderia repetir se foi uma empresa que fez o cálculo, ou foi a própria prefeitura de Curitiba.

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- A outorga, começou uma discussão interna, mas nós, para que déssemos mais transparência ao processo, contratamos duas empresas que fizeram o embasamento do financeiro.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Foi feito no ambiente da própria Urbs o cálculo da outorga.

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- O primeiro sim. Depois ele foi embasado pelo cálculo dessas duas empresas independentes.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Por ser uma empresa de economia mista a Urbs poderia ser considerada a concessionária do serviço do transporte coletivo, visto que toda essa discussão passou por dentro do ambiente da própria Urbs?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Sim, porque essa forma de gerenciamento delegada da prefeitura à Urbs faz parte da lei municipal que foi aprovada nesta Casa.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Então ela própria já poderia ser considerada concessionária do serviço do transporte coletivo.

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Ela é gerenciadora.

O SR. BRUNO PESSUTI:- O valor da licitação são novecentos milhões de reais aproximadamente ao ano, vezes quinze anos da licitação, dão aproximadamente treze bilhões e meio de reais. Seria correto afirmar isso, o valor presente?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Eu não saberia fazer essa conta. Mas ontem eu tive a curiosidade de dividir o valor que está lá no edital, que se não me engano eram oito bilhões, pelo número de anos, quinze, e pelo número de meses e de dias, e cheguei a conclusão que os valores poderiam ter sido até maiores. Porque se considerasse o número de passageiros pagantes naquela época, multiplicado pelo valor da tarifa, pelo número de meses e anos do período a ser concedido, os números poderiam ter sido maiores.

O SR. BRUNO PESSUTI:- O valor da outorga poderia ter sido maior ainda?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- O valor da outorga não. O valor projetado de faturamento no período de quinze anos, como o senhor se referiu.

O SR. BRUNO PESSUTI:- O valor da outorga foi aproximadamente duzentos e cinquenta milhões.

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Exatamente.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Ele é aproximadamente 2% desses treze bilhões que eu citei?



B

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Aproximadamente.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Uma pergunta que eu fiz ontem ao Sr. Isfer, repito hoje: seria mais interessante em vez da Urbs fazer a licitação do transporte inteiro, ela não licitar apenas a operação do transporte, ela ser a concessionária?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Não foi o modelo que se pareceu mais indicado naquele momento.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Então o senhor afirma que houve um estudo técnico para que essa opção fosse pensada pelo menos.

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Sim. Eu gosto sempre de reprisar aqui que a Urbs é composta de um corpo profissional de uma excelência que transcende fronteiras. Eu digo mais, a Urbs é uma operadora e uma gerenciadora de transportes que eu posso dizer que ela não é a melhor do Brasil, ela é a melhor do mundo, porque sistema nenhum do mundo tem a complexidade do nosso, vereador, de atender a Região Metropolitana com essa integração, essa capilaridade que existe.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Houve alguma pressão para que fosse realizada a licitação nos moldes em que ela foi feita?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Não. Nós tínhamos prazos a serem cumpridos a partir de uma ação do Ministério Público que dava como prazo final o ano de 2009.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Em nenhum momento a Urbs contestou esse prazo, ou chegou a contestar?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Não. Nós cumprimos a lei. Como tudo sempre foi feito nas empresas em que nós passamos, tem que prevalecer sempre a lei.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Ontem eu fiz essa pergunta ao Sr. Isfer, gostaria de saber do senhor: vendo a atual situação do transporte coletivo de Curitiba, os ônibus estão lotados, a tarifa está cara, é necessário um subsídio para que a tarifa seja um preço considerado mais justo à população, o senhor tem orgulho (J) de ter feito essa licitação da maneira como foi feita?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Tenho muito orgulho, porque ela não foi feita nem por mim e nem pela Urbs, ela foi feita pela cidade de Curitiba da forma ampla que ela foi discutida. Agora, quero só dizer também, até corrigindo a sua fala, nós ainda temos dentre as capitais brasileiras o melhor sistema de transporte desse país, é a que tem a melhor qualificação dos ônibus. Claro que é um sistema que tem que evoluir, nós problemas claros que precisam ser enfrentados, a questão dos horários de pico que é uma equação muito complicada a ser decidido e entendo que ela só será solucionada com vontade política por parte do gestor municipal na medida em que se muda o horário das cidades. Lamentavelmente nós temos um convergência de horários. A cidade respira, comércio, indústria, serviços sempre no mesmo horário de entrada e no mesmo horário de saída e esse fenômeno é um fenômeno mundial. Ou seja, qualquer cidade



do mundo, nos seus horários de pico, tem esse problema. Então, esse acho que é o nosso grande desafio do futuro, porque tenho certeza que Curitiba tem um frota dimensionada de forma adequada e só precisa ser, na medida do tempo é um processo dinâmico, que precisa ser permanentemente revisto, atualizado e que o gesto público tem que tomar suas decisões. Por exemplo, o sistema elaborado no passado de canaletas foi uma revolução no mundo, mas em alguns momentos começou a estrangular. Na nossa gestão nós demos um prazo a frente quando propusemos o desalinhamento das estações tubo. Por quê? Porque até aquele momento não tínhamos a possibilidade dos ônibus fazerem ultrapassagem dentro da canaleta. Isso nos horários de pico, quando se tem uma frequência de um ônibus a menos de um minuto, tínhamos o comboiamento dos ônibus. A partir do momento que você desalinha as estações tubo você dá velocidade dentro da canaleta. Outras intervenções podem ser feitas no futuro, por exemplo, acabarmos com as passagens em nível. Aí você tem a possibilidade de dotar o veículo de tecnologia que vai fazer com que ele abra automaticamente os semáforos. Hoje não podemos fazer isso. Por quê? Porque as canaletas estão em nível e elas em nível abrindo, o senhor imagine em horário de pico com um ônibus a cada cinquenta e um segundos, as ruas perpendiculares não proporcionariam passagens automáticas. Mas temos que avançar, temos que fazer viadutos, temos que fazer trincheiras, temos que fazer intervenções urbanas.

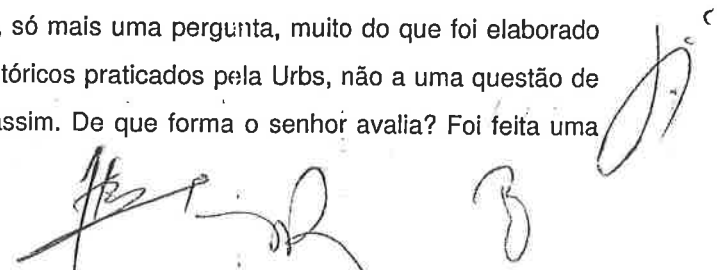
O SR. BRUNO PESSUTI:- O senhor tem falado bastante a respeito de melhorias. Ontem foi questionado a respeito da evasão de passagens de pessoas que entram sem pagar. Qual seria a sugestão a esta CPI, já que o senhor foi Diretor de Transporte referente a evasão de passageiros no sistema, visto que é diretamente proporcional ao preço pago pelos usuários.

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- A evasão se combate com fiscalização, com melhoria tecnológica, com a informatização de sistemas. Nós tivemos uma ação muito forte em nossa fiscalização naquele período, a evasão é feita de diversas formas, a pessoa que furta eventualmente um cartão de uma gratuidade, é aquela eventual passada no tubo sem pagar. Enfim, tem várias formas, mas a Urbs tem uma fiscalização muito presente. Imagino que para se avançar, não acredito em nada que se estanque. Acredito que tudo possa evoluir. No momento o que tínhamos a fazer nós fizemos. Temos mais a fazer? Sempre temos, com certeza.

O SR. BRUNO PESSUTI:- E de que forma o senhor avalia essas irregularidades que estão sendo apontadas, mesmo que não pelo pleno do Tribunal e nem por uma Comissão Executiva do Prefeito, não é um Tribunal de Contas, vamos dizer assim, de que maneira que o senhor avalia essas denúncias de irregularidades no processo?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Eu discordo, discordo plenamente, e digo até, já disse aqui, na medida em que a gente tem na Comissão duas pessoas que participaram na ação pública e foram condenadas por litigância de má-fé, imagino que de alguma forma elas devem ter influenciado algum texto nesta Comissão. E a questão do Tribunal de Contas, me reservo o direito de não discutir até que seja uma decisão definitiva, Sr. Vereador.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Voltando ao edital, só mais uma pergunta, muito do que foi elaborado nos custos do edital eram considerados em valores históricos praticados pela Urbs, não a uma questão de auditoria, alguma questão mais técnica, vamos dizer assim. De que forma o senhor avalia? Foi feita uma



auditoria técnica em todos os custos na época da licitação ou somente foram repassados os valores históricos praticados pela Urbs na questão da composição dos preços tarifários que levaram à planilha atual?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Os valores históricos sempre devem ser levados em consideração (P), mas eles carecem sempre de ajustes e esses ajustes foram feitos.

O SR. BRUNO PESSUTI:- E esses ajustes estavam atualizados à época da licitação ou não?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Creio que sim.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Havia algum prazo em que eles eram reavaliados?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- O edital prevê a reavaliação, mas não me lembro os prazos. Até tenho o o edital aqui comigo, mas de cabeça não lembro, se não me engano havia índices que deveriam ser atingidos e na medida em que eles fossem atingidos iriam rever custos. Lembro que aí uma outra intervenção que fizemos que foi importante porque naquela primeira versão jurídica falava que a cada 2% de diferença deveriam ser revistos e mudamos para 5% para que não fosse um exercício constante. Até devo ter aqui nas minhas anotações que fala da questão dos índices. Tinha uma observação que era feita a cada 2% e mudamos para cinco. Os índices precisam ser revistos sempre. Acho que é uma coisa importante e temos que ver essa questão, encarar de frente a questão tarifária. A questão tarifária é muito fácil de ser explicada. Como é que se calcula o custo de uma tarifa? É uma equação muito simples, é o custo do sistema dividido pelo número das pessoas que pagam. Evidente que Curitiba tem uma características, como algumas cidades do Brasil, que é o grande número de gratuidades. Isso acaba pesando bastante no custo da passagem.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Uma questão corrente na época da licitação foi a questão da inclusão dos ônibus mega BRT, que são um pouco maiores que os antigos biarticulados. Houve alguma imposição técnica para a instalação deles, visto que a entrada deles no sistema acarretou em algumas pequenas modificações que tiveram que ser feitas de obras estruturais, porque eles são mais largos e até mais cumpridos, ficando às vezes com um pedaço do ônibus atrapalhando a via. Como o senhor avalia a entrada desse ônibus mega BRT justamente na época da licitação ou um pouco depois?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- É verdade. Avalio que eles foram oportunos sim, porque a nossa perspectiva tanto da área de operação quanto da área técnica é que faz a especificação de frota, foi que dotássemos a frota disponível à população com ônibus que tivessem a maior capacidade possível de transporte de passageiros. Houve sim a intervenção de engenharia para que eles pudessem atender a geometria necessária para as suas manobras.

O SR. BRUNO PESSUTI:- O senhor sabe dizer se havia vários fabricantes no Brasil com essa possibilidade de construir o ônibus mega BRT ou somente uma empresa poderia fazer?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Não vou lhe afirmar isso não, mas imagino que tem mais que uma, porque aí é o fabricante de carrocerias e temos grandes empresas encarregadoras no país.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Acho que a maioria deles é da Neobus.



O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Na última licitação a empresa que forneceu os melhores preços, recorde bem, foi a Neobus.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Sr. Presidente, seriam essas as minhas considerações.

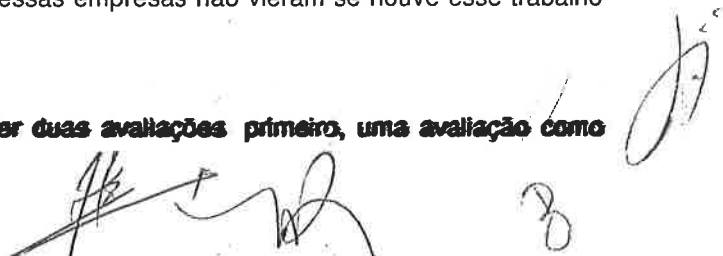
O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos e passamos a palavra ao Vice-Relator, Vereador Valdemir Soares.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Obrigado, Sr. Presidente. Gostaria, como sempre, de diante das perguntas fazer um comentário. O Dr. Ghinone já se pronunciou dizendo que não gostaria de falar muito sobre a questão do relatório dos auditores do Tribunal de Contas, mas para nós da CPI é um material relevante, ainda que não tenha passado pelo Pleno, ainda que não tenha relator, ainda que não tenha o procedimento, a votação necessária para que seja um documento, pelo entendimento do próprio Dr. Marlus, que conversou conosco ontem, um documento que tivesse um embasamento jurídico, até porque vocês não contestaram judicialmente. Seria importante que pelo menos alguns comentários o senhor fizesse, porque para nós da CPI é um documento relevante. Nós recebemos aqui documentos de qualquer cidadão, seja ele servidor público, empresário, trabalhador da iniciativa privada, para nós um documento desse de auditores do Tribunal de Contas tem uma relevância para a Comissão Parlamentar de Inquérito. Deixarmos de perguntar também para nós seria uma omissão, então precisamos perguntar e gostaríamos, dentro da possibilidade do senhor, e o senhor tem o direito de falar ou não (A), é claro, mas que o senhor pudesse comentar porque seria muito importante para a CPI, até porque de repente esse relatório amanhã vai estar anexo ao relatório da CPI. Pode ser que não, pode ser que ele não venha a ser discutido no Tribunal de Contas daqui a dois, três meses, um ano, dois anos, mas para nós neste momento é um documento relevante. Então, o Tribunal de Contas, essa Comissão de Auditores do Tribunal de Contas disse que houve irregularidade no processo licitatório e deu no entendimento que poderia haver um direcionamento, para que as empresas que atuavam no sistema pudessem ter continuado no sistema. Eu gostaria que o senhor comentasse, na sua opinião houve esse favorecimento que foi de entendimento dos auditores de uma comissão do Tribunal de Contas?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Sr. Vereador, antes quero dizer que não contestamos nada, porque, primeiro não fomos nem sequer intimados a contestar, não houve direcionamento nenhum. O edital, volto a afirmar, ele foi feito de forma que houvesse ampla participação de empresas brasileiras. E como o senhor deve bem saber, muitas empresas brasileiras de grande porte atuam no setor do transporte coletivo e poderiam perfeitamente participar. Ou seja, foi aberto a todos. E nos ajustes do edital, inclusive, demos um passo além proporcionando que empresas de menor porte também pudessem participar ou individualmente ou se consorciando com outras.

O SR. VALDEMIR SOARES:- E o quê isso atribui dessas empresas que o senhor disse que poderiam vir a participar, não participar. O senhor estava ali como Presidente, o senhor deve ter visto movimentação ou algumas correspondências. Por que essas empresas não vieram se houve esse trabalho para poder abrir mais essa possibilidade.

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Posso fazer duas avaliações primeiro, uma avaliação como



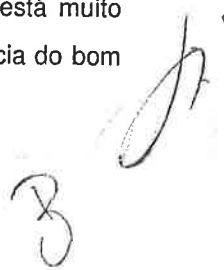

negócio. Eu sou uma pessoa cuja origem é da iniciativa privada. A empresa que participei até 2004 é uma empresa que participou inúmeras vezes de licitações, muitas nós não participamos, porque economicamente não era um bom negócio participar. Uma outra questão, é a questão de como foi construído o edital. Eu não sei lá se alguém das empresas que conhece o setor, ao analisar o edital entenderam que não teriam competência ou capacidade financeira para participar de um certame que Curitiba exigia. Porque o certame, Vereador Valdemir Soares, é importante dizer que sempre levamos em consideração que deveríamos ter como piso de pensamento o que já tínhamos em Curitiba naquele momento. Ou seja, em momento nenhum a comissão e a diretoria da Urbs aventaram qualquer possibilidade de termos um edital frouxo que possibilitasse um retrocesso na qualidade do serviço que Curitiba sempre teve.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Nesse relatório a comissão apontou trinta e sete problemas, inclusive, indícios de cartelização na concessão do transporte e também recomendou a imediata anulação da licitação e realização de uma nova licitação, de uma nova concorrência em doze meses. Como o senhor trabalhou junto com essa comissão todo esse edital, teve todo esse trabalho, desenvolveu todo esse conteúdo vê essa possibilidade?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Não, eu não vejo possibilidade de nova licitação, porque todos os preceitos legais foram cumpridos, tanto por parte da Urbs quanto das empresas que venceram. E cartelização, o edital é muito claro, o edital foi construído de forma que não permitisse a cartelização. Ele só permitiria a cartelização se uma mesma empresa pudesse ganhar os três lotes.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Houve além dessa recomendação de uma nova licitação em doze meses nesse relatório responsabilização da diretoria da Urbs na época. Esse relatório ele já aponta que houve irregularidades, ainda que, repito novamente, de repente para o senhor, para o seu advogado não tenha valor jurídico, que vocês acreditam que não tem, mas para nós, para a Comissão (C) é extremamente relevante. E agradeço as respostas que o senhor está dando porque o senhor teria o direito de não falar mas para a sociedade é muito importante. Vamos esclarecer muita coisa em relação a isso. Eles pediram também a transformação da Urbs em um órgão totalmente público. Isso na sua visão, como ex-diretor de transporte, como quem mexeu em todo esse processo, ajudaria a melhorar a questão do transporte na nossa cidade e abaixarmos o valor da passagem, que é o principal ponto da CPI?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Acho que não é hora de discutirmos a forma e sim o conteúdo. Vou insistir em dizer que a Urbs, Sr. Vereador, é a melhor gestora de transporte público deste país. A Urbs tem um corpo técnico excepcional em todos os seus setores. Ela faz o que é de melhor. Então, não faz o menor sentido querermos dar um passo em qualquer direção porque mesmo uma empresa como ela é, tem lá suas limitações também, suas burocracias. Ela poderia ser uma empresa mais ágil mas está regida por códigos, por legislação pertinente ao setor que a faz ter os ritmos que tem. Agora, o fato de deixar de ser como é para passar a ser uma empresa, um órgão da administração direta, como se fosse uma secretaria de transporte, me parece absolutamente descabido. E com respeito a responsabilização dos dirigentes, como o senhor iniciou a sua pergunta, quero dizer que tanto eu quanto a nossa diretoria da época está muito tranquila quanto a isso, estamos prontos a dar qualquer esclarecimento porque temos consciência do bom serviço que foi prestado naquele momento.



O SR. VALDEMIR SOARES:- Voltando a questão do edital, Dr. Ghignone, houve a alteração de pelo menos vinte e cinco itens no dia 29 de dezembro de 2009. Foi entre o Natal e o Ano Novo. Houve muito questionamento do porquê essa mudança aconteceu nos quarenta e nove do segundo tempo. Inclusive incluindo a outorga. Gostaria que o senhor comentasse o porquê dessa mudança e qual a participação que o senhor teve nessa mudança. E por que essa mudança foi feita entre o Natal e o Ano Novo, aos quarenta e nove do segundo tempo?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Aos quarenta e nove do segundo tempo porque tínhamos um prazo estabelecido pelo Ministério Público que era o dia 31 de dezembro.

O SR. VALDEMIR SOARES: Falei ontem que foi depois da prorrogação e depois dos pênaltis. Porque inclusive todo mundo trabalhou entre o Natal e o Ano Novo e esse edital já está sendo discutido há muito tempo.

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- É mas a todo momento ele precisou ser revisto, analisado e ajustado. E o que foi feito foi um ajuste. E só foi feito naquele período porque o dia 29 foi o último dia útil que nós trabalhamos porque já era véspera do dia 31 de dezembro.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Muita gente contesta essa versão da outorga que poderia favorecer as empresas. Recebemos muitas contestações. O senhor acha que a outorga favoreceu as empresas que já atuavam no transporte?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Não, não favoreceu, Vereador.

O SR. VALDEMIR SOARES:- O senhor participou também do processo de licitação da compra dos PDAs, aquele material do PAC da Copa para poder ajudar, auxiliar na fiscalização do transporte?

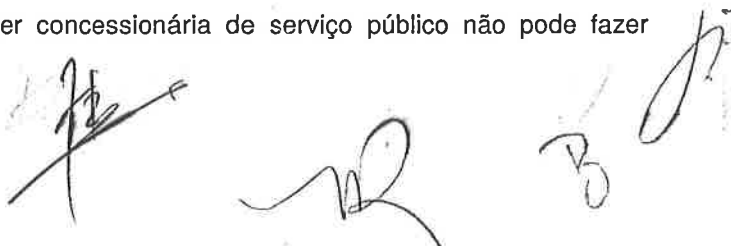
O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Não, eu já estava fora da Urbs neste momento.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Nem acompanhou nenhum processo?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Não, me lembro de épocas que se falava sobre o assunto por se tratar de um equipamento que significava um avanço na operação da empresa. Mas não estava lá mais na época da licitação.

O SR. VALDEMIR SOARES:- O senhor foi também no ano passado coordenador da campanha do Prefeito Luciano. Sei porque eu também era candidato e fazia parte da coligação. Houve alguma ajuda, alguma contribuição de campanha de alguma empresa de transporte coletivo, ou de Curitiba ou de fora? É claro está disponível na internet, temos informação, mas é uma pergunta que acho pertinente, gostaria que o senhor falasse. Houve?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Não, e até o senhor como político, como candidato que sempre foi, sabe que a legislação impede isso. Qualquer concessionária de serviço público não pode fazer contribuição para campanha política nenhuma (V).



O SR. VALDEMIR SOARES:- E houve alguma empresa de algum desses empresários que opera no transporte através de outras empresas?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Não.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Seria isso por enquanto Sr. Presidente., na segunda rodada voltarei com mais perguntas.

O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra Vereador Chico o Uberaba.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Sr. Fernando, o senhor acompanhou todo o processo de licitação do transporte coletivo, inclusive tinha conhecimento dos técnicos?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Sim.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Como foi determinada a escolha da Comissão de Licitação. O senhor indicou alguém, as escolhas eram de interesse técnico? Como se deu esse processo?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- A escolha foi feita em diretorias. Sempre identificando profissionais da casa com conhecimento nos setores que deveriam atuar, contribuir com a comissão.

O SR. CHICO DO UBERABA:- O senhor tinha alguma gerência sobre a Comissão de Licitação?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Não, era participante, mas o meu estilo de gestor é democrático. Sempre tomamos decisões de comum acordo.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Em uma entrevista o senhor afirmou que após a publicação do edital da licitação, ele foi levado à diversas autoridades para demonstrar a licitude do mesmo. Quais?

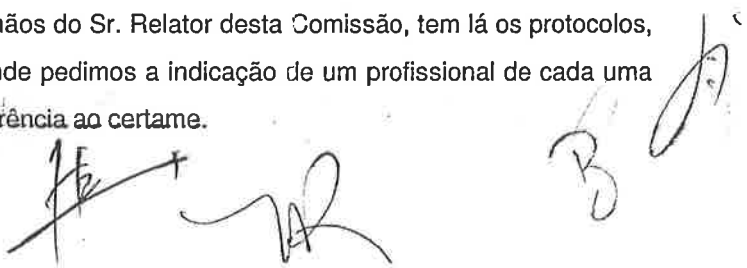
O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Encaminhamos, fui acompanhado inclusive pelo Presidente Isfer, na época, ao Tribunal de Justiça, que o Presidente era o Desembargador Hoffmann, ao Tribunal de Contas onde o Presidente era o Deputado Hermas Brandão, ao Ministério Público cujo titular era o Promotor Olímpio de Sá Soutto Maior e à Presidência desta Casa, na época presidida pelo Vereador Derosso.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Esse edital é o mesmo que foi levado ao departamento jurídico da Urbs quando demonstrou que estava com diversas irregularidades conforme relatórios das comissões que apontaram essa irregularidade?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Esse edital é aquele que foi publicado.

O SR. CHICO DO UBERABA:-Então, o Tribunal de contas averiguou esse edital na época?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Não sei lhe informar, vereador. Encaminhado foi, houve prazo hábil, inclusive no nosso ofício, que eu passei às mãos do Sr. Relator desta Comissão, tem lá os protocolos, se não me engano quarenta e nove dias antes, onde pedimos a indicação de um profissional de cada uma dessas casas para acompanhar e dar mais transparência ao certame.

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page. There are three distinct marks: a signature on the left, a stylized initial 'AR' in the center, and a large 'B' with a flourish on the right.

O SR. CHICO DO UBERABA:-O senhor não acha estranho o mesmo Tribunal de Contas que averiguou na época hoje apontar irregularidades?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Com certeza. Imagino que aquele nosso ofício deveria ter tramitado na área técnica do Tribunal.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Então, significa que o relatório do Tribunal de Contas e a Comissão da Prefeitura estão com erros?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Não vou dizer que estejam com erros, mas eu pessoalmente - aqui fala o depoente - contesto praticamente tudo o que consta nesses dois relatórios.

O SR. CHICO DO UBERABA:- O senhor acompanhou os contratos de bilhetagem e outros que se relacionam com o ICI?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Uma parte sim, porque o vereador, para sua orientação, como é que foi feito, quando chamou o ICI para adquirirmos o software, a Urbs, no seu conjunto, tanto na parte técnica quanto na parte de operações de fiscalização, elas fazem uma relação de itens que querem ver contemplados no software que ela quer receber. Então, é claro que eu participei de algumas reuniões sim.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Houve algum direcionamento ou indicação para determinada empresa fazer o contato com o ICI, por questões de conhecimento técnico relacionados à software ou a hardware?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Nosso contrato era com o ICI.

O SR. CHICO DO UBERABA:- O prefeito tinha o domínio das alterações do edital de licitação?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Não.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Com que frequência as empresas, diga-se Sindicato Setransp, se reunia como senhor para propor alterações no edital de licitação do transporte coletivo?

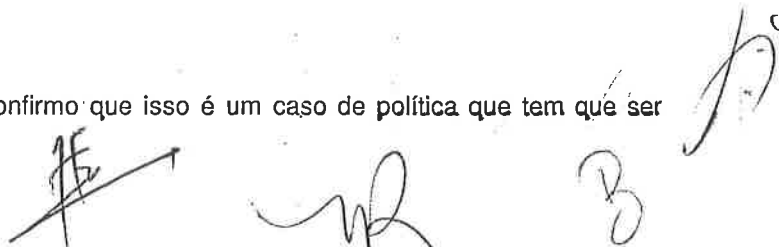
O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Nunca.

O SR. CHICO DO UBERABA:- O Setransp tratava das alterações do edital de licitação mais com o senhor ou como presidente da Casa?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Com ninguém.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Esta CPI tomou conhecimento de que foi cobrado das empresas associadas ao Setransp dezoito milhões de reais para alterar o edital de licitação para beneficiá-las. O senhor confirma?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Eu confirmo que isso é um caso de política que tem que ser



apurado (E). Uma denúncia dessa é muito grave e tem que ser levado às últimas consequências.

O SR. CHICO DO UBERABA:- O senhor pode me explicar como foi a confissão da dívida da Urbs com as empresas, e qual a origem da mesma?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- A confissão de dívida precede a nossa gestão. Mas ela comprovadamente é uma dívida que foi reconhecida pelo município. Nós viemos depois, então ela foi levada em consideração. Ela diz respeito a dias de atraso, vale transporte. Mas eram pendências que existiam... Se não me engano no depoimento do Luiz Fila, nesta Casa, ele se referiu a isso. (Pausa). (Analisa documento). Olha aqui: confissão de dívida quarenta e cinco milhões. Isso aqui foram dias que não foram pagos às empresas, atrasos. Enfim, foi uma questão de má gestão da Urbs daquela época, que nos antecedeu, diga-se de passagem.

O SR. CHICO DO UBERABA:- É correto afirmar que a contratação do ICI para fornecer o sistema de bilhetagem eletrônica, foi uma forma de contratar a Dataprom sem licitação?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Não.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Qual foi o valor pago para o ICI na contratação de bilhetagem do Dataprom?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Não lembro Vereador, mas deve ter sido alguma coisa acima de vinte milhões de reais.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Temos informação de trinta e dois. Recorda ou não?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Não, número exato não recordo, já se passam quatro anos.

O SR. CHICO DO UBERABA:- O senhor sabe informar então qual foi a comissão do ICI ao intermediar a contratação do Dataprom nesse contrato de trinta e dois milhões de reais?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Não, nossa relação era só com o ICI.

O SR. CHICO DO UBERABA:- O senhor não lembra do valor, muito menos da comissão, né?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Nem sei se houve Vereador.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Ok. Antes do sistema de bilhetagem da Dataprom, que sistema era utilizado pela Urbs?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Quando eu cheguei lá já era ICI, por certo, como o senhor diz, Dataprom. Não participei do primeiro ano de gestão da Urbs, que na época era presidida pelo Paulo Schmidt. Eu fui em 2006 para a Casa.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Por que um prazo de concessão tão longo? Qual o critério para determinar o tempo de concessão?



O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Eu não concordo com um prazo tão longo. Porque como vimos aí, os anos correntes em prazo de construção são de normalmente vinte e cinco anos. Nós atribuímos quinze anos e fazendo com que os outros dez anos possíveis tivessem um valor a ser pagos. Então, o ano de quinze anos foi calculado até na época com várias contestações aconteceram, entendiam que era um sistema que economicamente não era interessante. Talvez possa até ser um dos motivos que acabou afastando possíveis competidores.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Certo. Na época da publicação do edital, o Tribunal de Contas do Estado foi consultado? O senhor lembra qual foi o seu parecer?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Como eu disse, ele recebeu o edital na íntegra e não contestou nada.

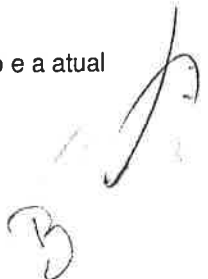


O SR. CHICO DO UBERABA:- O senhor fez algum parecer?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- No Tribunal de Contas não.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Um dos intuitos desta CPI, além de levantar várias informações, é que questionamos o valor do transporte coletivo. O senhor acabou de dizer que conforme o relatório, algumas o senhor pode questionar, outras não, mas de qualquer forma, o Tribunal de Contas nos colocou que hoje a passagem pode chegar a dois e quarenta e cinco sem o subsídio, e dois e vinte e cinco com o subsídio. Eu aqui, nesta Casa, inclusive com o nobre Vereador Chicarelli, batemos muito em cima da domingueira. Pelos meus cálculos aqui são quarenta e cinco centavos, pelos cálculos do Tribunal de Contas. Então, para a domingueira chegar de um e cinquenta para um real, já estamos a um e cinco. Existe algum estudo, alguma coisa? A Urbs alguma vez algum estudo que pudesse baixar a passagem sem comprometer a qualidade do transporte coletivo?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Eu acho que essa é a grande equação Vereador. Você diminuir preço mantendo qualidade. Qualidade implica em veículos melhores, uma operação informatizada, em profissionais (M), em profissionais com salários adequados, enfim, toda uma composição de custos, que é a equação que acaba determinando o valor. Eu vou me referir contra a minha vontade ao relatório do Tribunal de Contas, que fala que pode baixar a passagem, mas quando ele fala desse capítulo ele é utópico. Ele é utópico porque diz que a passagem pode baixar se forem retirados os impostos, se for excluída a taxa de gerenciamento da Urbs, se pagar um preço menor por combustível, se os ônibus gastarem menos combustível. Então, são fatores de sonho, isso não existe, isso não é real. Agora, dá para nós avançarmos? Eu tenho certeza de que tudo pode ser melhorado, eu imagino que, no momento em que o governo federal retire todos os impostos que incidem sobre o setor, terá um impacto. O governo do estado, Vereador Chico do Uberaba, já retirou o ICMS do diesel, mas até agora a Urbs não se credenciou para se beneficiar disso. Eu não entendo por que...

O SR. CHICO DO UBERABA:- Espera aí, desculpa, então não entendi. Já há um benefício e a atual gestão não está usufruindo ainda?



O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Ainda não usufruí. Enquanto outros municípios, que também foram beneficiados, como o caso de Londrina, Maringá e Ponta Grossa, já tiveram a possibilidade de baixar a passagem.


O SR. CHICO DO UBERABA:- Aí, Chicarelli! Está aí o segredo! Uma das nossas respostas a esta CPI, Chicarelli, que a passagem pode baixar, e nós temos que dar essa resposta urgentemente à população! Nós estamos já há quantos dias nesta CPI, já foi constatado que pode baixar, o Tribunal de Contas deu o seu parecer, quarenta e cinco centavos! E eu não vejo nenhum representante deste Município, ou, sei lá, quem quer que seja, dizer: "Vamos baixar a passagem."! Eu fico indignado com essas coisas. Está na hora de começar a rever... Chicarelli, vamos entrar com um pedido aqui urgentemente, para ver o que está acontecendo. Porque se já temos a informação de que pode baixar quarenta e cinco centavos com o subsídio, e vinte e cinco sem o subsídio, por que não baixou ainda? O que estamos esperando? Quem é que está pagando a conta ainda? É o povo!

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Vereador, deixe eu lhe interromper.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Por gentileza. Quero que o senhor me explique melhor isso aí, Sr. Fernando Ghignone.

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Então. Quarenta e cinco centavos, como o senhor diz, é o que indica esse relatório do Tribunal de Contas, dentro de uma perspectiva de uma redução de custos que é impossível. O senhor veja que lá num determinado capítulo eles falam em redução percentual do consumo de diesel. O que nós vemos é que, eu não sou um operador do sistema, mas acho que prevalece o bom senso, na medida em que a Cidade é ocupada cada vez mais por automóveis, o sistema fica mais lento, os ônibus andam mais travados, é evidente que aumenta o consumo de combustível. Então, essa coisa não se faz num passe de mágica. Aqui fala inclusive na retirada do custo do kit inverno, ou seja, nós vamos deixar os nossos funcionários do Sindimoc trabalhar aí batendo o queixo no inverno? Acho que não é esse o caminho também. Então, esse relatório do Tribunal de Contas, de ajustes, de adequações na metodologia vigente, é utópico, acho que ele não pode ser levado em consideração. Mas eu aproveito, Vereador, para dizer que essa comissão parlamentar que foi instituída, num primeiro momento ela tinha o objetivo de discutir a questão tarifária e as melhorias na qualidade dos serviços, e eu quero fazer uma provocação, acho que, encerrado esse momento que se discute licitação passada, que essa comissão voltasse a trazer a Plenário, Vereador Chicarelli, profissionais que sempre militaram na área, Curitiba tem profissionais de altíssimo quilate, como o arquiteto Ceneviva e outros tantos que construíram esse sistema; para virem aqui, num grupo de trabalho, trazer o seu talento, para apontar novos caminhos. Quando eu disse que fizemos o desalinhamento das estações-tubo, foi um trabalho conjunto na época do grupo técnico da Urbs com profissionais externos, como eu disse aqui, o Dr. Lubomir Ficinski participou, e outros profissionais que construíram esse sistema vieram dar a sua contribuição. Eu acho fundamental, Srs. Vereadores, como representantes da população, legítimos que são, que se instale dentro desta Casa um foro permanente para se discutir essa questão, que é uma das questões mais importantes que regem a nossa Cidade.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Só para encerrar, voltando a essa questão da passagem, que acho que tem que se rever esse estudo, quando a gente fala, o próprio Município aí acabou sofrendo com a



emissão das multas (L) do Município por falta de pagamento. Por que o Município pode sofrer e o Correio não? Por que o Correio não pode pagar a passagem? Por que várias instituições não podem pagar passagem? Está na hora de começar a rever e nós temos que dar uma resposta urgentemente. Então, esse é o trabalho da Urbs, de todos os companheiros aqui que estão de parabéns. Esse é intuito de todos os Vereadores. Obrigado.

O SR. FERNANDO GHIGNONE:-Essa autorização de isenção dos carteiros para o Correio foi feita nesta Casa, e eu devo dizer que deve ser revisto sim, porque a Urbs gasta uma fortuna por mês com Correio e não tem essa contrapartida, ou seja, obrigação do trânsito de carteiros nos ônibus deveria ser pago pela empresa Correios, que é uma empresa altamente lucrativa.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Eu quero deixar bem claro aqui que não sou contra os carteiros, policiais, oficiais de justiça, acho que se tem um critério, tem que ser para todos. O cidadão que mora lá no Boqueirão, no fundão ele tem que pagar passagem. Então, que fique bem clara aqui minha posição. Não sou contra os profissionais, acho que uma vez revisto, tem que ser visto para todos.

O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra o Vereador Geovane Fernandês.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- Bom dia, Dr. Fernando. O Prefeito na época ou alguém da equipe do Prefeito interferiu, sugeriu modificações no edital publicado em relação à minuta examinada?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Não, Vereador. O Prefeito delegou essa responsabilidade à Urbs.

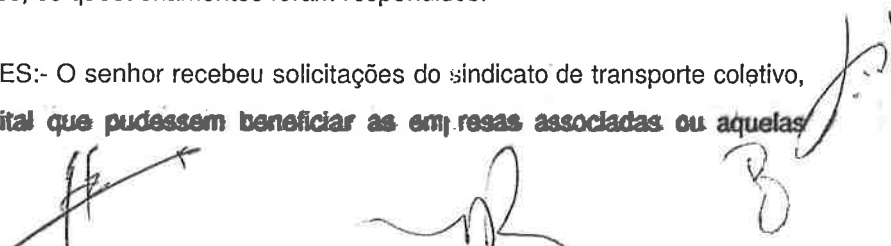
O SR. GEOVANE FERNANDES:- Houve alguma outra pessoa ou entidade que sugeriu modificações no edital de licitação do transporte coletivo?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Aí acho que precisávamos recolocar a sua questão da seguinte forma: sugestões antes da elaboração do edital nós tivemos várias a partir das audiências públicas e que culminou numa grande audiência pública, como disse, foi lá no Largo da Ordem, no Memorial da Cidade. Agora, nós tomamos o cuidado na época de ouvir várias partes. E a parte mais importante desse processo era o usuário. E eu me lembro que a Ultraco várias vezes foi consultada e essas partes todas foram muito importantes para que nós fossemos dando formato ao texto que acabou sendo o definitivo. Mas também, na época, interferiu bastante a ação do Sindimoc, presidido pelo Ex-vereador Denilson e seu Secretário Valteir, enfim, nós conversamos com muitos segmentos da sociedade, mas isso antes ainda de darmos um formato final, que foi levado a público.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- O senhor teve alguma reunião com o Prefeito para tratar da licitação?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- É óbvio que nós, como gestores públicos, permanentemente damos satisfação dos nossos atos, apesar da delegação do Prefeito ter sido total à Urbs, mas em todos os momentos em que fomos questionados, os questionamentos foram respondidos.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- O senhor recebeu solicitações do sindicato de transporte coletivo, Setransp, para alterar itens do edital que pudessem beneficiar as empresas associadas ou aquelas



entidades?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Não.

O SR. GEOVANE FERNADES:- Como ocorreu a contratação do ICI, terceirização de serviço e a Dataprom, uma quarteirização para o sistema de bilhetagem eletrônico?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Eu posso lhe responder que, efetivamente, foi contratado o ICI, agora, a quarteirização é uma atitude que foi tomada pelo ICI que deve ter escolhido o melhor parceiro para desenvolver aquele software encomendado.

O SR. GEOVANE FERNADES:- Por que o senhor, ao adquirir um sistema de bilhetagem, não adquiriu com os códigos fontes também?

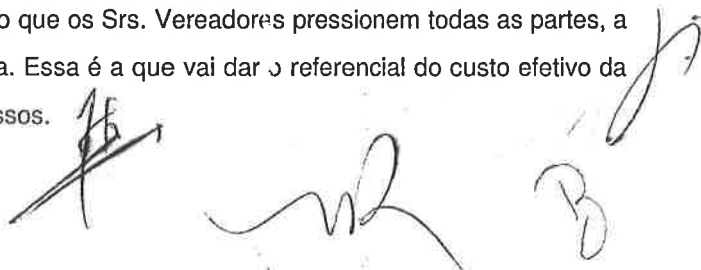
O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Essa questão, se não me engano, o Marcos Isfer, disse, eu lembro muito bem que houve um momento da nossa gestão em que nós oficialamos o ICI querendo os códigos fonte.

O SR. GEOVANE FERNADES:- No relatório do Tribunal de Contas eles entendem e apontam como uma desconformidade a não licitação do lote quatro, que participa do sistema e impacta na tarifa praticada atualmente. Por que não foi licitado o lote quatro?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Porque não é atribuição da Urbs, é da Comec. É um lote metropolitano.

O SR. GEOVANE FERNADES:- Eu acho que todos os Vereadores aqui desta Casa querem abaixar a passagem, então, isso é um fato. Na sua opinião, podemos afirmar que é necessário fazer um estudo de reengenharia no sistema coletivo de transporte, fazendo estudo de origem/destino para poder atender melhor a população e, de repente, implantar mais alimentadores e com isso teriam mais ônibus alimentadores nas vilas onde não passa e os obriga a ir de carro ao centro, porque talvez hoje não atenda os quinhentos metros, que a cada quinhentos metros tem que passar um alimentador, ou então reestudo, poderia atender, mais pessoas pegarem o ônibus e assim baratear o transporte coletivo de Curitiba? O que o senhor poderia nos deixar de sugestão?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- O senhor colocou um assunto muito importante. Muito se tem discutido sobre o preço da tarifa. Quem paga o que para quem, quem dá subsídio, quem não dá. Por quê? Porque nós não temos um estudo de origem/destino atualizado. Sem esse estudo, nós vamos cair num campo da discussão estéril, ninguém. Porque a Urbs afirma existir uma determinada proporção do que a emissão de passageiros urbanos e metropolitanos e o Governo tem uma outra visão, o sindicato de transporte tem uma outra, enfim, cada entidade que participa do processo vê de uma forma. Isso só estará resolvido no momento em que nós tivermos essa pesquisa concluída de origem e destino na Região Metropolitana atendida pela rede integrada. Eu sugiro que os Srs. Vereadores pressionem todas as partes, a Comec, a Urbs e imediatamente fazer essa pesquisa. Essa é a que vai dar o referencial do custo efetivo da passagem e do que pesa em cada um desses processos.



O SR. GEOVANE FERNADES:- Seriam essas as perguntas e eu gostaria de fazer um estudo junto com os demais Vereadores, de repente seria como sugestão ao Prefeito, visto que na região onde eu moro atualmente, Boqueirão, existem quatro linhas de alimentadores que há trinta anos o ponto final é o mesmo, que é São Francisco de Assis, Itamarati, Maringá e Xaxim. Eu sei, passando naquelas regiões, que pessoas gostariam de pegar alimentadores mas a distância é muito longa.

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Outra pergunta que o senhor me fez, com respeito à distância de deslocamento do usuário até o ponto de ônibus. A lei é clara, Vereador, e ela tem que ser fiscalizada. Eu posso falar do período em que vivi na Urbs. A Urbs sempre atendeu o limite dos quinhentos metros, porque isso faz parte da lei que foi aprovada pelos Srs. Vereadores na época nesta Câmara, dos quais faziam parte o Vereador Bernardi, Valdemir, entre outros.

O SR. PRESIDENTE:- Agradeço a lembrança do nobre depoente. E quero dizer que questioneei muitos pontos daquela lei naquela oportunidade e, ao final da CPI, certamente nós vamos alterar muitas questões daquela lei em benefício da população de Curitiba. Passo a palavra ao Vereador Tiago Gevert.

O SR. TIAGO GEVERT:-Obrigado, Sr. Presidente. Bom dia. Apesar da maioria das minhas perguntas já terem sido contempladas pelos outros Vereadores, eu gostaria de fazer alguns questionamentos a V.Exa. Qual o papel da Procuradoria do Município no processo de licitação do transporte coletivo de Curitiba?

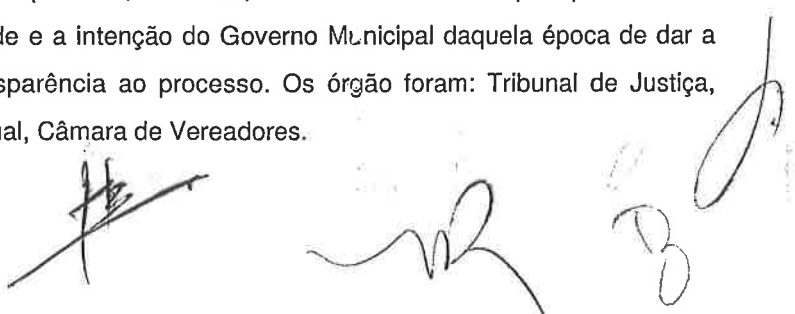
O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Acho que o papel maior foi na época da elaboração da lei. Eles participaram intensamente. E até eu vou sublinhar aqui as palavras do Vereador Jorge Bernardi, efetivamente, quando a lei foi aprovada nesta Câmara, ela só teve como votos contrários os da bancada do PT, do Vereador Salamuni e do Vereador Bernardi, que eu me lembro bem, Vereador, que o texto original que veio a esta Casa o senhor aprovou, o senhor desaprovou depois o substitutivo na sua íntegra. O senhor concorda comigo naturalmente e deu grande contribuição. Mas naquele momento a Procuradoria do Município teve a contribuição na lei e superficialmente acompanhou, posso dizer que como competia à Urbs e a Urbs tem um departamento jurídico bem estruturado, foi ela quem deu um formato legal final.

O SR. TIAGO GEVERT:- Quem era o Procurador do Município por ocasião da licitação do transporte público de Curitiba?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Era o Dr. Ivan Bonilha.

O SR. TIAGO GEVERT:- O senhor já respondeu, mas eu gostaria que o senhor reafirmasse, por gentileza. Na época da licitação o senhor enviou o edital para alguns órgãos. Eu sei que o senhor já respondeu, mas o senhor pode repetir?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- É importante, Vereador, eu não me canso de repetir por um único momento. Tudo isso significou a necessidade e a intenção do Governo Municipal daquela época de dar a mais ampla publicidade, divulgação e transparência ao processo. Os órgãos foram: Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, Ministério Público Estadual, Câmara de Vereadores.



O SR. TIAGO GEVERT:- Outra pergunta: hoje o nosso sistema de transporte público, não que sofreu um retrocesso, eu queria só entender a que se deve o fato do número de passageiros ter caído. Você sabe me informar? Se há trinta anos existia o mesmo número, hoje nós vemos que existem mais ônibus, existem mais ônibus maiores entre outros, a que deve esse número de passageiros ter caído?

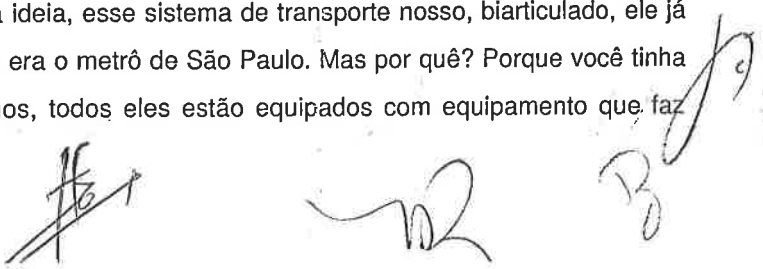
O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Eu acho que são muitos os motivos, Vereador, eu acho que o principal motivo é efetivamente... Nós falamos muito da capilaridade do sistema, esse é um processo dinâmico, ele precisa ser revisto, agora mesmo o Vereador Geovane dizia que o alimentador na região dele já está passando numa distância maior que os quinhentos metros. Isso faz com que o cidadão se sinta atraído em comprar lá uma pequena motocicleta ou um carro popular, um carro usado barato. E o que nós estamos vendo é a proliferação absurda de veículos nas ruas sem limitações. Eu agora mesmo vindo para esta Sessão, moro lá para o lado no Abranches, e naquele sinaleiro do Centro de Criatividade, eu fui o primeiro carro a parar, eu contei, tinham trinta e duas motos na minha frente. É gente que vem de Almirante Tamandaré, enfim, de toda aquela região norte da Cidade. O que nós precisamos começar a fazer? Nós precisamos tomar algumas atitudes para inibir o uso do veículo, uma delas é evidente, é melhorar a qualidade do transporte coletivo. Uma outra delas é verificar outros modais. Agora, claro que o cidadão se sente mal na hora que vai pegar um ônibus no horário de pico, é claro que nesse momento ele prefere ter seu carro próprio ou uma moto. Mas, então, acho que esse é o grande desafio, é o desafio que eu deixo aqui. Nós temos que refletir, vamos usar esses que passaram por aqui, que têm alguma experiência, poder contribuir num modelo novo, quem sabe, e que diria que seria o aperfeiçoamento desse que nós já temos, que eu volto a insistir, ainda é o melhor do nosso País.

O SR. TIAGO GEVERT:- Dentro desse sistema, eu analiso também, pegando ônibus, que nós temos um grande crescimento. O senhor acha que dentro do sistema nenhum outro sistema menor pode ter falhado ou nessa contagem de passageiro ou algo assim?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Veja, acho que na hora que tem desconfiança, uma suspeição precisa sim investigar. Eu, pessoalmente, vejo esse incremento enorme do transporte individual na cidade e o transporte individual grave até, porque nós vemos os automóveis sendo ocupados por uma única pessoa. Não existe um transporte solidário. Agora, está na hora de nós recebermos campanhas educativas, formas de motivação que as pessoas comecem a compartilhar esses custos.

O SR. TIAGO GEVERT:- Na gestão que o senhor participava, como era a gestão do metrô, era visto como uma solução?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Eu acho que o metrô é importante para a cidade. Ele tem que ser visto, porque vai chegar um momento que nós vamos precisar ter o metrô. Eu diria, Vereador, que o sistema de transporte sobre rodas não está esgotado. Eu agora há pouco dizia que tem algumas intervenções urbanas nas vias públicas que podem ser feitas que vão dar uma grande sobrevida ao sistema. A primeira questão que nós precisamos fazer em todos os eixos é o desnivelamento nos cruzamentos, aí nós daríamos uma grande velocidade. Para o senhor ter uma ideia, esse sistema de transporte nosso, biarticulado, ele já teve uma velocidade quase comparável ao que era o metrô de São Paulo. Mas por quê? Porque você tinha fluidez de tráfego. Esses ônibus que nós temos, todos eles estão equipados com equipamento que faz



abertura automática do semáforo. Então, aí nós precisamos fazer o desnivelamento a partir de trincheiras e viadutos ou então de vias públicas exclusivas para esses veículos.

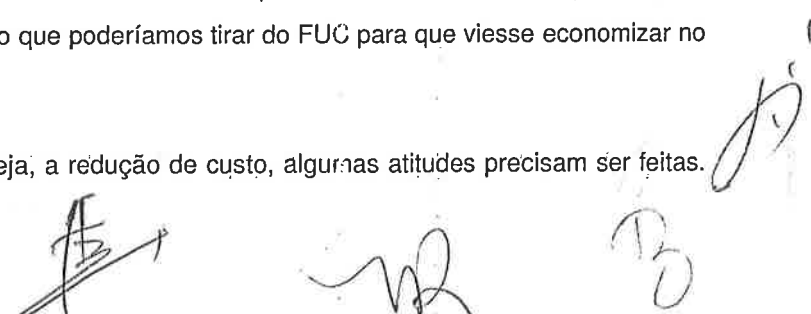
O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos o Vereador Tiago (T) Gevert. Passamos a palavra ao Vereador Chicarelli.

O SR. CHICARELLI:- Bom dia! Quero parabenizá-lo Ghignone, pelas explicações, hoje é um papo diferente, você está trazendo alternativas, acho que este é o discurso que temos que avançar, quem sabe as suas ideias sejam captadas pela Câmara, pela nova gestão, porque são ideias boas que ajudam a aproveitar o sistema atual ao máximo, otimizar e melhorar. Sobre a exposição que você fez da comissão que avaliou, acho que ela autentica a comissão criada pelo Gustavo também para avaliar a Urbs, que envolveu aqueles reclamantes anteriores, praticamente igual. Você colocou muito bem as questões principais, o que pode ser abaixado o custo do transporte, não utopicamente, a gestão atual foge da discussão, são questões como a finalização do contrato da Dataprom, a taxa de 4% cobrada da tarifa técnica, a economia com a finalização do contrato do ICI agora de quinhentos e cinquenta e cinco milhões, o sistema consegue absorver para abaixar a passagem. Você falou bem na questão do subsídio, que tem que ser amplamente discutido e falou muito bem, que quando muita gente tenta culpar a administração anterior e frisou bem que vários órgãos, inclusive a Câmara de Vereadores, passada também autenticaram tudo. Faço isso e não tem problema falar de Câmara, de governo de estado e é minha conduta aqui, sei que tem pessoas que podem não gostar, mas eu falo mesmo. Volto a frisar, você até comentou a sua opinião sobre a licitação anterior e a possibilidade de nova licitação. Queria que você enfocasse mais nesse sentido, com toda a sua experiência, que foi feito um alarde, eu também não acredito que esse governo consiga fazer uma nova licitação, mas gostaria que você explorasse mais esse tema para eu observar. O senhor, com toda sua experiência, acha que no prazo de um ano ou que seja dois, conseguiria se fazer uma nova licitação?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Vereador, não tem motivo nenhum para nova licitação, a população não pode sofrer com outro processo, ou seja, estamos convencidos que aquela licitação serviu todo rito processual legal e, acima de tudo, ampla participação de todo segmento, a sociedade. Então, não existe motivo nenhum para nova licitação, essa é a minha opinião sobre este assunto.

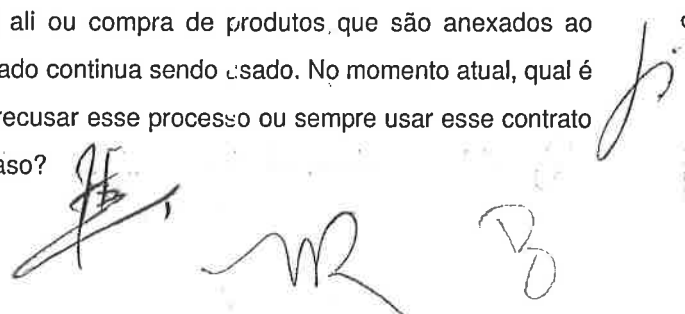
O SR. CHICARELLI:- Eu estou toda semana, até o final do ano vou todas as segundas feiras à Urbs para poder ver notas fiscais (P), gastos, o que pode ser economizado na Urbs, gerenciadora, e também no FUC. Já percebi que os quinhentos e cinquenta e cinco milhões do ICI vão sair como necessidade de pagamentos. O parâmetro melhoria do trânsito, melhoria do sistema e economia, é difícil, como o senhor mesmo falou. E é cobrança da rua, dos movimentos, que nós façamos economia e tenhamos cuidado com o dinheiro público. Com toda a sua experiência, como devemos caminhar para tentar economizar, ou tirar algumas despesas do FUC, através de legislação, quem sabe, alteração daquela legislação que permite a utilização do FUC. O município de Curitiba, pelo que foi exposto aqui, entra com a participação na Urbs, e tirando esse subsídio atual agora, colocava dois milhões de reais aproximadamente. Eu achei pouco, para um gestor que domina 99,99 da Urbs. Então, o que poderíamos tirar do FUC para que viesse economizar no sistema.

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Veja, a redução de custo, algumas atitudes precisam ser feitas.



Eu imagino que nesse momento a que está mais à mão do poder público é a desoneração tributária sobre o sistema. Na medida em que o governador Beto Richa já deu isenção do ICMS sobre o diesel, não só para Curitiba, mas para outros municípios do estado do Paraná, é importante que a prefeitura veja de que forma o nosso ISS possa ser contribuído, compondo então o FUC. Por outro lado o governo federal, que tem os tributos que mais oneram o bolso e as empresas e a própria Urbs, poderia estar contribuindo também com todos os tributos federais. Então, esse é um primeiro momento. Agora, eu acho que a avaliação do custo do sistema é uma questão permanente. Se formos fazer um retrato desse momento de hoje, qualquer tipo de redução de custo em tese, as mais significativas, elas poderiam implicar na queda de qualidade do sistema, por quê? Os nossos ônibus em Curitiba, a nossa frota rodante custa mais caro que seus similares no resto do Brasil. Mas tem uma explicação para isso. São ônibus de piso alto, são estações tubo que custam mais caro que um simples abrigo, como vemos em São Paulo e no Rio de Janeiro. Temos um sistema, eu chamaria, de mais sofisticado. Então, é uma questão de se rever. Agora, Curitiba tem que saber se é isso o que ela quer. Até hoje nós todos curitibanos nos ufanamos desse modelo, porque tem sido um modelo não só para o Brasil, hoje o mundo inteiro copia. Hoje o nosso sistema está lá no Chile, está na Coreia, está nos Estados Unidos. Essa é uma reflexão que eu acho que a população tem que fazer. Os senhores, legítimos representantes da população dessa cidade, é o momento de exercer esse diálogo nas audiências públicas, na interação com o poder público municipal, e fazer essa discussão ampla, qual é o modelo que nós queremos, onde é que podemos avançar. Porque de imediato seriam essas. Agora, por que os ônibus em outras cidades custam mais barato? É evidente que as outras cidades não tem um biarticulado, que é um veículo de custo caro. Porém, não tem a capacidade do deslocamento de passageiros que o nosso tem. Hoje muito se fala no tramway, ou no bonde sobre rodas, mas o nosso ônibus biarticulado tem uma capacidade de deslocamento muito maior. E uma outra vantagem que o nosso sistema sobre rodas tem é a agilidade de você poder refazer rotas. Por exemplo, se você tem um percurso desse tramway, desse que corre sobre trilhos, e você tem qualquer tipo de conturbação na malha viária da cidade, ele simplesmente será interrompido. Ao mesmo tempo, se isso acontece com o ônibus basta ele contornar um quarteirão, ou um trecho. Então, tudo isso precisa ser refletido. Só que eu acho que isso tem que fazer parte de um amplo debate de um modelo de transporte que nós queremos. O Vereador Jorge Bernardi ainda disse agora que é hora de se rever a lei. Eu acho que é hora de se rever tudo. Porque esse tem que ser um exercício permanente. Aquele modelo que fizemos naquele momento era o modelo ideal. Só que a vida é dinâmica, ela precisa ser reavaliada em todos os momentos dessa vida.

O SR. CHICARELLI:- Sr. Fernando, também tenho acompanhado (P) bastante crítica na questão de contratos feitos com o ICI. Foram contratos e o contrato maior de trinta e dois milhões, você mesmo falou que já era um procedimento que já fazia, que já existia essa Oscip, mas nessa busca de contratos e notas já comecei a observar que essa gestão continua usando o ICI para renovar contratos também ou fazer aditivos. É o caso de uma empresa que eu vi ali que comprou acessórios de computador. É uma coisa que tinha antes e agora continua tendo. Provavelmente com todo esse questionamento da CPI e para isso a CPI é importante também. A atual gestão e as pessoas que fazem e acompanham as licitações na Urbs estarão mais atentas disso. Mas já peguei contratos aditivos ali ou compra de produtos que são anexados ao contrato do ICI. Então, aquele contrato antigo que foi usado continua sendo usado. No momento atual, qual é a sua opinião? Deveria se continuar esse processo ou recusar esse processo ou sempre usar esse contrato para fazer compras sem licitações ou cada caso é um caso?



O SR. FERNANDO GHINONE:- Acho que vocês estão fazendo um trabalho importante aqui que é fazer essa reflexão profunda. Agora, eu imagino que o gestor do sistema de transporte hoje tem que dirigir olhando para a frente e o que eu vejo hoje é que a Urbs está dirigindo olhando para trás. Esse ônibus quando a gente dirige olhando para trás pode causar um grave acidente a todas as partes da nossa sociedade. Se há desconforto na forma de relacionamento com fornecedores, isso tem que ser revisto. Lá no início da gestão, eu não participava ainda da gestão da Urbs, mas existia um formato de prestação de serviço na bilhetagem que o poder público entendeu que não era o que ele queria, daí extinguiu aquele contrato e partiu para um novo tempo. Agora é o que eu digo, isso são ações que tem que ter sempre revisões permanentes, na medida em que elas não atendam as necessidades da população no que diz respeito ao quesito técnico e na medida em que seus custos sejam acima daqueles que o mercado pode oferecer o mesmo serviço por um preço melhor, eu sou a favor que se reveja tudo sim.

O SR. CHICARELLI:- Só gostaria de frisar esse atual aditivo que se fez também usando esse próprio contrato da atual gestão, fizeram esse aditivo e já vou achar aqui, que também continuam comprando equipamentos e computadores usando esse antigo contrato do ICI, que está sendo tão criticado e que foi feito sem licitação na época. A atual gestão o usa também para fazer novos aditivos. É lógico que eu tive acesso em um dia só que fui a Urbs, mas farei outros dias. Para não pairar dúvidas, achei até engraçado é de uma forma mais clara, o Município usa o ICI, usa a Urbs e deixa bem claro que a dispensa de licitação é para comprar equipamento da empresa Safesystem Locação de Equipamentos de Informática, celebrado em 28... e aí no final fala termo aditivo... Volto a frisar, se não estivéssemos de olho a atual gestão ia continuar usando esse contrato que tanto está sendo criticado. Tenho aqui a posse disso mas quero deixar bem claro que foi uma forma diferente de fazer aditivo. Usava-se o ICI e já tinha a empresa para fornecer os acessórios. Até achei engraçado, já tinha a Safesystem. Por coincidência a Safesystem (J) foi a mesma empresa que estava nos fornecendo os computadores, e fiz uma observação que estava superfaturado. Então, são essas ramificações, são essas coisas que eu vou, até fazendo a minha propaganda, vou estar atento daqui para adiante. Não é uma pergunta, mas para deixar claro que este contrato tenho aqui. Lógico que vou continuar, isso é só um ou dois meses de administração atual.

O SR. PRESIDENTE (Bruno Pessuti):- O senhor encerrou as suas perguntas? (Sim). Com a palavra Vereadora Noemia Rocha, por dez minutos;

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Bom dia, Sr. Fernando Ghignone. Nós que somos os últimos acabamos fazendo as mesmas perguntas mas em um contexto diferenciado para maiores esclarecimentos. Tem uma preocupação em relação a mudança do edital que até então a gente está tentando entender aqueles vinte e cinco itens e o motivo por que não passou pelo jurídico. Nós temos uma informação que uma das Diretoras do Jurídico, não quis, pediu demissão por não concordar com essas mudanças que ela achou que não deveriam ser feitas. O senhor poderia me responder?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Com certeza, Vereadora, com muita honra. Por que não passou pelo jurídico no retorno, porque eu chamo, não de modificação, de ajustes. Esses ajustes não precisavam voltar para o jurídico, por isso. Ele só voltaria para o jurídico, se tivesse qualquer tipo de modificação que pudesse impactar no caráter legal do edital. Nenhum impactava nisso. Os ajustes foram feitos na parte



operacional, financeira, contábil e gerencial. E com respeito a insatisfação que a senhora cita, eu desconheço. Em momento nenhum eu soube que a Dra. Marilena pediu demissão, tanto é que ela permaneceu na Urbs até, senão me engano, no início de 2012. Ou seja, dois anos depois.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Durante a CPI tivemos a informação, tudo o que nós estamos fazendo aqui, Sr. Fernando, acho que é interesse... porque o que a gente percebeu? Existem três situações ou três... As empresas, a Urbs como gestora e o usuário. Nós percebemos que tudo acarreta para o usuário, não há compartilhamento, mas todas as despesas, todas as gratuidades, todos os erros acabam no usuário. E nós aqui, enquanto representantes, estamos defendendo esse usuário. Uma das coisas que impactam na tarifa são os relatórios gerenciais de consumo das empresas que foi dito aqui que não eram entregues e nem mesmo solicitado pela Urbs esses relatórios mensais e aí que impactava na tarifa. Por que as Urbs não fez as empresas cumprirem essa solicitação, esse relatório mensal?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Olha, Vereadora, vou dividir a resposta da sua pergunta num total. Concordo com a senhora que muito se paga pelas gratuidades, e há pouco disse que não é admissível que a Empresa Brasileira de Correio e Telégrafos tenha gratuidade no sistema. Ela deveria estar pagando sim a passagem dos carteiros uma vez que ela cobra os seus serviços, a prefeitura de Curitiba cobra os seus serviços da Urbs e a todos os órgãos públicos e hoje ela é uma empresa altamente lucrativa, opera inclusive em igualdade de condições e até com a iniciativa privada do setor de logística. Então, tem que se rever isso sim. No que diz respeito aos relatórios, só tenho a dizer que eu desconheço que eles não tinham sido solicitados ou entregues. É do meu desconhecimento.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Mas o senhor era o Diretor.

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Eu era o Diretor, mas a senhora sabe que nós temos uma grande equipe, que é a equipe que tem a abordagem direta no dia a dia da empresa, que é a equipe que faz a fiscalização de todos os processos administrativos, operacionais, ambientais. Então, é evidente que eu não tinha essa relação permanente no dia a dia, no que diz respeito a parte burocrática do cumprimento do processo.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Considerando que sim, que impacta na passagem, não seria interessante ter essa ciência?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Eu não tive por parte de nenhum gestor (A) a informação que isso estava sendo descumprido, senão com certeza eu teria tomado uma atitude nesse sentido.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Sr. Ghignone, em relação a depreciação dos imóveis e garagens que também impactam na passagem das empresas, como era feito esse cálculo e a fiscalização? Porque a informação que temos é que quando foi fiscalizada essa situação percebeu-se terrenos baldios, concessionárias de carros, bancos, agências bancárias e não garagens de ônibus. Como ela faz esse impacto na tarifa, como era feita essa fiscalização ou se era feita essa fiscalização e como é feito esse cálculo na tarifa de ônibus.

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Eu imagino da mesma forma da pergunta anterior, Vereadora



Noemia Rocha, o setor de fiscalização em momento algum me disse que isso estava sendo contrariado. A senhora há de convir que eu não tinha nem condições físicas de estar me deslocando, checando esse sistema. A avaliação das garagens foi feita no mesmo momento em que foi feita a avaliação econômica do edital por empresa especializada. Agora, essa sequência na não conformidade, como a senhora diz, daquilo que diz no edital, eu acho que é um motivo que a empresa tem que explicar. Eu não saberia lhe responder, porque nunca tive ciência disso.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- A função da Urbs não seria fiscalizar, até para ser feita a análise da depressão desses imóveis para colocar na tarifa?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Sim, com certeza.

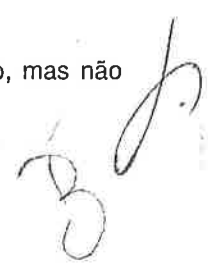


A SRA. NOEMIA ROCHA:- E não foi feito?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- A senhora está me dizendo que não e eu nunca tive notícia de que não estava sendo feito.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Que infla a passagem também. Voltando a questão da gratuidade, até estávamos buscando uma maneira de rever isso, até em relação ao direito por exemplo, do idoso, do aposentado ter o direito, até não contesto, o que contestamos é que vai para o usuário toda essa gratuidade. E, na verdade, precisa ser revisto isso porque 14% da passagem é a gratuidade e que onera o bolso do usuário. Então, esta é uma questão que precisa ser revista e também tem mais 5% que foi dito aqui, não sei se o senhor tem conhecimento disso, do uso indevido, da entrada dos usuários sem pagamento de passagem. O senhor tem conhecimento desse percentual?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Gratuidade, o Vereador Jorge Bernardi disse que pretende fazer uma proposta de revisão da lei municipal. É fundamental isso. E eu vou lhe dar um testemunho. No período em que fui diretor de transportes da Urbs, sob a minha orientação foram cancelados mais de quatorze mil gratuidades que eram utilizadas por acompanhantes de portadores de doenças com tratamento contínuo, inclusive, chegamos a descredenciar clínicas que davam atestados falsos. Então, tem que se fazer algumas coisas. Nós fizemos naquela época uma revisão permanente das gratuidades de aposentados, de idosos e, acima de tudo, dessa questão do tratamento de doenças contínuas. Agora, tem certas coisas que precisam ser feitas, refeitas com periodicidade e que às vezes constroem o cidadão. Todos nós em determinados períodos temos documentos nossos, certidões nossas que precisam ser refeitas. Eu não vejo por quê não o aposentado, o idoso, o portador de doença de tratamento contínuo ele não possa passar por revisões periódicas para ver se aquela gratuidade ainda é necessária. Tenho certeza que no momento em que isso for feito vamos ter uma grata surpresa no que diz respeito a redução no número de gratuidade. Esses 14% eu ousou dizer que no primeiro momento eles baixam para 10% e se tirarmos carteiros e identificarmos fontes de financiamentos para algumas gratuidades... por exemplo, aposentados. Por que já não se faz no pacote previdenciário um item que possa contribuir, retroagir para os sistemas de transporte coletivo.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Ou compartilhado com a empresa e com o poder público, mas não somente para...



O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Sem dúvida. A mesma coisa os estudantes, os três níveis de estudo poderia perfeitamente um ser absorvido pelo município, outro pelo estado e outro pelo Governo Federal. Enfim, eu acho que isso faz parte de uma ampla discussão que pode ter um belíssimo fim nesta Casa.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Que bom. Na verdade, Dr. Fernando, eu não tinha esse conhecimento de gratuidade para portadores de doenças de tratamento contínuo. A informação que temos é para aposentados, meia para estudante e para portadores de deficiência, é isso?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- E essas pessoas (C) que participam de tratamento contínuo de saúde, que é a hemodiálise, essas questões, têm direito inclusive a um acompanhante.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- É mesmo? Está na lei?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Está na lei.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- E em relação aos portadores de deficiência, existe um médico responsável para conceder essas passagens gratuitas para essas pessoas, ou tratamento?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- A Urbs tem um setor, existia um grupo de clínicas especializadas também que estavam credenciadas.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Não, dentro da Urbs, existe um médico?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Tem, tem um departamento lá dentro sim. Pelo menos tinha. Na época em que eu estava lá tinha.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- O senhor poderia me dizer como se deram as discussões a respeito da necessidade da licitação? Porque entendemos que é a primeira licitação em nível de transporte público. Essas discussões foram feitas com o Ministério Público? Como foi idealizada essa primeira licitação do transporte público?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- A necessidade de uma licitação sempre houve. Por quê? Porque as empresas eram permissionárias do sistema e isso fazia que estivessem fora de um processo contratual onde se estabelecessem direitos e deveres de todas as partes envolvidas, do Poder Público, das empresas operadoras e, acima de tudo, dos usuários. Se a senhora verificar no contrato, na lei e no edital de licitação, temos claros lá os direitos e deveres inclusive do usuário. Então, era necessária sim. Ainda me lembro muito bem do Luiz Geraldo Mazza, quando fazia seus comentários na CBN, sempre dizia que existia entre o Poder Público e as empresas de transporte uma relação pactual e que nós extinguímos, nós transformamos depois de cinquenta anos de uma relação informal para uma relação contratual muito clara onde o Poder Público tem todos os direitos de exigir o melhor serviço prestado ao cidadão. Além disso, existia essa ação que culminou com a determinação do Ministério Público de que se fizesse uma licitação para o transporte público da capital até o ano de 2009, dezembro, 31.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- E essas discussões foram feitas junto ao Ministério Público?



O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Não.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Não foi uma cobrança do Ministério Público?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Não, eles determinaram uma data limite.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- É que ontem o Sr. Marcos Isfer disse que foi uma solicitação inclusive do Ministério Público para a mudança da licitação.

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Sim, isso foi mesmo.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Como se deu essa relação entre a Urbs e a Prefeitura quando montaram essa comissão de licitação? Como foi esse processo?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Quem montou a comissão de licitação foi a Urbs. A Prefeitura não participou disso.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Mas devia?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Não sei por que, Vereadora. A Urbs tem a delegação de gerir o processo todo.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Mas ela acompanhou?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Não. Num primeiro momento até acompanhou a confecção da lei, a discussão nesta Casa e depois os primeiros passos que demos em busca do edital definitivo. Mas da parte final do processo não participou não. Ela não teve influência nenhuma. Tudo isso eu atribuo à nossa diretoria e a comissão que a constituiu.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- E como era a escolha desses membros da comissão de licitação?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Pela qualificação técnica e a área que atuava.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Foi feito um estudo com outros modelos, um comparativo com outras cidades para a nossa cidade para essa licitação?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Não, Vereadora. É o nosso lado ufanista. Entendemos que temos o melhor sistema. Ainda brinquei um dia com um membro do Ministério Público quando ele me fez algum questionamento e mostrando em um relatório que está no Tribunal de Contas, "mas por que canaleta exclusiva, por que isso, por que aquilo?". E eu só dei uma resposta para ele. Eu falei: "se o senhor fosse prefeito de qualquer capital brasileira que não fosse Curitiba, em qual modelo o senhor se espelharia para fazer um bom sistema de transporte para Curitiba"? Ele disse: Curitiba. Eu falei, "então, meu amigo, o que estamos pretendendo é partir, no mínimo, do que já temos".

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Qual foi o papel das empresas de ônibus e seu quadro técnico para a



confeção desse processo?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Nenhum. Zero

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Elas foram pelo menos ouvidas? De que forma? Teve um contato informal? O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Quando convivemos no dia a dia, ouvimos o que as pessoas falam, ouvimos do que as pessoas se queixam. E isso não compete só as empresas, compete também ao Sindimoc a partir dos seus representantes. E as entidades que representavam de alguma forma a população desta cidade e os vereadores contribuíram bastante com sugestões na época. Então, ouvimos todo mundo. Agora, em especial ouvimos uma única parte (V), em momento algum a empresa

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Da maneira que foi feito esse edital o senhor acredita que possibilitava a participação de outras empresas?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Tenho absoluta convicção. Esse era o objetivo dele.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- E como o senhor avalia de que houve cláusulas de barreiras, ou seja, cláusulas que favoreciam as empresas que já atuavam no sistema?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Olha, só partiu de gente irresponsável que não conhece tecnicamente o sistema e nem tão pouco o processo licitatório.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- O senhor disse que foi de quanto anos a elaboração desse edital.

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Sim, esse edital começou a ser iniciado precisamente no primeiro trimestre, o edital não, a discussão da formatação do edital, no primeiro trimestre de 2005.

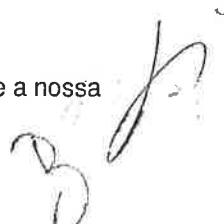
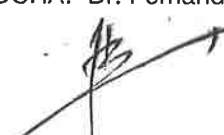
A SRA. NOEMIA ROCHA:- O Sr. Marcos Isfer disse que foi de cinco anos. O senhor acha que foi um tempo suficiente para discutir com a cidade que estudos foram feitos, que conclusão vocês chegaram além da Urbs, quais entidades ou órgãos que participaram desse processo de elaboração da licitação.

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Eu acho que o tempo foi mais que suficiente, vereadora. Eu sou um executivo que gosto das coisas mais rápidas. Eu lhe garanto que se dependesse da minha vontade, ele seria elaborado no primeiro ano ainda de gestão do Prefeito. Mas como disse, da forma democrática como ele foi conduzido, não tínhamos outra saída senão escutarmos todas as partes envolvidas. E foram feitos os debates na época e levamos à discussão. Lembro-me que a Associação Comercial levantou a questão, me lembro que participamos de reunião na FIEP, participamos de reuniões no bairros, audiências públicas.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Várias entidades e órgãos participaram?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Sim com certeza. Até porque, à medida que avançavam as intenções do edital, muito se discutia as alternativas que tínhamos e colhíamos, então, as angústias e as expectativas dessas entidades todas.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Dr. Fernando, como foi discutida a elaboração da tarifa técnica e a nossa



preocupação com o usuário, por que alguns itens de consumo, por exemplo, de combustíveis eram feitos ou eles são os mesmos da Década de 80? Porque há itens tão defasados. A Urbs não se preocupou em relação aos estudos desses itens? Qual foi o critério?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Olhe, vou dizer que sou incompetente para lhe dar algumas respostas e a questão técnica específica eu me furto a comentar, uma vez que ela foi feita pela equipe técnica da empresa, que é uma equipe altamente qualificada. Agora evidente que tem muita coisa que tem que ser revista sempre. A senhora citou aí os parâmetros e tem parâmetros que são serviços, é o parâmetro de custo de veículo, é o parâmetro de consumo, é o parâmetro de tipo de combustível. Agora mesmo falava-se aqui do ônibus híbrido. É uma experiência nova mas é importante, porque na hora que esse veículo tiver produção em larga escala, ele vai baratear substancialmente. Isso, como acontece em qualquer área da produção industrial. Agora mesmo estamos vendo painéis de aquecimento solar que custam um décimo do que custavam há cinco anos atrás, porque passaram a se utilizar largamente, os chineses entraram no mercado. Isso tudo vai acontecer. Hoje mesmo na questão do transporte coletivo, nosso Ex-deputado Felinto, que acompanha de perto isso, sabe muito bem. Hoje os chineses, os poloneses começaram a construir equipamentos para esses setores por preço muito baixo. Então, precisamos estar atentos permanentemente. Agora, naquele momento em que foi feita a planilha, era o reflexo do que efetivamente existia em termos de custos.

A SRA. NOEMIA ROCHA :- Com anuência do Presidente da CPI, eu tenho três perguntas do Deputado José Felinto, que é presidente da Funspar, que diz o seguinte: os usuários são cobrados. E que continuará ilegalmente passados para outro..

O SR. GEOVANI FERNANDES:- Sr. Presidente. (Assentimento) Hoje aprovamos o Regimento que eram dez minutos mais cinco e a nossa nobre Vereadora já cumpriu com seu horário.

O SR. PRESIDENTE:- A senhora vai participar da segunda rodada, Vereadora?

ASRA. NOEMIA ROCHA:- Não vou poder.

O SR. PRESIDENTE:- Então, ela já faz agora.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- O Presidente da Funspar denunciou em artigos de jornais que a caixa preta é o ICI para fornecer documento, planilhas e custos, metodologia de cálculo para comprovar a apropriação indébita das cobranças de custos dos usuários e para conseguir quase sempre só na Justiça. O Ex-deputado José Felinto, na exposição que fará em breve nesta CPI, convidado por esta CPI, por ofício do Presidente Jorge Bernardi, em data a ser marcada, acaba de informar, a comprovar que a Urbs se apropria indevidamente e cobra além da legislação, roubando os usuários até hoje. É comprovado com documentos de cobrança indevida, inadequada injustiça aos bolsos dos usuários. Muito obrigado, Sr. Presidente. O senhor pode responder(E) Sr. Fernando?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Foi tão longo o texto. Apropriação indébita?

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Quer que eu repita, Sr. Fernando?



O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Sim.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- (Lê carta).

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Eu posso aqui refletir minha opinião pessoal. Eu acho que tudo o que se faz na vida pública tem que ter transparência absoluta, e todo e qualquer cidadão tem que ter acesso às informações que solicita.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Eu acho que responde, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:- Muito bem. Vamos passar à próxima inscrita, Vereadora Professora Josete.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Bom dia. Gostaria de retomar a questão do edital de licitação, e ver se a sua opinião é semelhante a do ex Presidente Marcos Isfer. Acessamos todo o processo licitatório, 05/2009 e constatamos que a partir de um parecer da primeira minuta do edital, que foi assinado pelo assessor jurídico há época, Rodrigo Preveti, apontou uma série de elementos que julgava necessários serem alterados no edital para que o processo pudesse caminhar. Ao final, ele na sua conclusão afirma o seguinte: (Lê parecer). Então, analisando o processo na sequência, existe um documento que foi encaminhado à área de operação do transporte coletivo, onde há também assinatura da senhora Cássia Ricardo de Aragão, solicitando o seguinte: (Lê solicitação). A partir daí nós analisamos também na sequência e não observamos um novo parecer para o edital que foi publicado, onde houve uma série de alterações. Algumas que o próprio parecer jurídico do Sr. Rodrigo apontava, outras que não estavam apontadas nesse parecer. O senhor reafirma: de fato não houve um novo parecer jurídico?


O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Não foi necessário um novo parecer jurídico porque os ajustes foram feitos todos de acordo com o que entendíamos ser o mais correto. O parecer jurídico, no caso, não aponta nenhuma ilegalidade, muito pelo contrário. Ficamos muito atentos a esse processo, então não houve um retorno não. Agora, tanto entendemos que isso foi sanado, Vereadora, que quem fez a defesa da Urbs na contestação daquela ação pública foi o próprio Dr. Rodrigo. Alguns fatos desses que a senhora relata estão lá apontados. Então, imagino que ele ficou satisfeito com aquele procedimento que lá fizemos há época.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Então, esse é um entendimento. No nosso entendimento é de que haveria necessidade desse parecer, de acordo com o Art. 38, Parágrafo Único, da Lei de Licitação. Esse é um dos aspectos que nós apontamos em relação a uma ilegalidade durante o processo licitatório.

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Que eu discordo.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Ok. Mas o que nós queremos esclarecer **(M)**é isso, que de fato não houve um novo parecer. Bem. O senhor fez algumas afirmações aqui que eu gostaria de ter um melhor detalhamento. Em relação ao código-fonte, o senhor afirmou que oficiaram o ICI solicitando acesso a esse código-fonte.

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Sim. O presidente Marcos Isfer entregou aqui ontem cópia desse ofício a esta Casa.



A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Ok. E qual atitude foi tomada na sequência?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Eu não tenho conhecimento de retorno nenhum.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Então. O senhor não acha que era obrigação da direção naquele período exigir esse código-fonte, uma vez que foi oficiado e não houve o retorno? Não deveria ter sido tomada uma outra atitude?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Eu não vou dizer nem que sim, nem que não, porque não me lembro mais nem em que época isso foi feito exatamente. Eu me lembro que ainda estava diretor, mas, enfim, nós todos lá temos as nossas atribuições do dia a dia e essa agenda não estava presente na minha atribuição.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Mas, obviamente, nós sabemos que essa é uma informação importante para que a Urbs possa ter o controle total do sistema.

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Aí eu acho que a senhora perdeu a oportunidade de perguntar ontem ao Marcos Isfer, que foi ele que fez o ofício, então, ele poderia ter falado isso. Se eu soubesse, eu lhe responderia com muito prazer.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Tá. Mas o senhor não tem conhecimento de uma outra atitude.

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Não; do retorno do ICI, não tenho não.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Ok. Outro aspecto levantado aqui foi em relação ao que deveria ter sido encaminhado desde o início do contrato, que era o atendimento à cláusula que exigia das empresas relatórios gerenciais a partir de um plano de contas, enfim, que existia inclusive, um apontamento no próprio edital de licitação; o senhor tem conhecimento de que houve uma cobrança das empresas em relação a esses relatórios e plano de contas?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Vereadora Josete, o diretor de transportes é um gestor da política do setor, existe um corpo técnico que cuida do acompanhamento contratual, em nenhum momento tive conhecimento que qualquer dos itens desse contrato estava sendo descumprido.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- E, no seu entendimento, se o senhor não teria essa atribuição e não teve o conhecimento, quem seria o responsável à época pelo cumprimento dessa exigência contratual?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- As áreas técnicas.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Quem era o responsável pela área técnica?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- O nome da pessoa eu não sei, a Urbs tem uma quantidade imensa de funcionários.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Mas o senhor não recorda...

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Não, não recordo.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- ... da sua diretoria, quem era a pessoa responsável?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Não, não era da diretoria. Eu tinha três gerências, aliás, quatro gerências sob a minha responsabilidade, que era a gerência na área do transporte público propriamente dito, operações, fiscalização e a área que cuida da parte técnica dos veículos. Então, é na área de operações que isso devia se processar.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Então o senhor não recorda qual é a pessoa que deveria acompanhar isso?

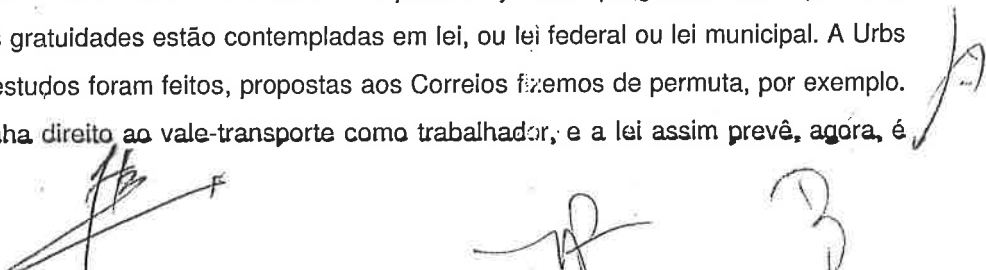
O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Não. Especificamente o contrato, não.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- No seu entendimento, a partir do que foi levantado, sei que já o Sr. Marcos Isfer colocou e o senhor repetiu também, e até já ouvi o seu pronunciamento considerando que o que o Tribunal de Contas levanta não é pertinente e que o senhor não concorda também com aquilo que foi levantado pela comissão de auditoria. Né? Mas o senhor há de convir que o Tribunal de Contas tem técnicos, nós podemos ter divergências a alguma metodologia ou a alguma forma de encaminhamento, óbvio que isso sempre vai existir em qualquer área, mas o senhor há de reconhecer que existem elementos que são apontados, e um deles, como já reafirmei, diz respeito a todo o procedimento licitatório e pareceres, e o senhor afirma que, na sua compreensão, não há (L) nenhum aspecto de irregularidade ou de descumprimento de nenhum procedimento durante o processo licitatório. O senhor reafirma isso?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Eu não vou cansá-la lendo novamente o acórdão proferido pela Desembargadora, com o voto de três desembargadores por unanimidade, que entendeu essa licitação como legítima e benéfica até aos cofres públicos.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Bem, nós já tivemos outros exemplos e outras situações, não vou aqui citar, de definições que foram revistas juridicamente. Mas, diante disso, uma das coisas que o senhor levantou também e que eu gostaria de tornar público, ontem eu repeti, reafirmei, hoje eu vou repetir, porque eu acho que é importante. Em relação à ação popular, ela ainda não está transitada em julgado, as pessoas recorreram e esse processo não se finalizou. E vários os aspectos que foram levantados naquela ação popular agora estão sendo apontados pelo Tribunal de Contas também. Agora, um dos aspectos que o senhor levantou na sua fala foi, e que eu acho importante nós ressaltarmos e entendermos, é em relação a questão das gratuidades, quando foi lhe questionado em relação à gratuidade, que hoje, até por legislação, é garantida aos correios. À época, quando o senhor fazia parte da direção da Urbs, não houve nenhum estudo, nem uma forma, enfim, ou alguma tipo de levantamento que colocasse uma alternativa em relação às gratuidades para que elas não saíssem do valor da tarifa que é paga pelo usuário?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- A senhora respondeu já sua pergunta, tudo que está contemplado em lei, todas as gratuidades estão contempladas em lei, ou lei federal ou lei municipal. A Urbs não tem essa competência, estudos foram feitos, propostas aos Correios fizemos de permuta, por exemplo. É legítimo que o carteiro tenha direito ao vale-transporte como trabalhador, e a lei assim prevê, agora, é



legítimo também e justo seria que o Correio pagasse a parte que ele usa para o cobrador fazer essas entregas. Então, isso precisa ser revisto, agora, não é a Urbs que tem a competência, a Urbs apontou isso, eu imagino até que lá na Secretaria Geral da Urbs tenham formalmente os ofícios que nós encaminhamos aos Correios. Por outro lado, o que a Urbs tem que fazer, isso sim, é fiscalizar o bom uso dessas gratuidades. E como eu disse aqui, respondendo a Vereadora Noêmia Rocha agora, eu mesmo cancelei, no meu período de gestão, frente à diretoria, mais de quatorze mil gratuidades que nós entendíamos como irregulares e descabidas.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Independente disso, que isso com certeza é atribuição da Urbs, mas não houve, isso que eu gostaria de saber, além dessa iniciativa de solicitar uma outra forma de permuta, enfim, em relação aos Correios, se houve algum estudo em relação à todas as gratuidades. Como tem a questão da polícia militar, como tem outras categorias, têm seus direitos, mas acredito que não é o usuário quem tem que pagar.

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Estudos foram feitos, foram encaminhados, viemos aqui a esta Casa discutir mais uma vez com alguns Vereadores, mas nada prosperou, Vereadora.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Em relação à Administração Municipal, ao Prefeito à época. Qual a atitude do Prefeito em relação a isso?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- O Prefeito não tem nenhuma interferência nisso.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Claro que tem. É uma política pública do Município.

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- mas que política? Por exemplo, a senhora me cite de que forma o Prefeito poderia ter contribuído então?

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Lógico! Primeiro, na questão legal...

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Isso é atribuição da Câmara. O Prefeito tem respeito a esta Casa.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Com licença, essa é uma atribuição do Executivo. O Executivo tem que definir política pública para a cidade. Por que o Prefeito, se entendia que era justo, que determinadas gratuidades fossem revistas, também não trouxe legislações a esta Casa para debater e discutir? Isso é atribuição do Prefeito.

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Não pode.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Claro que sim, me desculpe.

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- É sua opinião. Eu respeito sua opinião mas não concordo.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Tudo bem, eu também não concordo com a sua. Eu acho que é atribuição dos dois, da Câmara e do Executivo. Se nós estamos falando de uma política pública de transporte público, essa é uma atribuição da Prefeitura Municipal de Curitiba. E é por isso que a Prefeitura



Municipal de Curitiba hoje está debatendo a questão da tarifa, da planilha, de uma série de coisas. Então, eu acho que essa é uma atribuição do Executivo. Nesse sentido, eu quero retomar um dos questionamentos (T) que o senhor levantou. O senhor, no momento em que estava na Urbs citou que foram ouvidas diversas entidades em relação ao processo de licitação, citou a instituição, a entidade Utraco. O senhor conhecia essa entidade, sabe quem era o Presidente ou a diretoria que a compunha à época?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Não, eu fui visitado muitas vezes por um cidadão, que não me lembro o nome agora, mas lembro que ele era do bairro do Bigorrião, que representava essa entidade, e que participou várias vezes de reuniões conosco.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- E além de conhecer essa pessoa, provavelmente ele era o Presidente da entidade.

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Ele se intitulava como tal.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Era o Sr. Antunes?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Exatamente!

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Mas para além desse contato pessoal com ele o senhor não conhecia as atividades e os trabalhos desenvolvidos por essa entidade.

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Eu imagino que ele fosse o representante de um corpo de diretores que representassem um resumo da sociedade que servia o transporte naquele momento.

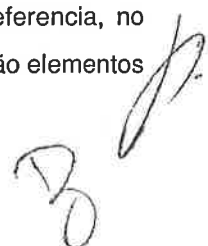
A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Então, o senhor tem conhecimento que essa entidade foi fundada no mês de janeiro, que precedeu a constituição do Conselho Municipal de Transporte que se deu em fevereiro daquele ano?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Não!

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Então, acho que é importante fazermos isso aqui, porque, de fato essa entidade ela não tem uma representatividade e se consultarmos a população serão raríssimas as pessoas que vão dizer que conhecem Utraco e conhecem o trabalho que essa entidade realiza. Outra citação que o senhor fez foi relação ao Sindimoc que, à época, teria também sido ouvido em relação à licitação que teria participado dessa discussão. O senhor afirmou que, à época, que o Sr. Denílson Pires que representava a entidade?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Ele é a diretoria dele.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Acho importante retornarmos que essa entidade, à época, era representada pelo Sr. Denílson Pires e que hoje ele responde a uma série de ações judiciais por conta de irregularidades na sua entidade. Acredito que essas duas entidades, à época, não eram referencia, no sentido de legitimar um edital de licitação, acho que isso tem que ficar muito claro aqui porque são elementos que temos que registrar



O SR. GEOVANE FERNANDES:- Sr. Presidente, fui deselegante com a Vereadora Noemia Rocha quando pedi que o tempo está esgotado, acho que faço o mesmo com a minha amiga Vereadora Professora Josete ao lado, hoje foi aprovado que eram dez mais cinco.

O SR. PRESIDENTE:- Pedimos para que o Sr. Fernando Ghignone responda a última pergunta da Vereadora Professora Josete.

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Ela fez uma colocação, na verdade, só fez uma constatação dizendo que a Utraco era ilegítima e o Sindimoc também. Aliás, ele se refere à figura do seu Presidente, mas eu, só para lembrar que imagino que o Presidente foi eleito pelo colegiado. Mas, além da Utraco, recebi mais de uma vez o nosso ex-vereador, ex-deputado Felinto, também trocando assuntos sobre este assunto, ele que representa uma entidade nacional que cuida do interesse do usuário.

O SR. PRESIDENTE:- Consulto os Srs. Vereadores se desejam fazer reperguntas ao Sr. Fernando Ghignone.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Sr. Presidente, só para nosso controle, retorna com o Sr. Presidente agora, na sequencia o Vereador Bruno Pessuti, Noemia Rocha, Professora Josete, os demais abriram mão.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Sr. Ghignone, poderia me informar (l) se o pagamento da outorga foi efetivamente feito à vista?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Sim, foi feito à vista.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Ok. Era isso.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Eu gostaria de duas informações, Sr. Fernando. Uma delas, eu achei interessante o seu posicionamento em relação a diminuição da gratuidade. Além dessa diminuição, houve alguma outra ação no seu tempo de gestão que favorecesse a diminuição de custos aos usuário?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Sim, acho importante recordar que a primeira atitude do Prefeito à época foi fazer a revisão dos parâmetros do contrato e que causou até uma grande indignação nas empresas, porque o custo foi reduzido e a senhora deve estar recordando que naquela época a tarifa também foi reduzida. Então, começou-se a rediscutir naquele momento alguns parâmetros que a Urbs entendia que estavam superestimados. Essa foi a primeira atitude. Outra questão, que durante todo o período levamos muito em consideração, foi a questão da tipificação da frota, porque, como mesmo a senhora falou agora há pouco, a questão da evolução de todos os processos, é procurando trazer ônibus mais modernos mas que fossem também mais econômicos, mais confortáveis e menos poluentes. Então, são atitudes que impactam diretamente na perspectiva de redução. Uma outra questão foi o exercício firme da fiscalização. Ou seja, com as multas na medida em que os parâmetros determinados por lei não fossem cumpridos, e aqueles do regulamento da Urbs na relação com as empresa e seus funcionários foi a questão da fiscalização firme na bilhetagem. Agora há pouco, não me lembro quem, acho que foi a senhora mesmo que falou, na questão de evasão de 5% que sempre foi uma preocupação. Nós reforçando substancialmente a fiscalização nas estações tubo, nas cobranças, nas possibilidades de fraude e a senhora sabe e bem citou



elas são possíveis, existem formas de combate mas são sofisticadas e são formas eletrônicas do combate com catracas diferenciadas, com filmagem do ambiente onde se processa a troca do dinheiro, mas tem coisas que podem ser feitas. Por exemplo, nós precisamos avançar rapidamente acho que em Curitiba para que todos sejam portadores do cartão transporte, porque este cartão tiraria o dinheiro de circulação e evitaria mais a fraude. Então, esse é um passo que pode ser dado. Agora mesmo estamos discutindo, vocês estão discutindo, eu já estou fora desse processo, a questão da dupla função naqueles ônibus que tem como cobrador o próprio motorista. Acho que precisamos ser rigorosos nisso. Para que ter a dupla função se pode determinar que aquele ônibus só pode ser utilizado por quem tem o cartão transporte? Dai ele bate colocando no validador. O motorista não vai colocar em risco a segurança de ninguém, o passageiro vai entrar rapidamente no ônibus. Então, são questões, porque a dupla função vai onerar mais o sistema. Ela pode ser desnecessária na medida em que diga: micro-ônibus só entra quem tem cartão transporte. Para fazer o cartão transporte é grátis, ou seja, basta ter boa vontade. Ou seja, todos nós. É a mesma coisa que se quiséssemos em um metrô, em um país estrangeiro, querer passar uma cédula de dinheiro para aquela catraca que só recebe bilhete eletrônico. Então, é uma marcha ré. Precisamos olhar para frente e isso pode ser feito. Aí é vontade pública mesmo.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- A diminuição dos lucros das empresas seria também?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Eu sou incompetente para discutir, eu não conheço contabilidade das empresas. Agora pelo o que eu ouço e leio elas vivem um momento crítico na sua vida. A gente tem ouvido falar que elas chegaram no fundo do poço. Eu não sei afirmar, porque eu não tenho acesso à contabilidade de ninguém.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Sr. Fernando, não sei se foi na sua gestão, mas um congelamento do então Prefeito Beto Richa das passagens, que hoje traz um impacto na tarifa. O senhor concordaria com isso?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Agora, eu não vejo por que, Vereadora. Porque veja, houve um primeiro momento da gestão do ex-Prefeito que mesmo congeladas as tarifas nunca foi necessário o subsídio. Então, eu acho razoável e justo que o processo de revisão tarifário seja permanente, senão ele não contemplara o sistema. Nem a administração da Urbs terá recursos suficientes para bem gerir o sistema e nem tampouco as empresas (P) terão recursos financeiros para fazer a reposição de frota, manutenção adequada, cumprir os salários acordados com a classe trabalhadora.

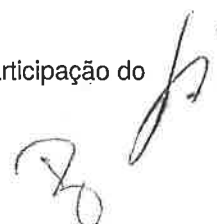
A SRA. NOEMIA ROCHA:- Mas essa ação gerou um processo jurídico para o Município?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Não sei Vereadora, eu desconheço.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Como é que o senhor deixou, mesmo não sendo financeiro mas gerente, o senhor tinha acesso ao setor financeiro da Urbs na época?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Não.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- O senhor tinha participação ou a Urbs, enquanto Diretor, participação do



ICI e da Dataprom também? Participação de fiscalização, de acompanhamento?

O SR. FERNANDO GHINONE:- Não. O que nós tínhamos era a relação com o ICI. Como eu disse anteriormente, fizemos uma encomenda de itens que deveriam compor o software, que a Urbs estaria adquirindo. É evidente que participei de várias discussões, formatando aquele modelo que queríamos. Isso sim eu participei.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- E a fiscalização e o acompanhamento?

O SR. FERNANDO GHINONE:- A fiscalização do contrato eu nunca fiz.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Não foi feita pela Urbs?

O SR. FERNANDO GHINONE:- Pela Urbs sim, estou dizendo que pela minha assessoria não.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Não cabia a sua diretoria?

O SR. FERNANDO GHINONE:- Foi contratado na época, se não me falha a memória, pela Diretoria Financeira.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Pela Diretoria Financeira sem a participação do Diretor?

O SR. FERNANDO GHINONE:- Imagino que todos participam. Numa empresa como a Urbs é comum todo mundo participar de todas as decisões, quase. Agora dentro das atribuições de cada profissional que compõe o corpo diretivo, o acompanhamento contratual normalmente é feito especificamente para uma determinada área. No caso eu me lembro que o acompanhamento do contrato era feito pela área financeira.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Mas você tinha ciência da contratação da Dataprom?

O SR. FERNANDO GHINONE:- Depois sim, é evidente que sim, mas foi uma escolha do ICI.

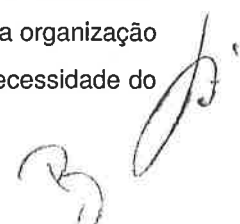
A SRA. NOEMIA ROCHA:- Foi falado aqui sobre o código fonte, "a priori" foi colocado no contrato, inclusive em valores, e depois foi retirado. Ontem o Marcos Isfer falou sobre isso. O senhor tem conhecimento?

O SR. FERNANDO GHINONE:- Não me lembro, Vereadora. Desse detalhe específico eu não me lembro.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Muito obrigada, Sr. Fernando.

O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra a Vereadora Professora Josete.

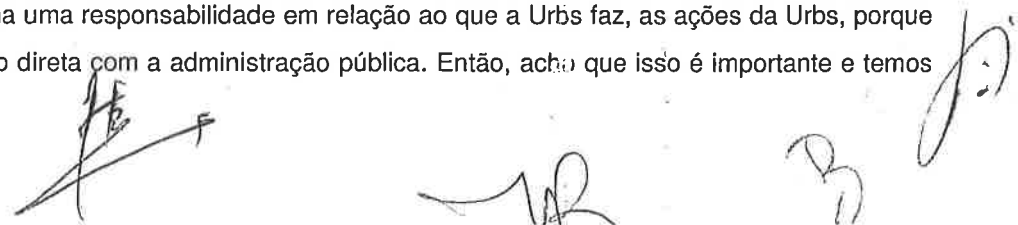
A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Retomando um pouco a história, acho que é importante destacarmos que tivemos o trâmite e eu era Vereadora à época da proposta de lei que alterou a organização do sistema e que abriu a possibilidade, obviamente que ela já existia, mas que oficializou a necessidade do



procedimento licitatório para o sistema de transporte coletivo do Município de Curitiba. Acho que é importante destacar que houve uma primeira proposta e depois, na sequência, foi apresentado um Substitutivo. A primeira proposta obviamente a Urbs fez um estudo e com certeza deve ter sido debatida com o Prefeito e depois apresentado o Substitutivo pelo então Vereador Jair César. O senhor acompanhou essas alterações? Como é que se deu? A Urbs foi ouvida na apresentação do Substitutivo?

O SR. FERNANDO GHINONE:- Eu participei sim da primeira versão. Até tenho aqui a Ata, que acho importante destacar, da forma como vocês conduziram nesta Casa. Diga-se de passagem com muita coerência por parte da bancada oposicionista naquele momento. Até citei há pouco que tenho uma frase aqui que está na Ata da 3ª Sessão Extraordinária, do 2º Período Legislativo, da 3ª Sessão realizada no dia 12 de dezembro, onde a senhora se manifestou contrária ao Substitutivo Geral e o Vereador Jorge Bernardi, que preside esta Comissão diz aqui textualmente: "...destacando a determinação e coragem do Prefeito em relação a questão do transporte coletivo e registrou seu voto contrário ao Substitutivo Geral e o seu posicionamento favorável ao Projeto de Lei". A senhora deve recordar também (A) que a forma como o prefeito conduziu depois, ele fez vetos que foram derrubados nesta Casa, mas prevaleceu a vontade da Casa de Leis.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Há época aconteceu, mas inclusive é importante relatar para que todos os Vereadores conheçam a história, houve apresentação de emendas, diversas delas apresentadas pela Oposição, a maior parte delas foi rejeitada, se não me engano duas ou três há época aprovadas que foram de iniciativas da Oposição, e do primeiro para o segundo turno, às 23h., foram apresentadas mais algumas emendas. E, como diriam alguns Vereadores, na calada da noite. E essas emendas foram aprovadas no segundo dia de votação, inclusive, teve uma Sessão Extraordinária porque uma vez que temos emendas apresentadas no segundo turno é preciso uma nova Sessão para que essas emendas que tem que ter um terço da assinatura dos Vereadores sejam referendadas em uma outra Sessão. Então, tivemos uma Sessão Extraordinária, se não me engano foi num sábado, para que houvesse a aprovação dessas emendas. Então, acho que é importante dizer que as coisas não são lineares, que as pessoas se posicionam e que as pessoas tem uma postura, tem um registro daquilo. Felizmente temos o registro disso, como foi lido pelo senhor neste momento. Como o senhor disse houve o veto do Prefeito a alguns artigos e em outros momentos houve também a manutenção do veto e outras alterações, houve a derrubada do veto. Mas a maioria daquilo que foi apontado pelo município foi mantido. É importante registrar, houve uma grande movimentação dos empresários do transporte coletivo há época que levaram a algumas questões na lei e que garantiram algumas possibilidades maiores para as empresas de transporte coletivo. Um dos aspectos que gostaria de retomar aqui em relação a essa questão da lei aprovada e que tivemos a oportunidade de levantar ontem, dizia respeito ao que foi apontado como alteração no edital a partir de todos o procedimento licitatório. Essa pergunta deixou para uma outra oportunidade, para alguém que vier da Urbs repor ou se for o caso retomar, porque não localizei essa anotação agora. Para finalizar, gostaria de reafirmar que eu acredito que a administração municipal tem de fato um compromisso e tem uma responsabilidade. E que a Urbs é uma empresa de economia mista e a maior parte do controle das ações (C) é do município de Curitiba. Por isso eu acredito que a Prefeitura de Curitiba tem toda a responsabilidade e o prefeito, seja qual for, de que gestão for, tenha uma responsabilidade em relação ao que a Urbs faz, as ações da Urbs, porque obviamente há uma ligação direta com a administração pública. Então, acho que isso é importante e temos



que reafirmar até para que possamos ao final e ao cabo apontar algumas coisas, para que de fato tenhamos a condição de levar alterações que melhorem a operação do sistema, que tragam a transparência cada vez maior também à Urbs e que possam levar a uma reavaliação tanto do procedimento licitatório como da confecção da própria planilha, que eu acho que tem muitas coisas ali a serem revistas no sentido de garantir uma tarifa mais baixa para os usuários do sistema de transporte coletivo de Curitiba. Seria isso. Obrigada.

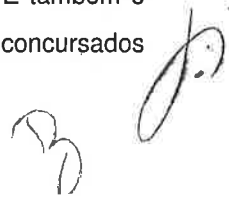
O SR. PRESIDENTE:- O senhor vai fazer algum comentário, Sr. Fernando?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Só queria dizer que tudo foi feito, Presidente Jorge Bernardi, dentro do maior respeito a esta Casa de Leis. Todo procedimento, até quando a Professora Josete se refere aquele dia da votação, no qual estive presente e também constatei aquela movimentação atípica procurando pressionar os Vereadores para que as coisas fossem feitas ao modo não apresentado pela Prefeitura, mas também, por outro lado, Vereador, dizer que mesmo nas opiniões da bancada de oposição naquele momento que fizeram proposições que foram derrotadas em plenário, pincei uma sua aqui, Vereador Bernardi, que dizia respeito a remuneração do sistema, onde o senhor desaconselha o pagamento às empresas por quilômetro rodado. E a Urbs, mesmo tendo a sua emenda sido derrubada na Casa, levou em consideração no edital de licitação. E nós transformamos aquela forma de remuneração de quilômetro rodado e fizemos uma relação quilômetro rodado versus passageiros pagantes, o que fez também que tivéssemos uma economicidade e até uma marcha para uma tarifa mais justa.

O SR. PRESIDENTE:- Agradeço essas lembranças de V.Exa.. Agora chegou o meu momento de fazer as perguntas. O senhor tem falado aqui nesta CPI que a licitação foi perfeita, que não houve nenhum problema. Agora, gostaria de perguntar ao senhor por que a tarifa precisou ser subsidiada em 2012 e 2013? O senhor tem uma resposta para essa situação?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Sim, acho que é uma conta matemática. Tem-se dois tipos de tarifa. Uma tarifa técnica, que é aquela que é auferida por todo o processo de custos do sistema, e uma tarifa decretada. Eu digo que a tarifa técnica é aquela que, em tese, poderia manter o sistema sempre em pé e autossuficiente. E a tarifa decretada é aquela que o administrador público decreta na expectativa de proteger o bolso do cidadão. Então, é evidente que na medida em que a tarifa técnica se diferencia muito da tarifa decretada, tem o problema da diferença de fluxo de caixa. Agora, o que precisamos fazer neste momento, Vereador? Vou voltar a insistir. Estamos ainda discutindo muito no campo das suposições. E quando se discute a questão de quem deve subsidiar quem, não temos elementos concretos para apontarmos de que forma isso deve ser feito e qual é o custo real da tarifa urbana e da metropolitana. E isso só estará dirimido no momento em que tivermos concluído o que já foi combinado entre Comec e Urbs, uma pesquisa de origem/destino. Sugiro inclusive que esta Casa, com o respeito e a credibilidade que tem, pressione esses órgãos (V) para quem marchem céleres para chegarem a essa conclusão. Agora, para que se tenha permanentemente um sistema autossuficiente, ele não se dará de outra forma que não da realidade tarifária.

O SR. PRESIDENTE:- O senhor refutou veementemente o relatório da Comissão de Auditoria da Urbs que teve a participação da Universidade Federal do Paraná, a participação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e também do Instituto de Engenharia do Paraná entre outras entidades. E também o senhor refutou veementemente o parecer do Tribunal de Contas composto por seis técnicos concursados



daquela instituição, dizendo que o edital não foi dirigido, que o edital não foi fraudado, não foi uma farsa. Eu gostaria de perguntar ao senhor quantos consórcios participaram da licitação em cada um dos três lotes em que havia o processo licitatório?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Quantos consórcios ou quantos números de empresas?

O SR. PRESIDENTE :- Quantos consórcios?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Consórcios foram três. Três lotes. Em cada um dos três lotes diversas empresas participaram.

O SR. PRESIDENTE:- Não, não, consórcios.

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Nenhum consórcio dentro do mesmo lote. O lote é o consórcio.

O SR. PRESIDENTE:- Mas só teve um participante em cada lote?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Não, tiveram várias empresas que compuseram um consórcio.

O SR. PRESIDENTE:- Certo. Mas então, em cada lote quantos consórcios disputaram aquele lote?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Um.

O SR. PRESIDENTE:- Um? Muito obrigado. O senhor poderia nos informar quanto foi o desconto que cada um dos consórcios deu para a tarifa desses lotes. O percentual de desconto em relação à tarifa estabelecida como parâmetro, pela Urbs?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- O número exato eu não lembro, mas sei que foi um número bastante baixo do desconto.

O SR. PRESIDENTE:- Pequeno o senhor quer dizer?

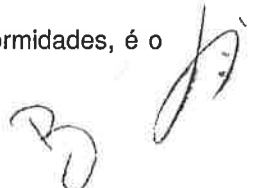
O SR. FERNANDO GHIGNONE:- É, pequeno.

O SR. PRESIDENTE:-Mínimo, insignificante poderíamos dizer?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Talvez justo, não sei, dependendo do ponto de vista. Fixamos um valor, o valor que entendíamos ser o valor que custava o sistema.

O SR. PRESIDENTE:- O senhor disse que a Comissão de Licitação obedeceu todos os aspectos formais exigidos para uma licitação. O Artigo 38, Parágrafo 1º da lei das Licitações diz que as minutas, ou seja, aquelas que serão publicadas, deverão ser aprovadas previamente pelo departamento jurídico do órgão que faz a licitação. Essa minuta tenho ela em mãos aqui, e o parecer do Dr. Gravetes que apontou algumas irregularidades, elas foram sanadas antes da publicação do edital?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Na verdade não são irregularidades, são inconformidades, é o



termo que usamos. Até tenho aqui o texto. O que ele fala é que sejam sanadas as inconformidades. As inconformidades é que elas diziam respeito a uma manifestação técnica de alguns procedimentos, e aqui devo ter.. ele cria várias observações. A Diretoria de Transporte deve apresentar justificativa amparada no estudo empreendido no que diz respeito ao caráter competitivo, na operação do sistema, na bilhetagem e por aí vai. A diretoria entendeu que, ao fazer aqueles ajustes que já foram mencionados aqui, o parecer técnico (E) estava entendido, e temos tanta convicção que foi atendido, na medida em que quando houve a impetração da ação pública contra o edital, quem fez a defesa da empresa foi o próprio Dr. Rodrigo.

O SR. PRESIDENTE:- Então, Dr. Fernando Ghignone, estou aqui com o dicionário da Internet, e o sinônimo de inconformidade é errado, distorcido, heterodoxia, algo fora do padrão, não conforme, posto conforme. Então, quero fazer uma outra pergunta para o senhor também: estou aqui com a lei de improbidade administrativa, comentada por um dos juristas deste País, chamado Paulo Mascarenhas. No Art. 10º dessa lei, Inciso 8º, diz: (Lê). Aqui tem um comentário de Eli Lopes Meireles, que foi um dos grandes municipalistas, do direito municipal brasileiro, e também do direito administrativo, que diz: (Lê). O fato de não ter esse parecer, na sua opinião, houve uma inconformidade, um erro por parte da Urbs ou não?

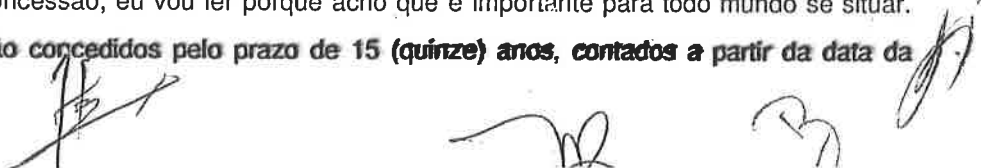
O SR. FERNANDO GHIÑONE:- Vereador, eu vou cansar os presentes, mas vou ler novamente o acórdão da eminente desembargadora. (Lê acórdão). Então, vou insistir nisso porque aquele edital foi certado de todos os cuidados legais, feito por gente inatacável, por um corpo técnico altamente qualificado e por gestores públicos que ao longo da sua vida pública tem sua imagem e moral imaculada.

O SR. PRESIDENTE:- O senhor está ao lado de um dos maiores e mais conceituados advogados aqui desta Cidade, Dr. Arns, e ele pode, digamos assim, informar-lhe de que essa decisão que ainda está em caráter provisório, porque deverá ter um recurso ao Superior Tribunal de Justiça, não tratou do mérito do processo que foi interposto da ação popular, foi uma decisão (M) e foi baseada nos elementos que tinham nos autos. E agora, com a investigação desta CPI, a investigação do Ministério Público e a investigação da comissão de auditoria da Urbs, eu acredito que ela possa ser inclusive revertida em nível de Tribunal Superior. Mas eu quero, só para concluir, fazer uma última pergunta a Vossa Senhoria. Ontem, o Sr. Marcos Isfer afirmou, e está estampado nos jornais, que o prefeito de então tinha conhecimento do conteúdo do edital. Não ficou bem esclarecido aqui por parte de Vossa Senhoria se o prefeito tinha total conhecimento do conteúdo do edital que foi publicado no dia 29 de dezembro, como lembra o Pastor Valdemir, aos quarenta e sete do segundo tempo. Só gostaria que o senhor respondesse essa última pergunta, fazendo um favor.

O SR. FERNANDO GHIÑONE:- O que os jornais disseram não foi o que o presidente Isfer disse. É evidente que o administrador público tem conhecimento do embasamento que vai inspirar o edital, agora, em detalhes, com certeza não tinha conhecimento.

O SR. PRESIDENTE:- Agradeço a Vossa Senhoria e, como a Vereadora Josete achou a pergunta dela, então ela será a última a questioná-lo. Muito obrigado.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Desculpe, Sr. Presidente, mas é muito papel, às vezes fica difícil. É em relação ao contrato, Sr. Ghignone. Na minuta que foi publicada e que se tornou o edital de licitação, no item 3, que é o prazo de concessão, eu vou ler porque acho que é importante para todo mundo se situar. (Lê) "3.1: Os serviços serão concedidos pelo prazo de 15 (quinze) anos, contados a partir da data da



assinatura dos respectivos contratos, nos termos do art. 14 da Lei Municipal nº 12.597/2008. 3.2: Excepcionalmente, os prazos da concessão poderão ser prorrogados para até 25 (vinte e cinco) anos, contados da assinatura do contrato, mediante prévia justificativa da Concedente e somente nos casos de elevados investimentos em bens reversíveis," essa parte eu acho que é fundamental, "decorrentes de fato superveniente, não sendo considerado para esse fim investimento na renovação e ampliação de frota. 3.2.1: Consideram-se elevados investimentos, para fins do disposto no item 3.2, aqueles cujo valor nominal seja superior a R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) por lote." Essa era a primeira minuta. Na minuta que se transformou no edital e à qual, nós reforçamos, não houve um segundo parecer, a redação do 3.2.1 mudou para o seguinte: "Consideram-se elevados investimentos, para fins do disposto no item 3.2, aqueles cujo valor nominal seja superior ao valor atualizado da outorga." Então, vejam, o que inicialmente considerava elevados investimentos para garantir que excepcionalmente os prazos de concessão pudessem ser estendidos por até vinte e cinco anos e que era superior ao valor atualizado da outorga, mudou para os quarenta milhões. Então, eu gostaria de saber por que houve essa alteração no edital:

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Eu me lembro que foram tomados alguns parâmetros, até tem mais um outro ingrediente, que chegou num momento a ser discutido um percentual sobre o valor; e nós entendemos por bem fixar um valor, até para não motivar discussões do que esses percentuais seriam incididos sobre que bases. Então, na medida em que se fixava um valor exato, nós tínhamos uma base de discussão muito mais sólida para defender a empresa.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Mas, nesse aspecto, o valor de outorga (L), foi de duzentos e cinquenta e dois milhões. Correto?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- O valor total sim. Mas aí diz respeito a cada lote, Vereadora. No caso de quarenta milhões a fixação é para cada lote.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Mas, independente disso, não sera mais pertinente, óbvio que duzentos e cinquenta e dois, cada lote tinha uma pequena variação, mas era próximo, o valor seria ali na faixa de oitenta, noventa milhões, enfim, porque a definição do valor de quarenta milhões e porque não um valor aproximado da outorga com um índice que tivesse uma razoabilidade e que é colocado no mercado?

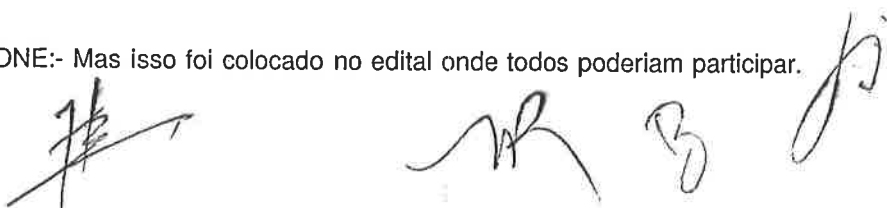
O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Porque a diretoria entendeu que esse era o valor que deveria ser fixado.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- O senhor não acha que esse é um aspecto que facilita para que as empresas que foram vencedoras do pleito continuem a operar por mais tempo no sistema?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Não, não acho.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Mesmo com uma exigência assim de praticamente metade, isso sem considerar correção nesse período de quinze anos? O senhor acha que isso não facilita e não garante que essas empresas, ao fim e ao cabo, possam estar renovando por mais dez anos a concessão?

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Mas isso foi colocado no edital onde todos poderiam participar.



Então, firmamos que entendemos ter sido esse o melhor caminho.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Sim, o edital todos podem participar, mas a empresa que ganha o pleito assume por quinze anos e, na verdade, depois ela pode, nessa dinâmica, ter a renovação dessa concessão por mais dez anos.

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Desde que faça esses investimentos. E nós entendemos que esses eram os valores razoáveis. Quanto aos seus argumentos, eu não vou discutir, porque a senhora tem sua opinião e a diretoria teve a sua naquela época.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Eu só gostaria de fazer mais um registro, que o senhor Luz Antunes, que era o então Presidente da Ultraco, também no período foi nomeado num cargo em comissão na Secretaria de Governo da Prefeitura Municipal de Curitiba. Eu acho que esse é um registro importante para que todos saibam. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE:- Os Srs. Vereadores têm mais alguma questão? Eu pergunto ao Sr. Fernando Ghignone se ele pode entregar os documentos que ele trouxe e utilizou nas suas respostas?

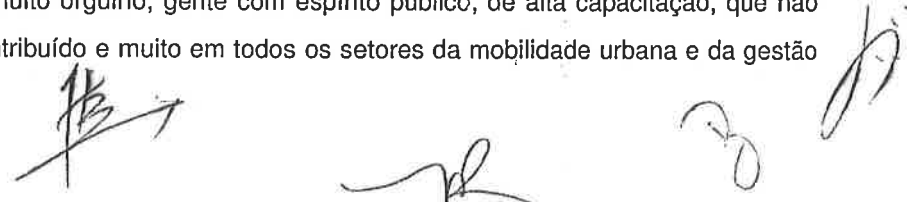
O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Não. São consultas pessoais minhas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:- Então, nós vamos requisitar formalmente através da CPI. Com a palavra o Sr. Marlus Arns.

O SR. MARLUS ARNS:- A cada manifestação do Dr. Fernando Ghignone mencionando documentos, os documentos foram entregues. Então, aquilo a que o senhor se referiu foi cumprido. O que ficou com ele aqui são anotações pessoais da fala dele, mas o que ele mencionou foi entregue. Gostaria de aproveitar a palavra para elogiar e constar em ata essa manifestação. Elogio a Presidência e os Vereadores que compõem esta CPI pelo tratamento adequado a este advogado, o que vem de acordo e em cumprimento ao estatuto da OAB e ao estatuto da advocacia. E dizer aos Srs. Vereadores que isso não é comum, que uma das causas de grande embate nas CPIs é a participação ou não do advogado, gera inclusive prisões, discussões, e que fui desde o primeiro momento muito bem recebido pela Casa, que permitiu o assento à Mesa, inclusive, a manifestação ontem. Então, faço aqui essa manifestação em nome não só deste advogado, mas da própria representação da classe dos advogados um elogio a essa presidência e Vereadores pelo excelente comportamento e cumprimento da lei do estatuto da advocacia. Muito obrigado.


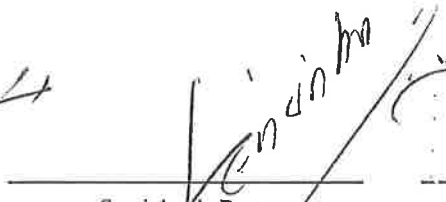
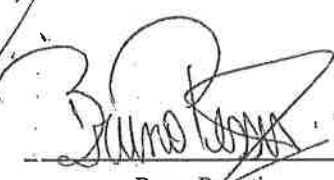




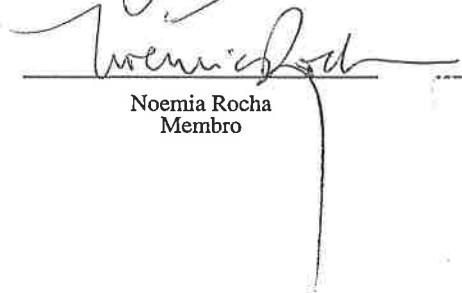
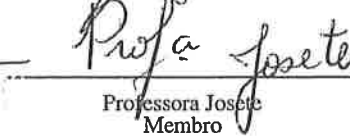
O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos o Dr. Arns e perguntamos aos Sr. Fernando Ghignone se ele tem alguma consideração a fazer.

O SR. FERNANDO GHIGNONE:- Sim, Sr. Presidente, tenho sim. Eu tenho que agradecer à Casa pela oportunidade (T) de estar aqui esclarecendo fatos polêmicos, que pretendemos colocar às claras e não poderia deixar de dizer da satisfação que tive em fazer parte da diretoria da Urbs, num primeiro momento com o presidente Paulo Schmidt e depois Marcos Isfer mas, acima de tudo, com um corpo técnico que o Município de Curitiba tem que ter muito orgulho, gente com espírito público, de alta capacitação, que não fizeram só esse edital, eles têm contribuído e muito em todos os setores da mobilidade urbana e da gestão



do equipamento público. E os meus cumprimentos à Casa, dizendo que ao final dessa fala mantenho acesa a chama que Vs.Exas. mantenham uma comissão permanente de estudo da mobilidade urbana, onde o transporte público sobre rodas de Curitiba, exemplo ainda para o Brasil e fico triste quando vejo veículos de comunicação social dando um caráter pejorativo. Gostaria de convidar essas pessoas que assim fazem, que fossem presenciar o que acontece no Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Brasília que são cidades praticamente do mesmo porte, a qualidade dos ônibus, da operação, os congestionamentos. Apesar de tudo que temos aqui e entendemos que possamos melhorar nós ainda somos exemplo para o Brasil e se somos exemplos, devemos àqueles arquitetos, engenheiros de trânsito e, acima de tudo, o corpo técnico da Urbs que construíram esse modelo que é um orgulho para todos nós. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos a todas as pessoas que participaram desta CPI do Transporte Coletivo, queremos agradecer o Dr. Ailton Rack, que representa Associação Comercial e as demais entidades. Quero também agradecer ao Luis Arlan, que representa o Conselho das Cidades e quero informar ao Dr. Ghignone e ao Dr. Arns, que constituímos, aprovamos e já consta do Regimento Interno desta Casa uma iniciativa do Vereador Zé Maria com emenda deste Vereador a Comissão de Acessibilidade e Mobilidade Urbana e Plano Diretor, que vai tratar desses assuntos de mobilidade e o plano diretor. Agradeço as considerações do Dr. Arns a esta CPI, a contribuição do Sr. Fernando Ghignone. Está encerrada esta reunião.

 _____ Jorge Bernardi Presidente	 _____ Serginho do Posto Vice-presidente	 _____ Bruno Pessuti Relator(a)
 _____ Valdemir Soares Vice-relator(a)	 _____ Chicarelli Membro	 _____ Chico do Uberaba Membro
 _____ Geovane Fernandes Membro	 _____ Noemia Rocha Membro	 _____ Professora Josete Membro
_____ Tiago Gevert Membro		



Câmara Municipal de Curitiba

NOTIFICAÇÃO DE VEREADORES

CPI Transporte 10ª/2013 de 20/09/2013

Data / Hora da Notificação: 30/09/2013 - 16:01

Resultado da Notificação:

Sucesso:

Sucesso: email enviado para 'Jorge Bernardi'.
Sucesso: email enviado para 'Chicarelli'.
Sucesso: email enviado para 'Chico do Uberaba'.
Sucesso: email enviado para 'Cristiano Santos'.
Sucesso: email enviado para 'Geovane Fernandes'.
Sucesso: email enviado para 'Mauro Ignacio'.
Sucesso: email enviado para 'Noemia Rocha'.
Sucesso: email enviado para 'Paulo Rink'.
Sucesso: email enviado para 'Professora Josete'.
Sucesso: email enviado para 'Tiago Gevert'.
Sucesso: email enviado para 'Bruno Pessuti'.
Sucesso: email enviado para 'Serginho do Posto'.
Sucesso: email enviado para 'Valdemir Soares'.



Câmara Municipal de Curitiba

ATAS DAS REUNIÕES

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO
ORDINÁRIA DA COMISSÃO
PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO
TRANSPORTE COLETIVO DE CURITIBA

Ata da 13ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo, realizada no dia dez de outubro de dois mil e treze, às nove horas, sob a presidência do Vereador Jorge Bernardi, Presidente.- Foi declarada aberta a reunião, com a presença dos Vereadores integrantes da Comissão: Jorge Bernardi, Bruno Pessuti, Serginho do Posto, Valdemir Soares, Geovane Fernandes, Professora Josete, Paulo Rink, Mauro Ignacio, Cristiano Santos, Tiago Gevert, Chicarelli e Noemia Rocha.- O Senhor Presidente convidou a Senhora Cássia Ricardo de Aragão, funcionária da Urbs, e seu advogado, Edson Vieira Abdala, para fazerem parte da Mesa.- A seguir, registrou que nesta Reunião será ouvida, na condição de testemunha, a Senhora Cássia Ricardo de Aragão, tomando-lhe o juramento, nos termos do Artigo 203 do Código de Processo Penal.- Com a palavra, a Senhora Cássia Ricardo Aragão cumprimentou os presentes e mencionou que é funcionária da Urbs desde 1984, exercendo diversas funções; informou ainda que presidiu a Comissão Permanente de Licitação do Transporte Coletivo e participou como membro da Comissão Especial de Licitação do Transporte Coletivo; finalizou, colocando-se à disposição para responder todos os questionamentos relacionados ao assunto. Foi arguida pelos Vereadores: Jorge Bernardi, Bruno Pessuti, Serginho do Posto, Valdemir Soares, Tiago Gevert, Cristiano Santos, Noemia Rocha, Professora Josete, Chicarelli, Geovane Fernandes e Mauro Ignacio.- Com a palavra, o Pastor Valdemir Soares solicitou ao Presidente da CPI ação criminal contra a Senhora Cássia Ricardo Aragão, pela publicação de comentário injurioso em sua página do Facebook.- O Senhor Relator procedeu a leitura dos Requerimentos: nº410.00094.2013, de diversos Vereadores e nº410.00095.2013, da Vereadora Professora Josete.- Em votação, foram aprovados.- A seguir, o Pastor Valdemir Soares procedeu a leitura de Notícia-Crime contra os Senhores Marcos Valente Isfer, ex-presidente da Urbs, e Fernando Ghignone, ex-diretor de Transporte da Urbs.- O Senhor Presidente manifestou seu repúdio a qualquer tipo de ameaça aos trabalhos da CPI, e defendeu a necessidade de se preservar o papel fiscalizador desta Casa; a seguir, justificou a ausência do Vereador Chico do Jberaba.- Foi suspensa a Reunião.- Reaberta a Reunião.- O Senhor Presidente colocou em votação as Atas da 10ª e 11ª Reunião e da 9ª Reunião Extraordinária desta CPI, que já foram disponibilizadas por meio eletrônico aos Vereadores, as quais foram aprovadas.- Foi suspensa a Reunião.- Reaberta a Reunião.- O Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Edson Vieira Abdala, Advogado da Senhora Cássia Ricardo de Aragão, que

agradeceu a qualidade dos trabalhos da CPI e as perguntas bem elaboradas, que proporcionaram à sua cliente a oportunidade de fazer os esclarecimentos devidos.- Nas considerações finais, a Senhora Cássia Ricardo de Aragão agradeceu os questionamentos, retratando-se pelas suas colocações publicadas na rede social.- O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a Reunião, convocando outra, Administrativa, para segunda-feira, dia quatorze de outubro, após a Sessão Plenária.- Do que para constar, nós, Erminia Claudino, Regina Ayres, Rosimeri M. Baglioli e Soeli R. Biesczad, Redadoras, lavramos a presente Ata, que depois de lida, será assinada pelos Vereadores integrantes da Comissão.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS:


(1) ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO TRANSPORTE COLETIVO DE CURITIBA, CONVOCADA PARA APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO TRANSPORTE COLETIVO DE CURITIBA, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2013, SOB A PRESIDÊNCIA DO VEREADOR JORGE BERNARDI, PRESIDENTE.

Às 9h20min, inicia-se a reunião, com a presença dos Vereadores: Jorge Bernardi; Bruno Pessuti; Serginho do Posto; Paulo Rink; Professora Josete; Chicarelli; Cristiano Santos; Mauro Ignacio; Noemia Rocha; Tiago Gevert; Chicarelli; Valdemir Soares; Chico do Uberaba, e com ausência não justificada do Vereador Geovane Fernandes.

O SR. PRESIDENTE:- Invocando as bênçãos e a proteção de Deus para declararmos aberta a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o transporte coletivo de Curitiba. Eu passo a palavra ao Sr. Relator, Vereador Bruno Pessuti, para que faça a leitura das autoridades que estão presentes nesta reunião.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Registramos a presença do Sr. Mauro Sérgio Langowski - Central do Movimento Populares, e da Sra. Cassia Aragão - Ex-Presidente da Comissão de Licitação da Urbs, e do Sr. Edson Vieira Abdala - advogado da Sra. Cassia Aragão.

O SR. PRESIDENTE:- Vamos começar a ouvir o depoimento da Sra. Cássia Aragão que era Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Urbs. Queremos agradecer também a presença do Dr. Edson Vieira Abdala, seu advogado. Dra. Cassia Aragão, a será ouvida na



condição de testemunha e segundo o Artigo 213, do Código de Processo Penal, que lerei agora para a senhora, diz o seguinte: (Lê: Artigo 213, do Código de Processo Penal). Pergunta, Sra. Cássia, a senhora jura dizer a verdade, somente a verdade e nada mais que a verdade?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Juro.

O SR. PRESIDENTE:- Quero lembrá-la que a partir desse momento V.Sa. está sob juramento e se faltar com a verdade poderá responder pelo crime de falso testemunho. Concedo a palavra à senhora, por alguns instantes, para que a senhora possa fazer as suas colocações iniciais, ou sua saudação, enfim, o que a senhora desejar falar a respeito do processo licitatório do transporte coletivo de Curitiba.

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Bom dia a todos. Meu nome é Cássia Ricardo de Aragão, sou funcionária da Urbs desde 1º de outubro de 1984, esse ano completei vinte e nove anos de empresa, trabalhei na empresa em diversas funções, na função de Secretária, auxiliar administrativo, assistente administrativo, profissional de nível superior, atualmente exerço a função de agente profissional, trabalhei na área de licitações no período de 2009 a 2013, presidi a Comissão Permanente de Licitação da Urbs, trabalhei como Pregoeira também e na Comissão Especial de Licitação do Transporte Coletivo eu atuei como membro da Comissão. Estou aqui na Câmara Municipal, agradeço a oportunidade aos Vereadores de estar aqui e poder esclarecer, trazer o meu conhecimento e aquilo que possa colaborar para os esclarecimentos referentes a esta CPI do Transporte Coletivo. Estou à disposição para responder toda e qualquer questionamento com relação aos procedimentos da licitação e outras informações que sejam de meu conhecimento. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE:- Consulto ao nosso relator se ele deseja iniciar as perguntas? Obrigado. Dra. Cássia, agora vamos iniciar as perguntas. A senhora disse que é funcionária da Urbs desde 1984. Confere?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Sim.

O SR. PRESIDENTE:- A sua formação profissional qual é?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Sou formado em contabilidade, Bacharel em Ciências Contábeis.

O SR. PRESIDENTE:- A senhora, para ocupar este cargo de Presidente da Comissão Permanente de Licitação certamente a senhora fez cursos, pós graduações ou cursos (u) na área de licitações?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Sim confere.

O SR. PRESIDENTE:- Atualmente a senhora está trabalhando em que setor da Urbs?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Atualmente encontro-me à disposição da

Secretaria Extraordinária da Relações com a Comunidade.

O SR. PRESIDENTE:- Isso a partir de quando?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Isso a partir de setembro de 2013.

O SR. PRESIDENTE:- Há poucas semanas. Gostaria de perguntar a senhora se a senhora era autoridade máxima na Urbs na área de licitações no período em que a senhora foi dessa comissão?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Sim, na época em que eu trabalhei na área de licitações, tinha a responsabilidade de todos os procedimentos licitatórios. Mas, nessa licitação eu não era autoridade nem como gestora de licitação, que a autoridade máxima era o Presidente da Empresa.

O SR. PRESIDENTE:- A senhora recebia ordens do Presidente da Urbs ou de uma outra autoridade?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Diretamente do Presidente da Urbs e das diretorias.

O SR. PRESIDENTE:- No período em que houve licitação do transporte coletivo, a senhora estava, já era membro e presidente da Comissão de Licitações?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Na época eu já era presidente da Comissão Permanente de Licitações.

O SR. PRESIDENTE:- Gostaria de saber da senhora, Dona Cássia, a senhora era a gerente de licitações. Seria esse o termo correto?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Correto.

O SR. PRESIDENTE:- Certo, e quais eram as atribuições dessa comissão e principalmente da senhora como gerente?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- As minhas atribuições como gerente sumariamente eram contribuir para que todos os trabalhos fossem feitos da forma mais correta dentro da legalidade, eu tinha que coordenar a equipe que estava sob meu comando, eu deveria verificar os treinamentos, deveria levar sugestões relativas às atividades permanentes de licitação, elaborar relatórios, representar a empresa dentro da área de licitação quando solicitada pela diretoria e pelo presidente. Sumariamente eram essas as minhas atividades.

O SR. PRESIDENTE:- Quem mais trabalhava nesse setor com a senhora durante o período em que a senhora foi gerente do setor de licitações?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Excelência, éramos em praticamente

quatorze funcionários, à época eu contava com cinco coordenadores e esses coordenadores tinha sob seu comando alguns funcionários.

O SR. PRESIDENTE:- Certo. Os coordenadores pelo menos se a senhora pudesse..

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Que eram os coordenadores à época eram: Sra. Daniele Retundário Sales, da Unidade de Processos; Sr. Odaír José Fernandes, da Unidade de Procedimento Licitatório; o Sr Sílvio Arthur Werber, da Unidade de Compras; a Sra. Ana Manosso, da Unidade de Contratos; Sr. Wanderlei Ramos, da Unidade de Almoxerifado.

O SR. PRESIDENTE:- Era comum nas licitações que a senhora comandava na Urbs, aparecer apenas uma pessoa interessada ou uma empresa participante ou normalmente havia mais participantes nas licitações?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Excelência, aconteciam as duas situações. Eu não posso lhe precisar percentual em quantidade, mas realmente aparecia só uma empresa e, em outras situações, apareciam dezoito, vinte fornecedores. Dependia bastante do objeto que estava sendo licitado.

O SR. PRESIDENTE:- É correto afirmar, Dona Cássia, que a licitação do transporte coletivo, ocorrida no período em que a senhora era gerente da Comissão Permanente de Licitações, foi a mais importante realizada nesse período pela Urbs?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- É correto afirmar, eu diria, que em grau de importância, tivemos só a licitação do radar.

O SR. PRESIDENTE:- A senhora coloca as licitações do radar no mesmo nível da do transporte coletivo?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Em matéria de complexidade de objeto, que é a parte que me compete, sim.

O SR. PRESIDENTE:- Gostaria de saber quem elaborou o edital de licitação do transporte coletivo de Curitiba. Foi a senhora?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- O edital de licitação do transporte coletivo foi elaborado por uma equipe técnica, equipe esta que faz parte do quadro da Urbs até hoje, na grande maioria, e a minha parte na elaboração do edital refere-se a todas as questões procedimentais de licitação.

O SR. PRESIDENTE:- Gostaria de saber se a senhora tomou conhecimento de um parecer que leva o número 100/2009, que foi exarado no dia 18 de dezembro de 2009, e esse parecer determinava que a licitação não poderia prosseguir enquanto não fossem corrigidas aquelas distorções apontadas no parecer. A senhora chegou a tomar conhecimento?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Sim, tomei conhecimento desse parecer. Só gostaria de esclarecer ao senhor que, no meu entendimento, nesse parecer não está descrito que a licitação não poderia prosseguir. Ali só está dito que deveriam ser sanadas algumas inconformidades para que o processo licitatório pudesse prosseguir. Só a título de esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE:- Tenho aqui cópia do parecer, e está dito o seguinte: "Até que sejam sanadas as inconformidades manifestadas no presente parecer, o presente feito NÃO poderá lograr prosseguimento". Então, essas inconformidades foram sanadas?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Não tenho como responder, porque não era a minha área. Pelo que eu entendo e pelo meu conhecimento, essas irregularidades deveriam ter sido sanadas pela área técnica.

O SR. PRESIDENTE:- Certo. Eu gostaria de saber qual foi a participação de cada um dos membros na aprovação do edital que foi publicado em 29 de dezembro de 2009. A senhora participou dessas alterações que foram publicadas nesse edital?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Não, não participei porque as alterações eram de cunho técnico ou jurídico ou financeiro. Não eram de cunho da licitação.

O SR. PRESIDENTE:- É correto dizer que a senhora só tomou conhecimento dessas alterações no dia da publicação do edital?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Sim, é correto.

O SR. PRESIDENTE:- Então, gostaria de saber qual era o papel do Sr. Fernando Guignone nessas alterações.

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- O Sr. Fernando Eugênio Guignone era o presidente da Comissão Especial de Licitação. E eu gostaria de fazer um esclarecimento de que existe uma diferença entre Comissão Permanente de Licitação e Comissão Especial de Licitação. À época eu era Presidente da Comissão Permanente de Licitação, que é a comissão que trata de todas as concorrências, convites, tomadas de preço, enfim, as modalidades citadas na Lei 8666, que não exige uma Comissão Especial de Licitação. No caso da licitação do Transporte Coletivo, devido a sua complexidade, foi instaurada uma Comissão Especial de Licitação. Por essa razão não fui a presidente e quem foi nomeado como presidente dessa comissão foi o Sr. Fernando Eugênio Guignone.

O SR. PRESIDENTE:- Podemos afirmar que foi ele, então, o responsável pelas alterações no edital que foi publicado no dia 29 de dezembro de 2009?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Não. Como eu já disse anteriormente, excelência, quem foram os responsáveis pelas alterações e elaboração do edital foi a equipe técnica da Urbs.

O SR. PRESIDENTE:- E qual foi o papel do Sr. Luiz Fila. Ele está aqui como membro da equipe técnica, ele fazia parte também da Comissão de Licitação. Está aqui como gestor da área de transporte coletivo. Foi ele, então, quem fez as alterações?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- As alterações que eram de sua competência, com certeza ele foi o responsável.

O SR. PRESIDENTE:- Gostaria de perguntar também qual foi o papel do Sr. Celso Bernardo? Ele também era da área de finanças e contabilidade.

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Exatamente. O Sr. Celso Bernardo era o gestor financeiro na época e também participou nas questões de dotação orçamentária e todas as questões financeiras que lhe eram competentes.

O SR. PRESIDENTE:- Eu gostaria de saber também qual foi o papel do Sr. Carlos Eduardo Manica. Ele era da área, aqui consta só como técnico administrativo (A)

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Isso. O Sr. Carlos Eduardo Mânica também fazia parte da área de operação de transporte coletivo e também participou na elaboração do edital nas questões que lhe competiam.

O SR. PRESIDENTE:- O papel do Sr. André Gustavo Reis Fialho?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- O Sr. André Gustavo Reis Fialho estava trabalhando na assessoria à época e também participou na elaboração nas questões que lhe competiam.

O SR. PRESIDENTE:- O papel do Sr. Saulo de Oliveira Miranda?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Também trabalhava na assessoria à época e também participou da elaboração do edital nas questões que lhe competiam.

O SR. PRESIDENTE:- E aqui consta também a Sra. Secretária Ana Lúcia Cameirão. Ela participou também ou só fazia o papel de Secretária?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- A Sra. Ana Lúcia Cameirão somente fazia o papel de secretariar todas as sessões, todas as sessões públicas e as sessões reservadas referentes ao procedimento licitatório.

O SR. PRESIDENTE:- Ela não votava, não participava; ela só secretariava?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Exatamente, ela só secretariava.

O SR. PRESIDENTE:- Certo. Vamos voltar àquela questão relacionada as inconformidades apontadas no relatório 100/2009, no Parecer 100/2009. É correto afirmar que o termo inconformidades ele pode ser tratado como irregularidades, algo que é errado, distorcido,

divergência, falta de comprometimento de requisito obrigatório?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Exa., eu não tenho esse conhecimento para dar essa resposta.

O SR. PRESIDENTE:- Então, gostaria de perguntar o que a senhora entende por uma licitação?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Licitação é um processo para aquisição de bens ou serviços realizado pela administração pública municipal, estadual ou federal para que todos os fornecedores que tenham condições possam participar e oferecer os seus produtos ou serviços e tenham contrato com esta administração pública.

O SR. PRESIDENTE:- A senhora é especialista em licitações, talvez a senhora pudesse nos esclarecer o que é na essência um parecer jurídico, conforme exige o Artigo 38 Parágrafo Único da Lei 8666, que é a lei das licitações. O que a senhora entende por um parecer jurídico? Certamente a senhora já solicitou muitos pareceres jurídicos nas licitações em que presidiu.

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Exa., primeiramente gostaria de esclarecer que não sou especialista em licitação não fiz nenhum curso de pós-graduação me especializando nesse assunto. Fiz sim diversos cursos que me trouxeram bastante conhecimento, o dia a dia e a prática também nos auxiliam bastante e eu não tenho esse conhecimento para dizer exatamente o que é um parecer jurídico. O parecer jurídico traz o embasamento legal necessário para um processo licitatório, mas eu não tenho esse conhecimento para poder descrever o que é um parecer jurídico.

O SR. PRESIDENTE:- Dona Cássia, nas licitações anteriores a senhora certamente solicitava pareceres, isso faz parte da lei, e quando haviam alterações na minuta do edital eram acompanhados esses pareceres, essas minutas quando eram publicadas de novos pareceres do departamento jurídico da Urbs?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Em algumas situações sim em algumas situações não. Quando o jurídico achava que sanadas as irregularidades inconformidades ou seja, a expressão que se use, o feito poderá prosseguir, muitas vezes não havia necessidade do segundo parecer jurídico.

O SR. PRESIDENTE:- Mas quando dizia que o feito não poderia prosseguir enquanto não forem sanadas as irregularidades, a senhora na sua condição de Presidente da Comissão Permanente de Licitação, a senhora solicitava novamente um parecer jurídico, é correta essa afirmação? Quando os pareceres nas minutas dos editais, o parecer jurídico dizia que deveriam ser feitas alterações, correções e essas alterações eram efetuadas, no momento de publicar o edital a senhora solicitava novamente um parecer jurídico. É correta essa afirmação.

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Importante esclarecer que não era a área de licitações, e nem a minha pessoa como gestora que fazia essas solicitações. Na verdade a área de

licitação é meio, e nós fazemos a tramitação de documentos. Então, quando o jurídico, explicitamente solicitava que os autos deveriam voltar para novo parecer, nós atendíamos as solicitações.

O SR. PRESIDENTE:- A senhor apode informar, porque neste caso, a licitação do transporte coletivo não foi não se retornou ao jurídico para receber o parecer na versão final do edital. A senhora tem informações a esse respeito.

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Não tenho informações, porque essa decisão não cabia a mim.

O SR. PRESIDENTE:- Eu gostaria de saber se, a senhora lembra de quem era o Procurador Jurídico, do município na época da licitação do transporte coletivo.

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Não sei lhe informar.

O SR. PRESIDENTE:- A senhora não sabe se ele foi o procurador geral do município, foi chamado, o processo passou pelo conhecimento dele.

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Não.

O SR. PRESIDENTE:- A senhora sabe se houve alguém que interferiu no edital de licitação, que foi contribuiu, relacionado com as empresas do transporte coletivo. Fez reuniões com algum membro da Comissão de licitação, para fazer uma análise de alterações que acabaram ocorrendo no edital que foi publicado.

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Que seja do meu conhecimento, somente a equipe técnica da Urbs, e a diretoria participaram da elaboração desse edital.

O SR. PRESIDENTE:- A senhora fez uma declaração numa rede social, afirmando que a respeito desta CPI, nos seguintes termos: Pizza...Mas quando eu levantar correm. A senhora fez essa afirmação.

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Não é pizza. E a afirmação foi piza. Mas, quando eu levantar correm. E, foi uma situação pessoal, não tem referência a esta CPI.

O SR. PRESIDENTE:- Não tinha nada a dados que a senhora queria informar a nós aqui.

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Não. Como eu já disse, e repito é uma situação pessoal.

O SR. PRESIDENTE:- Eu gostaria de perguntar se tem mais algo a informar sobre as irregularidades apontadas pelas diversas comissões que já analisaram o processo de licitação?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Exa., primeiramente gostaria de esclarecer que não tenho condições de fazer qualquer tipo de julgamento (c) ou análise quanto a questões de

conteúdo ou questões técnicas considerando que a minha participação na licitação do transporte coletivo limitou-se praticamente à parte procedimental. Eu não tenho conhecimento técnico para poder fazer alguma observação quanto a qualquer fato de conteúdo. Uma das questões mais importantes das quais eu participei foi toda a digitalização do transporte coletivo para que pudéssemos dar a maior transparência não só ao edital mas a todo o processo licitatório, todas as documentações que dele fazem parte, para que todas as pessoas com a maior rapidez pudessem ter acesso, atendendo assim a lei de transparência.

O SR. PRESIDENTE:- A senhora, Dona Cássia, como uma pessoa com formação técnica, que participou de dezenas, quem sabe talvez centenas de licitações, não notou algo estranho quando apenas um consórcio em cada um dos grupos ou cada um dos lotes participou? A senhora achou normal que apenas um consórcio participasse em cada um dos lotes?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Excelência, não tenho conhecimento técnico e não conheço esse mercado, logo não posso dizer ao senhor se é estranho ou não é estranho porque eu em nenhum momento saberia dizer ao senhor quantas empresas poderiam ter participado desse processo licitatório.

O SR. PRESIDENTE:- Uma outra pergunta, quando a senhora e os demais membros da comissão de licitação receberam as propostas comerciais das empresas, a senhora não notou nada de estranho, que o desconto feito pelos consórcios era insignificante, era irrisório? A senhora não notou nada nesse sentido? Ou alguém não comentou que, por exemplo, em um dos consórcios, o consórcio Pioneiro, o desconto oferecido na tarifa foi de quatrocentos e trinta e dois milésimos de centavo? Ou seja, menos de meio centavo. A senhora não notou que era algo estranho, um desconto tão insignificante?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Excelência, conforme eu já havia afirmado eu não tenho conhecimento técnico suficiente para fazer essa análise. Não sei o quanto esse percentual pode incidir na tarifa ou no total de passagens, não é uma informação que eu possa analisar.

O SR. PRESIDENTE:- Isso não foi comentado entre os membros da comissão quando analisaram essas propostas? Não houve algum tipo de comentário, uma análise? Estou aqui com um outro consórcio, o consórcio Transbus, o desconto foi de zero, vírgula, zero um, um, cinco por cento. Ou seja, também menos de meio centavo na tarifa. E o outro consórcio que também tenho aqui em mãos, o consórcio Pontual, esse até o desconto foi um pouquinho maior, foi de zero, zero, dois, zero, dois por cento, ou seja, passou um pouquinho de meio centavo no valor da tarifa. Não chegou a um centavo. A senhora também não tem conhecimento e isso não foi objeto de análise por parte da comissão especial de licitação?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Excelência, mais uma vez lhe dizendo, eu não tinha, não tenho competência técnica para esse tipo de análise. E só esclarecendo, a proposta

comercial das empresas que participaram dessa licitação foi tão complexa que a comissão especial de licitação se valeu de uma consultoria para poder avaliar essas propostas técnicas. Então, o senhor tenha ideia da complexidade.

O SR. PRESIDENTE:- Entre os membros dessa comissão especial de licitação quem a senhora apontaria que teria condições de analisar essa proposta comercial? Daqueles membros que eu li os nomes aqui, todos eles, o Sr. Fernando Eugênio Ghignone, Luiz Filla, Celso Bernardo, Carlos Eduardo Mânica, André Gustavo Fiali, Saulo de Oliveira Miranda, a senhora acha que nenhum deles tinha condições técnicas de analisar essas propostas comerciais, ou algum deles eventualmente teria condições de analisar.

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Excelência, eu não tenho como lhe responder diretamente, considerando que a proposta comercial das empresas de transporte coletivo envolviam uma grande complexidade. Eu creio que um único técnico não teria condições de avaliá-la individualmente. E, por esta razão, a Comissão se valeu de uma assessoria para que pudesse ser feita a avaliação correta dessa proposta comercial.

O SR. PRESIDENTE:- Agradeço a contribuição de V.Sa. e passo a palavra ao Vereador Bruno Pessuti, Relator.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Bom dia, Sra. Cássia.

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Bom dia.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Uma pergunta que eu sempre faço para os membros da Comissão é se a senhora teve orgulho de participar desse processo licitatório, que hoje se mostra com tantos problemas perante a mídia, perante os relatórios que têm sido apresentados e perante esta Comissão que foi instalada na Câmara. A senhora tem orgulho de ter participado desse processo licitatório?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Eu agradeço a sua pergunta, Excelência. Gostaria de lhe dizer, primeiramente, que tenho orgulho de ser funcionária da Urbs há vinte e nove anos e que tenho orgulho sim de ter participado de um processo licitatório que foi feito dentro da maior transparência, que foi feito dentro dos atendimentos legais e que de minha parte, toda parte que me coube, que foi a parte procedimental, não houve qualquer ação direta, indireta, judicial ou extrajudicial. Eu posso lhe dizer que eu tratei da lisura desse processo em todas as etapas que me competiam.

O SR. BRUNO PESSUTI:- A senhora tem conhecimento de uma alteração que foi feita no edital, no Item 4.2.8, que significa condições de participação, com a supressão da frase: "Ainda que para lotes distintos". A senhora quer que eu leia o item inteiro?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Não há necessidade. Eu posso lhe dizer que não tenho conhecimento técnico, porque eu não participei do conteúdo da elaboração do edital.

Como eu afirmei anteriormente, eu participei na questão procedimental.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Um dos artigos da Lei das Licitações versa sobre a impessoalidade nas licitações. A senhora tem conhecimento disso?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Correto.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Então, a pergunta que eu faço é se essa supressão desse termo que limitava a participação de empresas do mesmo grupo econômico, ou que tenham controle societário ou sócios comuns para lotes distintos, a partir da supressão desse item permitiu que empresas de mesmo grupo econômico e de mesmo controle societário pudessem participar da licitação em outros lotes, um dos três lotes licitados? Isso, na sua opinião, poderia prejudicar a impessoalidade do processo licitatório?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Excelência, o que eu posso lhe responder é que a participação de empresas em consórcio ou numa licitação está amparada legalmente. Então, quando você impede uma empresa de participar de mais de um consórcio, isso tem amparo legal, se eu não me engano, no Artigo 33 da 8.666.

O SR. BRUNO PESSUTI:- A senhora tem conhecimento que uma família, um grupo econômico tem domínio de 70% do transporte coletivo de Curitiba?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Posso lhe dizer que tenho conhecimento pelo acompanhamento que tenho feito de todas as sessões do transporte coletivo. Mas, o meu conhecimento é única e exclusivamente com relação as notícias que eu tenho ouvido.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Em algum momento antes do final do processo licitatório houve visitas de algum representante dessas empresas ou dos próprios presidentes dessas empresas que antes eram permissionárias dentro da sede da Urbs para tratar dos termos do edital ou de outros assuntos?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Que eu tenha conhecimento ou tenha presenciado, não.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Por falar no edital, qual foi o cronograma estabelecido? A senhora poderia dizer as datas, desde a época da colocação do edital até a assinatura do contrato?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Eu fiz aqui algumas anotações. Na verdade nós tínhamos um cronograma bastante extenso, considerando que era uma licitação do tipo melhor técnica e preço, uma licitação com três envelopes. Cada fase da habilitação requer sessão pública, abertura de envelopes, análises, sessão reservada, ata, publicação de ata, publicação de resultado, cinco dias úteis de recurso, cinco dias úteis de contra razão. Então, considerando que cada fase dessa leva, em média, de trinta a quarenta e cinco dias, nós fizemos um cronograma bastante extenso e, pelo meu conhecimento, uma licitação dessa pode durar um ano, dois anos. (M), nós também às vezes podemos prever alguma questão de paralisação da justiça, o que, graças a Deus,

não aconteceu nessa licitação, e fizemos realmente um cronograma bastante extenso, considerando todos esses prazos que têm de ser obedecidos e também todas as publicações que a Lei 8666 nos determina.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Mas as datas, eu não tenho de cabeça agora, gostaria de saber se a senhora tem as datas exatamente, a assinatura do contrato, da publicação.

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Tenho sim. Se o senhor puder aguardar um minutinho.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Sim, sim.

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- As anotações que fiz aqui foram as seguintes: a data da abertura do processo licitatório foi no dia 10 de outubro de 2009, que é quando a área solicitante nos envia a documentação; a audiência pública aconteceu no dia 27 de abril de 2009; no dia 19 de outubro, tivemos os atos nomeando a comissão especial de licitação e a comissão técnica; no dia 14 de dezembro, tivemos o encaminhamento da minuta do edital para a diretoria jurídica; no dia 18 de dezembro de 2009, tivemos o parecer jurídico; no dia 22 de dezembro de 2009, tivemos o encaminhamento desse parecer para a área técnica, para as providências; no dia 29 de dezembro, tivemos informações da área técnica; e no dia 29 de dezembro, tivemos a publicação do edital. A sessão pública para recebimento dos envelopes, e aqui é importante esclarecer que nessa sessão pública fazemos o recebimento dos três envelopes: de habilitação, de técnica e de preço. O relatório final da comissão especial de licitação aconteceu no dia 05 de agosto de 2010. A homologação da licitação aconteceu no dia 09 de agosto de 2010, e a assinatura dos contratos ocorreu no dia 1º de setembro de 2010.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Tá. Muito obrigado por essas informações. Semana passada tivemos aqui o representante do Sindicato dos Usuários do Transporte Coletivo, o Sr. Felinto, e ele fez uma acusação grave, sem demonstrar provas, de que algum representante da Urbs poderia estar recebendo vantagens para aprovar tipos diferentes de carrocerias na Cidade de Curitiba. A senhora tem conhecimento de alguma vantagem que algum funcionário da Urbs possa ter tido ao longo desses vinte e nove anos que a senhora está lá dentro?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Absolutamente, não tenho conhecimento nenhum.

O SR. BRUNO PESSUTI:- A senhora tem conhecimento de alguma empresa ou alguma participação societária que algum funcionário da Urbs tenha em alguma das empresas investigadas nesse processo licitatório ou até mesmo em outra empresa?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Não tenho conhecimento.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Sr. Presidente, eram essas as perguntas para o momento, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos a contribuição de V. Exa. e passamos a palavra ao Vereador Serginho do Posto, vice-presidente desta CPI.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Bom dia a todos. Bom dia, Sra. Cássia.

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Bom dia.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Eu tenho algumas perguntas, e uma delas é no sentido de ter mais informações a respeito da consultoria externa que faz a análise do edital. Se a senhora tem conhecimento dessa empresa que prestou essa consultoria externa e se essa consultoria externa também teve a participação do advogado Sacha Heck, se a senhora tem essa informação.

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Eu não tenho essa informação e gostaria de esclarecer que nós tivemos sim a assessoria da empresa do Dr. Dallari, que me parece que é um advogado bastante conhecido e que tem muita experiência em licitações que envolvem concessões, e tivemos também a assessoria da empresa Peritus, que fez toda a parte da proposta comercial. Fora essas duas empresas, eu não tenho conhecimento de nenhuma outra que tenha prestado qualquer tipo de assessoria na elaboração do edital. Também gostaria ainda de reafirmar que a elaboração do edital da Urbs coube à equipe técnica da Urbs.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Perfeito. Não sei se seria o seu departamento que executa os pregões eletrônicos.

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Sim.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- A senhora tem conhecimento do pregão eletrônico 01312, que contratou a empresa Records Tecnologia da Informação para que gerenciasse o banco de dados no valor de quinhentos e dez mil reais?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Se foi feito por pregão eletrônico na Urbs, (L), sim, foi feito na área de compras e licitação.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- A senhora sabe me informar se essa empresa é curitibana? A record tecnologia da informação.?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- E não tenho essa informação.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- E também não tem informação de quais seriam os proprietários?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Também não tenho essa informação.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Agradeço, seriam essas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE:- Passo a palavra ao Vereador Valdemir Soares.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu só tenho uma colocação e é importante nós fazermos isso, até para que não dê impressão de redundância todo procedimento de interrogatórios que estão sendo feitos aqui na CPI. É necessário todas essas pessoas envolvidas dentro da Comissão de Licitação do Transporte Coletivo para que busque e identifique realmente posições concretas ou contradições de membros de dentro da Comissão de Licitação do Transporte Coletivo. E nós começamos, Presidente, a ouvir contradições. Um membro diz uma coisa, um membro responsabiliza outro, outro membro da comissão diz que não tem responsabilidade, que a responsabilidade é de outro grupo de dentro da comissão. Nós queremos deixar bem claro, que toda a comissão deve ser responsabilizada pelo que é correto ou incorreto dentro de um processo licitatório, inclusive, o relatório dos auditores do Tribunal de Contas aponta veementemente responsabilidade das pessoas que fizeram e aprovaram o edital. Então, que fique bem claro que nós também estamos fazendo todo esse interrogatório com todas essas pessoas dentro desta Comissão porque nós estamos buscando verdades e nós estamos buscando contradições. Se houver contradições, está sendo provado que alguns pontos de irregularidades estão sendo demonstrados através dessas atitudes. Então, Cássia, é importante que a senhora entenda, a senhora está aqui como testemunha, a senhora é Presidente do departamento de licitações, a senhora participou, seja de forma técnica, seja de forma prática, na questão da redação, a senhora operou também o edital e o processo licitatório, então, gostaria que a senhora entendesse o seguinte: a senhora teve responsabilidade dentro desse processo e é em cima dessa responsabilidade que nós estamos fazendo os questionamentos para a senhora. Questionamento que eu quero fazer é o seguinte: a senhora quando viu que não houve uma definição jurídica no processo licitatório, não houve um discernimento final jurídico, um parecer que apontasse realmente que fosse favorável a esse edital, porque a senhora e outros membros da comissão não se posicionaram?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Bom dia. Eu gostaria de lhe esclarecer que a decisão de publicação do edital de licitação cabe a autoridade superior. A comissão Especial de licitação é instituída para que ela possa trabalhar no processamento no procedimento da licitação após a publicação do edital.

O SR. VALDEMIR SOARES:- E nunca a senhora teve nenhum tipo de contestação do pessoal do departamento, porque são eles que operam o procedimento. Nunca houve nenhum tipo de contestação por se entender uma irregularidade dentro de qualquer certame?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Não entendi direito sua pergunta.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Contestação pelo seguinte: eu faço parte de um departamento de licitação, eu vejo que há um procedimento errado naquele edital, eu tenho direito de contestar e não dar prosseguimento. Não houve nenhuma contestação? Porque não houve um parecer jurídico final, não houve pelo menos resistência do teu pessoal do departamento em relação a isso?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- O pessoal da área de compras e licitação não

tem a responsabilidade e a competência técnica para contestar as questões (n) de conteúdo deste edital. Como eu já disse ao senhor e reafirmo, a responsabilidade pela publicação do edital, quem assina o edital e decide que a publicação do edital é a autoridade superior da Urbs, neste caso o Presidente.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Bom, eu vou discordar de V.Exa., porque eu já deixei de fazer licitações quando Presidente da COHAB por contestações da equipe, com a mesma responsabilidade que senhora dirige na Urbs. Eu acredito que quando a questão é o dinheiro público, quando a questão é a gestão pública, a contestação ou o apontamento de problemas futuros ele pode ser feito por todas as partes da licitação. Agora, dizer nesse momento que por que não fez não tem responsabilidade para mim é vaga. Vou respeitar a resposta da senhora, mas não me atende. Sou bem sincero, acredito que houve sim omissão desse departamento em relação a isso. Outra pergunta...

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Excelência, antes de o senhor ir para a outra pergunta, posso esclarecer?

O SR. VALDEMIR SOARES:- Pois não.

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Eu gostaria de esclarecer um pouco melhor esta questão. Eu só gostaria de esclarecer ao senhor que eu em momento algum estou me eximindo de resposta, a minha parte neste edital, foi a parte procedimental. Eu sim tive bastante cuidado, ative-me muito à parte que me cabia, mas quero esclarecer que eu não tenho competência técnica para contestar questões que não são de meu conhecimento. Então, se foram prestadas justificativas e se foram feitas alterações no edital de cunho técnico eu não tenho como, na época não tinha como interpelar o Presidente da Urbs, o Presidente da Comissão Especial de licitação ou qualquer técnico da empresa alegando que aquela informação está correta ou está incorreta. Esse esclarecimento acho importante.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Eu não falei que a senhora tinha condições técnicas para isso, perguntei se houve contestações de membros do grupo que a senhora dirigia e dirige dentro do departamento de licitações. Se houve contestações? Foi o que eu perguntei para a senhora.

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Não houve contestações porque este grupo não participou da elaboração deste edital.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Precisava participar para contestar?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Não havia necessidade de participar.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Quanto tempo a senhora acompanhou esse processo? Quanto tempo ficou na responsabilidade do seu grupo até o procedimento do final do certame?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Eu estive à frente da parte procedimental deste

processo licitatório a partir do dia 19 de outubro de 2009, quando a área técnica solicitou a abertura do procedimento licitatório. A partir deste momento nós começamos a atuação, numeração e toda a parte procedimental, e neste caso não havia necessidade da participação da equipe na elaboração deste edital. Somente no arquivamento, paginação, enfim. A Comissão Especial de Licitação é que tinha a responsabilidade nesta elaboração e não a Comissão Permanente de Licitação. As pessoas que estavam sob minha responsabilidade faziam parte da Comissão permanente de licitação que não participou deste processo licitatório.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Quantas pessoas fizeram parte deste procedimento e quais foram?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Só um minuto, por favor. No dia 19 de outubro de 2009 foi nomeada a Comissão Especial de Licitação da qual fizeram parte o Sr. Fernando Ghignone, Presidente da Comissão, Luiz Filla, Celso...

O SR. VALDEMIR SOARES:- Não, não. Não é a Comissão. Estou perguntando Comissão Permanente, não é a Comissão do procedimento do transporte. A Comissão Permanente que a senhora lidera dentro da Urbs.

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- A Comissão Permanente de Licitação não participou do processo licitatório do transporte coletivo.

O SR. VALDEMIR SOARES:- A senhora não responde a minha pergunta, quero saber, quantas pessoas participaram no procedimento de responsabilidade da senhora? Quantas pessoas e quem são as pessoas.

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- AS pessoas que participaram eram os funcionários (A) que estavam sob a minha responsabilidade na época, os cinco coordenadores que já mencionei...

O SR. VALDEMIR SOARES:- A senhora mencione, por favor, o nome dos funcionários da época e os cinco coordenadores novamente.

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Danielle Retondario Sales, coordenadora da unidade de processos; Sr. Vanderlei Gimenez Ramos, da unidade de almoxarifado; o Sr. Odair José Fernandes, da unidade de procedimento licitatório; a Sra. Rosana Manosso, unidade de contratos; e não sei se precisar se o Sr. Sílvio Artur Weber, da unidade de compras, fazia parte também da Comissão Permanente de Licitação.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Mas não era da equipe da senhora? A senhora não saberia se ele era ou não?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Exa., nós temos por determinação legal que a Comissão Permanente de Licitação deve ser constantemente renovada a cada ano. Então, temos pessoas que participaram e que não participaram em determinado momento. Como esta licitação

aconteceu entre os anos de 2009 e 2010, eu não sei lhe precisar quais foram as pessoas que fizeram parte da Comissão Permanente de Licitação naquela época. Eu acho que o mais correto seria os senhores solicitarem a documentação a Secretaria Geral da Urbs..

O SR. VALDEMIR SOARES:- Quer dizer que a senhora esteve a frente desse grupo e não sabia se a pessoa participava ou não desse grupo?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Naquele ano não posso lhe precisar se a pessoa fazia parte, existiam outros funcionários que faziam parte da Comissão Permanente de Licitação.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Estranho, muito estranho.

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Mas gostaria de lhe afirmar mais uma vez que a Comissão Permanente de Licitação não fez parte do processo licitatório do transporte coletivo. Quem fez parte do processo licitatório do transporte coletivo como representante da área de licitações foi a minha pessoa.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Eu já sei, a senhora já falou várias vezes "não fui eu", eu já entendi.

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Não estou dizendo "não fui eu" estou dizendo que fui eu que fiz parte.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Já entendi, a senhora falou várias vezes "não fui eu". Agora, na hora de colocar piadinha no Facebook a senhora colocou. E foi claro porque todos os Vereadores aqui receberam, tinham o discernimento do que a senhora havia postado. E eu aviso a senhora, essa CPI não vai terminar em pizza. E se tiver que responsabilizar qualquer pessoa, inclusive, a senhora, essa CPI irá fazer. São estas as perguntas, Sr. Presidente.

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Obrigada.

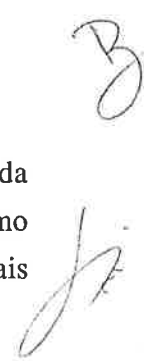
O SR. VALDEMIR SOARES:- Eu não falei com a senhora, falei com o Presidente. São estas perguntas, Sr. Presidente.

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Mas estou lhe agradecendo, obrigada.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Eu não agradeço totalmente porque a senhora não respondeu a contento dessa CPI o que lhe perguntei.

O SR. PRESIDENTE:- Passo a palavra ao Vereador Tiago Gevert.

O SR. TIAGO GEVERT:- Bom dia, Sr. Presidente, Dona Cássia, demais membros da nossa CPI. Dona Cássia, segundo Hely Lopes Meirelles, a licitação deve obedecer regras como procedimento formal, em obediência a legislação, no caso a Lei 8666. A senhora acha que tais regras foram respeitadas na licitação?



A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Sim, acredito que foram respeitadas, tanto que não teve nenhuma ação direta ou indireta judicial ou extrajudicial.

O SR. TIAGO GEVERT:- Ok. É correto afirmar que os atos praticados por parte daqueles que participaram da Comissão de Licitação e não cumpriram as determinações do Parecer 100/09 podem, em tese, serem enquadrados nos crimes previstos na Lei de Licitação?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Eu não tenho conhecimento suficiente para lhe dar essa resposta.

O SR. TIAGO GEVERT:- Do mesmo modo, porque o parecer jurídico determinou a comprovação da idoneidade financeira das concorrentes deveriam vir acompanhadas de estudos técnicos, que demonstram ser condizentes com o vulto do objeto licitado, porque essas recomendações não foram observadas?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- O parecer jurídico trata de conteúdo e eu não tenho conhecimento para lhe dar essas respostas.

O SR. TIAGO GEVERT:- Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE:- Passamos a palavra ao Vereador Cristiano Santos.

O SR. CRISTIANO SANTOS:- Obrigado Sr. Presidente. Bom dia a todos. A senhora, confirma que foio Advogado Sacha Reck, que fez as alterações no edital para beneficiar as empresas que ele como Advogado defendia ?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Eu não tenho esse conhecimento.

O SR. CRISTIANO SANTOS:- Quando apenas as empresas que já operavam o transporte coletivo de Curitiba, apenas elas. A senhora em algum momento alertou a diretoria da Urbs, que naquele momento, poderia estar havendo o a formação de Cartel?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Eu não tenho conhecimento, até hoje não tenho conhecimento para fazer esse tipo de afirmação.

O SR. CRISTIANO SANTOS:- Quando a senhora viu que o valor do desconto era irrisório, o valor oferecido pelos consórcios era insignificante. A senhora alertou a comissão de licitação?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Eu não tinha conhecimento para fazer essa análise da proposta comercial das empresas.

O SR. CRISTIANO SANTOS:- Sendo a senhora responsável pela parte procedimental do edital, não havendo parecer jurídico, podemos considerar que houve falha sua em todos esse processo?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Gostaria de esclarecer que há sim, um parecer jurídico, existe, sem 2009, se não me engano. E que a exigência de parecer jurídico nesse processo licitatório foi contemplado.

O SR. CRISTIANO SANTOS:- A comissão pode ter acesso a esse parecer?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Esse parecer está no processo que está digitalizado, disponibilizado no site da Urbs. Disponibilizamos cinquenta DVD's, para a Câmara Municipal para todos os Vereadores.

O SR. CRISTIANO SANTOS:- A senhora pode nos dizer o que é formação de cartel?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Não tenho conhecimento para lhe dar essa resposta.

O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra, Vereadora Noemia Rocha.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Em relação, durante a licitação como foi feito a discussão a cotação da bilhetagem?

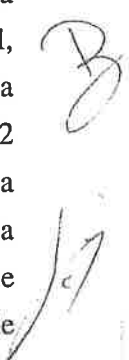
A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Eu não participei desse tipo de discussão. Essa é uma discussão de conteúdo, técnica.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Do que a senhora participou?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Eu participei na elaboração do edital da parte procedimental.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Esclarece como é a parte procedimental.

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Eu fiz algumas anotações, Dizer especificamente quais foram os itens que participei. Do item 04 que trata das condições de participação. Item 4.3, que fala da questão de formação de consórcio. Mas, a formação de consórcio quanto a sua legalidade, formação do consórcio atendimento, conforme o Artigo 33, da Lei 8666. Participei do item 4.4, que fala do oferecimento da proposta, quando uma empresa oferece a proposta, significa que ela está se submetendo às condições do edital. Participei também do item que trata da apresentação de documentos caso a empresa participe de mais de um lote. Participei do item cinco que trata do caderno de licitação. Participei do item seis que trata da documentação a ser apresentada na fase de habilitação, que trata de regularidade fiscal, capacidade jurídica, idoneidade financeira, nas questões referentes única e exclusivamente a balanço. Participei na questão da proposta técnica, só especificamente nos itens 7.1.1.2 e 7.1.2.2 que dizem que toda a documentação apresentada deve estar dentro do envelope de proposta técnica. E na proposta comercial também participei, somente da formatação, da forma como a proposta deveria ser apresentada, não do conteúdo dessa proposta. Participei também do item que trata da entrega dos envelopes um, dois e três. Participei do item que trata dos procedimentos de



julgamento da licitação, que trata da sessão de abertura, também da documentação de proposta técnica e comercial, da entrega dessa documentação, de que forma seria feita a classificação das propostas, de que forma seria feita a homologação e adjudicação desses objetos, de que forma seriam feitos os recursos, de que forma seria feita a contratação, as garantias dos contratos, as penalidades e as disposições gerais e finais, mas tudo em questões procedimentais. Ou seja, nós faríamos a ata, publicaríamos a ata, deveria haver um atendimento de publicação, conforme a Lei 8666, o Diário Oficial do Município. Então, essa foi a minha participação na elaboração do edital especificamente.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- A senhora não tinha nenhuma autonomia de decisão?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Na verdade quando se participa de uma comissão especial de licitação, o poder de decisão que se tem é única e exclusivamente vinculado à Lei 8666. Quando fazemos um edital, tanto a administração quanto os participantes dessa licitação têm que estar vinculados a esse edital. Então, o nosso poder de decisão é bastante restrito uma vez que a lei nos determina todos os passos que devemos tomar.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- E foram tomados todos os procedimentos de todas as leis?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Todos os procedimentos que estão descritos na Lei 8666 foram tomados nesse processo licitatório.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Houve alguma cláusula de barreira, doutora?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Não tenho conhecimento porque não participei da parte técnica.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- A parte de contratação das empresas do ICI como chegou dentro da licitação?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Não tenho esse conhecimento.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Nem da Dataprom? Não acompanhou nada disso?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Não. Não tenho esse conhecimento porque foram questões técnicas que não me competem.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Código fonte, também não?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Também não participei.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- É mais uma parte técnica então.

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Exatamente. Uma parte que envolvia mais a área técnica e a área de informática e acredito que tenha sido feito por procedimento licitatório também.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Então, dentro desse contexto vocês não tinham poder de decisão?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Não. Tínhamos que atender à legislação pertinente, que é a Lei 8666.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Só de submissão então?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Exatamente.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Eram essas as perguntas. Obrigada.

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Obrigada.

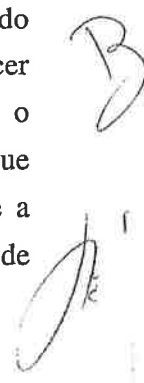
O SR. PRESIDENTE:- Concedo a palavra a Vereadora Professora Josete.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Bom dia a todos e todas. Bom dia Doutora Cássia.

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Bom dia, Vereadora.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Eu ainda tenho uma dúvida quando a senhora coloca que a sua responsabilidade em todo esse processo licitatório dizia respeito apenas a questão procedimental. Tenho uma dúvida em relação a isso. Se era essa a sua responsabilidade, existe na Lei 8666 o Artigo 38, Parágrafo Único, que coloca o seguinte: (Lê: "As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da administração". Então, para nós houve aqui um erro procedimental, esse é o meu entendimento, uma vez que existia um parecer jurídico (B) em relação a primeira minuta do contrato e não houve apresentação de um parecer em relação ao edital que foi publicado. Então, qual a sua interpretação em relação a esse parágrafo único da lei?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Bom dia Vereadora. Agradeço a pergunta. Vou aproveitar a oportunidade para esclarecer que eu fiz parte desse processo licitatório em duas situações diversas. A primeira situação como gestora da área de licitação, participando da elaboração desse edital na parte procedimental. A segunda como membro da comissão especial de licitação, onde me cabia fazer juntamente com os demais membros a análise da documentação apresentada. Enquanto eu fiz parte da fase, digamos assim, interna do procedimento licitatório, porque o procedimento licitatório é dividido em fase interna e fase externa. Na fase interna do processo licitatório foi o que aconteceu que a senhora está alegando, que é a questão do parecer jurídico. Conforme eu já afirmei para o outro Vereador, na minha opinião houve sim o atendimento ao Art. 38 porque havia parecer jurídico apontando inconformidades e dizendo que após sanadas as inconformidades poderia prosseguir. Gostaria de esclarecer a senhora que a decisão da publicação do edital cabe a autoridade superior. Então, o requisito procedimental de



existência de parecer jurídico foi atendido. O parecer jurídico existe e faz parte do processo licitatório. Agora, quanto ao segundo parecer eu realmente não posso lhe afirmar ou dar alguma informação porque não me competia essa decisão. Espero que tenha respondido sua pergunta.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Bem, resumindo: para a senhora essa foi uma decisão tomada pelo Presidente da comissão de licitação e pelo Presidente da Urbs da época, é isso?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Conforme eu já havia dito, a decisão da publicação do edital cabe a autoridade superior da empresa, é ele quem assina o edital e a publicação do edital é cabe a esse, o Presidente da empresa.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Gostaria de entender melhor esse mecanismo, não sei se a senhora pode responder. Enfim, vamos tentar elucidar isso. Entre o período da apresentação da primeira minuta até a publicação do edital final, quais seriam as pessoas então, a senhora disse o responsável, ao final quem assina o edital que é o Presidente há época da Urbs, mas qual o trâmite, por onde teria passado então esse segundo documento uma vez que, no meu entendimento, faz parte desse processo e que não houve nenhuma manifestação jurídica a cerca de? Pelas mãos de quem teria passado esse segundo edital, que foi publicado?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Excelência, após o parecer jurídico retornar à área de licitações fizemos um encaminhamento à área técnica conforme consta no processo licitatório, a área técnica fez as suas considerações e eu, acredito, não participei dessa alteração do primeiro para o segundo edital. Mas acredito que todas essas alterações tenham sido levadas ao presidente da comissão especial de licitação, que era a pessoa quem estava à frente da elaboração desse edital. O presidente da comissão especial de licitação reunido com o presidente da empresa verificaram que todas as inconformidades foram sanadas, e que tomaram a decisão de publicar o edital. Então, da parte de tramitação, posso lhe dizer, o que houve foi que esse parecer jurídico foi para a área técnica da Urbs, da área técnica da Urbs foi para o presidente da comissão e as decisões foram tomadas.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Então, a partir do que a senhora falou podemos concluir que não passou pela comissão como um todo a versão final que foi publicada.

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Não sei lhe responder porque eu não participei dessa discussão, não participei das questões que foram sanadas dessas inconformidades, por serem questões de ordem técnica. Como eu não fazia parte da questão técnica do edital, então não sei lhe precisar, eu não posso lhe dizer que essa sua conclusão está correta porque eu não sei lhe dizer quais foram as pessoas que participaram das questões que foram sanadas, quais pessoas da comissão especial de licitação. Não tenho esse conhecimento. A questão procedimental não foi apontada no parecer jurídico, logo eu não fiz parte dessa fase interna

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Ok. Então, nesse aspecto a senhora não pode afirmar dentro dessas atribuições, dentro da parte técnica que a senhora afirma, das alterações do edital, a senhora não saberia dizer quem foi o responsável por essas alterações no edital que foi publicado?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Não posso lhe afirmar. Acredito que foi a equipe técnica da Urbs, que já estava fazendo parte da elaboração do edital.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Nesse sentido, a senhora tem conhecimento, aí vou ser mais específica em relação do que a senhora apontou, que houve a contratação de uma empresa para auxiliar na construção dos parâmetros técnicos do edital? A partir do documento emitido pelo Sr. Filá ele afirma que foi contratada uma empresa e que essa empresa teria apontado, enfim, os elementos técnicos necessários. Essa empresa é a empresa Peritus, que a senhora citou, ou não?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Mais uma vez lhe agradeço a pergunta, que vai ser possível esclarecer que a contratação da empresa Peritus aconteceu para que nós pudéssemos fazer uma melhor avaliação da proposta comercial das empresas, não para elaboração do edital. É isso que eu tenho conhecimento. Como eu participei da fase externa como membro da comissão, nós contratamos a empresa Peritus para que nos auxiliasse na avaliação da proposta comercial das empresas. Eu não sei lhe precisar se a empresa Peritus foi contratada para elaboração do edital, não tenho esse conhecimento.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- O que deveria conter nessa proposta comercial? Qual a necessidade de se contratar uma empresa para isso? Quais são os elementos que compõem essa proposta comercial?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Eu não tenho esse conhecimento. A proposta comercial das empresas que participaram dessa licitação foi tão complexa que houve necessidade de contratação de uma empresa para analisar as propostas, não para formular a proposta comercial. A proposta comercial acredito que tenha sido formulada, a proposta comercial como foi publicada no edital foi formulada pela equipe técnica da Urbs. A empresa Peritus foi contratada para verificar a documentação apresentada pelos consórcios na proposta comercial.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Para verificação da documentação?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Da documentação, dos fluxos de caixa, enfim de toda complexidade de uma contabilidade.

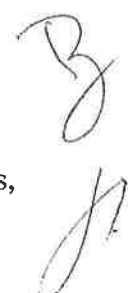
A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Nesse caso não teria que ser realizado, ou se a senhora tem conhecimento, procedimento licitatório para contratação dessa assessoria?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Com certeza.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- E quantas empresas participaram?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Não sei lhe precisar, não tenho esses dados, teria que ser solicitado essa informação à Urbs.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Mas a época, quem era responsável por esse



B

A

acompanhamento dentro da Urbs?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- O acompanhamento da contratação?

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Sim.

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Eu estava dentro da Urbs e era gestora da época, só que nós tínhamos diversos processos licitatórios. (κ) Eu não sei lhe dizer se foi feito dispensa, por inexorabilidade, por pregão... Eu não sei lhe precisar. Essa situação aconteceu em 2009, eu não tenho a memória...

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Nesse caso, seria hoje a essa atual diretoria de licitação que nós poderíamos solicitar a documentação em relação a isso.

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Sim, vocês podem solicitar toda essa documentação à Urbs.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Além da empresa Peritos, que realizou essa proposta comercial, outras empresas foram contratadas para assessorar a confecção, seja do edital ou de parâmetros técnicos para o edital?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Conforme eu já afirmei, a elaboração do edital coube à equipe técnica da Urbs. Que é de meu conhecimento foi contratada a empresa do Advogado Adilson Dalare para verificar as questões legais, considerando a expertise que ele tem nas questões de concessões públicas, e a empresa Peritos para auxiliar a proposta comercial.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Então, no seu conhecimento apenas essas duas empresas teriam sido contratadas.

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- De meu conhecimento, que eu me recordo, e essas empresas não foram contratadas para elaboração do edital. A elaboração do edital foi de responsabilidade da equipe técnica da Urbs.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- No caso da empresa do Advogado citado pela senhora, ela foi contratada, na verdade, após a publicação do edital.

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Eu não sei lhe precisar a data. Desculpe, respondendo a sua pergunta, sim, porque nós não poderíamos disponibilizar o edital antes dele ser publicado. O edital, na fase interna, não pode ser disponibilizado para ninguém, para que ninguém possa ter vantagem. Então, com certeza, ele foi após a publicação do edital.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Retornando a esse estudo realizado, nos documentos que nós avaliamos, em torno de quinze mil páginas que compõem todo esse procedimento licitatório, em relação ao que o Sr. Luiz Fila coloca no seu documento, onde ele diz, no Item 1: "Quanto aos Itens 2.3.3 referentes aos custos de outorga e 2.3.4, referente aos índices de

idoneidade financeira, informamos que os valores e justificativas estão indicados em parecer de consultoria contratada para esse fim". Onde estariam, na verdade, esses documentos, uma vez que eles não fazem parte, pelo menos não foram identificados dentro de todo o processo licitatório, que é o processo 100/2009? Onde estariam esses estudos?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Por se tratar de questão técnica eu não tenho como lhe dar uma resposta precisa. Mas, se eles não fazem parte do processo licitatório digitalizado, esses documentos podem ser solicitados à Urbs a qualquer momento.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Mas, na sua opinião, eles não deveriam fazer parte desse procedimento?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Eu não tenho como lhe precisar, porque eu não fiz parte da elaboração da parte técnica desse edital. Então, eu não sei se o Fila se valeu desses relatórios... Eu não sei de que forma isso aconteceu. Eu não tenho esse conhecimento.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Mas, a senhora como técnica da área, que era responsável naquele momento, no seu entendimento, todo e qualquer estudo, todo e qualquer procedimento que fazia parte desse processo, não deveriam estar anexados ao processo?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Vereadora, não necessariamente. E como responsável por todos os documentos que faziam parte do processo licitatório, eu tinha realmente a responsabilidade de numerá-los e arquivá-los. E eu numerava e arquivava os documentos que eu recebia. Não me cabia, e eu muito menos tenho capacidade técnica de contestar a área responsável quanto aos documentos técnicos que fazem parte desse processo licitatório.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Então, nesse caso desse documento específico, desse estudo, quem seria o responsável? No meu entendimento, ele deveria ter sido anexado. Quem seria a pessoa responsável pela anexação ao processo? (M)

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Eu não tenho como lhe responder essa pergunta porque não sei quem é a pessoa responsável pela solicitação desse parecer.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Na verdade, aqui existe, nesse documento assinado pelo Sr. Filla, em resposta inclusive a pontos que foram levantados no parecer jurídico, que é o parecer jurídico oficial que existe, que é o 1401/09, então foi uma resposta do Sr. Filla àqueles aspectos levantados nesse parecer. Nesse caso, não poderia ser o Sr. Filla o responsável pela anexação desses documentos?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Eu acho que não cabe a mim responsabilizar nenhuma pessoa.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Não digo responsabilizar, mas, como técnica, qual o seu entendimento? Se eu tenho um estudo que diz respeito à contratação de uma empresa que prestou um serviço, deve existir alguém que seja responsável por isso. Nesse caso, se era um

estudo que dizia respeito a índices de idoneidade financeira, valores, enfim, qual seria o setor responsável por isso?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- O setor que fez a solicitação pela contratação. E, conforme já afirmei para a senhora, eu não tenho conhecimento de quem fez essa solicitação.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Tá certo. Mas, nesse caso, seria, digamos, onde poderia estar arquivado esse estudo? Se ele não faz parte do processo, não foi incluído no processo, qual seria o setor responsável pelo arquivamento dessa documentação?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Atualmente, deve ser solicitado à área de serviços administrativos da Urbs, onde a parte de licitação está inserida.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- A área de serviços administrativos?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Isso.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Ok. Bem. Acho que a princípio são essas perguntas, agradeço a senhora.

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Obrigada.

O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra agora o Vereador Chicarelli.

O SR. CHICARELLI:- Bom dia. Permita-me chamá-la de Cássia. Cássia, obrigado pela sua presença aqui. As minhas perguntas geralmente são mais no sentido de contribuir com alguns raciocínios que eu tenho e algumas ações que quero encaminhar para esta CPI e para a Câmara. Por exemplo, a alteração da lei do FUC, que vou fazer uma proposta para esta Câmara, para que a despesa do transporte ou os recursos do transporte sejam usados exclusivamente para o transporte, que o FUC não seja usado para outras despesas que, em algumas observações, podem ser até entendidas que podem ser pertinentes. Então, farei algumas perguntas nesse sentido. Mas vamos lá. Antes de tudo, quero fazer a primeira pergunta a você. Quando você diz que uma nova licitação poderia demorar de um a dois anos, e sabemos que você tem bastante conhecimento disso, queria saber, na sua opinião: a atual gestão e o Município de Curitiba estão preparados para uma nova licitação? Porque o encaminhamento desta CPI, pelo que vejo aqui, é bem provável, a conclusão final depende da relatoria, da aprovação, vai ser nesse sentido. Você acha que a gestão atual, nas condições atuais da Urbs, estaria preparada para uma nova licitação do transporte coletivo?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Bom dia, Excelência. Eu creio ser importante esclarecer que estou aqui na qualidade de testemunha e que não tenho como lhe dar essa resposta, porque não tenho um poder decisório na administração. Então, essa pergunta creio que deva ser respondida pelos gestores públicos atuais.

O SR. CHICARELLI:- Pela Urbs? Pelo presidente?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Exatamente.

O SR. CHICARELLI:- Vamos lá, então. O contrato de conectividade do ICI 19804, você tem conhecimento?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Sim.

O SR. CHICARELLI:- Volto a falar, algumas informações (L) são para contribuir com o meu raciocínio e o meu trabalho predominantemente, o que eu queria da CPI é que, ao final, nós levássemos à redução do custo para o usuário do transporte coletivo. Nesse contrato, 19.804, eu pedi esse contrato para atual gestão me repassar, se não me engano, faz parte de um contrato grande que toda gestão firmou, de sessenta e nove milhões com a Prefeitura que o FUC arcou com uma parte referente à Urbs e a despesa do transporte coletivo. Então, queria saber de você o seguinte: você tem ideia de quanto a Prefeitura paga mensal, no caso o FUC, retirado mensal para pagar esse contrato? Primeira pergunta. E a segunda: foi feito com o ICI e, provavelmente, foi feito sem licitação também, eu queria saber se você tem informação do que se utiliza a Urbs e o transporte coletivo desse contrato? O que se beneficia em termos de conectividade, poderia me explicar?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Primeiramente, eu não tenho conhecimento do valor mensal recolhido na questão de conectividade. Gostaria também de esclarecer que o processo de contratação com o ICI não foi feito sem licitação, foi feito através de um processo de dispensa de licitação, previsto na lei 8666. Qual sua terceira pergunta?



O SR. CHICARELLI:- O que envolve esse contrato no sentido de prestação de serviço, o que é feito para a Urbs ou que é feito no transporte, rádios, internet?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Não tenho conhecimento técnico para lhe dar essa resposta.

O SR. CHICARELLI:- Mas passou pelas suas...

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- O que passa pelas minhas mãos é a parte de contratação, a parte documental do processo. Como eu não tenho informação nenhuma na área de informática, e até vou lhe confessar que sou bastante limitada nas questões de informática, eu não saberia lhe precisar quais são os serviços.

O SR. CHICARELLI:- Mas, Cássia, eu acompanhei com você algumas diligências que nós fizemos lá e eu observei que você conhece como ninguém os papéis, os contratos, em alguns casos você chegava a apontar até as folhas com referência. Então, me desagrada muito você não poder contribuir nesse aspecto, embora deixei bem claro, é questão de contribuir para... Mas tudo bem, reconheço seu direito. Da mesma forma, eu estive acompanhando na minhas diligências na Urbs alguns contratos que entravam na planilha de pagamento do transporte, no caso da Socicam, da limpeza de terminais, você sabe bem disso, a Cial, que também reforma a rodoviária, observei



lá que essas despesas estão sendo pagas pelo FUC, (inaudível) fontes, provavelmente da Caixa Econômica, e naqueles contratos de licitação eu também já tinha observado que os recursos são do FUC. Onde quero chegar? Se houve alguma contrapartida na finalização desses contratos, que os recursos foram tirados do transporte coletivo. Agora entendo que os pagamentos estão sendo feitos com a fonte da Caixa Econômica, então você pode me ajudar nesse sentido?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Vereador, eu sou uma modesta funcionária da Urbs, eu tenho a minha atuação nos últimos quatro anos especificamente na área de licitação. Em nenhum momento atuei na Urbs na área financeira e eu não tenho conhecimento suficiente para lhe dar essas informações de contrapartida, de pagamento, de FUC, de dotação, porque não são de meu conhecimento. Se eu lhe der alguma informação, eu posso estar lhe dando informações equivocadas

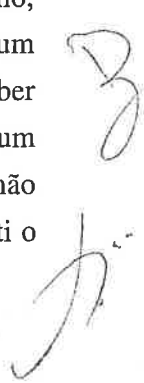
O SR. CHICARELLI:- Perfeito. Eu estive também observando lá que a atual, embora muitas pessoas têm criticado aqui a gestão passada, não estou dizendo que concordo com a gestão passada também, que fizeram algumas compras com dispensa de licitação, como você falou, e alguns contratos, que também não concordo. A atual gestão também se beneficiou disso (r), vi um contrato lá, que a atual gestão tinha feito, através do ICI, já mostrando que uma empresa poderia fornecer artigo de computador, não me recordo se é a Seivisistem, que você deve ter acompanhado esse que era licitação geral, não era nem específica. Essa sistemática estava sendo continuada nessa gestão atual, ou seja, dispensa de licitação para comprar equipamentos e, pior, ali vi ainda no contrato que parecia que já estava sendo indicada a empresa Seivisistem. Você concorda comigo?

A SRA. CASSIA RICARDO ARAGÃO:- É importante esclarecer que a dispensa de licitação é uma forma de aquisição de produtos ou serviços prevista na legislação específica que é a Lei nº 8666. Então, isso aconteceu na administração anterior, está acontecendo nesta administração, provavelmente acontecerá na próxima e não existe, absolutamente, nenhuma questão ilegal em utilizar esta forma de contratação.

O SR. CHICARELLI:- Mas nesse caso específico uma folha estava indicada já a Seivisistem, apesar de ser dispensa.

A SRA. CASSIA RICARDO ARAGÃO:- Não tenho recordação de lhe dizer essa questão da Seivisistem.

O SR. CHICARELLI:- Eu sempre falo, que sou um dentista, vou lá, bato o olho, lembro-me desta folha, fico imaginando e se eu fosse um especialista em licitação, um economista, isso me desagrada muito na administração pública, pessoas que tem o dever de saber e me desaponta muito. Venho aqui, categóricos professores, que podem pedir para reduzir um centavo da passagem, se escondem nesse debate, não mostram as causas e parecem que não conhecem nada, sendo que são formados nisso, economistas, técnicos de áreas... Eu fui lá, bati o olho, uma vez só e vi esse problema. Então, é isso que tenho que argumentar:



A SRA. CASSIA RICARDO ARAGÃO:- Se o senhor me permite, gostaria só de lhe afirmar que todos os processos licitatórios, dos quais fiz parte e que constam na Urbs hoje, obedeceram todos os ditames legais.

O SR. CHICARELLI:- E não houve lá compras superfaturadas?

A SRA. CASSIA RICARDO ARAGÃO:- Que eu tenha participado, com toda certeza posso lhe afirmar que não houve.

O SR. CHICARELLI:- Porque na semana que vem eu começo ver as compras da Urbs, como vi na Câmara Municipal. Queria acompanhar para poder contribuir com o serviço público e até depois afirmar para os Vereadores e para a comunidade curitibana, que realmente as compras da Urbs não estão superfaturadas, certamente você não participará desse processo mais, mas muitas coisas vou pegar do passado ainda. Muito obrigado.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Na sequencia, Vereador Geovane Fernandes.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- Quantos anos a senhora dirigiu o setor de licitação da Urbs?

A SRA. CASSIA RICARDO ARAGÃO:- Trabalhei na área de licitação da Urbs de março de 2009 a setembro de 2013.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- Como a senhora explica a data da atuação do processo, se a única e os documentos anexados só foram expedidos dois meses depois de 19 de outubro a 29 de dezembro?

A SRA. CASSIA RICARDO ARAGÃO:- Eu lhe agradeço a pergunta, porque vai ser possível esclarecer algumas questões que, inclusive, ouvi na imprensa. Um processo administrativo de licitação tem início quando a área responsável, área técnica, área solicitante encaminha um pedido de abertura de processo licitatório, a partir desse momento nós fazemos a atuação desse processo que é a paginação, toda parte de formalidade, informação ao sistema de gestão pública da Prefeitura Municipal de Curitiba e não é anormal que esse tipo de situação aconteça, inclusive nesse processo licitatório, podemos observar que ele foi iniciado no dia 19 de outubro. E temos nesse processo documentos datados de abril, que se referem à Audiência Pública. Na ocasião, a Audiência Pública ela não significa que haverá a licitação. Então, o cronograma de um procedimento licitatório ele inicia com esse pedido de abertura da área técnica, mas esta área técnica pode demorar na elaboração do edital ou na confecção de alguns outros documentos e pode acontecer de o processo ficar dois meses, três meses sem ter nenhum documento. Assim que a área técnica tenha novos documentos, que venham a somar com as necessidades desse procedimento, é feito todo esse arquivamento.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- Quem foi que deu a instrução para a senhora abrir a licitação?

A SRA. CASSIA RICARDO ARAGÃO:- O pedido de processo licitatório foi feito pela diretoria de transporte e quem estava à frente dessa diretoria, à época, era o Sr. Fernando Eugenio Guignone.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- Quando foi que a senhora abriu, burocraticamente, o processo de licitação, capa, documento, etc?

A SRA. CASSIA RICARDO ARAGÃO:- O processo foi aberto no dia 10 de outubro de 2009, mesmo datado, comunicação interna do diretor solicitante.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- Como ocorreu a chegada dos documentos aos autos de licitação, volumes?

A SRA. CASSIA RICARDO ARAGÃO:- Na Urbs temos um procedimento interno que se chama comunicação interna, que contém todas as informações necessárias para a abertura do procedimento licitatório e trazem todos os anexos que compõem o caderno de licitação.

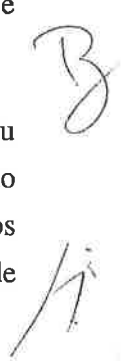
O SR. GEOVANE FERNANDES:- Essa pergunta vou fazer porque conheço vários funcionários da Urbs, excelentes pessoas. É correto afirmar que tudo que foi feito pela senhora no processo de licitação, a caneta do diretor, do presidente, prevaleceu em cima de tudo isso, de tudo que foi feito?

A SRA. CASSIA RICARDO ARAGÃO:- Não entendi a sua pergunta?

O SR. GEOVANE FERNANDES:- Conheço vários funcionários da Urbs e, de repente, hoje estão até com mágoa da CPI, porque acham que é direcionada a eles, um mesmo desabafou para mim... É correto afirmar que tudo que é feito no processo de licitação na Urbs quando chega ao dono da caneta é o que prevalece?

A SRA. CASSIA RICARDO ARAGÃO:- Não é correto afirmar, até quero lhe dizer que os funcionários da Urbs, os técnicos, a grande maioria são funcionários de carreira com mais de vinte anos de casa e devo lhe dizer que sempre fomos muito respeitados, principalmente os técnicos da área de transporte coletivo que tem o reconhecimento, não só dos seus iguais na Urbs, mas o reconhecimento no município no estado nacional e internacional. E este mesmo reconhecimento, esta mesma consideração tivemos da diretoria que lá estava. Fomos ouvidos, participamos ativamente da elaboração desse edital e como afirmei para a Vereadora Professora Josete, cabe ao presidente da empresa a decisão quanto à publicação do edital, fomos ouvidos e fizemos parte desse edital.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- Mas quando me referi a essa pergunta eu estou colocando e afirmando, por conhecer vários funcionários da Urbs, estou afirmando que são corretos. A pergunta era, se o trabalho deles foi bem feito, se a diretoria ou a presidência da Urbs não tentou passar alguma coisa para eles no processo licitatório, eles queriam alguma coisa e, de repente, pediram para colocar outra coisa. Estou afirmando.



A SRA. CASSIA RICARDO ARAGÃO:- Não! Eu afirmo que não aconteceu e lhe afirmo que os técnicos da casa não concordariam com esse tipo de situação.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- A senhora afirmou que ficou até o mês de setembro agora de 2013 no processo de licitação, a senhora foi afastada do cargo ou pediu para sair, onde a senhora se encontra agora?

A SRA. CASSIA RICARDO ARAGÃO:- Fui colocada à disposição da Secretaria Especial de Relações com a Comunidade.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- Atualmente, quem substitui e a senhora?

A SRA. CASSIA RICARDO ARAGÃO:- É a funcionária Letícia Araújo Leone Mileo, à frente da licitação e um funcionário da Prefeitura Municipal de Curitiba o Sr. Denival, não sei se precisa o sobrenome.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- Muito obrigado. Sr. Presidente, minhas perguntas foram respondidas.

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos as perguntas pertinentes e profundas do nosso colega Vereador Geovane Fernandes. Agora, com a palavra, Vereador Mauro Ignácio.

O SR. MAURO IGNÁCIO:- Obrigado, Sr. Presidente. Bom dia a todos, bom a Sra. Cássia. Queria iniciar já pegando a pergunta do Vereador Geovane Fernandes, a senhora falou que a sua saída do setor de licitação, após cinco anos?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Quatro anos e alguns meses.

O SR. MAURO IGNÁCIO:- Tem alguma relação com a auditoria interna da Urbs, com a CPI, como se deu essa situação em colocar... a senhora é final de carreira da Urbs, pelo o que entendi?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Sou funcionária de carreira.

O SR. MAURO IGNÁCIO:- E vai para Relações da Comunidade, que não tem nada a ver com o seu trabalho. Isso é uma penalidade? Como aconteceu, como se deu isso?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Vereador, considerando as mudanças na gestão é natural que aconteçam mudanças de cargo, que outras pessoas ocupem cargos de chefia, cargo de gestão, enfim. Então, foi isso o que aconteceu?

O SR. MAURO IGNÁCIO:- Correto, mas a senhora tem uma história como a maioria dos funcionários da Urbs tem, como o Filla e outros citados. A senhora tem uma história, tem

3
J

conhecimento e, afinal de contas, esteve no comando de uma licitação, participou desse processo. É de sua vontade ir para a Secretaria de Relações com a Comunidade? Foi o seu pedido ou a senhora foi colocada à disposição simplesmente?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Não foi meu pedido, foi uma determinação da Diretoria da Urbs que eu acatei.

O SR. MAURO IGNÁCIO:- Sem se manifestar contrária?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Não tenho como me manifestar contrariamente por ser uma decisão da Diretoria da Presidência da Urbs.

O SR. MAURO IGNÁCIO:- Ok. A senhora falou há pouco que também acompanhou os noticiários referentes a CPI e recentemente esteve aqui a Deputada Celina Leão que teceu algumas considerações sobre a licitação de Brasília, inclusive falou que a empresa Marechal estava com o CNPJ baixado quando participou lá em Brasília. Isso tem alguma relação com Curitiba? A senhora participou na questão da documentação, a documentação da empresa não só da Marechal mas das demais, estão de acordo com a lei? Com a exigência?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Na data de abertura dos envelopes toda a documentação das empresas estavam em ordem, tanto que todas as empresas foram habilitadas e é importante ressaltar que essa é a data onde devemos confirmar e conferir toda a validade da documentação das propostas das empresas.

O SR. MAURO IGNÁCIO:- Essa licitação de Brasília aconteceu depois, então a senhora sugere que esta documentação ficou irregular após ou ela interfere ou não interfere em Curitiba.

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Eu não tenho como lhe precisar, não tenho conhecimento da situação da empresa.

O SR. MAURO IGNÁCIO:- Por que houve consórcio e não individual participando da licitação.

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Esta é uma decisão que coube a equipe técnica e acredito que a Diretoria da Urbs.

O SR. MAURO IGNÁCIO:- De escolher se fosse consórcio, ou seja, só participou consórcio e não empresa individual.

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Exatamente, eu não tive poder de decisão a respeito desta questão.

O SR. MAURO IGNÁCIO:- E esse poder de decisão cabe a?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Eu não sei lhe precisar, porque como não

participei desta decisão e não sei lhe dizer quem tomou a decisão.

O SR. MAURO IGNÁCIO:- Algum consórcio ficou fora da licitação? Algum consórcio que participou, se apresentou na licitação ficou fora?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Excelência, tivemos três consórcios que participaram desta licitação, os três consórcios foram habilitados.

O SR. MAURO IGNÁCIO:- Os três consórcios. E a área de atuação deles permaneceu a mesma que eles já atuavam? Sabe me informar isso?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Não sei lhe precisar, porque uma questão técnica.

O SR. MAURO IGNÁCIO:- Bom, Sr. Presidente, considerando que as outras perguntas foram respondidas, eram essas as minhas considerações. Obrigado.

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Obrigada.

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos o Vereador Mauro Ignacio e retornamos opara mais uma rodada final de perguntas à Sra. Cássia Aragão. Pergunto aos colegas se alguém tem perguntas a fazer a Da. Cássia.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Eu tenho, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra, Vereador Bruno Pessuti

O SR. BRUNO PESSUTI:- Novamente bom dia. Nos temos que a Professora Josete estava perguntando, eu faria uma pergunta no sentido assim: No processo licitatório, vou citar a compra de uma televisão, se eu colocasse o preço dessa televisão no preço de mercado ou valores praticados pelos preços que sempre foram utilizados em preço de televisão. Esse processo teria uma licitude, questão moral, quais seriam as orientações nesse sentido? Quais os elementos necessários para que a gente formule o preço em um processo licitatório? (A)

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- A Lei 8666 determina que você tem que ter no mínimo três orçamentos para compor o preço de mercado.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Nesse ponto de vista, o edital fala simplesmente em valores históricos praticados pela Urbs na questão técnica. Eu sei que é uma questão que a senhora não tem condições de poder dizer mais aprofundadamente, mas utilização o termo "valores históricos praticados pela Urbs na composição do preço de vários itens" isso poderia, no seu ponto de vista, ter sido uma falha no processo licitatório, já que não há um orçamento, não tem um caráter técnico no edital mostrando por que aquilo tem aquele preço?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Exa., considerando a complexidade desse

objeto, considerando que a concessão para prestação de serviço do transporte coletivo não é um serviço que no jargão de licitação se diz "se pega na prateleira", eu acredito que a equipe técnica tenha tomado todo o cuidado para compor o preço, principalmente, considerando toda a especificidade da operação da Rede Integrada de Transporte do Município de Curitiba. É esta resposta que posso lhe dar a respeito dessa questão.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Obrigado. Outra pergunta, eu fiz essa mesma pergunta ao Ghignone e ao Isfer, no seu entendimento a Urbs poderia ser ou não ela ser a concessionária do serviço de transporte coletivo de Curitiba? Por que que houve essa licitação? Foi motivada pelo Ministério Público ou houve realmente uma necessidade interna, alguém que pediu encarecidamente para que fosse feita essa licitação?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Exa., existia uma exigência da Lei 8987 que é a lei que rege as concessões e as permissões, de que todas essas licitações deveriam ser, pelo menos, publicadas até o final do ano de 2009. Pelo meu conhecimento lhe digo que pela imprensa e até pelo que li do processo licitatório também havia uma exigência do Ministério Público quanto a realização dessa licitação. Quando o senhor me pergunta se a Urbs tem condições de operar a concessão do transporte coletivo, eu não tenho conhecimento técnico para lhe dar essa resposta.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Mas a senhora tem conhecimento, os dois, ex-presidente e ex-diretor, afirmaram que existia um estudo dentro da própria Urbs que dizia que o mais correto seria a licitação. Mas a senhora tem conhecimento desse estudo para que pudesse dizer a Urbs tem ou não condição de ser a concessionária?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Eu não tenho conhecimento desse estudo, não participei da elaboração desse estudo.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Em nenhum momento nesses vinte e nove anos em que a senhora esteve lá dentro ouviu falar em algum estudo referente a Urbs ser a concessionária?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Nos meus vinte e nove anos de Urbs me lembro bem da questão da frota pública, em que houve a aquisição de alguns veículos. E também me lembro que esta não foi uma experiência de sucesso. Agora, quanto especificamente a este estudo que o senhor está falando eu realmente não tenho conhecimento.

O SR. BRUNO PESSUTI:- E em relação ao outorga, a senhora participou do cálculo dos valores da outorga?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Não, também não participei.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Muito obrigado. Eram estas as perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:- Passo a palavra ao Vereador Geovane Fernandes.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- Tenho duas perguntas. A senhora poderia nos alegar

que a senhora foi perseguida na Urbs quando foi solicitada a transferência da senhora para outro órgão do município?:

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- De forma nenhuma.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- O que a senhora entende pela palavra salafrários?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Talvez eu precisasse do dicionário, eu não sei lhe precisar o que significa a palavra salafrário. Não sei se eu poderia usar adjetivos que possam comparar, entende? Não sei lhe dizer.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- É isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:- Agradeço. Com a palavra a Vereadora Noemia Rocha.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Muito obrigada, Sr. Presidente. Pode ser que a senhora já tenha dito, mas eu gostaria de saber qual a sua formação?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Sou Bacharel em Ciências Contábeis.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- E presidente dessa comissão de licitação na época?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Não. Eu não fui presidente, eu fui membro da comissão. Eu não fui presidente da Comissão Especial de Licitação.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Quem era o presidente?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- O Presidente era o Sr. Fernando Eugênio Ghignone.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Os membros não tinha poder de decisão, mas só presidente tinha?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Não, na verdade como eu já havia esclarecido, quando você faz parte de uma comissão de licitação, você está atrelado ao edital. Temos que cumprir as regras do edital, tanto quanto os licitantes. Estamos também atrelados a legislação pertinente que neste caso era a 8987 e 8666.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- A impressão que a senhora está passando que o seu papel era de conferente de documentação?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Os membros da comissão, tem a função sim, de conferentes da documentação,

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Vocês não tinham poder de impedimento?

B

A

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Nós tínhamos o poder de impedimento a partir do momento após a conferência desses documentos contatássemos que havia alguma irregularidade ao edital. Se alguma certidão vencida, alguma proposta apresentada com inconformidade, conforme exigido pelo edital.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Houve essas irregularidades?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Não. Todos os documentos foram apresentados de acordo com exigências do edital. Tanto que as empresas foram habilitadas e classificadas.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Quanto tempo se estudou a confecção desse edital?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Eu não estudei a confecção desse edital, conforme afirmei anteriormente, eu participei da elaboração nas questões procedimentais. Esclareci a Professora Josete, que um processo licitatório, ele se divide em duas fases, interna e externa. A fase interna é a elaboração, subsídios, documentos, valores. Na fase interna, participei da elaboração na questão procedimental. Na fase externa, da coparticipei como membro da comissão especial de licitação, verificando todos os documentos e participando das decisões quanto a habilitação e classificação dos consórcios que participaram.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- A equipe técnica trabalhava paralelo a vocês?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Existia uma comissão técnica constituída, através de um ato do presidente para nos subsidiar na fase externa.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- A gente percebeu que a sua saída, está até buscando maiores informações, a senhora acha que foi uma ação política sua retirada?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Acredito que não.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Não sei se a senhora vai poder esclarecer, porque você domina a parte técnica e a gente a parte política, até o Tribunal de Contas relatou que havia quatro lotes e três lotes foram efetivados e o quarto não. Mas, esse quarto lote entrou como consórcio dentro desse projeto?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Não tenho conhecimento técnico para fazer comentários e observações a respeito dos lotes.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Pelo que agente entende hoje a senhora dentro dessa equipe, dessa comissão, a senhora avaliava, os documentos avalizava ou não? Dentro desse procedimento não houve nenhuma irregularidade percebida pela comissão. Tudo estava dentro do parâmetro e baseado na Lei 8666?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Exatamente.

O SR. PRESIDENTE:-Passamos a palavra ao Vereador Valdemir .

O SR. VALDEMIR SOARES:- Muito obrigado, Sr. Presidente, Dona Cássia, a senhora sabe que está nesta comissão parlamentar de inquérito sob juramento?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Sim.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Então, a senhora sabe que qualquer tipo de mentira ou inverdade amanhã pode correr um processo de crime de falso testemunho. A senhora sabe disso?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Sim.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Onde a senhora estava no dia 19 de setembro de 2013, dia em que nós estávamos aqui fazendo o interrogatório do Sr. Marcos Isfer? V.Exa. estava aqui no plenário?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Estava no plenário.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Por volta das 9h23min V.Exa. estava aqui no plenário?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Acredito que sim.

O SR. VALDEMIR SOARES:- E a senhora tinha a liberação do seu trabalho para estar aqui neste dia?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:-Considerando que havia uma possibilidade de eu ser convocada pela CPI, solicitei ao secretário que me liberasse para que eu pudesse fazer todo o acompanhamento dos depoimentos que eu achasse que seriam pertinentes.

O SR. VALDEMIR SOARES:- E a senhora há pouco respondeu uma pergunta do Vereador Geovane Fernandes. A senhora disse que não sabe o que significa a palavra salafrários.

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Eu não disse que não sei o que significa, eu disse que não gostaria de usar outros adjetivos para classificá-lo.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Então, esse adjetivo a senhora normalmente não usa?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Não. Não é uma palavra que eu use.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Bom, então vou dizer para a senhora o significado que a assessoria traz do dicionário. Salafrário seria a pessoa desleal, pessoa desonesta, pessoa ordinária, pessoa safardana. Sinônimos de salafrário seriam patife, tratante e celerado. E a senhora não costuma então usar esse tipo de termo em momento algum?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Não.



O SR. VALDEMIR SOARES:- O que a senhora acha dessa comissão parlamentar de inquérito? Qual é a opinião que a senhora tem a respeito do colegiado, do trabalho da comissão parlamentar de inquérito?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Acho essa comissão de suma importância para a cidade. Acho que a comissão está fazendo um bom trabalho na questão de levantar todas as dúvidas, de responder até mesmo algumas perguntas que a população gostaria de fazer mas não pode estar presente ou que não pode solicitar as pessoas responsáveis que estejam aqui e respondam. Eu inclusive no começo dos trabalhos agradei a oportunidade de poder estar aqui e esclarecer algumas situações de licitação que as pessoas não conheçam, que é a área que eu domino, a parte procedimental, de poder responder os questionamentos que me dizem respeito e de poder contribuir de alguma forma com a diminuição da tarifa, que eu acredito que é o objetivo principal dessa CPI.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Bom, a senhora estava então no dia 19 de setembro às 9h23min aqui acompanhando o depoimento do ex-Presidente Marcos Isfer, e eu tenho aqui a postagem de uma rede social da senhora. Diz o seguinte: (Lê: "Estou aqui na Câmara Municipal de Curitiba neste momento, vendo um bando desses salafrários, enojada". Já mostrou que a senhora não falou a verdade, a senhora usou o termo salafrários, e a senhora também desdenhou da CPI, não tem esse respeito todo que a senhora disse ter, mas eu queria tirar essa dúvida, esse "bando de salafrários" a senhora estava se referindo a nós, vereadores, ou aos seus colegas de Urbs estavam aqui dando depoimento?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Primeiramente eu gostaria de esclarecer que o *Facebook* é de uso pessoal, que eu naquele momento estava aqui como uma cidadã, que em primeiro lugar essa é a minha posição, esse é um direito que eu tenho como cidadã. Vivemos num país democrático onde a livre expressão é sempre respeitada. Eu não estava me referindo aos Srs. Vereadores que fazem parte da comissão parlamentar de inquérito. ..

O SR. VALDEMIR SOARES:- A quem a senhora estava se referindo?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Eu não estava me referindo muito menos aos meus colegas de Urbs, que são pessoas que merecem muito mais que o meu respeito. Merece, a maioria deles, a minha amizade. E a quem eu estava me referindo, Excelência, o senhor me desculpe, mas é uma questão particular (v), é uma questão que eu exerço como cidadã e é que eu me reservo o direito de não comentar neste momento.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Sr. Presidente, deixar bem claro que a testemunha de hoje faltou com a verdade e isso deverá fazer parte do relatório. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE:- Agradeço V.Exa e pergunto se tem mais algum vereador se tem questões a Sra. Cássia Aragão? Tenho mais algumas perguntas Dona Cássia. No dia 29 de dezembro a senhora recebeu um pacote de documentos, cerca de duas mil páginas por e-mail, foi o que a senhora disse aqui, e está anexado no processo. Gostaria de saber quem foi que

encaminhou esse pacote com duas mil páginas no dia 29, que foi o dia da publicação do edital da licitação do transporte coletivo da Cidade de Curitiba.

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Excelência, não me recordo de ter recebido por e-mail uma documentação com duas mil páginas. Não tenho essa recordação.

O SR. PRESIDENTE:- São as páginas que constam daquele dia, do dia 29 de dezembro, o dia da publicação do edital.

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Eu recebi a documentação referente aos edital. Esse edital tem cinco mil páginas. E eu recebi essa documentação da diretoria porque essa documentação foi impressa na impressora lá em cima, da diretoria. Mas eu não recebi por e-mail. Recebi por meio físico todas as folhas.

O SR. PRESIDENTE:- E a senhora sabe quem elaborou, a mando de quem vieram esses documentos? Teve alguma participação externa de pessoas que não eram da comissão especial de licitação?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Como já afirmei anteriormente, a publicação do edital foi uma decisão do Presidente da Urbs por se tratar de uma documentação bastante extensa, ela foi toda impressa lá em cima, na diretoria. Eu acredito que quem enviou essa documentação para a impressora deve ter sido alguém da diretoria. Não sei lhe precisar quem.

O SR. PRESIDENTE:- Gostaria de saber qual o seu grau de amizade com o Ex-presidente da Urbs Marcos Isfer.

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Eu não tenho um grau de amizade, eu tenho um relacionamento com o Sr. Marcos Valente Isfer, conheço-o há mais de vinte anos, trabalhei para ele, acredito na pessoa do Sr. Marcos Valente Isfer. Esse é meu relacionamento com ele.

O SR. PRESIDENTE:- A senhora trabalhou em campanhas eleitorais?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Trabalhei em campanhas eleitorais, votei nele e acredito no Sr. Marcos Valente Isfer.

O SR. PRESIDENTE:- Qual o seu grau de amizade com o Sr. Fernando Guignone?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- O Sr. Fernando Eugênio Guignone, só vim a conhecer quando ele assumiu a diretoria de Transporte na Urbs. Tive uma relação profissional com ele bastante respeitosa.

O SR. PRESIDENTE:- Parece que ele é muito íntimo da senhora, porque naquele evento, objeto da minha pergunta anterior, onde a senhora disse pisa, mas eu achei que era pizza (E). "Pisa, mas quando eu levantar corre". Ele fez o seguinte comentário, isso às 22 horas: "Dá-lhe Cássia".

Isso significa que tem uma boa amizade com a senhora, ou alguma coisa nesse sentido?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Essa foi uma expressão que ele usou. Nós tivemos uma relação profissional bastante estreita há época da licitação do transporte coletivo, devido a elaboração do edital, depois as sessões públicas, as atas e todas as análises de documentações que tivemos. Pude conhecê-lo, pude aprender bastante com ele, pude respeitá-lo e posso lhe afirmar que a recíproca é verdadeira.

O SR. PRESIDENTE:- A senhora ficou quantos anos mesmo na presidência da comissão permanente de licitação da Urbs?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Eu fiquei aproximadamente quatro anos.

O SR. PRESIDENTE:- Quatro anos. Como que a senhora explica que vários itens que uma pessoa que tem experiência nessa área, e nós perguntávamos para senhora aqui, os diversos Vereadores, e a senhora dizia que não tinha conhecimento, que não sabia. A senhora se sentiu preparada para exercer essa função tão importante de presidente da comissão permanente de licitação da Urbs?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Eu me senti preparada, passei por várias fiscalizações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, não houve absolutamente nenhuma recomendação de ilegalidade, inconformidade, irregularidade ou qualquer que seja outra palavra com relação aos processos licitatórios que correram sob minha responsabilidade. Gostaria de esclarecer para vocês que as perguntas que aleguei não ter conhecimento técnico, foram perguntas que se referenciam às questões de conteúdo do transporte coletivo que eu não tenho o conhecimento técnico de transporte coletivo para respondê-las. Enquanto estive à frente da área de licitação não tive nenhuma ação judicial, extrajudicial, direta ou indiretamente a qualquer processo administrativo que licitação que estivesse sob minha responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE:- Diante das negativas da senhora, de que: "não sabia, não sei, não era da minha área, era uma outra área técnica". Pergunto: a sua indicação como presidente da comissão de licitação foi política, ou foi pela sua capacidade técnica?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Vereador, agradeço-lhe pela pergunta, porque tenho a oportunidade de mais uma vez esclarecer esta Casa, de que existe uma diferença entre a comissão permanente de licitação e a comissão especial de licitação para o processo licitatório do transporte coletivo. Em nenhum momento atuei como presidente da comissão especial de licitação do transporte coletivo. Eu atuei como presidente da comissão permanente de licitação, que tratou das outras licitações de retina da Urbs.

O SR. PRESIDENTE:- Aqui no decreto em que a senhora foi nomeada membro da comissão especial de recebimento, análise e julgamento da licitação, consta a senhora como profissional de nível superior, e certamente porque tinha experiência nessa área de licitações. A senhora confirma isso?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Excelência, eu consto como profissional de nível superior porque esse é o cargo determinado pelo regulamento do plano de cargos, carreiras e salários da Urbs. Atualmente eu sou agente profissional.

O SR. PRESIDENTE:- Eu gostaria de perguntar para a senhora, qual foi o papel da comissão técnica incumbida da promoção de estudos voltados a subsidiar a atuação da comissão especial de licitação? A senhora sabe o papel dessa comissão? Posso até adiantar alguns nomes que compuseram essa comissão: Marilena Indira Winter; Rodrigo Binoto Greveti; Esmael Bagatin França; Hélcio Luiz Caras; Edson Luiz Berleze; José Adir Zen; José Álvaro Tardowski; Alfredo Vicente de Castro Trindade e Edgar Lopes Júnior. A senhora sabe qual foi o papel dessa comissão técnica?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Excelência, mais uma vez gostaria de agradecer a pergunta, para poder fazer um esclarecimento. Essa comissão ela não foi criada para elaboração do edital.

O SR. PRESIDENTE:- Essa comissão técnica?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Essa comissão técnica foi criada para subsidiar, (R), apoiar a comissão especial de licitação na fase externa dela.

O SR. PRESIDENTE:- Essa comissão técnica se reunia frequentemente? A senhora ouviu falar ou participou de alguma reunião com essa comissão técnica?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Quero lhe dizer que essa comissão técnica se reuniu sim no momento da análise da proposta técnica dos consórcios. E esta comissão tinha essa única e exclusiva função, analisar as propostas técnicas apresentadas pelo consórcio.

O SR. PRESIDENTE:- Há alguns dias estive aqui a Sra. Marilena Indira Winter. Ela era diretora jurídica da Urbs na época. A senhora confirma?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Confirmo.

O SR. PRESIDENTE:- E quando nós perguntamos a respeito desta comissão técnica, ela não lembrava de ter participado dela, e nem lembrava da existência dessa comissão técnica. E agora a senhora nos afirma de que ela realmente se reuniu, por diversas vezes, para subsidiar. Eu pergunto: a senhora ouviu falar ou a senhora esteve em reuniões em que esta comissão se reuniu?

A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Excelência, conforme eu lhe disse, a Dra. Marilena Indira Winter fez parte da comissão técnica que foi nomeada através do ato nº 067 de 2009, no dia 19 de outubro de 2009, e que seja de meu conhecimento a comissão técnica se reuniu para verificar a documentação técnica apresentada pelas licitantes desta licitação.

O SR. PRESIDENTE:- Eu agradeço a contribuição de V.Sa. e pergunto aos Srs.

Vereadores se há mais alguma pergunta à Sra. Cássia. (Pausa). Com a palavra o Vereador Geovane Fernandes.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- Sr. Presidente, só fazer um resumo daquela palavra. A senhora se fez presente na reunião da CPI, e por meio do seu Facebook pessoal utilizou da palavra "salafrários", e a senhora não se dignou dizer a quem serve essa palavra. Nós entendemos que a senhora se dirigiu aos vereadores ou aos membros e funcionários da Urbs. Interpretar para prover alegação, ou a senhora vem a se retratar sobre injúria proferida contra os Vereadores membros dessa CPI, num termo injurioso, que cabe de ação criminal por essa CPI. Então, gostaríamos que a senhora pudesse nos contemplar com a palavra, nos explicando a quem a senhora se referiu naquela data, porque a senhora estava até num horário de expediente na Urbs. Não sei se a senhora pediu licença, se tem algum documento comprovando que estava nesse momento aqui na CPI. Portanto, gostaríamos de uma explicação melhor da senhora, senão a CPI gostaria que o Sr. Presidente fizesse uma reunião em seguida para ver que providências vamos tomar. Eu mesmo, se foi direcionado aos Vereadores, gostaria desse retratamento, Sr. Presidente, porque a palavra é forte.

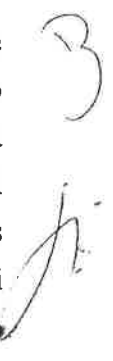
A SRA. CÁSSIA RICARDO DE ARAGÃO:- Excelência, conforme eu já afirmei anteriormente, quando o Vereador Jorge Bernardi fez a menção à questão do "pisa, mas quando levanta, corre", eu já afirmei que eu estava passando por uma questão pessoal, que não me cabe discutir aqui nesta CPI. Como eu já disse, não estava me referindo aos Vereadores, não estava me referindo aos meus colegas de Urbs, e se em algum momento causei algum constrangimento ou alguma situação onde V.Exas. se sentiram ofendidos, gostaria de aproveitar esta sessão e este momento para fazer uma retratação e dizer, e deixar bem claro a todos, que em nenhum momento eu estava ofendendo nenhum membro desta Casa. Era uma situação particular que eu estava passando, com algumas pessoas, que aqui, como já disse, não me cabe comentar, considerando ser uma situação particular, e aproveito a oportunidade então para me retratar, e para dizer que em nenhum momento eu me referi aos Vereadores, que foi mal escrito, foi uma redação infeliz.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- Eu agradeço a sua colocação e, mesmo assim, Sr. Presidente, acho que é um tema para discutirmos nas próximas reuniões desta CPI. Mas de momento a sua resposta me agrada. Muito obrigado.

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Obrigada, Vereador.

O SR. PRESIDENTE:- Passo a palavra ao Vereador Valdemir Soares.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Sr. Presidente, eu vou além do Vereador Geovane Fernandes, porque uma coisa é a pessoa falar como cidadã, outra coisa é a pessoa ter uma função relevante dentro de uma investigação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito e se portar da forma que a Cássia se portou. Então, quero pedir a esta CPI que entremos com uma ação criminal por injúria. Porque esta Casa, quando é desrespeitada, Sr. Presidente, não são desrespeitados os Vereadores, os Parlamentares, é desrespeitada a população que colocou esses Parlamentares aqui **para representá-los. Há uma diferença em você fazer a sua crítica pessoal, como cidadão, como**



pessoa, e há uma diferença em você ter influência numa questão onde está sub judice, onde está sendo discutida num Parlamento, onde você faz parte desse procedimento de investigação, e você deliberadamente usa um termo capcioso, um termo agressivo, um termo de injúria, desqualificando uma CPI, desqualificando um Parlamento. Então, Sr. Presidente, quero pedir que o senhor coloque inclusive em votação, que esta CPI faça uma ação criminal contra essa senhora que está aqui hoje prestando depoimento, porque ela tomou uma atitude de injúria, ela tomou uma atitude de desrespeito, ela tomou uma atitude contra o Parlamento Municipal publicamente, desdenhando inclusive daqueles que fazem parte de uma investigação na qual ela investigada. Ela está aqui sendo investigada. Ela faz parte de uma comissão que trabalhou um processo licitatório e que, inclusive, já está por irregular por auditores do Tribunal de Contas, e vai estar por irregular também dentro do relatório final desta Comissão. Então, Sr. Presidente, peço que V.Exa. tome esse procedimento cabível no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE:- Agradeço V.Exa. e passo a palavra ao Vereador Bruno Pessuti.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Voltando ao tema de licitações na Urbs, a senhora tem conhecimento de alguma licitação envolvendo a Mídia Indoor nos ônibus da Cidade de Curitiba, realizada no ano passado?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Sim.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Por que essa licitação foi feita na Prefeitura e não na Urbs? A senhora saberia dizer?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Eu não sei lhe dizer por que é que essa licitação foi processada pela Secretaria Municipal de Administração. É uma decisão, quero eu acreditar, de Secretários; não sei lhe precisar.

O SR. BRUNO PESSUTI:- E a senhora tem conhecimento dos recursos provenientes da outorga dessa licitação, se eles estão indo para o Fundo de Urbanização de Curitiba, visando reduzir a passagem, ou estão sendo utilizados para cobrir outros custos dentro da administração municipal?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Eu não sei lhe precisar qual está sendo a destinação desses recursos.

O SR. BRUNO PESSUTI:- A senhora lembra o valor dessa licitação?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Também não me lembro.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Então muito obrigado. Era só isso.

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Obrigada.

O SR. PRESIDENTE:- Algum Vereador tem mais alguma pergunta, alguma questão?

B

J

Queremos justificar a ausência do Vereador Chico do Uberaba, ele está adoentado, mas segunda-feira estará de pé e à ordem aqui trabalhando nesta Casa. Com a palavra o Vereador Serginho do Posto.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Obrigado, Sr. Presidente. É só uma última pergunta à Sra. Cássia, em relação à frota dos ônibus híbridos. (L). No seu entendimento, essa frota deveria ter sido licitada ou apenas o aditamento do contrato na sua visão em relação à decisão que foi feita pela escolha da Urbs em implementar essa nova tecnologia no sistema de transporte coletivo? Em algum momento o departamento opinou ou foi consultado a respeito desses ônibus? Essa era a pergunta. E também se o fato dessa frota, naquele momento em que a Urbs optou pela escolha desse ônibus, e nós entendemos que é uma escolha do ponto de vista ambiental, ele oferece uma condição melhor para a cidade, para os usuários, mas também esse valor onerou muito no custo da planilha da tarifa, então, se naquele momento o seu departamento, vocês foram ouvidos em relação a essa opção de compra e também se foi uma escolha do Prefeito Luciano Ducci ou por parte de outros que, na época, fizeram essa opção de escolha pela marca e pela escolha dessa nova tecnologia do ônibus.

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Exa., a área da qual fazia parte em nenhum momento foi consultada a respeito dessa questão, e também por se tratar de uma questão técnica, bastante específica, eu não sei lhe precisar de quem foi a decisão, não sei lhe precisar os valores, não tenho conhecimento de carrocerias, marca, não faz parte da minha área de domínio.

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos ao Vereador Serginho e passamos às deliberações. O Vereador Bruno Pessuti tem alguns requerimentos para ler e depois temos que deliberar.

O SR. BRUNO PESSUTI:- (Lê) Proposição 41094/2013 de diversos Vereadores.

O SR. PRESIDENTE:- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). APROVADO.

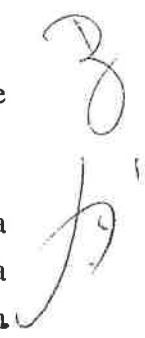
O SR. BRUNO PESSUTI:- (Lê) Proposição 41095/2013 da Vereadora Professora Josete.

O SR. PRESIDENTE:- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). APROVADO. Passamos a palavra ao Vereador Valdemir Soares para ler uma proposição desta Presidência em defesa desta CPI.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Sr. Presidente, é uma proposição da Comissão Parlamentar de Inquérito à Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Paraná. Diz os seguinte: (Lê relatório) (T)

O SR. PRESIDENTE:- Está em discussão. (Pausa). Com a palavra Vereador Geovane Fernandes.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- Sr. Presidente, para deliberar, aprendi com minha família e com meus pais, que a maior virtude de uma pessoa é o amor, o perdão. Então, gostaria de falar, como a Sra. Cassia já se retratou, para mim é o suficiente, não cabe ação penal, nem



criminal nesse momento. Já estão nos Anais da Casa os depoimentos da Sra. Cassia. Gostaria que fosse votado, sim. Gostaria que o Vereador Waldemir Soares votasse com esse requerimento também, por ela ter se retratado. Gostaria da opinião dos demais vereadores para deliberarem sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE:- Agora estamos deliberando e o seu requerimento é o próximo, é sobre essa defesa da CPI que estamos fazendo.

O SR. WALDEMIR SOARES:- Sr. Presidente, são duas situações que temos que discutir em relação a esse pedido, vamos deliberar, juntamente com os outros companheiros aqui, integrantes da CPI. Gostaria de saber qual o procedimento desse encaminhamento, se V.Exa. tem alguma data marcada para entregar pessoalmente ao Dr. Gilberto e se V.Exa. teve realmente, da forma que recebeu a notificação pelo oficial de justiça, o entendimento que não cabe só a V.Exa. esse processo ou esse documento judicial trazido a V.Exa. que cabe realmente à toda CPI? O que levou V.Exa. a entender isso e porque V.Exa. apresenta aqui para votação esse pedido em nome da CPI?

O SR. PRESIDENTE:- Essa foi a orientação da assessoria jurídica e legislativa, no sentido de que quando se atinge um membro da CPI, atinge-se toda CPI. Mas quero dizer o seguinte, independente da CPI aprovar ou não eu também acionarei esses cidadãos em nome da CPI, eu os acionarei como membros desta comissão. Acredito que se não defendermos esta CPI as pessoas vem aqui, zombam de nós. Aliás, dizem que é um bando de salafrários e nós vamos ficar calados? Todo esforço que esta CPI está fazendo para esclarecer esses fatos, a dedicação de todos os Srs. Vereadores, das Vereadoras aqui presentes, dos funcionários desta Casa, acredito que temos que tomar medidas para defender o regime democrático de direito, defender os interesses da cidade de Curitiba e defender o papel fiscalizador da Câmara Municipal e, principalmente, de nós vereadores que neste ato nos baseamos na Constituição Federal e temos os poderes próprios das autoridades judiciais. Ora, em qualquer processo, qualquer indiciado e aqui tem inúmeros advogados que podem testemunhar isso, alguém fizer qualquer tipo de ameaça a qualquer indiciado ou ao delegado ou ao juiz, ao promotor, certamente que o delegado vai representar pela prisão preventiva das pessoas para que elas possam ficar custodiadas durante o período do processo. Nesse sentido, é que vamos tomar essas medidas ou em caráter pessoal ou em caráter coletivo, mas não vamos ficar com a pecha de que essa é mais uma CPI que virou em pizza, em função de que não fomos o suficientemente firmes para defendermos as prerrogativas dos vereadores.

O SR. WALDEMIR SOARES:- V.Exa. não respondeu a minha primeira pergunta, vai encaminhar de que forma?

O SR. PRESIDENTE:- Amanhã temos uma agenda com o assessor do Dr. Glacia para marcar o dia em que vamos (a) a Câmara, conversei com o Presidente desta Casa, Vereador Paulo

3

P

Salamuni, ele vai estar junto, porque também esta CPI representa esta Casa e outros líderes partidários, e evidentemente que outros membros da CPI serão convidados, como fizemos até hoje em todos os momentos.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Sr. Presidente, sinto-me respondido. Vou aguardar o encaminhamento dos outros pares para deliberarmos esse assunto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:- Certo, agradeço.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a suspensão por cinco para reunião com os membros desta CPI. É possível?

O SR. PRESIDENTE:- Antes de suspendermos, podemos passar a palavra para a Dra. Cássia Aragão...

O SR. VALDEMIR SOARES:- Sr. Presidente, eu pediria que não, quero depois discutir a questão do meu requerimento que eu fiz aqui em relação a posição pública que a interrogada fez em relação a esta Casa ou a esses Vereadores ou a funcionários da Urbs.

O SR. PRESIDENTE:- Vamos suspender por cinco minutos e vamos nos reunir na sala dos Vereadores os membros da CPI. Ah, sim, o nosso vice-Presidente, Vereador Serginho do Posto, nos lembra que temos várias Atas para votarmos.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- É só deliberação de Atas, já foram disponibilizadas por meio eletrônica a Ata da 9ª reunião extraordinária, a Ata da 11ª reunião ordinária e a Ata da 10ª reunião ordinária da mesma Comissão. Então, seriam essas três Atas.

O SR. PRESIDENTE:- Está em deliberação a Ata da 9ª reunião extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito do transporte coletivo. (Pausa). APROVADA.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Só um porém, eu vou precisar sair, acho que não vai ter quórum para continuidade dessa Comissão.

O SR. PRESIDENTE:- Por favor, permaneça mais um minutinho.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Não tem como.

O SR. PRESIDENTE:- Estamos deliberando, é um minuto. À tarde as pessoas já justificaram que não vão vir, os dois, acabei de receber. Ata da 11ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). APROVADA. (Pausa). A Ata da 10ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito. Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). APROVADA. Está suspensa a reunião por cinco minutos.

(Está suspensa a reunião).



O SR. PRESIDENTE:- Está reaberta a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito e eu passo a palavra ao Dr. Edson Abdala, advogado da Da. Cássia Aragão, para as suas considerações finais.

O SR. EDSON ABDALA:- Sr. Presidente e Srs. Vereadores, as minhas palavras são de agradecimento, a qualidade dos trabalhos desta CPI, da vossa Presidência e especialmente das perguntas que foram dirigidas a Cássia, todas elas muito apropriadas demonstrando um profundo estudo da matéria e dentro do que lhe cabia responder, ela tentou fazê-lo com os princípios rígidos da moralidade e da verdade. Todas as perguntas dos Exmos. Srs. Vereadores foram muito bem recebidas por todos nós, não esperávamos nenhuma outra circunstância nesta Casa, alguns recentemente tive o privilégio de conhecer, recentemente digo a questão de ano e ano e meio, por ocasião muito pontual desta Casa e absolutamente, vexa saiba, que nós temos a certeza que não só o povo de Curitiba mas o seus pares também devem estar muito felizes com esta CPI, com a profundidade que ela tem avançado e com certeza muitas coisas boas (A) dela advirão. Agradecemos também, especialmente, as perguntas mais específicas e as mais graves, porque possibilitaram à Cássia responder a medida da sua possibilidade, inclusive, uma retratação que tenho certeza será considerada por todos e separarão o joio do trigo nestes episódios. Agradecendo-lhe e com profunda admiração, sob vossa Presidência hoje encerro estas modestíssimas palavras.

O SR. PRESIDENTE:- Nós é que agradecemos a contribuição do Dr. Edson Abdala e passamos a palavra a Sra. Cássia Aragão, para suas considerações finais.

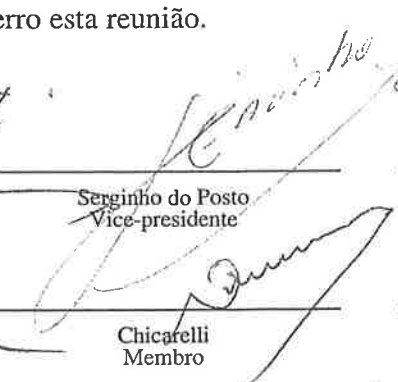
A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Mais uma vez gostaria de agradecer a oportunidade que tive de estar aqui perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, de poder prestar alguns esclarecimentos, de poder trazer um pouco do conhecimento que tenho especificamente na área de licitação, de poder de alguma forma, ainda que modesta, fazer parte de um processo que acredito que vai culminar com a redução da tarifa ou assim espero que esses estudos levem a novas práticas e a novas formas da administração encarar essa questão que é tão importante para a população. Gostaria também de agradecer os questionamentos que os vereadores me fizeram, achei todos muito pertinentes, acho realmente que V.Exas. estudaram bastante o processo, se debruçaram, sabem do que estão falando, sabem do que estão tratando e a população de Curitiba pode realmente se orgulhar dos seus Vereadores que tem tratado das questões da cidade com tanta seriedade. E também quero aqui aproveitar a oportunidade para mais uma vez me retratar e solicitar que V.Exas. me desculpem se de alguma forma ou de alguma maneira se sentiram ofendidos com as palavras que coloquei no meu Facebook. E mais uma vez afirmar que essas palavras não foram dirigidas nem aos Srs. Vereadores e nem as pessoas da empresa em que trabalho. Muito obrigada, bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos as suas palavras. Diante de uma viagem do Sr. Abujamra a Brasília, ele coloca inclusive anexas as passagens, e também do representante do

Setransp. Então, fica prejudicada a acareação de hoje à tarde e agendaremos para um outro dia. Também recebemos uma correspondência do Sr. José Renato de Almeida Rodrigues que virá na próxima quinta-feira pela manhã, ele que foi Presidente do ICI. Então, os demais assuntos deliberaremos na próxima segunda-feira numa reunião administrativa após a Sessão Plenária. Agradeço a presença de todos e encerro esta reunião.



Jorge Bernardi
Presidente



Serginho do Posto
Vice-presidente



Bruno Pessuti
Relator(a)



Valdenir Soares
Vice-relator(a)



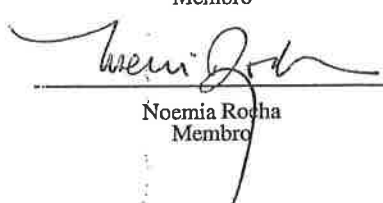
Chicarelli
Membro

Cristiano Santos
Membro



Geovane Fernandes
Membro

Mauro Ignacio
Membro



Noemia Rocha
Membro

Paulo Rink
Membro



Professora Josele
Membro

Tiago Gevert
Membro





Câmara Municipal de Curitiba

NOTIFICAÇÃO DE VEREADORES

CPI Transporte 13ª/2013 de 10/10/2013

Data / Hora da Notificação: 23/10/2013 - 15:40

Resultado da Notificação:

Sucesso:

Sucesso: email enviado para 'Jorge Bernardi'.
Sucesso: email enviado para 'Chicarelli'.
Sucesso: email enviado para 'Chico do Uberaba'.
Sucesso: email enviado para 'Cristiano Santos'.
Sucesso: email enviado para 'Geovane Fernandes'.
Sucesso: email enviado para 'Mauro Ignacio'.
Sucesso: email enviado para 'Noemia Rocha'.
Sucesso: email enviado para 'Paulo Rink'.
Sucesso: email enviado para 'Professora Josete'.
Sucesso: email enviado para 'Tiago Gevert'.
Sucesso: email enviado para 'Bruno Pessuti'.
Sucesso: email enviado para 'Serginho do Posto'.
Sucesso: email enviado para 'Valdemir Soares'.

ExpressoLivre - ExpressoMail

Enviado por: "Vivian Davdson S. S. Cordeiro" <vcordeiro@cmc.pr.gov.br>
De: "Taquigrafia da CMC" <taquigrafia@cmc.pr.gov.br>
Para: "Robson Sabino Teles da Silva" <robson.silva@cmc.pr.gov.br>, "Aline Cristine Dana" <aline.dana@cmc.pr.gov.br>
Data: 23/10/2013 08:58 (05:20 atrás)
Assunto: Autorização para correção.

Eu, Vivian Cordeiro, chefe da Divisão de Taquigrafia, autorizo correção na Ata da CPI que investiga o transporte coletivo de Curitiba, realizada no dia 10/10/13, no parágrafo que segue subscrito.

Obs: O parágrafo abaixo já está com as devidas correções feitas pela Divisão de Taquigrafia.

A SRA NOEMIA ROCHA:- Quanto tempo se estudou a confecção desse edital?

A SRA. CÁSSIA RICARDO ARAGÃO:- Eu não estudei a confecção desse edital, conforme afirmei anteriormente, eu participei da elaboração nas questões procedimentais. Esclareci a Professora Josete, que um processo licitatório, ele se divide em duas fases, interna e externa. A fase interna é a elaboração, subsídios, documentos, valores. Na fase interna, participei da elaboração na questão procedimental. Na fase externa, da coparticipei como membro da comissão especial de licitação, verificando todos os documentos e participando das decisões quanto a habilitação e classificação dos consórcios que participaram.



Câmara Municipal de Curitiba

ATAS DAS REUNIÕES

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO
PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO
TRANSPORTE COLETIVO DE CURITIBA

Ata da 13ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo, realizada no dia quinze de outubro de dois mil e treze, às quatorze horas, sob a presidência do Vereador Jorge Bernardi, Presidente.- Foi declarada aberta a reunião, com a presença dos Vereadores integrantes da Comissão: Jorge Bernardi, Bruno Pessuti, Chico do Uberaba, Serginho do Posto, Valdemir Soares, Geovane Fernandes, Paulo Rink, Tiago Gevert, Chicarelli e Noemi Rocha, bem como do Vereador Paulo Salamuni, Presidente do Legislativo.- O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Vereador Paulo Salamuni, que fez a saudação oficial em nome deste Legislativo aos convidados.- A seguir, o Senhor Presidente convidou para fazer parte da Mesa os representantes do Movimento de Luta pela Tarifa: Celso Monteiro, Letícia Camargo e Luiz Castro, esclarecendo que os mesmos serão ouvidos como informantes.- Foi concedida a palavra ao Senhor Celso Monteiro, que agradeceu a oportunidade de debater a problemática do transporte coletivo em nossa Cidade e iniciou a leitura de documento com as reivindicações do Movimento de Luta pela Tarifa.- Com a palavra a Senhora Letícia Camargo, que deu continuidade a leitura do documento.- Foi concedida a palavra ao Senhor Luiz Castro, que fez a leitura final do documento e concluiu afirmando que a Frente permanecerá organizada até conseguir seus objetivos.- O Senhor Presidente concedeu a palavra à Doutora Clair da Flora Martins, da Plenária Popular do Transporte Coletivo, que disse que a CPI deverá apontar as ilicitudes do Edital de Licitação e que o Prefeito Gustavo Fruet declare o rompimento do contrato vigente; defendeu também a participação popular na discussão de um Plano de Mobilidade Urbana com a Câmara Municipal e a Prefeitura de Curitiba.- Com a palavra o Senhor Valdir Mestriner, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Urbanização do Paraná - Sindiurbano PR, que afirmou que o Executivo Municipal possui condições para a anulação dos contratos; concluiu, dizendo que é preciso voltar com as mobilizações, uma vez que a CPI está chegando ao final dos seus trabalhos.- O Senhor Presidente colocou em votação a proposição do Vereador Chico do Uberaba, que solicita diligência à URBS na data de amanhã, a qual em votação foi **aprovada**.- Em seguida, foi concedida a palavra aos convidados para manifestações gerais.- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a Reunião, convocando outra, Ordinária, para quinta-feira, dia dezessete de outubro, às 9 horas.- Do que para constar, nós, Edson Rebello e Patrícia de Andrade, Redatores, lavramos a presente Ata, que depois de lida, será assinada pelos Vereadores integrantes da Comissão.

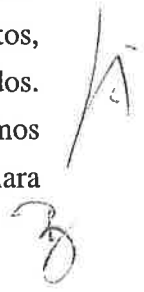
NOTAS TAQUIGRÁFICAS:

(1) ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO TRANSPORTE COLETIVO DE CURITIBA, CONVOCADA PARA APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO TRANSPORTE COLETIVO DE CURITIBA, REALIZADA NO DIA 15 DE OUTUBRO DE 2013, SOB A PRESIDÊNCIA DO VEREADOR JORGE BERNARDI, PRESIDENTE.

Às 14h05min, inicia-se a reunião, com a presença dos Vereadores: Jorge Bernardi; Paulo Salamuni; Bruno Pessuti; Serginho do Posto; Chicarelli; Noemia Rocha; Paulo Rink; Geovane Fernandes; Chico do Uberaba; Valdemir Soares; Tiago Gevert.

O SR. PRESIDENTE:- Invocando as bênçãos e a proteção de Deus para declararmos aberta a reunião administrativa da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o transporte coletivo de Curitiba. Passo a palavra ao presidente desta Casa, Vereador Paulo Salamuni, para que faça uma saudação a todos os presentes.

O SR. PAULO SALAMUNI:- Boa tarde a todos. Bem vindos à Câmara Municipal de Curitiba, sede do poder legislativo, casa do povo da nossa cidade. E conforme várias reuniões com os diversos movimentos, numa dessas reuniões nos foi sugerido que pudesse haver uma conversa com a sociedade, e que a Câmara pudesse ouvir as reivindicações dos diversos movimentos, sugestões, uma troca de ideias. E a Câmara Municipal de Curitiba tem procurado fazer a sua parte em todos os sentidos. Hoje vivemos um momento em que a transparência é uma estrada sem volta, não existe mais ser representante popular, ter um parlamento aberto que não se dê a satisfação absoluta de todos os atos, de todos os momentos, e de todas as formas possíveis. Eu sempre procuro rememorar. Estamos há nove meses de uma nova legislatura. Há um ano houve eleições municipais para prefeito e vereadores. Somos trinta e oito vereadores na cidade de Curitiba. Hoje, salvo engano, com dezesseis partidos representados, exatamente metade dos partidos nacionais representados aqui. Todos esses vereadores que tem posições distintas, cada um tem segmentos, ideologias, e a riqueza do parlamento é exatamente essa diferença entre nós em todos os sentidos. E um parlamento aberto é sinônimo de liberdade e de democracia. Nessa legislatura, ao entrarmos os trinta e oito vereadores, já por força de um acordo que vinha se arrastando há anos na Câmara

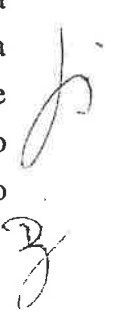


Municipal, com o Ministério Público, e por força desse acordo, mas foi uma decisão desses vereadores para por fim a tudo isso, houve a extinção de duzentos e quarenta e seis cargos em comissão. Depois, mais tarde, e fruto de uma CPI anterior a essa que aconteceu, encerramos aqui os contratos de publicidade. Não há mais nenhum real para propaganda de vereador, ou desta Casa, em que órgão seja, independente do tamanho dele, de bairro, de rádio, grandes emissoras de televisão, jornais de grande circulação, não há mais absolutamente nada. Só para vocês terem uma ideia, de 2006 a 2010 foram trinta e quatro milhões de reais, que era dinheiro público. E nós acabamos, sepultamos esse tipo de situação. Em nove meses foram mil reais para publicar editais de lei, editais de audiência pública, editais de licitação, que é legal e para certame público. No orçamento da Câmara Municipal de Curitiba nós devolvemos à prefeitura, além de não termos gasto, dez milhões de reais para que pudesse ajudar a subsidiar a tarifa do transporte coletivo em quinze centavos. Esses dez milhões foram uma ajuda significativa autorizada pelos trinta e oito vereadores da Casa. E não exitamos um minuto, aqui estão os vereadores Chicarelli, Noemia Rocha, Bruno Pessuti, Jorge Bernardi, presidente da CPI, Serginho do Posto, Valdemir Soares, Geovane Fernandes, Paulo Rink, Chico do Uberaba, todos de partidos distintos, membros da CPI. Portanto, eu queria agradecer a essa CPI pelo trabalho que tem feito em prol da cidade. A própria CPI é testemunha de que nós não aceitamos a pressão externa de qualquer espécie de poder no sentido de poder econômico, de constranger essa comissão. Ela tem uma liberdade absoluta de ação, como é próprio das CPI's. E talvez Curitiba tenha sido uma das poucas capitais que seguiu à frente e instalou uma CPI. A grande reivindicação da maioria das cidades, capitais, cidades grandes, é exatamente que haja uma CPI, uma sindicância, uma investigação sobre os contratos do transporte coletivo. E exatamente por não ter essa independência que tem a câmara de Curitiba, acaba se criando impasses invencíveis em várias câmaras por esse Brasil. E dessa forma eu agradeço, Vereador Jorge Bernardi, a todos os integrantes, por intermédio de V.Exa. O Vereador Jorge Bernardi é um vereador experiente, já foi presidente desta Casa, é professor, é um jurista, e tem conduzido com o maior cuidado, a maior isenção. Porque nós sabemos o tamanho da responsabilidade que isso vai ocasionar para fora. Chegou a hora de passar esse país a limpo. E se não tivemos a oportunidade de mudar o começo, juntos vamos mudar o final dessa história. No começo ele não nos pertenceu. Também não sabemos como chegou aqui. Mas o final vamos mudar. Dou as boas vindas a todos. Hoje é uma audiência para que possamos ouvir a todos. Quero agradecer a forma. Está aqui o compromisso nosso. Eu tenho participado diretamente de poucas reuniões da CPI. Mas nessa fiz questão de vir para ouvir a população, ouvir o povo da cidade representado por vocês. A maioria dos vereadores da CPI estão aqui. Foi uma sessão extraordinária para poder ouvi-los, e para em meio a essas inúmeras reuniões que estão acontecendo começar a formatar o relatório final, fazer aquilo que é possível fazer, o que não é, dizer porquê não se pode, mas sempre de forma muito franca. Já dizia um grande líder que resistiu à ditadura, Dom Helder Câmara, que esteve aqui várias vezes, pequenino, mas um gigante na luta contra a ditadura: conversa franca faz bons amigos. E nós estamos aqui para fazer bons amigos. Esta Casa é dos senhores e vamos a partir de agora ouvi-los. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE:- Quero convidar para fazer parte da mesa o Sr. Celso Monteiro, da Frente de Luta Pelo Transporte; também a Sra. Letícia Camargo, da Frente de Luta Pelo

Transporte; Sr. Luís Castro, da Frente de Luta Pelo Transporte. Registramos a presença do Sr. Valdir Mestriner, diretor presidente do Sindiurbano/Paraná. Quero informar a todos que o trabalho da CPI é um trabalho de investigação. Essa é uma reunião especial e vamos ouvir os representantes da Frente de Luta pelo Transporte. Esse movimento que é a voz das ruas (m) que iniciou as manifestações de rua pela redução do custo do transporte coletivo de Curitiba. Informo que vocês estão sendo ouvidos na CPI, na condição de informantes da própria CPI. Normalmente ouvimos pessoas aqui na condição de testemunha, investigado e informante. Concedemos a palavra ao Sr. Celso Monteiro. Quero também registrar a presença da ex-Deputada e ex-Vereadora desta Casa, Dra. Clair da Flora Martina. O Sr. Pedro Henrique da Unicuritiba. O Sr. Olinto Evaristo da Brunis, Geanini Cabral e o Sr. Daniel de Castro. Passamos a palavra ao Sr. Celso Monteiro.

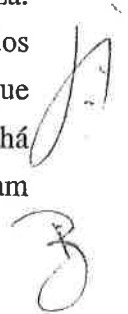
O SR. CELSO MONTEIRO:- Boa tarde. O prazer de estar aqui representando a frente de luta pelo transporte ao lado de companheiros de luta que desde o começo deste ano viemos construindo a luta, os camaradas do PSOL, PSTU, Quebrando o Muro, os companheiros da rede. E de tantos outros coletivos estudantis e movimentos sociais que vem ao longo deste ano construindo a frente de luta. É um prazer poder estar aqui hoje falando a vocês. Queria agradecer a presença da Guarda Municipal, fazendo a nossa segurança. Esperamos que as forças públicas sirvam para prender o cartel do transporte coletivo de Curitiba. Srs. Vereadores falo em nome da frente de luta pelo transporte. O relatório do Tribunal de Contas do Estado, divulgado no último dia 16, diversas irregularidades do contrato entre as empresas do transporte coletivo e a Prefeitura de Curitiba, mostrou a revolta e indignação dos milhares de manifestantes que tomaram as ruas de Curitiba, no mês de junho, pedindo a redução da passagem. Srs. Vereadores os problemas que afligem hoje o transporte coletivo de Curitiba e vocês sabem bem, não podem ser reduzidos a meros erros de uma licitação equivocada. Ainda que para nós é claro que essa licitação que vigora hoje é uma verdadeira fraude, um crime quanto ao interesse público organizado pelos usuários do transporte coletivo e colocado em prática pelo então, Prefeito e atual Governador Beto rixa, em 2009. Articulou politicamente a viabilidade dessa licitação fraudulenta. Os problemas que hoje são evidentes, são frutos de uma série de fatores que vem se acumulando ao longo dos anos. Hoje nos colocam(a) diante dessa situação dramática e vergonhosa. Não nos cabe aqui fazer um resgate histórico dos fatos, nem uma exposição dos referenciais teóricos que legitimam nossas análises e reivindicações. No entanto, é importante deixar claro alguns pressupostos dos quais partiremos para expor nossas reivindicações. Primeiro pressuposto: o crescimento populacional de Curitiba a partir da década de 50 levou a administração pública de Curitiba a tomar providências com relação ao desenvolvimento urbano. Esse crescimento populacional se explica por meio do que conhecemos como êxodo rural, que nada mais é do que o processo de expulsão em massa dos pequenos agricultores e camponeses da zona rural em benefício dos grandes latifundiários e empresários do agronegócio. Em trinta e um anos, de 1960 a 1991 a população urbana do Paraná saltou de um milhão e trezentos e dez mil para seis milhões e duzentos mil. Ou seja, em trinta anos mais de cinco milhões de pessoas passaram a morar nas cidades. O Município de Curitiba e Região Metropolitana absorveram grande parte desse contingente populacional, o que levou o poder público a repensar o planejamento urbano de Curitiba. Em meados da década de 60 o



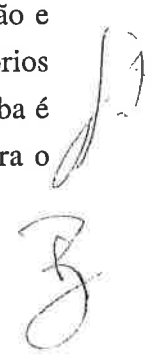
planejamento urbano de Curitiba começa a ser esboçado, esse projeto de desenvolvimento urbano, e isso é importante que fique claro, Srs. Vereadores, foi idealizado, gestado e colocado em prática pelos intelectuais e tecnocratas que tinham a simpatia ou mesmo eram aliados da ditadura empresarial militar. Jaime Lerner é um dos protagonistas da implementação desse projeto de desenvolvimento urbano. Projeto de desenvolvimento urbano pensado pela Ditadura que todos aqui sabem o que representou no nosso país. Com a implementação do PPU - Plano Preliminar de Urbanismo em 1965, e com a aprovação do plano diretor da cidade, conhecido como Plano Serete, em 1966, a administração pública de Curitiba concentrou suas riquezas na vizinhança dos eixos estruturais de desenvolvimentos, aquelas canaletas de ônibus, uma rápida que vai e outra que vem, todos conhecem. A concentração de investimentos públicos ao longo dos eixos estruturais de desenvolvimento passou a valorizar os imóveis em torno desses eixos, o que gerou um processo de especulação imobiliária que enriqueceu empresários do ramo imobiliário e em poucos anos expulsou para a periferia da cidade a população pobre de Curitiba. Para sustentar essa política de expulsão da população pobre para a periferia da cidade, em benefício dos empresários do ramo imobiliário, foi articulado um sistema de transporte que viabilizasse que as pessoas da periferia pudessem se deslocar até as fábricas, comércio e locais de trabalho para servir de mão de obra barata para os empresários. Queremos demonstrar com essa breve introdução que desde o início o planejamento do transporte coletivo de Curitiba está vinculado a um projeto de desenvolvimento urbano capitalista, que é contrário ao interesse popular. Os empresários e as elites ao mesmo tempo em que expulsaram a população pobre para a periferia viabilizaram por meio de um sistema de transporte coletivo o deslocamento de um exército de miseráveis concentrados na periferia para os seus locais de trabalho, onde vendem a sua força de trabalho em troca de um salário de fome. Se hoje é possível constatar que existem políticos e empresários que se beneficiam com as irregularidades do transporte, é também verdade que desde o seu início o planejamento do transporte coletivo está vinculado a um projeto excludente de cidade que as custas do suor da classe trabalhadora beneficia apenas meia dúzia de empresários e a mais ninguém. Passo a palavra à companheira Letícia.

O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra a Sra. Letícia Camargo (c), da Frente de Luta pelo Transporte.

A SRA. LETÍCIA CAMARGO:- Boa tarde a todos. Boa tarde aos vereadores e vereadoras presentes, boa tarde à Frente de Luta pelo Transporte, também aos outros movimentos que estão aqui hoje e que estão na mesma luta desde junho nas ruas acompanhando tudo o que está acontecendo. Vou continuar agora focando na licitação. (Lê) "Srs. Vereadores, a licitação fraudulenta dos transportes, hoje motivo de investigação desta Casa, é apenas uma expressão da lógica de desenvolvimento que norteia o que alguns chamam de "cidade modelo". Nessa CPI estão em jogo interesses antagônicos e inconciliáveis que nós da Frente de Luta sabemos com clareza. De um lado o interesse público, representado pelo interesse dos trabalhadores e trabalhadoras, dos estudantes, dos desempregados e das desempregadas, movimentos sociais e as demais pessoas que dependem do transporte coletivo da cidade. Do outro lado o interesse dos empresários que há décadas é um dos principais grupos econômicos políticos da cidade e que ano após ano financiam


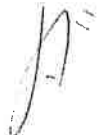


a campanha de prefeitos, de vereadores, de governadores em troca de privilégios econômicos e em troca de proteção política. O Prefeito Gustavo Fruet que teve como um dos motes de sua campanha eleitoral a abertura da caixa preta da Urbs, e que inclusive em seu discurso de posse assinalou mais de uma vez o seu compromisso com essa causa, hoje omite os escândalos divulgados por essa CPI e pelo relatório do TCE. Recentemente inclusive em uma entrevista para o Bem Paraná o prefeito afirmou que o relatório do tribunal de contas ainda não foi votado, portanto nos permite a interpretação de que ele não considera essas denúncias. Além disso, quando o prefeito foi questionado sobre as soluções que já foram apontadas em documentos já publicados não somente do TSE, mas também, por exemplo, da comissão de análise da tarifa da Urbs, ele recorreu ao argumento de impossibilidade de ação por consequência de quebra de contrato. É importante lembrar a todos aqui presentes que não foi só uma vez mas algumas que a plenária popular do transporte, da qual inclusive temos representantes aqui hoje nesta sessão, já rebateu esse argumento de quebra de contrato. E apresentou inclusive soluções referentes a esse problema. Agora nós, da Frente, gostaríamos de saber o seguinte: o posicionamento do Fruet é causado por ignorância, ou seja, por ignorar o clamor das ruas e as diversas denúncias de irregularidades, ou por conivência com os fatos? Existem aqueles que dizem que a justificativa é a covardia do prefeito, pois ele sabe e teme que ao se opor aos interesses dos empresários do transporte ganhará inimigos políticos grandes e muitos poderosos. Seja por ignorância, seja por conivência ou por covardia, o fato é que na qualidade de chefe do Executivo o Prefeito Gustavo Fruet deveria primar pelo interesse público e defender os trabalhadores e trabalhadoras que o elegeram. Ao não se posicionar politicamente em defesa de resolução definitiva desses problemas do transporte, e mais, ao assumir publicamente que ainda é possível que a tarifa volte a subir, Fruet mostra-se a favor da manutenção do atual sistema e por consequência está assumindo os interesses dos empresários em oposição ao interesse popular. Não podemos deixar de afirmar aqui na frente de todos que quem é conivente com o crime, criminoso o é. (Palmas) Nesse sentido, ou o prefeito anula e cancela as licitações e contratos ou estará sendo cúmplice do cartel e da quadrilha do transporte público de Curitiba. A Câmara Municipal (e) também chamamos essa responsabilidade. Analisar, considerar os fatos levantados pela comissão de análise da tarifa da Urbs, os recentes relatórios do Tribunal de Contas do Estado, a plenária popular do transporte e também o relatório elaborado por esta Casa, pela CPI dos Transportes. Esperamos que V. Exas. não apoiem a quadrilha dos transportes, que administra esta Cidade em seu próprio proveito. A frente de luta também apresentou propostas aqui para a Câmara Municipal, um decreto que exija a anulação imediata dos contratos, a estatização da Urbs, a revogação do preço da passagem de segunda à sábado para dois e vinte e cinco, e um real no domingo. E uma subsequente audiência pública para definição do funcionamento e tarifamento do transporte, mediante os termos já colocados na proposta do decreto. Esperamos que a Câmara Municipal de Curitiba e a Prefeitura Municipal de Curitiba, órgãos máximos desta Cidade, demonstrem um real compromisso com a população e acolham a iniciativa já protocolada da Frente de Luta pelo Transporte. Os últimos relatórios anunciam e não deixam mais espaço para dúvidas. O custo da tarifa do transporte em Curitiba é um roubo ao bolso dos seus usuários. Muito obrigada. (Palmas). Passo a palavra agora para o Luiz.



O SR. PRESIDENTE:- Concedemos a palavra agora ao Sr. Luiz Castro, também da Frente de Luta pelo Transporte.



O SR. LUIZ CASTRO:- Boa tarde a todos que estão presentes. Fico muito feliz de estar aqui e de estar participando da organização disso. Temos que deixar claro que inclusive dividimos as falas justamente porque queremos que apareça a "cara" desse movimento, que são várias pessoas. Não estamos aqui falando em nosso nome, planejamos coletivamente este discurso. Agradecer principalmente pela presença daqueles que são os lutadores pelo transporte, que não se deixam oprimir por aquilo que é o transporte público desta Cidade, mas que ousam lutar e estão presentes aqui hoje. Vou dar continuidade a fala que a Frente de Luta preparou. (Pausa). Tem se espalhado pela mídia corporativa que o cancelamento dos contratos beneficiaria os empresários, que receberiam uma indenização compensatória. Nós da Frente de Luta não queremos o mero cancelamento, mas sim um cancelamento que leva em conta as irregularidades desse contrato. Diante dos fatos, queremos a criminalização do quartel do transporte, sua condenação. (Palmas). Sua condenação pelos crimes quotidianos que cometem contra a população desta Cidade, e a devida devolução do espólio da população aos cofres públicos, que devem retornar em serviço para a própria população. Mas a Frente de Luta pelo Transporte já sabe o que temos que fazer com esse dinheiro, sugerimos que seja comprada uma frota pública de transporte. É isso que queremos que seja feito com esse dinheiro. Outra falácia que tem sido veiculada na mídia. Afirma que sem as empresas ficaria sem transporte. A frente de luta considera que o Município deve assumir esse serviço público, e garantir o funcionamento. Afinal, é um dever do poder público a garantia de ir e vir dos usuários, de todos os trabalhadores e estudantes desempregados. Não devemos deixar de ressaltar que a Frente de Luta seguirá organizada. Enquanto não tivermos garantido o nosso direito de ir e vir • Hoje só será verdadeiramente viável pela instituição da tarifa zero. Essa é a nossa certeza. Há algumas semanas protocolamos nesta Casa uma proposta de projeto de lei do passe livre para Curitiba, que busca estabelecer ao menos para os estudantes e desempregados o direito de ir e vir. O passe livre é fundamental e não acessório, para aqueles que precisam acessar os lugares de estudos, espaços que contribuem para a formação educacional complementar, como museus, bibliotecas, entre outros, que hoje estão concentrados no Centro da Cidade e inacessíveis a quem está na periferia. Para aqueles que necessitam do direito de ir e vir na procura de um emprego, para o direito a um trabalho que é um direito mínimo. Estamos diante de uma situação histórica, como poucas vezes aconteceu na política municipal. Presenciamos hoje as condições políticas, jurídicas e econômicas para a transformação do transporte coletivo de Curitiba. Basta haver boa vontade política dos Srs. Vereadores, bem como do Prefeito Gustavo Fruet. Acreditamos que é possível que o transporte coletivo de Curitiba tenha no interesse da maioria da população sua razão de ser. Nós da Frente de Luta somos (κ) hoje fora de organização e articulação política que atua com voz e interesse popular, como expressão política da reivindicação que brota das ruas, como pedra no sapato dos empresários que são inimigos do povo. (Palmas). Reforçamos que as medidas sugeridas pela Frente de Luta pelo Transporte Público de Curitiba devem ser assumidas pelo poder público desta Cidade em caráter de urgência, para que hajam correções nas distorções na administração do transporte público de Curitiba o mais breve possível. Esperamos que os administradores não sejam coniventes com o crime do cartel, ou melhor, da quadrilha do



transporte. Não poderemos corrigir os erros do passado, porém devemos adotar medidas que visem restituir aquilo que foi resultado da população. Para a Frente isso é o mínimo a ser feito. Realmente, não devemos aceitar que fiquem impunes esses criminosos que hoje se beneficiam do transporte público e lucram com o que deveria ser o direito do povo, da classe trabalhadora dessa Cidade. Portanto, exigimos do Sr. Prefeito Gustavo Fruet e do conjunto dos Vereadores desta Casa redução imediata e congelamento da tarifa em dois e vinte e cinco de segunda a sábado, e um real aos domingos, anulação imediata do contrato da Prefeitura com as empresas de transporte coletivo, municipalização do transporte coletivo sob controle popular, ressarcimento dos cofres públicos dos valores cobrados irregularmente pelos empresários dos usuários ao longo desses anos. Esse dinheiro deve ser revertido para adquirir uma frota pública.; criminalização e punição exemplar dos empresários e políticos responsáveis por essa espoliação cotidiana a que somos submetidos; passe livre estudantil e para desempregados. Termino, concluindo minha fala, afirmando o seguinte: transporte público não é mercadoria, ele é um direito popular e vai ser garantido aqui pela força da lei, ou nas ruas pela força do povo! (Manifestações da plateia).

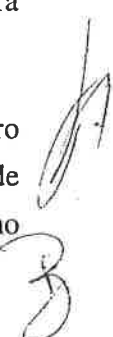
O SR. PRESIDENTE:- Nós passamos a palavra a Dra. Clair da Flora Martins, da Plenária Popular do Transporte, e depois vamos abrir a todos os participantes por dois minutos. As pessoas interessadas poderão fazer suas inscrições com o Vereador Valdemir Soares.

A SRA. CLAIR DA FLORA MARTINS:- Boa tarde a todos. Queria saudar o Presidente da Câmara, Vereador Paulo Salamuni, o Vereador Jorge Bernardi, Presidente da CPI do Transporte, demais Vereadores, e todos os jovens cidadãos que participaram das manifestações públicas em defesa de um transporte de melhor qualidade e de um baixo custo, dentro das condições da população. Não estava preparada para falar em nome da Plenária de Transporte, mas como participo desse agrupamento, dessa Frente de Luta, quero colocar aqui as posições desta Frente de Luta em função de todos os trabalhos desenvolvidos por várias entidades no curso de alguns anos. Como é de conhecimento de todos, algumas pessoas, cidadãos de Curitiba, representantes dessas entidades, inclusive eu, ingressamos com uma ação popular em 2010 pedindo a nulidade do edital de licitação do transporte coletivo. Nós, naquela época, já considerávamos que o edital estava eivado de nulidades e pedimos ao Judiciário que declarasse a nulidade do edital. Infelizmente, pela ausência das manifestações populares (m), essa ação foi julgada improcedente, e depois foi ao Tribunal Regional, que não apreciou o mérito, mas assim mesmo condenou os autores daquela ação popular por litigância de má-fé, por lide temerária, inclusive condenando esses autores dessa ação popular a pagamento de custas e honorários advocatícios e multa estipulada pelo judiciário. Essa ação ainda tramita até hoje. E nessa ação nós alegamos várias ilicitudes, como por exemplo, a incompetência da Urbs para publicar aquele edital nos termos colocados. Alegávamos ainda a inexistência de um plano de mobilidade urbana que contemplasse uma possibilidade de termos um plano multimodal de transporte, não só com os ônibus, ciclofaixas, também um transporte utilizado por metrô ou por outros tipos de transporte. Alegávamos também um favorecimento da licitação para as atuais operadoras do sistema. Alegávamos ainda que havia um cartel entre as empresas concorrentes, porque elas se agruparam de tal forma que não houve concorrência. Cada grupo, cada consórcio deu o lance em apenas um



dos blocos, os blocos foram divididos em três, de forma que não houve concorrência entre os três consórcios que participaram daquela licitação. Mas foram outros tantos argumentos, fundamentos que colocamos naquela ação popular. Felizmente, passados alguns anos, o Tribunal de Contas do Estado não só referendou aqueles fundamentos constantes daquela ação popular, mas também anunciou outras ilicitudes do edital de licitação. Também a Urbs implementou uma comissão para investigar não só o edital, mas diversas irregularidades no sistema da planilha de transporte em Curitiba. E a conclusão dessa comissão foi também no sentido de que havia ilicitudes no edital e também na planilha de transporte de Curitiba e Região Metropolitana. Os sindicatos que integram essa Frente Popular de Transporte também apresentaram ao Prefeito Municipal, ao Ministério Público e demais autoridades, à Câmara Municipal, um estudo que concluiu que não só havia inúmeras ilicitudes e irregularidades naquele edital e na planilha de transporte, mas que também havia um conluio das empresas que participaram daquela licitação, um conluio entre as empresas e a própria administração. E o que é que se verificou nesse estudo? Verificou-se que as cartas de fiança oferecidas pelos três consórcios foram feitas por um único banco, e também que tinham uma numeração sequencial. Isso quer dizer que essas cartas de fiança foram feitas no mesmo banco, no mesmo momento e tinham uma numeração sequencial: 1, 2, 3, por exemplo. (L). E também os requerimentos demonstram que o formulário de apresentação dessa carta de fiança foi feito pela mesma pessoa e também contendo os mesmos erros, inclusive de grafia. Isso demonstra aquilo que nós já colocávamos naquela ação popular, que havia um cartel e um conluio entre as empresas e administração pública. Diante de todos esses fatos e investigações que estão sendo feitos aqui nesta Câmara Municipal, as entidades que representam esse movimento querem, Sr. Presidente e Srs. Vereadores, que a Câmara Municipal de Curitiba indique as ilicitudes do edital de licitação de transporte, que o Ministério Público complemente as investigações, nós queremos que o Tribunal de Contas conclua pela nulidade do edital de licitação e que o Sr. Prefeito, por fim, declare a nulidade desse edital do transporte público de licitação aqui em Curitiba e Região Metropolitana. E aí, as nossas propostas vão mais além, nós queremos que a população discuta, juntamente com a Câmara Municipal de Curitiba e o Prefeito um plano de mobilidade urbana, que o edital de licitação seja feito com a participação da sociedade de Curitiba e região metropolitana. Nós queremos, Sr. Presidente, Srs. Vereadores e demais pessoas aqui presentes, que a população, Município e a Câmara discutam o destino dessa empresa, que é a Urbs, discuta ainda a necessidade de uma Secretaria de Transporte em Curitiba que opere o sistema. E, por isso tudo, nós temos confiança, Sr. Presidente e Srs. Vereadores, que o sentimento da Câmara, dos seus representantes estarão em consonância com o sentimento das pessoas que foram às ruas não só reivindicar um transporte de melhor qualidade, mas também nós queremos um transporte que esteja ao nível das condições econômicas da população. E, por tudo isso, conclamamos então não só à sociedade, mas aos Vereadores e demais autoridades a seguir esse caminho no sentido de buscar não só a nulidade desse edital, mas também um transporte barato e de boa qualidade para Curitiba. Muito obrigada.

A Sra. Noêmia Rocha:- Para um informe, Sr. Presidente. (Assentimento). Eu quero informar a essa reunião da CPI, já falei com o Celso e com a Letícia, nós temos uma Comissão de Legislação, mas quero dizer à frente de luta do transporte que estamos juntos, conte comigo como



Parlamentar, como cidadã, eu apoio todos os projetos e todas as sugestões de vocês. Mas eu peço minha retirada e desculpa. Obrigada.

O Sr. Tiago Gevert:- Sr. Presidente, da mesma maneira, eu preciso me retirar porque também faço parte da Comissão de Justiça.

O SR. PRESIDENTE:- Na sequência, vamos ouvir o Sr. Valdir Mestrini, representante da comissão tarifa e edital.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Sr. Presidente, eu queria fazer um adendo. Eu só queria que o pessoal do Plenário, junto com nossa assessoria, justificasse a nossa ausência na CCJ. Nós teríamos a Comissão de Constituição e Justiça começando agora às 15h, mas entendendo que é extremamente relevante o que está sendo discutido aqui, eu gostaria que a assessoria da CPI pedisse a dispensa dos integrantes que fazem parte da CCJ para acompanhar a reivindicação (n) de todos aqui presentes.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Eu não sei se seria possível devido ao quórum da comissão, que tem alguns projetos.


O SR. VALDEMIR SOARES:- Nós teríamos um problema de esvaziar a CPI, se participássemos. Até porque são integrantes aqui da CPI os vereadores Valdemir Soares, Cristiano Santos, Noemia Rocha, Tiago Gevert.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Solicitamos a sua presença nesse momento aqui no Plenário, pedindo a dispensa da reunião da Comissão de Legislação.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Sim, e de todos os integrantes que entenderem que devem participar.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Fica acatada a sua sugestão. Encaminhamos via assessoria da Comissão a justificativa dos vereadores membros desta CPI com suas ausências na Comissão de Legislação. Com a palavra o Vereador Paulo Salamuni

O SR. PAULO SALAMUNI:- Eu quero fazer um registro histórico, e por ser algo que é importante. Eu ouvi atentamente o pronunciamento da Dra. Clair. E justiça se faça, isso pode fazer uns treze anos, mais ou menos, a vereadora Clair sempre foi uma guerreira na questão do transporte coletivo. Eu me lembro uma vez, que de tanto que solicitávamos os documentos da Urbs, por insistência, ela sempre colocando com propriedade, sabendo exatamente o que estava fazendo, a Urbs mandou uma Kombi forrada de documentos e "despejou" em frente ao Plenário antigo, fez um tapete de documentos, como se eles se sentissem ofendidos por nós, como vereadores, cumprirmos o papel de fiscalizar e legislar. E quando a vereadora fez o pronunciamento, em seguida eu ocupei a Tribuna. E na época não era um pen drive, era um disquete, e eu peguei um disquete e disse: vocês podiam ter trazido só um disquete, não precisava vir uma kombi e gastar o dinheiro público. E também a questão ambiental de tirarem milhares de




cópias, poderiam ter entregue um disquete com toda a documentação do serviço público. E dizer um pouco mais a vocês, que é importante a mobilização permanente. É importante saber quem é quem nesse processo. E o que me deixa muito satisfeito com a CPI, seguramente nós todos, como cidadãos, não falo como vereador, queremos ficar mais satisfeitos com os resultados que possam se obter, a partir do aprofundamento do estudo que ela faz, é o fato de que temos absoluta independência. Essa CPI, essa câmara, cada vereador aqui não tem canga no pescoço. Não precisamos pedir autorização para empresário, para o prefeito, para o presidente, para instalar a CPI ou para fazer qualquer tipo de atividade aqui dentro da Câmara. Um item importante, no ano de 1996, um pouco antes, tanto eu quanto o vereador Marcelo Almeida, por denunciar o cartel do transporte aqui, o grupo pró cidade que existia aqui, a partir do cartel, sofremos um atentado. E atiraram em nós, um problema seriíssimo que houve, pela denúncia. Então, essa história um dia precisa chegar ao fim. Precisamos tornar transparente tudo isso. Eu quis fazer um registro da luta da Dra. Clair, que é histórica. E também o seu nome foi muito falado por ocasião das audiências da Comissão da Verdade do Estado do Paraná, pela luta ingente nas ruas aqui, em São Paulo, em outros lugares, contra o estado totalitário pela ditadura. E agradecemos e homenageamos sempre a sua luta e esperamos que essa energia nunca acabe em você, porque ela nos entusiasma e faz com que sigamos por esse caminho. Obrigado.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- O Vereador Valdemir Soares está fazendo a inscrição de vocês e já temos aqui já seis inscritos.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Os participantes que desejarem se manifestar por dois minutos podem se inscrever.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Com a palavra o Sr. Valdir Mestriner

O SR. VALDIR MESTRINER- Boa tarde aos senhores vereadores, aos presentes, aos estudantes da cidade de Curitiba. Eu sou Valdir Mestriner, sou presidente do Sindiurbano Paraná, sindicato que representa os funcionários da Urbs. Faço parte da plenária popular dos transportes. E fiz parte da comissão de levantamento da tarifa, e faço parte da comissão de auditoria constituída pelo prefeito para fazer a auditoria no transporte coletivo de Curitiba. Vou iniciar falando da comissão que fez a verificação da tarifa do transporte coletivo. Foram levantados cento e cinco itens duvidosos que compõem a tarifa. Não é qualquer coisa. Existe mais dúvida do que esclarecimento a respeito de como está composta essa tarifa. E isso foi um trabalho concluído, foi repassado à prefeitura de Curitiba. Essa comissão foi constituída porque ela levantou problemas e havia necessidade de dar continuidade. Daí, foi passado para a comissão de auditoria. O primeiro relatório parcial dessa comissão de auditoria levantou o problema do edital que tinha sido analisado pela diretoria jurídica da Urbs, e o edital publicado. Foram mais vinte e cinco problemas. E segundo o procurador da prefeitura de Curitiba cada um desses vinte e cinco itens é suficiente para anular essa licitação feita. Essa licitação feita, sejamos leigos, sejam os juristas, toda pessoa que não tenha interesse específico no caso diz que essa licitação é nula de pleno direito por todos os vícios que foram originados em todo o processo. As mudanças que foram feitas entre o edital publicado e o edital analisado são extremamente importantes, e algumas



interessantes que você consegue identificar a quem objetivava aquela mudança. Essa aqui objetivava tal, essa aqui tal, diversas mudanças dá para identificar quem eram os beneficiários. Aí vem o relatório do Tribunal de Contas que vai a fundo também na questão da análise da possibilidade de carterização que ocorreu na licitação do transporte coletivo. Eles mostram que está tudo engrenado entre as empresas e os sócios das empresas. Não houve três grupos separados. Houve apenas um grupo que se dividiu em três partes para poder fazer a licitação. Além dos outros problemas que estão lá. As entidades que compõem a plenária popular do transporte contratou um serviço. E identificamos e aprofundamos alguns itens que já foram levantados tanto pela auditoria da Urbs como pelo Tribunal de Contas. Identifica muito bem (A) a questão do conluio, como a Dra. Clair colocou. Hoje o Prefeito de Curitiba tem em mãos as melhores condições que um administrador público tem para tomar uma decisão sobre um contrato feito da forma como essa licitação do transporte coletivo. Mas, infelizmente, segundo declarações dele não são minhas, ele está esperando a segurança jurídica para poder tomar a decisão, porque ele tem medo da indenização que pode chegar na faixa de quatrocentos, quinhentos milhões. Durante os trabalhos da Comissão de Verificação da Tarifa, declarações de funcionários e técnicos da Urbs, dizia-se que duas ações que os empresários do transporte coletivo ajuizaram na justiça, que as análises dizem que elas vão render aos empresários trezentos milhões. E eles vão ganhar, segundo a declaração de técnicos. E o Prefeito está preocupado com quinhentos milhões para romper um contrato que lesa toda a população de Curitiba, porque o Prefeito tem que ter para o próximo ano cem milhões para poder continuar pagando o subsídio, mais trezentos milhões, aí já deu. Se tivesse que pagar a indenização o Prefeito já tem de onde tirar o dinheiro, é só não gastar o dinheiro do superavit e das ações que os empresários tem. E os empresários, infelizmente para nós e bom para eles, eles têm condições de contratar as melhores bancas de advogados, eles fazem horrores na justiça. Em razão disso, nós que fomos lá para ajuizar a ação, para questionar a licitação fomos condenados por politicância de má-fe, faltou sermos condenados por lesa a pátria, por desafiar a S. Exa., hoje Governador Beto Richa, por ele ter feito uma licitação. Então, hoje o Prefeito de Curitiba tem todas as condições objetivas de anular essa licitação, ele não faz por questões políticas. E aí cabe a nós, sociedade, afrontarmos isso e buscarmos uma alternativa. A Frente Popular do Transporte está levantando, nós fizemos a denúncia já no Ministério Público, fizemos a denúncia no CAD, vamos fazer ao Gaeco, vamos fazer a Polícia Federal, ao Ministério Público Federal. E nós estamos reunindo a documentação porque esse problema de Curitiba não é só de Curitiba, os mesmos grupos econômicos que exploram o transporte coletivo de Curitiba tem problemas também na cidade de Guarapuava com decisão judicial; tem decisão judicial no Distrito Federal proibindo algumas pessoas de sequer participar da licitação; em Apucarana o Ministério Público convenceu a prefeitura a cancelar a licitação, e são sempre os mesmos grupos. Então, estamos reunindo a documentação para que com toda essa documentação possamos tomar, encaminhar as autoridades competentes para que possamos tentar fazer com que as autoridades que, espero que não tenham amarras como o Prefeito de Curitiba está demonstrando tê-las, para que possamos conseguir algo na justiça para impedir que essas pessoas continuem a lesar o patrimônio público da cidade e das pessoas, porque o atual sistema ele lesa o patrimônio público da Cidade de Curitiba. E dizer que a plenária popular e acho que junto com a Frente temos que voltar a fazer grandes mobilizações, porque proximamente a CPI estará aprovando o relatório

final. E nós temos que convencer o Prefeito na luta, para que ele faça o cancelamento da licitação, porque nós não podemos continuar. No próximo ano, se não me engano no dia 26 de fevereiro, os empresários tem o direito do novo reajuste da tarifa. A tarifa que nós pagamos, estes R\$2,70 não é o que os empresários recebem, os empresários recebem R\$3,00. E o ano que vem chova ou faça sol os empresários vão querer o reajuste, e essa tarifa deve ir para aproximadamente R\$3,30. E eles vão querer os R\$3,30 deles chova ou faça sol. O dinheiro saia do nosso bolso ou do caixa da prefeitura (m), para eles não tem diferença nenhuma, o que eles querem é dinheiro na conta deles. Temos que fazer grandes mobilizações para impedir que em fevereiro do próximo ano eles tenham direito de ter esse reajuste e possam continuar lesando o patrimônio da Cidade. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE:- Nós temos uma proposição do Vereador Chico do Uberaba, ele faz alguns questionamentos a Urbs. Comissão Parlamentar de Inquérito, pronunciamento do Sr. Roberto Gregório da Silva Júnior. Presidente da Urbs a respeito do contrato de manutenção do sistema de bilhetagem eletrônica do transporte coletivo de Curitiba, firmado com a Datapron expirado em 29 de agosto de 2013. Ele faz algumas perguntas. E como nós faremos na próxima quinta-feira pela manhã, acareação entre a Datapron e a empresa Enterhelp. Então, até hoje não foi respondido, esse requerimento é de três de outubro. Ele pergunta: Foi realizado algum aditivo para prorrogar o contrato vencido em 29 de agosto de 2013. Se afirmativo solicitamos cópia do aditivo. Ou resposta enviado em 26 de setembro de 2013 pela Setransp, sobre o protocolo, ofício enviado em 21 e 23. É correto afirmar que sem a liberação de alguns acessos ao sistema de bilhetagem eletrônica de domínio exclusivo da Urbs as empresas, não podem contratar nenhuma empresa para prestar serviço de manutenção de bilhetagem eletrônica. Como está sendo feito o pagamento dos serviços realizados pela Datapron. A Urbs realizou os pagamentos integrais do contrato firmado com o ICI. Como até este momento não foi respondida as questões, o Vereador Chico do Uberaba pede para fazer uma diligência amanhã na Urbs, para ter essas respostas. Consulto os membros.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Extremamente relevante a posição do Vereador Chico do Uberaba em relação suas colocações, até porque e foi denunciado nesta Comissão que o serviço da manutenção do procedimento de bilhetagem estava sendo feito de forma informal. Assistimos e ouvimos da imprensa a possibilidade de um aditivo. Inclusive numa fala do próprio Prefeito onde haveria de estendido um aditivo a prestação de serviço da Datapron em relação a essa manutenção de bilhetagem. Porém, não foi oficiado nada a CPI. Nós aqui, e como bem entendeu o Vereador Chico (c) do Uberaba, que sejam notificadas todas as partes por esta CPI para que elas se pronunciem oficialmente. Porque uma coisa é ouvirmos uma possibilidade de adendo entre a Prefeitura, Urbs e Datapron, outra forma, Sr. Presidente, é que realmente venha a ter acontecido ou venha a acontecer qualquer tipo de adendo dando continuidade a esse procedimento de serviço de manutenção de bilhetagem.

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos as considerações do Vereador Valdemir Soares. Para encaminhar, com a palavra o Vereador Chico do Uberaba.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Sr. Presidente, Srs. e Sras. Vereadores, convidados dos movimentos, boa tarde. Essa diligência que está sendo solicitada amanhã para a Urbs é porque

estamos muito preocupados com a forma como foi feita essa revalidação desse contrato e ninguém tomou conhecimento. Quando vejo aqui esses jovens lutando pelo direito ao transporte a dois e vinte cinco, a domingueira a um real, é mais do que justa essa atitude de vocês. E é a partir desse momento que temos também esse compromisso para com Curitiba. Isso vimos defendendo desde o primeiro dia, a comissão da CPI vem pedindo que se baixe a passagem. Quando vejo os jovens falar aqui que o prefeito vai à televisão e diz que não pode baixar a passagem, pode baixar a passagem sim. Está aqui, ou o Tribunal de Contas está mentindo ou alguém está equivocando nessa história toda. E eu vou com o parecer do Tribunal de Contas. Se o Tribunal de Contas diz que pode chegar a dois e vinte e cinco a passagem, por que a domingueira não pode chegar a um real, o que era mais justo? Também sou solidário com os senhores. E, Sr. Presidente, volto a frisar, é muito importante essa comissão ir até a Urbs atrás dessas respostas. Não precisaríamos fazer isso. O Sr. Gregório já deveria ter dado essa resposta há muito mais tempo. Eles estão subestimando a CPI desta Casa, que é um trabalho sério. E podem ter certeza, senhores e senhores, essa CPI não vai acabar em pizza. Ela pode até parar hoje, mas temos motivos suficientes para baixar a passagem de ônibus de Curitiba. (Palmas).

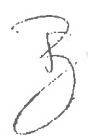

O SR. PRESIDENTE:- Está em votação a diligência. (Pausa). APROVADA. Consulto o Vereador Chico do Uberaba se ele pode liderar essa diligência. (Pausa). ASSENTIMENTO. Pergunto se o Vereador Geovane Fernandes pode participar da diligência. (Pausa). ASSENTIMENTO. Amanhã, às 14h, na Urbs, Vereador Chico do Uberaba vai comandar essa diligência. Queremos registrar a presença do Sr. Flávio Vilmor da Silva, do Movimento Resistência Leonel Brizola; da Sra. Liz Meira, da Frente de Luta pelo Transporte e; Luiz Amorim, do Movimento Estudantil Popular Revolucionário.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Sr. Presidente, os movimentos que quiserem nos acompanhar amanhã, às 14h, são muito bem-vindos. Também é uma causa de vocês. É o meu convite aos senhores. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE:- Passamos a palavra ao Vereador Valdemir Soares.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Temos alguns inscritos. Se outros desejarem fazer suas inscrições e participar terão oportunidade de falar, explanar e perguntar a CPI por dois minutos. O primeiro inscrito é o Guilherme, da Assembleia Nacional dos Estudantes Livre (Anel); o segundo inscrito, Bianca Zaneti, da Anel; terceiro, Felipe Borlamarki, do PSTU; Jônatas de Campos, da Juventude do PSTU; Yuri Campanholo, do PSOL; Ramon Vilarão, da Frente de Lutas pelo Transporte e; Bernardo Piloto, também da Frente de Luta pelo Transporte. Todos que quiserem se inscrever, está livre o acesso. Queremos chamar o Guilherme.

O SR. GUILHERME:- Sou Guilherme Jansen, da Executiva Estadual da ANEL, estudo Geografia na Universidade Federal do Paraná. Eu venho aqui em nome da ANEL dizer que viemos dar todo apoio à Frente de Luta pelo Transporte, a qual nós também compomos, e dizer



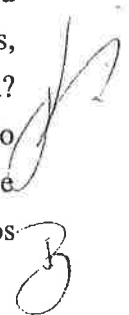
que a luta pelo passe livre e o transporte público de qualidade são prioridade, um sonho da juventude que luta. Ouvindo a voz das ruas, que é a juventude que luta, assim é que vamos transformar o país. Obrigado.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Próxima inscrita, Bianca Zaneti, também da ANEL.

A SRA. BIANCA ZANETI:- Boa tarde a todos. Sou a Bianca Zaneti, sou da Assembleia Nacional dos Estudantes Livres, faço parte da Executiva Estadual e também construo a Frente de Luta pelo Transporte. Nós vimos a nova situação do nosso país hoje, que vem mostrando que os movimentos não cansaram de lutar, que eles não vão desistir da luta pelo passe livre estudantil, pelas moradias sociais e várias outras pautas que foram levantadas na rua. A nossa prioridade é o passe livre estudantil, um movimento que começou em Porto Alegre no início do ano, e foi parar até Natal. Durante esta semana, em Natal, foi aprovado na Câmara de Vereadores o passe livre estudantil que, infelizmente, quando chegou à Prefeitura, foi vetado pelo Prefeito. Mas, uma atitude muito radical dos estudantes lá foi ocupar a Prefeitura. Eles estão acampados lá e só vão sair de lá quando o Prefeito aprovar o passe livre estudantil. É uma das coisas que nós temos que dar continuidade aqui também em Curitiba. Enquanto não for aprovado... Não sabemos ainda qual a forma de fazer isso, não sabemos se vamos acampar, se vamos ocupar, mas temos que programar uma forma de dar uma visibilidade maior para o Movimento. Nós sabemos que o passe livre estudantil é possível, e nós vamos conquistá-lo nacionalmente, não só em Natal, mas de Porto Alegre a todo resto do Brasil. Obrigada. (Palmas).

O SR. VALDEMIR SOARES:- Próximo inscrito, Felipe Burlamarque, do PSTU.

O SR. FELIPE BURLAMARQUE:- Sou o Felipe, da juventude do PSTU. Eu queria colocar aqui alguns dados, além de todas as irregularidades que já foram tratadas aqui mais de uma vez, em várias das falas anteriores. O transporte público de Curitiba hoje é controlado por seis famílias. Anualmente essas seis famílias têm um lucro líquido médio de cento e vinte milhões de reais. Nós calculamos que para cada família são vinte milhões de reais líquidos, anualmente. Alguém aqui tem uma família que ganha vinte milhões por ano? Não? Talvez algum Vereador, alguma Vereadora, mas acho que nós aqui, mortais, estudantes e trabalhadores certamente nunca vamos ver vinte milhões em um ano. E aí fica claro, minha gente, a quem serve o transporte público da nossa Cidade. A quem serve o transporte público da nossa Cidade? É a população ou é para enriquecer o bolso de seis famílias, de uma minoria? É impossível atender as necessidades desses dois grupos! É impossível atender a necessidade do empresário e a necessidade do trabalhador, do estudante e da população de Curitiba. Por isso eu pergunto aqui na Câmara: a quem serve essa Câmara? A quem legisla essa Câmara? Aos empresários ou a população de Curitiba, ou aos trabalhadores e estudantes que realmente precisam do transporte público no seu dia a dia, que pegam o transporte público bizarramente cheio, onde mulheres são encochadas, abusadas dentro dos ônibus? A quem serve esse transporte público? A quem serve esta Câmara? Por isso, em nome da juventude do PSTU eu venho aqui colocar a importância da estatização do transporte público. O transporte é a garantia do direito de ir e vir! É o nosso direito de ir e vir que está sendo vendido como mercadoria para enriquecer seis famílias. Todos nós aqui estamos



trabalhando, estudando, e gastando o nosso dinheiro para enriquecer uma galera! A outra coisa é o cancelamento imediato dos contratos fraudulentos! (M) Não tem como o estado continuar gastando o que gasta com contratos ilegais, que não fazem sentido. Por isso, em nome da juventude do PSTU, venho denunciar o cartel do transporte e solicitar imediato cancelamento dos contratos e a estatização do transporte público. Muito obrigado. Boa tarde a todos. (Palmas).

O SR. VALDEMIR SOARES:- Logo vi que o Felipe era carioca, puxando o R, puxando o S, é meu conterrâneo. Vamos, então, ao quarto inscrito, por favor, Jonas de Campos, da juventude do PSTU. Lembrando que, quem quiser se inscrever ainda, vamos abrir para todos que desejarem falar, independente do movimento, independente de grupo que esteja participando aqui.

O SR. JONAS DE CAMPOS:- Boa tarde a todos. Sou o Jonas, da juventude do PSTU daqui também. Acho que, primeiro, é importante colocar que os processos iniciados no Brasil a partir de junho fez tremer os governos e os poderosos deste País. Foi mostrada a força que tem a mobilização da juventude e da classe trabalhadora. E é bom que os governos e os poderosos continuem com medo. Porque o nosso movimento só cresce e vai avançar ainda muito. O nosso movimento já teve várias conquistas pelo País e, provavelmente, vamos ter mais conquistas aqui em Curitiba também. Queremos dizer que vamos continuar lutando, tanto a juventude do PSTU, quanto a turma do movimento estudantil, da Anel, junto com a Frente de Luta pelo Transporte, para que esta CPI tenha uma boa conclusão, que incrimine aí os responsáveis pelos contratos fraudulentos, que coloque aí todos os problemas que estão por trás da maracutaia do transporte, que seja explicitado, e que consigamos aprovar medidas também, leis e tudo o mais. Mas queremos dizer aos senhores e também ao movimento que não temos nenhuma confiança nesta Casa aqui, nem nos Vereadores que estão aqui, nós temos confiança no nosso movimento. Nós achamos que esse movimento é que tem que confiar em si e na sua própria organização. Essa é a única maneira que achamos que vamos poder construir um País melhor, um País mais justo, que tenha passe livre, que tenha um transporte público estatizado, e que nós vamos avançar muito mais. Então, o recado é para isso, para que o movimento confie só nas suas próprias forças e aproveite que estamos numa ofensiva, e que vamos ter muita vitória daqui para frente. É isso aí. Obrigado. (Palmas).

O SR. VALDEMIR SOARES:- Próximo inscrito, Yuri Campagnaro, do PSOL.

O SR. YURI CAMPAGNARO:- Boa tarde a todos. Meu nome é Yuri, faço parte do PSOL e componho a Frente de Luta pelo Transporte. O primeiro ato do transporte que eu participei na minha vida foi em 2008, quando estávamos reclamando que a passagem tinha aumentado para um e noventa. Nesse mesmo ano, o meu camarada Wagner, que também é do PSOL, teve o seu braço quebrado pela violência da polícia, em uma manifestação do passe livre. Para vocês verem como essa pauta é tão importante, que ela tem tanta repressão. E a luta não parou desde aquele momento, o movimento sempre pautou que o transporte público de Curitiba na verdade é dominado por um cartel, por uma verdadeira máfia. E o movimento não se calou e continuou indo às ruas, até que em junho conseguimos ir em vinte e cinco mil, trinta mil pessoas para as ruas e constrangemos esta Casa aqui a fazer uma CPI. Esta CPI é uma vitória do nosso

movimento. Mas ela não é um fim em si mesma. Esta CPI só vai ter algum resultado se nós continuarmos pressionando. Por que é que o Prefeito agora Gustavo Fruet vacila? Por que é que ele tem medo? Para sabermos por que ele tem medo de anular a licitação do transporte, temos que ver quem é que pagou pela campanha dele, quem financiou a campanha dele. E as empresas de transporte financiam as grandes campanhas para Prefeito, para governador desta Cidade e deste Estado. O único Secretário da Prefeitura do Beto Richa, que continua sendo Secretário agora do governo de oposição, do Fruet, é o Bertoldi, que é uma das famílias que controla o transporte público. Isso tem que ficar bem claro para nós aqui. Em junho, duas milhões de pessoas foram às ruas no Brasil inteiro, e agora peço para que esses empresários, esses burgueses sanguessugas, (u), essa verdadeira aristocracia feudal que controla o transporte público, que os membros desta Casa, os Vereadores, que a Urbs e que o Prefeito Gustavo Fruet fiquem de olho, prestem atenção que junho ainda não acabou.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Próximo inscrito, Ramon Vilarino, da Frente de Luta pelo Transporte.

O SR. RAMON VILARINO:- Boa tarde. No discurso escrito coletivamente pela frente de lutas que nós tivemos aqui no começo desta Sessão, se vocês notaram bem, eles falaram como o transporte público de Curitiba e a sua construção, a sua organização contribuiu para a exclusão das pessoas pobres de Curitiba na periferia da Cidade. E o que é muito interessante, porque a lógica do transporte público, não só aqui em Curitiba, mas em todos os lugares, perpetua essa lógica. E, para ilustrar isso, acho que o exemplo que aconteceu em São Paulo nos anos 90, quando o Secretário de Transportes Lucio Gregori, do Governo da Luíza Erundina tentou implantar a tarifa zero. E aí, depois que estava firmada toda viabilidade técnica de fazer o repasse do custo do transporte não para o passageiro, mas para os setores mais beneficiados, através dos impostos, como fazemos com a coleta de lixo, com a saúde, com a educação, fazer isso também com o transporte, quando toda viabilidade técnica estava exposta, quando todo processo já estava totalmente claro e desenvolvido como devia ser e o projeto era aprovado por 76% da população da cidade, a Câmara de Vereadores rejeitou a proposta. E aí nesse processo todo se destaca a fala de um jurista importante à época, que disse: mas escuta, aí vai ter vagabundo andando na rua da minha casa? É simplesmente isso que significa a tarifa, a tarifa é a perpetuação da exclusão, porque o pobre sai para chegar no centro de Curitiba para trabalhar no chão da fábrica, trabalhar de empregada nas casas dos empresários, é para trabalhar nos empregos baixos nos shoppings, em todos os lugares que temos aqui. A tarifa é para excluir, o transporte não é público, é para quem pode pagar. E é por isso que esse movimento vai continuar lutando pelo passe livre estudantil, pelo passe livre para desempregado e não vai parar até que seja alcançada a tarifa zero, porque o transporte é público tem que ser público de verdade.



O SR. VALDEMIR SOARES:- Próximo inscrito, Bernardo Pilotto, da Frente de Luta pelo Transporte.

O SR. BERNARDO PILOTTO:- Boa tarde a todos. Meu nome é Bernardo Pilotto, trabalho no Hospital de Clínicas. Eu queria começar falando do impacto do transporte cotidiano

no meu trabalho. Semana passada, uma paciente chegou lá no nosso setor de fisioterapia e falou que não vai mais poder fazer fisioterapia porque ela não tem dinheiro para ir três vezes por semana ao Hospital de Clínicas e porque o CRAS do bairro onde ela mora achou que ela não merece ter o vale-transporte para a fisioterapia três vezes por semana. É desse direito que nós estamos falando, do direito de ir e vir, do direito de ter acesso à saúde, do direito de ter acesso à educação, à cultura, ao lazer e a tantos outros bens. O transporte da para se dizer que é um direito dos direitos, é o direito primordial, fundamental. E esse direito que não está garantido. Cinco e quarenta para ir e voltar é muito caro, impossibilita para muitas pessoas fazer as atividades. A prova disso é verificarmos que quando a passagem baixou para um real aos domingos, os ônibus passaram a ficar lotados, porque as pessoas deixaram para ver seus familiares domingo, porque era mais barato e aí dava para ver as famílias. É esse o direito que nós estamos comentando, o direito da pessoa poder ir ao Hospital de Clínicas para fazer fisioterapia três vezes por semana, direito a ter acesso a outros direitos. Por sorte ou por azar, felizmente ou infelizmente essa Legislatura, essa Prefeitura, está acontecendo num momento único m. Nunca se teve tantas condições de derrotar a máfia do transporte, que é nacionalmente conhecida. A deputada distrital de Brasília veio aqui para dizer que há uma máfia nacional do transporte e que ela tem sede em Curitiba. Nunca se teve tanta chance de derrotar essa máfia. Nunca se teve tantos elementos, tantas coisas concretas, tantos dados, tantas comprovações. Felizmente ou infelizmente, sorte ou azar, são vocês quem vão ter que fazer isso. Podem entrar para a história. Ou, vão entrar para a história, não há dúvida que vão entrar para a história, ou como aqueles que ousaram cancelar o contrato, ou como aqueles que diante de todas as evidências se afugentaram e não fizeram o seu papel de governante e de representante do povo.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Presidente, Vereador Jorge Bernardi, ainda temos seis inscritos. Se mais alguém desejar se inscrever durante a fala dos inscritos, podem se inscrever, estamos disponíveis a ouvir a todos, independente do movimento social, do grupo, ou independente que você tenha vindo aqui sem grupo, como cidadão. Concedemos a palavra ao Sr. Flávio Vilmar da Silva, advogado da OAB/PR 12035, Curitiba Advocacia.

O SR. FLÁVIO VILMAR DA SILVA:- Boa tarde a todos. Quero dar os parabéns aos edis pelo brilhante serviço que estão fazendo na comunidade. Eu sei que estão enfrentando forças poderosas dentro da Casa mesmo. E isso não é fácil. Eu quero me dirigir especialmente aos jovens, e dizer a eles que a luta não se resume à tarifa do transporte público. A luta se resume também à CPI do Pedágio. A luta se estende ao leilão dos postos de petróleo de libra, que está sendo outro crime de lesa-pátria. Tenho dito aos jovens do meu partido, o PDT, esse país está por se fazer. A boa notícia é que está na mão de vocês, e tem que ter muita coragem para fazer isso. Eu quero refrescar a memória de muitos, as manifestações e até a mudança de atitude desta Casa, da Câmara Municipal, começou com um militante do nosso partido, já falecido, que juntou os estudantes e veio fazer manifestações aqui, o Edson Feltrin, uma grande figura. Depois vieram as manifestações. Eu quero dar os parabéns aos jovens. Eu acompanhei as reuniões na Universidade Federal e percebo que há uma grande vontade de mudar. E como eu disse, está tudo por ser feito. Parabéns e vamos à luta que a gente consegue. Muito obrigado.



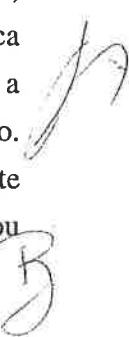
O SR. VALDEMIR SOARES:- Concedemos a palavra a Sra. Giovana Cercazin, da Frente de Luta pelo Transporte

A SRA. GIOVANA CERCAZIN:- Meu nome é Giovana. Sou da Frente de Luta pelo Transporte. Eu queria dizer que há meses estamos nas ruas pelo transporte público aqui em Curitiba. Essa luta não é de hoje e nem de ontem. Desde 70 o movimento popular pelo transporte já estava nas ruas ocupando os espaços que a gente tem disponível, pedindo desde então o congelamento da tarifa e a estatização do transporte coletivo aqui em Curitiba. Eu queria perguntar aos vereadores até quando o nosso grito não vai ser ouvido, até quando os trabalhadores vão ter que economizar em comida para pagar o transporte e serem explorados no seu trabalho. Até quando a gente não vai ter direito à cidade? E gostaria de saber o que é necessário que o povo faça para a gente conseguir ter o mínimo de dignidade (A)Ac151003 / 15:35

A SRA. GIOVANA CERCAZIN:-...para conseguirmos ter o mínimo de dignidade, termos a nossa dignidade respeitada. Eu gostaria de dizer que não vamos parar de lutar, que o movimento não vai parar enquanto as nossas reivindicações não serem atendidas. Então, hoje estou falando amanhã estou ocupando.

O SR. PRESIDENTE (Valdemir Soares):- Muito bem, Giovana. No final o Presidente da Casa Vereador Paulo Salamuni e o Presidente da CPI podem falar a respeito das perguntas e questionamentos que você fez a Câmara. Se assim a Comissão enter-leu acredito que assim o será como sempre fazemos. Com a palavra o Sr. Celso Monteiro, da Frente de Luta pelo Transporte, é o próximo inscrito que terá dois minutos.

O SR. CELSO MONTEIRO:- Vou ser breve. Uma hora dessa era para eu estar trabalhando, eu não estou porque sou professor e hoje é feriado. Queria ressaltar, às vezes os Srs. Vereadores, a própria imprensa não tem a oportunidade de estar no chão da escola. Eu dou aula no Colégio Estadual João Betega, colégio da periferia de Curitiba, um colégio acabado, terrível, sem condições estruturais nenhuma e não é incomum no final do mês algum aluno deixar de ir ao colégio por falta de dinheiro para a passagem, isso não é incomum acontecer. Talvez os senhores não saibam disso e talvez por isso nenhum Vereador, apesar de manifestar o apoio, nenhum Vereador põe o projeto de lei do passe livre debaixo do braço e implementa dentro desta Casa para votação. Falar é muito fácil. Dar nome a rua ou falar que fulano ou ciclano é cidadão honorário de Curitiba é muito fácil, quero ver enfrentar a família Gulin que está explorando a população curitibana dia e noite, é isso que não aguentamos mais. Queria dialogar com a fala da Giovana que acabou de falar aqui, porque se for necessário ocupar a Frente de Luta não tem dúvida, isso vai ser uma estratégia nossa, mas não devemos nos enganar. Como já foi dito aqui, a nossa fala que está sendo aberta aqui não é porque essa Câmara é democrática e ouve o povo, ninguém é bobo para acreditar nisso, aqui todo mundo é grande e vacinado e sabe como a política funciona, sabe que foi a pressão popular, a força das ruas que nos abriu esse espaço junto com a divulgação que a mídia fez, que para nós é muito importante que a mídia esteja em cima disso. Vamos lembrar do Rio de Janeiro, o que aconteceu há poucos dias, quando a população realmente põe em cheque os interesses que estão dentro desta Casa, como foi no Rio de Janeiro, não pensou



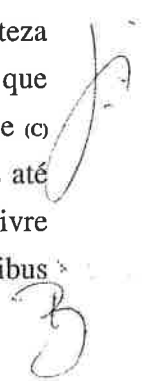
duas vezes para colocar todo esse contingente da guarda municipal e da polícia militar em cima dos manifestantes que estão reivindicando. Não nos enganemos achando que esta é uma Casa democrática, porque quando a pressão popular for suficiente para derrubar esse cartel, para condenar e criminalizar os verdadeiros ladrões dessa cidade, que não é o pobre coitado que está roubando um pacote de fralda para o filho ou que está fazendo com que o filho não vá ao colégio assistir aula. Quero ver quando os Srs. Vereadores vão deixar de ter esse discurso bonito e vão fazer alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Valdemir Soares):- Próximo inscrito, temos apenas mais três inscritos, se mais alguém quiser se inscrever, mais algum integrante dos movimentos, o cidadão que veio aqui voluntariamente participar dessa Comissão Parlamentar de Inquérito quiser se inscrever, estamos abertos as inscrições. Próximo inscrito, Luan de Rosa Souza - Coordenador Nacional do Dia do Basta.

O SR. LUAN DE ROSA SOUZA:- Gostaria de começar saudando não os nossos caríssimos Vereadores, mas sim a população e os movimentos sociais que estão presentes aqui hoje, porque não somos nós (m) que estamos sendo convidados para assistir a parte da CPI do Transporte. Eu peço que olhem para mim por favor. São vocês que estão sendo investigados a prestar satisfação a toda população que está sendo representada por esses diversos coletivos que estão aqui. Se vocês não pressionam o Executivo, nós iremos pressionar vocês e vamos continuar. Isso sim, fará com que talvez nos próximos pleitos vocês não estejam mais aqui. Infelizmente nosso também caríssimo Gustavo Fruet, não pode estar aqui presente por questões jurídicas. O que seria uma figura importante para ocupar uma dessas cadeiras para ouvir e olhar nos olhos o que temos a dizer. Eu gostaria de fazer um questionamento como o colega disse anteriormente. Quando vocês vão parar de propôr projeto de ônibus rosa para começar a fazer Oposição. (Sem som).

O SR. PRESIDENTE:- Concedemos a palavra a Taciane Grace.

A SRA. TACIANE GRACE:- Eu sou estudante do Ensino Médio. Eu venho deixar a minha revolta e dizer sobre a prioridade do passe livre. Eu moro na periferia, no CIC, estudo em Santa Felicidade, primeiro porque os colégios perto de minha casa, não tem educação de qualidade. Eu levo uma hora e meia de casa até a escola, pagando vinte e sete reais por semana de passagem. O que é um absurdo, porque eu não trabalho dentro da minha casa, é só minha mãe trabalhando. Como é que uma pessoa que ganha salário mínimo paga vinte sete reais por semana para uma garota estudar. Eu queria saber como e até quando isso vai acontecer, porque para se fazer o cartão de estudante é necessário baixa renda, e baixa renda para o Governo, é o status de pessoa miserável para poder conseguir. Então, o passe livre é prioridade, eu tenho total certeza que filho de nenhum executivo, empresário vai de ônibus para a escola. Eu tenho certeza que nenhuma das mulheres de vocês pega ônibus com um "cara" atrás, encostando. E, se estivesse (c) realmente bom o trabalho de vocês, os jovens não teriam ido às ruas, não estariam nas ruas até hoje, esta sala não estaria lotada de gente com revolta. Seria só priorizar isso. O passe livre estudantil é sim uma prioridade, assim como a anulação dos contratos. E essa história de ônibus



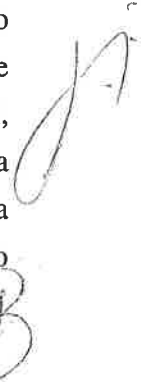
rosa, por favor! Temos tantos outros projetos que podem ser priorizados! Isso é um absurdo! É o que eu penso, como secundarista. E queria propor a vocês que um dia acordassem às 5h da manhã e saíssem de casa comigo, levassem uma hora e meia para chegar à escola e estudar. Obrigada. (Palmas e manifestação da plateia).

O SR. VALDEMIR SOARES:- Próximo inscrito, Renato Ferreira, da Frente de Luta pelo Transporte - Quebrando Muros.

O SR. RENATO FERREIRA:- Quero começar me apresentando. Meu nome é Renato Ferreira, sou do colégio Avelino Antônio Vieira, pertencço à Frente de Luta pelo Transporte. E só queria aqui agradecer a jornada de julho por ter me proporcionado um amadurecimento pois até o início deste ano eu não tinha nenhuma noção política, eu não sabia o que era discutir e não sabia o que era pensar por si próprio. E queria reforçar a fala do advogado que falou que a luta não é só pelo transporte. Não é mesmo. O pontapé inicial é o transporte. Eu quero meu passe livre antes de poder fazer qualquer outra coisa, pois eu quero uma educação de qualidade, quero poder chegar num hospital e não demorar cinco horas para ser atendido. É isso. Quero deixar o registro. Muito obrigado. (Palmas).

O SR. VALDEMIR SOARES:- Concedemos a palavra ao Jorge, usuário do sistema.

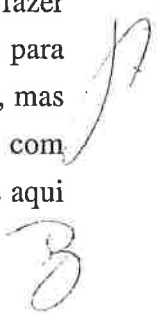
O SR. JORGE:- Boa tarde a todos. Agradecer a presença de todos e esse espaço aberto que dá condição de trazermos um pouco das angústias e da luta que temos conjuntamente construído. Quero justificar minha fala dizendo que eu uso o transporte de fato. Eu moro em São José, o ônibus que eu uso é o Roseira. É um ônibus que vai até a divisa, na 277, lá no pedágio. É um ônibus que não tem todos os horários. E enfim, sou usuário do transporte, convivo com os ônibus todos os dias, com o pessoal que usa o ônibus. E quero trazer um pouco essa angústia que é depender do transporte público, coletivo, sem qualidade. Acho a passagem de ônibus cara, caríssima, pela qualidade do transporte. Trazer para vocês uma questão que deve ser discutida, se possível, e deve ser levada em conta quando se repensar de novo esse transporte coletivo, é o fato de que não existe ônibus em todos os horários em muitos lugares na Região Metropolitana, e também em alguns lugares da nossa Cidade de Curitiba. A pessoa é obrigada a sair, algumas vezes na semana, com a sua família para visitar ou até para ir na igreja, Pastor, tem que sair e ficar duas, três horas tomando tempo, porque senão não tem ônibus naquele horário. A Urbs justifica que não pode ter mais horários naquela linha porque isso vai onerar o custo da passagem. Eu vi um senhor aqui falando antes que cada família tem um lucro de vinte milhões, e não pode ter mais um ônibus na linha para atender uma população que está lá jogada num cantão da Cidade, que depois das 20h não tem mais ônibus! Imagine alguém estudar, porque lá não tem colégio, e ter que voltar à noite, como é que faz? Depende de carona, depende disso, daquilo, ou vai parar de estudar porque no outro dia tem que levantar para trabalhar. Uma outra situação que é humilhante, quem já andou de transporte coletivo deve ter vivenciado isso, é cara essa passagem, e muitas vezes a mãe ou pai, quando sai com seu filho, e acontece muito isso na nossa Cidade, o menino ou a menina pulam a catraca ou passam por baixo, num chão sujo, onde a mãe e o pai disfarçam, passam por essa humilhação. Isso ocorre inúmeras vezes na nossa Cidade, porque aquele pai ou aquela mãe não



têm o dinheiro para pagar a passagem do filho. Eu quero dizer também outra coisa que é bom se atentar, dois e setenta a passagem, mas quando pega o pai, a mãe, no meu caso são quatro filhos, multiplica isso, e moro em São José, não tem nessa área o transporte interligado, então nós viemos no terminal do Guadalupe, e para ir na minha sogra, que mora no CIC, pago dezoito reais. E depois tenho que pagar mais dezoito para ir até o CIC, e depois para voltar para casa. Isso dá para ir até Maringá e voltar! Dentro da nossa Cidade, num dia de semana! Por isso que o pessoal vai lotar os ônibus a um real no final de semana! Agora é um e cinquenta. Quando minha sogra foi votar no Gustavo Fruet era para que se mudasse esse estado de coisas! E agora, passou a eleição, é por isso que o povo diz assim: "Políticos, nós não acreditamos mais!". Não dá para acreditar! Os caras falam uma coisa e depois fazem outra! E os partidos políticos? Onde estão os partidos políticos se posicionando sobre essa questão do transporte? Na abertura da sua fala o Sr. Presidente da Casa nos trouxe a notícia de que tem dezesseis partidos representados aqui nesta Câmara. Esses partidos estão fazendo essa discussão lá na sua sede, nas suas diretrizes? Estão orientando o voto dos seus representantes aqui? E a Prefeitura? Quais são os partidos que estão na Prefeitura? Que estão na base desses partidos? Que tanta demagogia? É nessas horas que nós vemos para que lado da balança a coisa pende. E no ano que vem tem aumento de salário dos motoristas e cobradores, um aumento justo para quem trabalha. E como vai ficar essa discussão? E acreditar que essa é mais uma CPI nesse país, país das CPIs, não acabe em pizza. (M). (Palmas).

O SR. VALDEMIR SOARES:- Próximo inscrito, o arquiteto Bruno Machado, que quer falar como cidadão de Curitiba. Por favor, Bruno. Você tem dois minutos.



O SR. BRUNO MACHADO:- Boa tarde. Meu nome é Bruno, eu participo de um movimento, mas estou aqui representando a mim mesmo e representando os cidadãos, porque acho que acima de tudo somos cidadãos com interesses individuais, apesar de termos interesses coletivos, e cada um tem uma situação muito específica de vida. Vim aqui para fazer um apelo à bancada dos Vereadores, à bancada que está presidindo aqui, aos Vereadores que representam os trabalhadores, aos Vereadores que representam classes específicas, aos Vereadores que estão aqui em nome de empresas, não interessa, eu vim aqui para fazer um apelo pela honestidade e pela eficiência na hora de analisar os contratos, pela honestidade na hora de fazer contratos novos, pela honestidade na hora de ouvir o povo, pela honestidade na hora de pensar e de agir. Porque eu sei que tem muita gente corrupta aqui, eu sei que tem muita gente aqui que, se exercesse um cargo, seria igualmente ou até mais corrupto. Mas não é isso. Todo mundo aqui é ser humano, e não importa o quão corrupto seja, se pensarmos um pouco no outro, se nos colocarmos no lugar do outro, podemos fazer as coisas de uma forma que se aproxima mais do ideal. Eu não sei o que está acontecendo na CPI, estou por fora, não leio as notícias, nunca li nenhum contrato, nunca vim aqui assistir nenhuma audiência, mas tenho certeza de que está faltando honestidade, que está faltando eficiência. Tem gente que entra aqui para exercer um cargo não sabe às vezes nem fazer uma conta direito, está aqui para representar um interesse escuso, para ganhar dinheiro, para desviar dinheiro. Mas não é para isso que estamos aqui. Se eu fosse Vereador, não pretendo, mas tenho certeza de que iria dar o meu melhor, iria trabalhar o melhor possível, analisar com honestidade as coisas. Então, é isso que vim fazer aqui, só fazer um apelo. Porque acho que aqui



não é, pelo menos para mim, um bom momento para mostrar indignação, raiva, que são coisas até justificáveis e aceitáveis no momento, pela forma como se encontra a política, pela forma como se encontra o transporte caríssimo. Mas vim deixar só esse apelo mesmo. (Palmas).



O SR. VALDEMIR SOARES:- Só quero avisar ao Bruno, em nome da CPI, que no site da Câmara, Bruno, você pode ter acesso a todas as informações, contratos e documentos que estão sendo recebidos pela CPI, e andamento das sessões, para que, a partir de agora, você possa acompanhar, porque também será muito importante o seu acompanhamento. Ok? A última inscrita é a Letícia, a quem passamos a palavra.

A SRTA. LETÍCIA:- Agora eu vou aproveitar para fazer uma fala rápida não como Frente de Luta pelo Transporte, mas como Letícia. Eu me senti à vontade para compartilhar com vocês algo que aconteceu há exatos quatro dias e que agora me colocou como mais uma desempregada na Cidade de Curitiba. O interessante de trazer a vocês isso é porque estou hoje desempregada por conta da mesma lógica que acontece nos serviços públicos do transporte, nos serviços públicos da saúde e agora nos serviços públicos da educação. Não agora, isso sempre aconteceu. Eu trabalhava no Instituto Federal do Paraná, e provavelmente, pelo menos os Vereadores desta Casa acompanharam e sabem da última denúncia que aconteceu, de desvio de verba pública do Instituto Federal, pelo menos seis milhões de reais a Polícia Federal já constatou em roubo, e por conta disso duzentos e vinte e cinco funcionários foram despedidos; e agora também todos os bolsistas e tutores, né. Eu trabalhava como professora num projeto lá e agora sou mais uma desempregada. Eu pensei comigo: eu tenho como recorrer à minha família agora, para me ajudar, para por exemplo poder pegar dinheiro, porque eu não tenho carro, para poder continuar em busca de emprego, pegando o ônibus, mas sabemos que não é o caso da maioria da população e, por exemplo, desses trezentos funcionários que também foram demitidos, assim como eu. Isso é o mesmo que acontece no transporte. Eu queria explicar que só vemos essa situação acontecendo porque, (a) a educação, assim como a saúde, não são públicas mais elas são terceirizadas, é um serviço terceirizado e é por isso que é tão precário, tão problemático, porque visa o lucro dessa forma e não mais o atendimento da população. Eu escutei várias pessoas aqui falando, não da frente, que é muito importante a força dos jovens, que essa luta é de juventude, essa luta não é da juventude, essa luta é de cada um, de cada cidadão aqui desta Cidade e também desse País que precisa sim desse auxílio, desse direito de ir e vir. Então, a nossa pauta não é só focada na anulação aqui das licitações e todo cartel, mas também pela aprovação da PEC 90, que se torna um direito mesmo, constituído, aprovado lá no Congresso, que nós temos direito ao passe livre, que nós temos direito ir e vir para conseguir ter uma vida minimamente digna. Eu também quero falar que se for para continuar escutando do Prefeito a justificativa de que não se pode anular a licitação por questão de quebra de contrato, eu peço por favor à CPI dos transportes que encare o Sr. Fruet e fale que se o motivo é quebra de contrato, por que a cento e duas indicações do relatório da comissão de análise da tarifa da Urbs e as quarenta irregularidades também indicadas pelo relatório do Tribunal de Contas não estão sendo consideradas? Todos esses motivos também são suficientes para quebra de contrato. Então, se as empresas já fizeram errado e já poderia ter sido quebrado esse contrato, porque no caso da Prefeitura fazer a anulação não pode porque vai



ser quebra de contrato? Não faz sentido. E nós não somos burros. Agora, cabe coragem a vocês encararem o Prefeito, porque apoio popular vocês têm, basta vocês quererem fazer. Para finalizar, eu gostaria de convidar a todos para a luta que continua, dia 26 agora é dia nacional de luta pelo passe livre e nós vamos à Prefeitura, e como já foi falado aqui, agora nós estamos falando, se nós não formos escutados nós vamos depois ocupar. Então, é isso aí, galera, valeu e acho que esse aqui é o começo e nós sabemos que amanhã será maior.



O SR. PRESIDENTE:- Eu quero, em nome da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o transporte coletivo de Curitiba, creio que também em nome desta Casa, em primeiro lugar responder algumas questões que foram levantadas. Mas antes quero fazer um agradecimento a cada um de vocês que estão aqui nesta dia. Esse é um dia histórico e memorável para a cidade de Curitiba. A presença de vocês nesta CPI, que já está concluindo seus trabalhos, as manifestações de cada um é a voz, o grito de milhões de curitibanos e nós recebemos todas essas manifestações, as críticas, os poucos elogios, mas, principalmente, a indignação de cada um que reflete o sentimento que nós aqui também estamos vivendo nesses últimos quatro meses. A CPI do Transporte Coletivo da Cidade de Curitiba foi a primeira criada no Brasil por iniciava dos trinta e oito Vereadores desta Casa. Mas teve um que iniciou o processo de colheita de assinaturas, que foi o Vereador Chicarelli que apresentou uma justificativa elaborada pelo nosso relator, Vereador Bruno Pessuti, e a Vereadora Carla Pimentel. Quero dizer a vocês que a CPI tem quatro objetivos fundamentais, o primeiro é investigar o lucro excessivo das empresas que operam o sistema de transporte coletivo de Curitiba e o lucro operacional das empresas, já ficou comprovado aqui nesta Casa por inúmeras declarações e dados técnicos que o lucro operacional das empresas é de cento e quatro milhões de reais por ano, trezentos e dez mil reais por dia, oito milhões e seiscentos mil reais por mês. Ou seja, em cada tarifa R\$. Porque a tarifa de dois reais e setenta não é a que as empresas recebem, Bernardo. As empresas recebem dois reais, noventa e nove centavos e noventa e quatro milésimos. Os trinta centavos para os dois e setenta que nós pagamos sai de toda a população, dos impostos. Então, as empresas recebem 11,44% desses três reais. Ou seja, trinta e quatro centavos é lucro operacional. As empresas também recebem sessenta e nove centavos por quilômetro rodado. Se o ônibus está lotado, ou se não tiver nenhum passageiro, como aqueles trechos mortos, como são chamados, aquele período que ele vai da garagem até o início da operação, ela recebe sessenta e nove centavos de lucro. Ou seja, o quilômetro rodado é mais de seis reais. Então, o primeiro item da nossa investigação já concluímos que é essa questão do lucro. Entendemos que esse lucro é excessivo e esse lucro deve diminuir. O segundo ponto diz respeito ao processo de licitação. Ou seja, a concorrência que foi feita na cidade de Curitiba. As pessoas podem dizer, em sessenta anos desse sistema foi a primeira vez que foi feita uma licitação. Ocorre que todos os indícios que nós temos, a investigação da comissão de auditoria da Urbs, a investigação também do Tribunal de Contas, e a nossa investigação aqui apontam que foram alterados vinte e cinco itens do edital de licitação. E essas alterações, segundo a nossa avaliação e a avaliação da CPI, foram feitas para beneficiar as empresas que já operavam o sistema de transporte coletivo de Curitiba. Ora, isso demonstra que essa licitação foi uma farsa, foi uma fraude, como muitos acabaram de dizer aqui. Então, esse é o segundo ponto, uma licitação dirigida. Não teve nenhuma outra empresa que participou a não ser as que já operavam, e uma que



estava aqui e deixou de operar e que foi substituída por uma terceira empresa da Região Metropolitana. E o desconto? Vocês sabem que quem ganha uma licitação, uma concorrência, é quem dá o maior desconto na tarifa. E nós fizemos a investigação para saber de quanto era o desconto que as empresas deram para ganhar a licitação. Depois eu concluo essa ideia de quanto foi o desconto. É estarrecedor o desconto. Com a palavra o Vereador Paulo Salamuni

O SR. PAULO SALAMUNI:- Só para agradecer a presença de todos. Quero dizer a vocês, tem um líder da revolução de Angola, Agostinho Neto, que prefaciou o livro de Nelson Mandela. Diz ele no prefácio do livro: não basta que seja justa e pura a nossa causa, a causa é justa e pura, é preciso que a pureza e a justiça residam em nossos corações. Eu entendo, e fiz questão de ficar aqui, e os vereadores são testemunhas, talvez tenha sido a única reunião da CPI que fiquei integralmente aqui, porque é a reunião em que vem o povo aqui, vem a rua aqui. E a origem da palavra política é *polis*. *Polis* é relacionamento urbano, humano. Quando nós nos tornamos desinteressados (A)Ac151004 / 16:10

O SR. PAULO SALAMUNI:- • nos tornamos desinteressados do processo político é que surgem os oportunistas e fisiológicos que quando querem não sabem legislar e quando sabem não podem, porque quem bancou a ida destes para dentro dos parlamentos não permitem que eles sejam eles mesmos. Nós ouvimos atentamente e eu cumprimento aos integrantes da CPI que de uma forma republicana e democrática ouviram todo o aparato que é para ouvir os poderosos, os grandes, os dirigentes da Prefeitura está aqui e ouviu os senhores. Tu lo taquigrafado, cada palavra aqui vai para o relatório, para a história daqui como qualquer depoimento que é colhido quando vem, com o mesmo respeito, com a paciência, ouvindo democraticamente reconhecendo aquilo que nos diz respeito. Nós somos cidadãos, a maioria de nós cidadãos comuns com as suas histórias também. E temos sim parentes, gente, alguns próprios que vem também que utilizam o transporte e outros serviços que tem problemas sérios também, com posto de saúde, com vaga em creche, é uma situação complicadíssima. Nós estamos caminhando e tentando fazer o que é possível fazer dentro deste emaranhado de legislação, de situações que se tem, porque muitas vezes o que os empresários querem, a exemplo do que aconteceu com os radares em Curitiba, quebrou o contrato eles ficaram dando risada, cobrando uma enormidade por mês sem fazer o serviço e ainda processando a municipalidade. Mas, enfim, eu acredito nessa CPI. Foi importante a presença de vocês, é importante. E quem não gosta de política vai ser governado por quem gosta, infelizmente, e quem gosta não é quem nós queremos, muito menos quem nós precisamos. Hoje a maioria dos que estão aqui com mandato popular, muitos de origem muito humilde que também ralaram, alguns que foram adotados, estou falando dos vereadores. Aqui a exemplo da história do Mestre Pop, quando chegou em Curitiba saltando aquelas rodas de facas, sendo humilhado, ironizado e hoje está aqui exercendo um mandato também. Hoje está muito próximo, também não vou dizer que não tem gente da elite, gente de poder econômico. Tem também, mas talvez aí até seja a riqueza do parlamento essa diferença toda. Enfim, eu quero dizer aos senhores que está Casa está aberta, que conforme aquilo que nós combinamos, Letícia e os outros, está aqui uma audiência que preferi que fosse gravado para que cada depoimento.... e também é importante porque nós fazemos um *mea culpa* nosso também. Esta luta do transporte coletivo é complexíssima ao longo



do tempo. Nós estamos abrindo esta caixa, não vai ser mais igual ao que era, eu não sei o que vai acontecer, não tenho bola de cristal, mas não é mais o que era, como aconteceu, como foi dominado. Quantas tentativas de abrir CPI aqui, Vereador Jorge Bernardi, os vereadores não assinavam, não permitiam, tratoravam 25 a 0, 25 a 5, nunca. E nós estamos aqui. Quero dizer que foi rica, e que vocês tem razão na maioria das coisas que colocaram e nós aqui humildemente ouvimos. Quero concluir dizendo que nós estamos entendendo que devemos colocar toda espécie de poder que o povo nos confere abaixo dos nossos pés, porque na medida em que esse poder cresce ele deve nos elevar como seres humanos, porque a partir do momento, Vereador Jorge Bernardi, que deixarmos o poder subir a nossa cabeça, nós somos tão frágeis, tão falíveis, tão cheios de defeitos, tão seres humanos como qualquer outro que corremos o risco de sermos esmagados por esse poder. Portanto, todos os que tem, entre aspas, poder neste país. Foi importante, sim, as ruas, o mundo mudou, Curitiba não é mais a mesma, o Paraná não é mais o mesmo e o Brasil não é mais o mesmo (m). Mas, nós temos que avançar e haveremos de achar uma saída para todos. Esta Casa tem dias históricos, ontem nós acabamos na Lei orgânica com o voto secreto. Não tem mais voto secreto paraná, nem para relatório de CPI, nem para cassar Prefeito, nem para ninguém, nem para veto, nada. É cara limpa, agora assuma e vamos ver a que senhor está servindo aqui dentro. Então, de modo que a gente avança, muitos defeitos é verdade. Temos inúmeros problemas aqui dentro, muita coisa que precisa ser corrigida. Não vamos ser hipócritas, dizer que o Mundo mudou, não. Obrigada, sejam bem vindos e continuem esta luta, porque esta luta é a luta do povo brasileiro.

Talvez tanto ou mais que a nossa. Muito obrigado.

PLATEIA:- Agradecer a disponibilidade do espaço. A gente da frente está no aguardo que algum dos Vereadores desta Casa, abrace o nosso projeto. Isso é o que a gente realmente quer, o nosso projeto de lei e o nosso decreto.

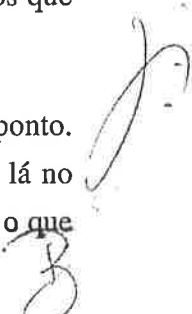
O SR. PAULO SALAMUNI:- Eu sugiro que talvez o processo gire, como qualquer outro processo dentro desta Casa.

PLATEIA:- Sabemos que para a tramitação acontecer, algum Vereador precisa se responsabilizar. A gente aguarda que depois disso, alguém realmente vá abraçar a causa. Por favos.

O SR. PAULO SALAMUNI:- Na verdade na Comissão de Legislação Participativa, se houver uma associação, não há necessidade de Vereador, ele tramita. Ai cada um dos Vereadores. Se houver algum problema de tramitação fala com a coordenação do evento.

O SR. VALDEMIR SOARES:- O Inclusive as Sessões da Comissão, é aberta a todos que quiserem acompanhar e interagir, inclusive

O SR. PRESIDENTE:- Então, concluindo. Eu gostaria de dizer que o segundo ponto. Agradecemos o Presidente Paulo Salamuni. O segundo ponto é o processo de licitação. E lá no processo de licitação, nós detectamos que o valor do desconto seja para ganhar a licitação, o que




as empresas deram, foi um valor insignificante. Foi 0,436, milésimo de centavos. Ou seja, menos de meio centavos, em cada um dos lotes. Alguns foram menos ainda, alguns milésimos de centavos. Então evidentemente, que essa licitação, foi um grande arranjo. Nós tivemos o episódio do mensalão, podemos dizer que foi um arranjo, em que essas empresas permaneceram e continuaram. No processo de licitação, o terceiro ponto, e objeto desta CPI, diz respeito a composição da tarifa do transporte coletivo. Curitiba, sempre teve uma das menores tarifas das Capitais. Até alguns anos atrás, Curitiba era a décima oitava, décima nona, vigésima, Capital de menor valor da tarifa. Hoje Curitiba tem a terceira tarifa mais cara do Brasil. Porque não é os dois e setenta que nós pagamos quando pegamos o ônibus, é três reais que as empresas recebem. Na verdade são dois reais noventa e nove centavos e noventa e quatro milésimos que as empresas recebem. Os trinta centavos diferentes a mais quem paga é a população de Curitiba. São impostos de todos nós. Esses trinta centavos a mais, significam, cem milhões de reais a mais por ano. Esses cem milhões, Sr. Jorge, poderiam, com cem milhões dá para construir vinte novas creches, todos os anos, ou vinte e nove postos de saúde, ou vinte quilômetros de asfalto definitivo (c). Então, são três reais que as empresas recebem. E o terceiro ponto diz respeito a própria tarifa, ou seja, essa tarifa como eu estou colocando. Em apenas um item, que é a manutenção das catracas eletrônicas, até janeiro do ano passado eram pagos duzentos mil reais por mês. E todos estão convidados a vir aqui na próxima quinta-feira, quando faremos uma acareação com a Dataprom e a Enterhelp, até janeiro do ano passado eram duzentos mil e depois de um passe de mágica eles aumentaram para quase seiscentos mil. Isso significa dois centavos a mais na tarifa. Fica você talvez dois centavos não represente muito, para nós. Mas para eles representa muito. São seis milhões de reais a mais. Criaram um seguro, um tal de Segbus. Talvez alguns de vocês notaram que eu me reuni aqui numa sala com algumas pessoas. Veio uma pessoa contar a história desse Segbus. Todos nós pagamos esse seguro quando usamos o ônibus. Isso significa mais de um centavo por tarifa, ou seja, de centavo em centavo temos uma das maiores tarifas do Brasil. E o quarto ponto dessa CPI é o não recolhimento correto do ISS. O ISS é um imposto municipal. Todas as cidades têm esse imposto porque ele é estabelecido por uma lei federal. Até antes do processo de licitação algumas empresas não recolhiam corretamente esse ISS. Deixavam de recolher alguns itens. E nós confirmamos que pelo menos uma das empresas deixou de recolher em dois anos quatrocentos e oitenta mil reais. Se somar as doze empresas, calcula-se que elas deixaram, em dois anos que podem ser investigados, quase oito milhões de reais. Esses são os objetos da CPI. Isso é o que estamos investigando e tudo isso já foi confirmado. Agora, vocês vão dizer, mas o que vai fazer a CPI? A CPI investiga. Vivemos o estado democrático de direito. Quem processa é o Ministério Público e quem condena é o Poder Judiciário, Bernardo. Então, estamos fazendo o nosso papel. O Bernardo falou aqui que estamos vivendo um momento único e histórico, e eu não tenho dúvidas disso. E quero dizer, em nome dos treze vereadores que compõem essa CPI e pelo que tenho ouvido de praticamente todos os demais vereadores desta Casa, está aqui o Paulo Rink, Tiago Gevert, Valdemir Soares, que acabou de sair, Serginho do Posto, Bruno Pessuti, Chicarelli, Geovane Fernandes, que todos estão empenhados em esclarecer, em informar, em levar essas informações até a opinião pública. Amanhã mesmo vamos levar uma petição ao Ministério Público porque estamos sendo pressionados e ameaçados nesta Casa. E nesse sentido vamos pedir providências ao Ministério Público. Por quê? Porque forças poderosas, como foi dito aqui, há anos

se beneficiam desse modelo. Tiram um centavo de cada um e a soma dá milhões. Hoje o transporte coletivo mobiliza novecentos e oitenta milhões de reais por ano. O maior imposto que a cidade de Curitiba arrecada é o imposto sobre serviços. Significa oitenta e quatro milhões de reais por ano. Ou seja, menos cento e cinquenta milhões quase do que o transporte coletivo. O IPTU, que é o segundo maior imposto que arrecadamos aqui, representa quatrocentos e cinquenta milhões de reais. E o transporte coletivo arrecada quase um bilhão de reais. Significa cerca de 20% do orçamento de Curitiba. As manifestações de vocês, as posições de vocês são muito importantes porque essa é a voz do povo de Curitiba, a voz das ruas. E por isso, em nome de todos os meus colegas que compõem esta CPI, só tenho que agradecer este momento e esta oportunidade. Que Deus abençoe a todos e vamos fazer justiça! Está encerrada a reunião. (Palmas). (Palavras de ordem da plateia).



Jorge Bernardi
Presidente



Serginho do Posto
Vice-presidente




Bruno Pessuti
Relator(a)



Valdemir Soares
Vice-relator(a)



Chicarelli
Membro



Chico do Uberaba
Membro



Geovane Fernandes
Membro



Noemia Rocha
Membro



Paulo Rink
Membro



Tiago Gevert
Membro



Câmara Municipal de Curitiba

NOTIFICAÇÃO DE VEREADORES

CPI Transporte 13ª/2013 de 15/10/2013

Data / Hora da Notificação: 24/10/2013 - 10:40

Resultado da Notificação:

Sucesso:

Sucesso: email enviado para 'Jorge Bernardi'.
Sucesso: email enviado para 'Chicarelli'.
Sucesso: email enviado para 'Chico do Uberaba'.
Sucesso: email enviado para 'Cristiano Santos'.
Sucesso: email enviado para 'Geovane Fernandes'.
Sucesso: email enviado para 'Mauro Ignacio'.
Sucesso: email enviado para 'Noemia Rocha'.
Sucesso: email enviado para 'Paulo Rink'.
Sucesso: email enviado para 'Professora Josete'.
Sucesso: email enviado para 'Tiago Gevert'.
Sucesso: email enviado para 'Bruno Pessuti'.
Sucesso: email enviado para 'Serginho do Posto'.
Sucesso: email enviado para 'Valdemir Soares'.